

# Revista Brasileira

FASE IX

---

JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO 2018

---

ANO I N.º 94



ACADEMIA BRASILEIRA  
DE LETRAS 2018

DIRETORIA

Presidente: *Marco Lucchesi*

Secretário-Geral: *Alberto da Costa e Silva*

Primeira-Secretária: *Ana Maria Machado*

Segundo-Secretário: *Merval Pereira*

Tesoureiro: *José Murilo de Carvalho*

MEMBROS EFETIVOS

Affonso Arinos de Mello Franco,  
Alberto da Costa e Silva, Alberto  
Venancio Filho, Alfredo Bosi,  
Ana Maria Machado, Antonio Carlos  
Secchin, Antonio Cicero, Antônio Torres,  
Arnaldo Niskier, Arno Wehling, Candido  
Mendes de Almeida, Carlos Heitor Cony,  
Carlos Nejar, Celso Lafer, Cicero Sandroni,  
Cleonice Serôa da Motta Berardinelli,  
Domicio Proença Filho, Edmar Lisboa  
Bacha, Evaldo Cabral de Mello, Evanildo  
Cavalcante Bechara, Fernando Henrique  
Cardoso, Geraldo Carneiro, Geraldo  
Holanda Cavalcanti, Helio Jaguaribe,  
João Almino, José Murilo de Carvalho,  
José Sarney, Lygia Fagundes Telles, Marco  
Lucchesi, Marco Maciel, Marcos Vinicios  
Vilaça, Merval Pereira, Murilo Melo Filho,  
Nélida Piñon, Nelson Pereira dos Santos,  
Paulo Coelho, Rosiska Darcy de Oliveira,  
Sergio Paulo Rouanet, Tarcísio Padilha,  
Zuenir Ventura.

Os artigos refletem exclusivamente a opinião dos autores, sendo eles também responsáveis pelas exatidão das citações e referências bibliográficas de seus textos.

Vinhetas coligidas do acervo da Biblioteca Acadêmica Lúcio de Mendonça.  
Transcrições feitas pela Secretaria Geral da ABL.

Esta *Revista* está disponível, em formato digital, no *site* [www.academia.org.br/revistabrasileira](http://www.academia.org.br/revistabrasileira).

REVISTA BRASILEIRA

DIRETOR

Cicero Sandroni

CONSELHO EDITORIAL

Arnaldo Niskier

Merval Pereira

João Almino

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Bosi

Antonio Carlos Secchin

Evaldo Cabral de Mello

PRODUÇÃO EDITORIAL

Monique Cordeiro Figueiredo Mendes

REVISÃO

Vania Maria da Cunha Martins Santos

PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Av. Presidente Wilson, 203 – 4.º andar

Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021

Telefones: Geral: (0xx21) 3974-2500

Setor de Publicações: (0xx21) 3974-2525

Fax: (0xx21) 2220-6695

E-mail: [publicacoes@academia.org.br](mailto:publicacoes@academia.org.br)

site: <http://www.academia.org.br>

As colaborações são solicitadas.

# Sumário

CICERO SANDRONI Editorial 7

## Iconografia

NINIL GONÇALVES 9

## Dossiê Língua Portuguesa

CRISTINE GORSKI SEVERO Uma visão panorâmica das políticas linguísticas no Brasil: construindo diálogos 11

RICARDO CAVALIERE Por uma nova nomenclatura linguística no ensino básico da Língua Portuguesa 23

JOSÉ CARLOS DE AZEREDO Afinal, ensina-se a Língua Materna? Refletindo sobre alguns lugares-comuns 45

## Cadeira 41

LUIZ RUFFATO Todos contra Júlia! 57

NÁDIA BATTELLA GOTLIB O legado de Clarice Lispector 77

FELIPE BOTELHO CORRÊA Lima Barreto em revista 87

## Ensaio

GERALDO HOLANDA CAVALCANTI Nabuco Republicano 97

IVALDO CABRAL DE MELLO Gibbon ou a refundação da história 109

ZHANG LONGXI “O tom pálido do pensamento” – sobre o dilema de pensar e agir 113

DINU FLĂMÂND À procura de uma pátria ideal. Fernando Pessoa, Emil Cioran, Walter Benjamin 135

TOMASZ ŁYCHOWSKI A palavra – poetas poloneses contemporâneos 149

ROGÉRIO AMORIM Metáfora e melancolia 159

MÔNICA DE ÁVILA TODARO *Signos artísticos em movimento*, livro de Baptista, D’Ambrosio e Roggero 169

LEONARDO FRÓES La Fontaine e Saint-Exupéry – moralistas, mas nem tanto 173

ALVA MARTÍNEZ TEIXEIRO *Nos rubros mares de Camões*: a transfiguração do imaginário quinhentista em *Clio*, de Marco Lucchesi 179

LIVIA APA O hotel da proximidade 191

## Conto

LUÍS PIMENTEL A farinha e o sonho 203

## Poesia

ANDRÉ GABRIEL 207

MAURÍCIO DE MACEDO 211

RAQUEL NAVEIRA 217

BODAN ALBERTO DE ARAÚJO FILHO 225

THÁSSIO FERREIRA 229

## Poesia Mundipoetas

YUSEF KOMUNYAKAA 237

HUGO MUJICA 253

VERÓNICA VIOLA FISHER 271

## Memória Futura

O NOVO “IMORTAL”: A RECEPÇÃO DE OLEGÁRIO MARIANO,  
ONTEM, NA ACADEMIA BRASILEIRA 279

*Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.*

MACHADO DE ASSIS



# Editorial

CICERO SANDRONI

**A**o assumir a Direção da *Revista Brasileira*, reitero sua pertinência como veículo editorial, expressão da perenidade da arte frente à demanda reflexiva dos tempos de agora e vindouros: *Ars longa, vita brevis*.

Não é, portanto, excessivo recordarmos que a *Revista Brasileira*, em todas as suas fases, da primeira à oitava, traz em seu bojo o debate de ideias, a divergência filosófica salutar, inerente à diversidade de pensamento de seus diretores, entre os quais: Nicolau Midosi, Batista Pereira, Josué Montello, João de Scantimburgo e Marco Lucchesi.

Herdeiros de tal riqueza intelectual e na busca de honrar nosso destino de “unidade literária”, nos termos machadianos, ou inspirados no dizer, sempre atual de nosso saudoso confrade Eduardo Portella, o “deslindamento crítico consiste num processamento ideológico” em “um interminável esforço de compreensão da verdade”, somos agora compelidos a lidar com uma multiplicidade de saberes tão bem espelhada em sua nona fase.

Para tanto, muito nos alegra convidar à leitura desta publicação que abriga artigos, ensaios, criações artísticas, a nos fazer recordar a vivacidade linguística, poética e cultural de nossa sociedade constantemente debatida nesta Casa.

Ocupante  
da Cadeira 6  
na Academia  
Brasileira de  
Letras.



## Ninil Gonçalves

**N**inil Gonçalves é fotógrafo e poeta. Nasceu em Cristina, Minas Gerais, mora em São Paulo. A fotografia e a literatura sempre estiveram presentes em sua vida desde a adolescência em Cristina. Graduado em Letras e mestre em Educação. Está cursando doutorado em Educação, pesquisando a fotografia num âmbito pedagógico pela perspectiva do pensamento de Paulo Freire e Pierre Francastel. Acredita que a fotografia possibilita uma ação pedagógica quando a leitura da imagem estabelece um diálogo com os elementos ontológicos do Ser, dialogando com o contexto histórico e indo além dos elementos denotativos apresentados no seu aspecto estético. Como pesquisador busca caminhos mais profundos desse diálogo da fotografia com a Educação, já como fotógrafo ele busca uma relação da poesia com a fotografia numa perspectiva documental, privilegiando o cotidiano e os elementos corriqueiros do dia a dia. Leitor de William Carlos Williams e Manoel de Barros, acredita que esses elementos básicos da vida lhe oferecem a matéria-prima essencial para o que gosta de captar em fotografia. Publicou um livro de poemas chamado *Absorções* e três de fotografia: *Cristina nos olhos*, *Cristinidades* e *Cristinas*, *Terezas*, *Marias*, *Anas...*, todos dedicados à sua cidade natal. Também participa de coletâneas voltadas para a poesia, além de escrever artigos voltados para a área da Educação/Literatura/Fotografia. É idealizador, juntamente com sua irmã Ray Gonçalves, da Flicristina, a primeira Feira Literária de Cristina, que leva anualmente grandes autores à cidade, reunindo todas as escolas do local, incluindo as da zona rural, com os alunos envolvendo-se nos temas literários e também produzindo trabalhos.



# Uma visão panorâmica das políticas linguísticas no Brasil: construindo diálogos

CRISTINE GORSKI SEVERO

Neste texto, proponho apresentar um breve panorama das políticas linguísticas brasileiras, evidenciando a complexidade de elementos e agentes nelas envolvidos. As políticas e planejamentos linguísticos, em geral, emergem como campo disciplinar acadêmico a partir dos anos 1960, paralelamente à emergência da sociolinguística como área de saber academicamente constituída. A despeito dessa formação disciplinar, as políticas linguísticas englobam perspectivas e práticas diversificadas, devendo ser vistas de maneira contextualizada e amplificada. Entendemos que a política linguística deve ser considerada, fundamentalmente, como um campo de diálogo em prol da manutenção da pluralidade linguístico-discursiva em um espaço compartilhado.

A historicidade nos revela que as políticas linguísticas no Brasil envolveram uma série de mobilizações teóricas, artísticas, religiosas, estatais, jurídicas que buscaram lidar com, pelo menos, três grandes aspectos: (i) as formas de nomeação da língua – língua geral, língua da terra, língua exótica, língua brasileira, língua do Brasil, português brasileiro, língua nacional, dialeto brasileiro, dialeto luso-brasileiro, português afro-brasileiro, entre outras; (ii) os discursos em torno da língua

Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq, doutora em Linguística pela UFSC e pós-doutora em Políticas Linguísticas pela Universidade da Pensilvânia. Tem pesquisado as políticas linguísticas em contextos coloniais e pós-coloniais de uso da língua portuguesa. Lidera o grupo de pesquisa *Políticas Linguísticas Críticas* (CNPq).

– defesa de brasileirismos, regionalismos e de vernacularismo, combate aos estrangeirismos, hierarquização e valorização dos usos linguísticos, definição da norma brasileira, entre outros; (iii) as categorizações da língua falada e escrita no Brasil a partir do levantamento de determinados elementos linguísticos, em detrimento de outros, ajudando a definir o que conta como “língua”.

Neste texto agrupo a história das políticas linguísticas em dois momentos: as políticas coloniais e a formação do Estado moderno brasileiro. Atribuo um enfoque maior às contribuições africanas para a formação discursiva e linguística do português brasileiro, pois compreendo que se trata de um tema ainda pouco explorado pela literatura.

## ~ Políticas linguísticas no Brasil colonial

As políticas linguísticas coloniais englobam tanto as políticas linguísticas católicas como as políticas linguísticas do Reino português. Relevante mencionar a existência da instituição do Padroado, que tratou de um sistema político que atribuiu ao governo português o papel de tutor e gerenciador da Igreja católica. O padroado, contudo, não foi um sistema harmônico, uma vez que muitas tensões envolvendo a Igreja no Brasil e o Reino de Portugal emergiram, especialmente tratando de questões linguísticas, a escravização indígena, a prática dos aldeamentos e o pagamento dos impostos. A relação entre os jesuítas e o projeto colonial do Reino foi atravessada tanto de aceitações como de contradições e tensões, o que se espelhava na dialética entre uma doutrina profética, praticada no lugar de ação, e uma doutrina oficial, praticada no lugar acadêmico (Hoornaert *et al.*, 1983). De forma correlata, podemos considerar uma política linguística missionária de natureza acadêmica, incluindo os colégios jesuítas e a ritualística, e outra profética e voltada para a ação.

As políticas linguísticas missionárias estiveram centradas principalmente na ordem jesuítica (Arnaut e Ruckstadter, 2002) e não contemplaram da mesma forma a população indígena e a população africana. Por exemplo, as diferentes experiências jesuíticas – litorânea, ao longo do rio São Francisco, ao longo do rio Amazonas e na região sul do país

– revelam que as políticas jesuíticas não são um bloco homogêneo, embora se identifiquem semelhanças entre elas. Além disso, conhecemos bem o interesse jesuítico pelas ditas “línguas locais/exóticas/da terra”, conforme nos ilustram as orientações oficiais do Concílio de Trento, as *Constituciones*, e o *Diálogo sobre a Conversão do Gentio* do padre Manuel da Nóbrega no século XVI, para mencionar alguns exemplos.

Os jesuítas produziram uma variedade de instrumentos lingüísticos sobre as línguas indígenas – gramáticas, listas de palavras e dicionários –, e traduziram gêneros discursivos religiosos – catecismos, sermões, doutrinas, peças de teatro, entre outros – para essas mesmas línguas. Mencionamos, apenas a título de exemplo, a *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil* (1595), escrita pelo Padre Anchieta, e a *Arte de grammatica da lingua brasilica* (1621), por Luiz Figueira. Embora essas duas gramáticas missionárias tenham sido usadas, modernamente, por linguistas como referência para estudo do tupinambá dos séculos XVI e XVII, as avaliações sobre as descrições feitas por Anchieta variam: o linguista Mattoso Camara Jr. (1979, p. 100), por exemplo, considera que houve “uma sistematização simplificada, feita para se proceder à propaganda religiosa dentro do ambiente indígena”. Por outro lado, a linguista Yonne Leite (2000, p. 47), ao revisitar a gramática de Anchieta, busca “invalidar a ideia de que Anchieta teria simplificado a língua mais usada na costa do Brasil.” Já Aryon Rodrigues (2002) propõe que Anchieta descreveu de forma original o tupinambá, ou tupi antigo. E o antropólogo Monteiro (2001), de forma similar a Mattoso Camara, considera que a gramática de Anchieta descreveu uma “língua geral”, ao invés do tupinambá.

A política lingüística, nesse caso, se inscreve no modelo epistemológico e metodológico – que mesclou categorias universais e elementos descritivos – utilizado pelos jesuítas para construir um discurso sobre as línguas indígenas faladas no Brasil. Tal discurso teve efeito sobre a maneira como os próprios sujeitos indígenas passaram a significar suas línguas. Ademais, o próprio conceito de língua geral é bastante variável (Freire e Rosa, 2003), podendo incluir a língua falada pelos tupinambás da costa no século XVI, a língua do povo Kiriri do nordeste no século XVII, uma variedade *pidgin* ou crioula, ou as duas variedades de línguas gerais, uma Amazônica e outra Paulista (Oliveira e Lobo, 2009).

A política linguística jesuítica no Brasil colonial não operou da mesma forma em relação às línguas africanas e à população africana que foi escravizada e trazida para o Brasil<sup>1</sup>. Sucintamente, uma análise das políticas linguísticas voltadas aos africanos escravizados nos permite afirmar:

(i) Estando a escravização aliada à ideia de pecado original, a cristianização – através dos sacramentos da comunhão, confissão e batismo – seria o caminho para a salvação. Tem-se, aqui, uma política linguística que opera a favor dessa cristianização. Assim, se a questão indígena envolvia os debates em torno da liberdade, a questão africana girou em torno do resgate e da transmigração (Hoornaert *et al.*, 1977). A obra *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (1700) tinha como alvo, entre outros aspectos, ratificar a proposta moral jesuítica em que a escravidão teria surgido como consequência do pecado original.

(ii) A cristianização dos escravizados esteve a cargo da estrutura colonial-patriarcal dos engenhos, diferentemente do modelo de aldeamento aplicado aos indígenas. No caso africano, a cristianização se daria, de forma geral, em língua portuguesa mediante o uso de estruturas linguísticas simplificadas que veiculassem, de forma resumida e mecânica, a catequese (Constituições de 1707). Percebemos uma relação entre o sistema político-econômico de gestão das pessoas e a política linguística.

(iii) A despeito da cristianização em língua portuguesa, houve esforços de sistematização de línguas africanas: *Arte da língua de Angola* (1697), por Pedro Dias; *Obra nova da língua geral de mina*, por Antônio da Costa Peixoto (1731/1741); e o *Catecismo na língua de Ardas* pelo Padre Manuel Lima. Há registros de alguns poucos padres que, no século XVII, pregavam e confessavam na “língua de Angola”, como os padres Pedro da Mota, Mateus de Aguiar, Tomas de Souza, Antonio Cardoso e Francisco Álvares, que teriam aprendido a “língua de Angola” de forma empírica (Leite, 1938, tomo VII).

<sup>1</sup> A título de uma breve contextualização histórica, dados do IBGE revelam que cerca de quatro milhões de homens, mulheres e crianças africanos desembarcaram em solo brasileiro. Dados estatísticos sobre a escravização também podem ser encontrados em <http://www.slavevoyages.org/>

(iv) Em muitos casos, a aprendizagem da língua portuguesa e a cristianização dos escravizados a serem transportados para o Brasil aumentavam o seu valor econômico (Newitt, 2010).

(v) A língua portuguesa foi usada como índice identitário para classificar os escravizados: aqueles que haviam chegado recentemente da África ao Brasil e que desconheciam as línguas e costumes locais eram chamados de “boçais”; já os escravizados que entendiam o português e conheciam os costumes locais eram chamados de “ladinos”; e aqueles que haviam nascido no Brasil eram chamados de “crioulos” (Fausto, 2011).

Ainda exemplificando o tratamento diferenciado conferido aos indígenas e africanos no Brasil colonial, podemos mencionar o *Directório dos Índios* (1755), um documento simbólico que ilustra um processo de fortalecimento do poder régio em detrimento do poder espiritual, com influências das ideias iluministas que submetem a interpretação sobre as línguas a um outro modelo político e teórico. O *Directório* operou no interior de uma política indígena que, entre outras coisas, estabeleceu o uso da língua portuguesa – em substituição às línguas gerais – nas povoações e escolas, instaurou diferenciações entre os ditos *índios* e *negros*, e estipulou um modelo educacional laico que se contrapôs à tradição pedagógica da Companhia de Jesus. Nesse documento, percebe-se que a política linguística não opera isoladamente, mas integrada com outras políticas: identitárias (civilizar os índios), educacionais (ensinar os meninos e meninas) e governamental (governo dos indígenas). O documento sinaliza para um processo de racionalização das políticas linguísticas com o início de uma laicização do poder português.

Essa breve retomada das políticas linguísticas coloniais aponta para a complexidade envolvendo o projeto missionário e as políticas portuguesas no Brasil. Atualmente, presenciamos um ramo de estudos que tem incentivado revisões epistemológicas e metodológicas sobre a maneira como as línguas foram historicamente estudadas, analisadas, destrinchadas, agrupadas e classificadas em contextos historicamente colonizados: trata-se da *Linguística Colonial* (Severo e Makoni, 2015), que compreende um exercício teórico e político de revisão das categorias linguísticas



utilizadas, principalmente, nos contextos que foram afetados profundamente por experiências coloniais.

## ~ A emergência do Brasil independente e a questão linguística

O contexto de emergência do Brasil independente e da correlata ideia de uma nacionalidade brasileira, no decorrer do século XIX, é recheado de polêmicas e debates públicos levados a cabo por intelectuais, gramáticos, filólogos, escritores, juristas, jornalistas e médicos. Tais debates retratam a maneira como as políticas linguísticas foram mobilizadas no percurso histórico de construção do Brasil e da brasilidade, revelando chaves epistemológicas de definição e enquadramento das línguas. Exemplificando, nesse contexto: reforça-se a diferenciação entre fala e escrita; intensificam-se os estudos lexicais e gramaticais; constroem-se narrativas sobre a história do português no Brasil; defende-se a documentação da língua em uso; debate-se o estatuto do português do Brasil – variedade, modalidade, dialeto ou língua; debate-se a designação da língua falada no Brasil; categorizam-se elementos linguísticos sob os rótulos de *neologismos*, *estrangeirismos*, *brasileirismos*, *jargões*; discute-se a possível origem crioula do português do Brasil; polemiza-se sobre a autenticidade da língua do Brasil; discute-se a língua literária brasileira; entre outros aspectos.

Trata-se, sobretudo, de um debate político em torno da língua. A criação da Academia Brasileira de Letras, evidentemente, não ficaria alheia a esse processo que inscreveu na língua questões relevantes para a formação de um imaginário brasileiro. Nesse contexto, a arte literária desempenhou um papel importante, seja na definição de um padrão escrito, seja na problematização dos limites linguísticos normativos.

Ressalta-se que os discursos em torno da questão da língua nacional fazem pouca ou nenhuma menção às influências das línguas africanas. A título de ilustração, João Ribeiro (1889) definiu o “elemento linguístico negro” como modificações feitas na linguagem brasileira em decorrência das influências das línguas africanas faladas pelos escravizados, defendendo que se tratariam de modificações profundas, pois afetariam

o sistema gramatical, especialmente no que tange ao “elemento popular”. Nessa época, João Ribeiro sinalizou para a escassa bibliografia sobre o tema, com exceção dos trabalhos de Macedo Soares. Décadas depois, Gilberto Freire (1961) identificou em anúncios de jornais do século XIX o uso de termos de origem africana que seriam mais próximos da “expressão nacional do que toda a nossa literatura do mesmo período”.

No contexto de construção de um imaginário nacional, podemos mencionar as políticas linguísticas modernistas e da Era Vargas, que estavam vinculadas a políticas culturais e educacionais, todas envolvidas com a criação dos sentidos de nacionalismo e brasilidade (Velloso, 1987). Esse período agrupou uma série de discursos sobre as línguas que mobilizavam uma chave interpretativa que girava em torno das ideias de miscigenação, cultura popular, oralidade e regionalismos (Severo, 2016). Em termos de cultura popular e línguas africanas, Mario de Andrade (1928), Câmara Cascudo (1944), Renato Mendonça (1923), Nina Rodrigues (1932) e Jacques Raymundo (1933), por exemplo, vincularam a sonoridade africana – seja pela tradição oral, seja pela herança musical – à formação de uma ideia de “cultura popular”. A oralidade se tornou um lugar central de inscrição de sentidos nacionalistas no período modernista e na Era Vargas, momento de difusão de uma cultura popular através do rádio. Data de 1937, por exemplo, a criação do *I Congresso da Língua Nacional Cantada*, organizado por Mario de Andrade quando coordenava o Departamento de Cultura de São Paulo. Tratou-se de uma política linguística explícita que buscou incidir sobre a pronúncia, o ritmo e a prosódia aquilo que deveria ser definido como língua-padrão cantada e falada. Evidentemente, sabemos que as regulações nem sempre têm um papel efetivo na prática, o que se percebe na inexistência de outras políticas linguísticas explícitas e governamentais envolvendo as práticas orais brasileiras.

Também é recorrente, nos discursos da época, o estabelecimento de uma aproximação entre a tese de miscigenação racial e a suposição de uma miscigenação linguística, embora muitos autores se coloquem contra essa relação biunívoca entre miscigenação racial e hibridização linguística. Renato Mendonça (1933, p. 79), por exemplo, sugeriu que

a miscigenação racial não afetou a língua da mesma forma: “Como o negro fundiu com o português e do consórcio resultou o mestiço, pareceria lógico que este mestiço falasse um dialeto crioulo. Os fatos são diferentes”. Serafim da Silva Neto (1936 in Pinto, 1981, p. 364) também assumiu a metalinguagem da mestiçagem para tecer apreciações sobre o português brasileiro, embora também negasse a relação entre ambas: “A mestiçagem de sangue foi imensa. É verdade que, em si, ela não tem importância para a mestiçagem linguística, mas como pressupõe contato íntimo, é um testemunho para esta”. Ressaltamos que as categorias de crioulização, hibridização, mestiçagem e miscigenação são delicadas, pois elas têm operado como um marcador social, sendo geralmente usadas para definir apenas o lado do colonizado; o colonizador, diferentemente, raramente é considerado híbrido, misturado ou crioulizado (Makoni e Pennycook, 2005).

Interpretações sociológicas dos anos 1930 sobre uma língua portuguesa brasileira bipolarizada – conforme proposto por Gilberto Freire<sup>2</sup> (1933) – ainda reverberam contemporaneamente. Essa visão bipolarizada – entre culto e popular, fala e escrita, entre outras – perpassou os anos 1960, conforme atestamos na palestra “Uma política do Idioma” (1965), conferida por Celso Cunha no Ministério da Educação e Cultura. Paralelamente a essa visão clivada, observa-se uma tendência sociolinguística de classificação do português brasileiro a partir de uma ótica contínua em que em uma extremidade se teria o português afro-brasileiro e na outra, o português culto urbano. Entre esses dois polos estariam os dialetos rurais e os falares urbanos não padrão. Os conceitos de popular e culto ainda são mobilizados na linguística contemporânea para definir a língua brasileira. Por exemplo, Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009) defendem uma hipótese explicativa para a formação do português no Brasil que, basicamente, se fundamenta na ideia de que o português brasileiro, especialmente a sua variedade popular, resultou de um processo fraco de crioulização, entendido como efeito do contato entre o português europeu e as línguas africanas a partir da aprendizagem irregular da língua portuguesa pelos africanos. A hipótese de crioulização, contudo,

<sup>2</sup> “Ficou-nos, entretanto, dessa primeira dualidade de línguas, a dos senhores e a dos nativos, uma de luxo, oficial, outra popular, para o gasto” (Freire, 1933, p. 207).

não é compartilhada igualmente por todos os linguistas, a exemplo de Scherre e Naro (2007), que defendem que as mudanças sofridas pelo português popular no Brasil decorrem da própria dinâmica histórica da língua portuguesa. Ressalta-se que tais perspectivas não são neutras, pois evidenciam maneiras específicas de se explicar, rotular e classificar as práticas linguísticas no Brasil.

No que se refere ao estudo e reconhecimento das heranças africanas nas línguas e práticas discursivas do Brasil contemporâneo, os trabalhos feitos nas últimas décadas organizam-se em torno de uma matriz teórica centrada, de forma geral, em um modelo empírico de descrição linguística (Castro, 1981, 2001; Vogt e Fry, 1996; Queiroz, 2000; Petter, 2002; Petter e Fiorin, 2008, entre outros). Muitos desses trabalhos retomam os escritos dos anos 1920-1945, como as reflexões de Renato Mendonça, Jacques Raymundo e Nina Rodrigues, entre outros.

Em termos de iniciativas estatais contemporâneas, há uma série de leis e decretos que, desde 2000, têm buscado apreender a diversidade linguística brasileira, como a Lei n.º 10.436 de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão. No Brasil, as políticas de proteção dos bens imateriais incluíram as línguas a partir do Decreto n.º 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), uma metodologia a ser usada para o processo de inventário da diversidade linguística designada como “Referência Cultural Brasileira”. Tal referência cultural brasileira inclui as seguintes línguas como integrantes: *de imigração, indígenas; afro-brasileiras; de sinais; e crioulas*. Em termos linguísticos, atentamos para o uso da construção “línguas afro-brasileiras”. Consideramos que definir o que conta como africanidade é uma tarefa complicada, uma vez que os conceitos de línguas africanas estão abertos a contestações mesmo no cenário africano contemporâneo. Resumindo, as heranças africanas na língua portuguesa são vistas como elementos fragmentáveis que constituem (i) o português brasileiro, (ii) o português vernacular brasileiro, (iii) o português popular brasileiro, (iv) o português rural, (v) o português afro-brasileiro.



## ~ Palavras finais

Não foi o intuito deste texto definir o que conta como “língua portuguesa brasileira”, mas relatar o modo político como diversos discursos sobre as línguas no Brasil construíram uma dada representação sobre as línguas faladas e escritas nesse país. Considero que a definição de Português Brasileiro não é fechada, mas continua aberta a ressignificações, especialmente quando evidenciamos, contemporaneamente, o empenho de linguistas e escritores africanos em definir a sua norma linguística, como em Angola e Moçambique. Tal esforço recoloca, para os pesquisadores brasileiros, o desafio de revisitar suas narrativas linguísticas. Em outros termos, o diálogo transatlântico com pesquisadores das línguas e culturas africanas pode e deve contribuir para uma revisão da maneira como temos historicamente narrado o português brasileiro na sua relação com as africanidades.

## Bibliografia

- ANDRADE, Mario de. *Ensaio sobre a Música Brasileira* (1928). Disponível em < <http://www.ufrgs.br/cdrom/mandrade/mandrade.pdf> > Acesso em 26 de julho de 2017.
- ARNAUT, Cézár; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Estrutura e organização das Constituições dos jesuítas (1539-1540). *Acta Scientiarum*. Maringá, v. 24, n. 1, 2002. pp. 103-113.
- CAMARA Jr., Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- CASCUDO, Câmara. *Antologia do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Martins Fontes, 1944.
- CASTRO, Yeda Pessoa. Língua e Nação de Candomblé. *África* (São Paulo), São Paulo, v. 4, 1981, pp. 57-78.
- \_\_\_\_\_. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks Editora, 2005 (2001).
- CUNHA, Celso. *Uma política do Idioma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (Orgs.). *Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Global, 1933/2003, 365 p.

- \_\_\_\_\_. O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX. Recife: Imprensa Universitária, 1961.
- HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; DER GRIJP, Klaus; BROD, Benno. *História da Igreja no Brasil: ensaio e interpretação a partir do povo*. 3.<sup>a</sup> edição. Petrópolis: Edições Paulina, 1983.
- LEITE, Yonne. A gramática de Anchieta: 500 anos de língua tupi. *Ciência Hoje*, agosto de 2000. Disponível em [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Aleite-2000/leite\\_2000\\_anchieta](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/artigo%3Aleite-2000/leite_2000_anchieta). Acesso em 10 de fev. de 2016.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo 1 e 2. Lisboa: Livraria Portuguesa/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs.) *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair (orgs.). *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.
- MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Unicamp, Campinas: 2001.
- NARO, Julius; SCHERRE, Marta. *Origens do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- OLIVEIRA, Klebson; LOBO, Tânia (orgs.) *África à vista: Dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- PETTER, Margarida; FIORIN, J. L. (orgs.) *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PETTER, Margarida. Termos de origem africana no léxico do português do Brasil. In: José Horta Nunes; Margarida Petter. (Org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Pontes, 2002, pp. 123-146.
- PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 1 – 1820/1920*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos 2 – 1920/1945*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- QUEIROZ, Sônia. *Pé preto no barro branco: a língua dos negros de Tabatinga*. Editora da UFMG, 2000.
- RAYMUNDO, Jacques. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: edições Loyola, 2002.

- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2008 (1932).
- SEVERO, Cristine Gorski. Políticas Patrimoniais e Projetos Nacionalistas: Línguas e Brasilidade em tela. In: Raquel Meister Ko. Freitag; Cristine Gorski Severo; Edair Maria Görski. (Org.). *Sociolinguística e Política: Linguística Olhares Contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016, pp. 189-203.
- \_\_\_\_\_; MAKONI, Sinfree. B. *Políticas Linguísticas Brasil-África: Por uma perspectiva crítica*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2015.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.
- VOGT, Carlos; FRY, Peter. A descoberta do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil. *Religião e Sociedade*, n.º 8, 1982, pp. 45-52.



# Por uma nova nomenclatura linguística no ensino básico da Língua Portuguesa

RICARDO CAVALIERE

## Princípios e fundamentos

Uma das críticas que mais se reiteram no ensino da língua vernácula em nível fundamental e médio diz respeito à inconveniência de usar-se uma nomenclatura linguística anacrônica, com mais de meio século de existência, cujas bases chegaram a ser questionadas até mesmo antes de sua publicação<sup>1</sup>. Com efeito, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), de 1959<sup>2</sup>, já não cumpre o papel a que se destina, dada a profunda mudança que se operou no ensino da língua portuguesa em níveis fundamental e médio, decorrente das novas conquistas que a Linguística teórica e o estudo do texto têm-nos proporcionado no decurso dos últimos decênios.

Podem-se alinhar, de imediato, alguns propósitos bem objetivos para que se revise a atual nomenclatura linguística, denominada nomenclatura gramatical em sua origem. Entre eles, citem-se:

<sup>1</sup> Leia-se, por exemplo, Jucá (Filho), 1958.

<sup>2</sup> Comissão formada pelos professores Antenor Nascentes (1886-1972), Clóvis do Rêgo Monteiro (1898-1961), Cândido Jucá [filho] (1900-1982), Carlos Henrique da Rocha Lima (1915-1991) e Celso Ferreira da Cunha (1917-1989), e assessorada pelos professores Antônio José Chediak (1916-2007), Serafim da Silva Neto (1917-1960) e Sílvio Edmundo Elia (1913-1998).

Graduado em Letras e Direito pela UFRJ. Mestre e Doutor em Língua Portuguesa (Letras Vernáculas) pela UFRJ. Professor associado da UFF (RJ), membro da Academia Brasileira de Filologia, membro do Conselho Editorial da Editora Lucerna, conselheiro do Real Gabinete Português de Leitura e do Liceu Literário Português.

- a) documento oficial, a NGB, além de já não cumprir os fins a que se destina, é reiteradamente desconsiderada não só nas aulas de língua portuguesa, bem como nas atividades em que deveria ser imperativamente respeitada, tais como os concursos públicos e os exames de admissão às universidades;
- b) como documento norteador do ensino da língua vernácula, a NGB não logra incentivar as práticas pedagógicas que apresentem o fenômeno linguístico em sua integralidade, em que despontam os recursos do texto escrito e do texto oral, os elementos que integram o texto no ambiente discursivo, as competências de leitura, entre outros fatores fundamentais para a boa formação linguística do educando;
- c) falida e até mesmo injustamente criticada por supostamente ser fruto da intervenção estatal na liberdade de cátedra, a NGB efetivamente deixou de cumprir um de seus papéis mais relevantes: o de prevenir o uso de metalinguagem idiossincrática, de modelos teóricos pouco adotados pela maioria dos docentes, um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento harmônico do aprendizado da língua, sobretudo nas situações sociais em que o aluno se sujeita a intensa mobilidade na rede de ensino.

Há, pois, motivos suficientes para que se proponha uma revisão da Nomenclatura de 1959, mas uma indagação de outra natureza ainda persiste: haverá hoje necessidade de uma nomenclatura linguística unificada? Em outros termos: que proveito terá a didática da língua vernácula com a elaboração de uma relação de termos metalinguísticos a que todos devam respeitar? Por sinal, essa é uma questão de fundo, que por si já provoca reações calorosas: o necessário respeito à nomenclatura. Aqui, cuida-se de um fato que lá tem sua obviedade, não obstante controverso, visto que não se pode conceber uma nomenclatura linguística que fique enclausurada na letra de forma, cujos efeitos pragmáticos não se façam sentir na sala de aula. Se assim o for, melhor será encerrar os trabalhos por aqui.

Muito se tem dito sobre uma suposta imposição estatal à época da publicação da NGB, sobretudo devido ao fato de seu projeto haver sido aprovado mediante uma portaria ministerial<sup>3</sup>. A par desse fato, uma

<sup>3</sup> A Portaria n.º 36, de 28 de janeiro de 1959, assinada pelo Ministro da Educação Clóvis Salgado, recomenda a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado nos estabelecimentos de ensino.

outra imposição, essa de caráter linguístico-teórico, é frequentemente enxergada na própria concepção da NGB, dado que, como obviamente se sabe, por trás da nomenclatura está a doutrina. Creio que ambas as críticas carecem de procedência: a suposta imposição estatal, na realidade, não vai além de uma providência necessária para a instituição da NGB na forma de um ato administrativo. A leitura da excelente resenha que nos legou Antonio José Chediak (1916-2007) sobre o percurso do anteprojeto e do projeto final da nomenclatura de 1959 bem revela que foi ampla e numerosa a consulta que se fez ao professorado e aos especialistas ao longo de pelo menos três anos<sup>4</sup>. Ademais, quem estuda a história da Educação no Brasil bem conhece a tradição das provas orais até pelo menos o início da década de 1960, uma verdadeira tortura meta-lingüística para os alunos que se submetiam às bancas de avaliação, visto que nunca se sabia qual termo gramatical era o preferido do avaliador.

Quanto à imposição doutrinária, parece natural que, em se querendo unificar e simplificar, haver-se-á de transigir. Cabe aqui ressaltar que, para o docente, a nomenclatura deve servir ao propósito do ensino eficaz, pouco importando, por exemplo, que suas bases se finquem em modelos teóricos distintos. O avanço científico na área da Linguística não se atrela a um dado modelo de investigação; pelo contrário, decorre da múltipla visão do fenômeno linguístico que advém dessa multifacetada abordagem, razão por que, no âmbito do ensino, o que importa é a aplicação criteriosa das teses oferecidas pela pesquisa plural, sem dogmatismo ou preciosismo acadêmico. Ao gramático, cabe-lhe descrever o funcionamento da língua e prover pedagogicamente seu ensino no plano normativo mediante recurso às conquistas da Linguística. O compromisso doutrinário, esse é próprio do linguista, que naturalmente atua como agente e defensor de dado paradigma de investigação.

A presente proposta segue critérios gerais bem objetivos, dado o desejo, senão a necessidade, de constituir-se em documento autoaplicável. Nesse sentido, a expectativa é de que o docente de língua portuguesa se sinta à vontade no emprego de seus termos e que seu escopo unificador ou harmonizador decorra naturalmente dessa aplicação. O primeiro

<sup>4</sup>Veja CHEDIK (1960).

critério diz respeito ao *destinatário da nomenclatura*, que necessariamente será o professor, razão por que somente a ele caberá definir a medida de sua presença na elaboração dos planos de aula. O professor é o agente do processo de ensino aprendizagem, cumpre-lhe edificar as estratégias didático-pedagógicas em consonância com a natureza do alunado e do ambiente em que se desenvolve a atividade de ensino, razão por que somente a ele se poderá atribuir a tarefa de ajustar a aplicação de uma nomenclatura linguística no dia a dia da práxis educacional. O que não se deseja e, obviamente, se busca evitar é que as convicções pessoais deem vez à multiplicação de metatermos, fato que, afinal, viria a colidir com a própria existência de uma nomenclatura linguística.

O segundo critério remete à concepção orgânica da nomenclatura, que deverá circunscrever-se imperativamente ao plano lexical. Em outros termos, uma nomenclatura linguística não pretende funcionar como instrumento norteador da descrição, embora, como já se afirmou nestas linhas, seja inevitável a vinculação entre metalinguagem e doutrina. O que aqui se quer dizer é que a descrição, análise e classificação do fato linguístico não integram a presente proposta de nomenclatura, razão por que, embora se relacionem termos classificadores da oração, em nenhum momento se propõem ou mesmo sugerem uma classificação de orações. Pelo mesmo motivo, a terminologia linguística, aqui, não tem definições, em nenhum momento se diz, por exemplo, o que é um adjetivo, um morfema ou um verbo intransitivo. Em outros termos, a atividade linguístico-descritiva cabe ao gramático, ao professor, em suma, ao linguista. O que se quer com a nomenclatura é estabelecer limites metalinguísticos em prol de um projeto de ensino inclusivo, no sentido de que o aluno se sinta à vontade para também atuar como agente da atividade de ensino-aprendizagem na diversificada interação social em que se discutem fatos da língua.

Um terceiro critério vincula-se à restrição ao uso de termos redundantes. As poucas ocorrências de metatermos com o mesmo papel designativo se devem exclusivamente ao fato de que a metalinguagem mais recentemente utilizada nem sempre está no domínio da formação acadêmica de todos os professores. Assim, por exemplo, o metatermo *oração complexa*, embora tenha larga tradição na descrição do português, não é reconhecido

por parte dos professores há muito tempo afastados do círculo acadêmico universitário, sobretudo por ser um metatermo ausente na nomenclatura oficial vigente. Há, pois, necessidade de um ajuste dessa novel terminologia em um primeiro momento, que naturalmente se consolidará com o tempo de vigência da nova ordem metalingüística.



## Os primeiros passos de uma nova nomenclatura

Expostos esses princípios gerais, cabem duas palavras sobre a origem desta proposta de repaginação da nomenclatura linguística e sobre as ideias que lhe deram feição. Na reunião da Academia Brasileira de Filologia (Abrafil) realizada em 19 de agosto de 2006, apresentamos aos acadêmicos a minuta de um *Anteprojeto de Atualização da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. A tarefa integrava um dos vários projetos que, no ano de 1998, haviam sido propostos pelo saudoso Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho (1927-2011), então presidente da Academia, entre os quais figuravam a revitalização da *Revista Brasileira de Filologia*, a edição de uma gramática escolar e a elaboração de um dicionário biobibliográfico.

No tocante ao projeto de reforma da NGB, foi inicialmente designada uma comissão constituída pelos acadêmicos Antônio José Chediak (presidente), Cilene da Cunha Pereira, Fernando Ozório Rodrigues, Hilma Pereira Ranauro, José Pereira da Silva, Manoel Pinto Ribeiro e Ricardo Stavola Cavaliere. Essa comissão, a rigor, não avançou sequer um passo para a consecução da tarefa, dadas as inúmeras dificuldades advindas dos compromissos profissionais e pessoais de seus membros, a que se aliou o afastamento do Prof. Chediak em face de graves problemas de saúde. Posteriormente, a comissão passou a contar com o acadêmico José Venício Marinho Frias (1937-2009) em substituição a Fernando Ozório Rodrigues.

Passados alguns anos, com ânimo renovado para que se desse início à reforma da NGB, o Prof. Leodegário de Azevedo Filho confiou-nos a tarefa de elaborar uma minuta de anteprojeto, que seria posteriormente discutida no seio da Comissão e culminaria por ser avaliada em plenária, não sem antes serem consultados os segmentos linguísticos e

filológicos da sociedade brasileira. Premidos pelas dificuldades que o tempo escasso e o labor excessivo nos impunham, somente em agosto de 2006 pudemos concluir a tarefa, mas, apesar de todos os esforços, o tema jamais foi efetivamente discutido no seio da Abrafil.

## ~ Esta proposta

Os critérios edificados, conforme já referido nestas linhas, buscavam equacionar a dicotomia da permanência e da mudança, ou seja, o que manter da antiga nomenclatura e o que nela modificar. Ademais, sentimo-nos na obrigação inarredável de conferir ao anteprojeto feição eminentemente pedagógica, melhor diria didática, já que seu escopo é o ensino do português em nível fundamental e médio, segmento em que uma terminologia unificada cumpre papel relevante, a rigor essencial. Já no ensino superior, eleva-se um interesse antagônico, visto que aqui a pluralidade das vertentes doutrinárias aplicadas ao estudo e à descrição da linguagem e da língua *stricto sensu* não se coaduna com uma terminologia monolítica.

Semelhante constatação, de um lado, conduz para a restrição do aparato terminológico apenas aos termos que interessem ao ensino basilar, mas, por outro lado, cria um problema adicional: como selecionar tais termos em um ambiente de tamanha diversidade teórica, em que tantos modelos de investigação linguística se implementam no meio acadêmico como sucedâneos das antigas doutrinas? Esse é um ponto em que as escolhas iniciais são necessariamente subjetivas, para ulterior discussão e consenso. Assim, optamos pela terminologia nova que já vem informalmente habitando a aula de português em níveis fundamental e médio por iniciativa dos professores mais afeitos à renovação dos parâmetros curriculares, com o cuidado adicional de conferir a tais termos certa convergência doutrinária, de tal sorte que se integrem em um plano teórico mais abrangente. Por outro lado, evitamos a terminologia pouco sedimentada, ou apenas afeita à investigação aprofundada, cuja residência adequada deve situar-se nas salas de aula universitárias.

Já no tocante à permanência de metatermos presentes na antiga nomenclatura, decerto que uma nova proposta não pode agir com furor iconoclasta, visto que semelhante ato de insensatez provocaria danos

irreparáveis ao ensino. Dispensável dizer aqui das vantagens de manter um dado termo já consagrado pelo uso, não obstante eventuais inadequações, inclusive porque, se pretendemos que a terminologia renovada seja efetivamente una, decerto que os professores mais experientes e afeitos à velha ordem haverão de ser cativados para aderir aos reformistas. Lembro-me aqui de uma observação do filólogo Lucien Foulet (1873-1958) em sua *Petite syntaxe de l'ancien Français* (1919) acerca do termo *artigo partitivo*, muito comum no francês e no italiano, que segundo seu juízo era de todo inadequado, já que a expressão semântica não se coaduna com o termo designativo escolhido. No entanto, arremata Foulet, a conveniência didática de se manter o nome inadequado é superior ao preciosismo de sua substituição<sup>5</sup>.

Assim, optamos por somente retirar da NGB de 1959 os termos que comprovadamente não correspondem à denominação idônea do fato lingüístico – muitos deles, por sinal, já discutíveis àquela época –, com a certeza de que, assim agindo, contribuímos para pacificar os nervos mais reacionários. Nesse diapasão, saem as denominações *vogal reduzida*, *período composto por subordinação*<sup>6</sup>, *palavra denotativa*, entre outras, já que expressam conceitos que a moderna teoria aplicada ao ensino demonstrou serem ineptas ou inconsistentes. Por outro lado, ingressam inúmeros termos que a nova ordem faz presentes na descrição do português, tais como *morfema*, *alomorfe*, *fonema*, *alofone*, *oração complexa* etc., os quais, afinal, só constituirão novidade aos olhos há muito afastados das páginas sobre descrição do português.

Mas outras questões graves surgiram, talvez as que mais polêmica poderão provocar nas futuras (e pacíficas) discussões sobre o tema. Uma delas diz respeito à estrutura orgânica da terminologia. Uma breve volta ao ano de 1958 nos faz deparar com o anteprojeto da NGB que viria a ser aprovada no ano seguinte pela Portaria n.º 56 de 28 de janeiro de 1959. Na realidade, o anteprojeto é radicalmente distinto do projeto final do ponto de vista orgânico, visto que previa a definição oficial dos termos técnicos e eventualmente até exemplificações com o *corpus*

<sup>5</sup> Nas palavras de Foulet, “le term n'est pas très juste (...) mais il est commode et nous le conserverons” (1919:51).

<sup>6</sup> Mantido apenas como opção designativa a *oração complexa*.

da língua literária. Por sinal saliente-se que o presidente da comissão designada pelo ministro da Educação Clóvis Salgado (1906-1978) foi justamente Antenor Nascentes, filólogo que mais se destacava entre os que se dedicavam à pesquisa dialetológica do português brasileiro, além de consagrado gramático e lexicógrafo. A mudança de rumos entre o anteprojeto e o projeto aprovado em 1959, sobretudo no tocante à decisão de não se conferirem definições aos termos técnicos, constituiu louvável providência, pois assim não só se pacificaram as dissidências doutrinárias, como também se garantiu maior autonomia ao docente quanto à conceituação dos fatos gramaticais. Por tal motivo, julgamos que o modelo de 1959 deveria ser mantido quanto a esse aspecto.

Em segundo lugar, conforme já se reiterou nestas linhas, ampliaram-se os domínios do estudo sobre a língua, de tal sorte que a terminologia hoje não é, a rigor, gramatical, mas linguística. Saliente-se que não se trata de uma nomenclatura linguística no sentido de apegar-se aos cânones da Linguística como ciência, mas linguística por adjungir-se à descrição da língua em seus diversos campos de investigação: Fonologia, Gramática (morfologia, sintaxe), Lexicologia (tipos de palavras, classes de palavras), Semântica, norma e uso, ortografia, as fases históricas do português e as vertentes da língua do ponto de vista social. Aliam-se a esses tópicos a Estilística e o estudo do texto. Por tal motivo, a nova nomenclatura tem um título mais adequado à amplitude de seus domínios: *Terminologia Brasileira para o Estudo Linguístico no Ensino Fundamental e Médio*.

O organograma proposto, como se vê, opera em bases nem sempre pacíficas. A nova concepção de gramática, por exemplo, excluiu de seus domínios a Fonologia e o léxico, razão por que havemos de dispor apartadamente semelhantes áreas no anteprojeto. Digo nova concepção de gramática com alguma reserva, já que a geração que elaborou o texto de 1959 já trabalhava com a noção de que a Fonética distinguia-se da Fonologia, tendo em vista seu escopo de descrever os sons da língua no aspecto meramente material, razão por que também não se incluía nos domínios da gramática.

Não resta dúvida de que a aprovação desse novo organograma do estudo linguístico implicará a aceitação de uma novel concepção sobre língua, linguagem e texto. Em outros termos, estar-se-á, numa certa

medida, invadindo a órbita doutrinária, fato que decerto levantará vozes em defesa da liberdade de cátedra. É, julgamos sinceramente, um óbice inevitável, cuja superação dependerá da boa vontade e da predisposição para transigir. Esse é um problema, por sinal, que já se apresenta flagrantemente na NGB, como se percebe na concepção tripartite de gramática nela expressa: fonética, morfologia, sintaxe. Aqui, admite-se que a classificação de palavras, que os antigos gramáticos denominavam *taxionomia* (sob inspiração das ciências biológicas) componha a morfologia, o que a rigor só se pode admitir por amor à simplificação.

Em outra seara, surge a grave questão de ajustar o estudo do texto à realidade pedagógica do ensino fundamental e médio. A proposta ora em germinação é deliberadamente parcimoniosa, talvez melhor se dissesse “prudente”. Recordamo-nos dos idos da década de 1970, em que certos conceitos estruturalistas, como o de *sema*, *semantema*, *funções da linguagem* e as *dicotomias saussurianas*, começaram a frequentar as aulas do antigo Segundo Grau. Falar em *signo*, *significante* e *significado*, *função fática*, *função referencial* etc. constituía uma espécie de revolução pedagógica no ensino do português, a cuja adesão nenhum jovem docente se furtava. Desses novos termos, muitos ficaram, outros tiveram vida curta nas classes elementares: mantivemos o *morfema*, dispensamos o *sema*.

Fato análogo ocorre agora com a nomenclatura do texto. Estamos em um momento em que as teses fervilham nos meios acadêmicos, razão por que a nomenclatura vive em sobressaltos. Assim, optamos por incluir aqueles termos que a experiência nos apresentou como definitivamente eleitos pela comunidade docente: *coerência textual*, *coesão textual*, *intertextualidade*, *relação anafórica*, *catafórica*, entre outros. Atenção especial merece o termo *operador argumentativo*, pois aqui ingressamos em terreno movediço, o que, afinal, de certo modo contraria os critérios que se vêm defendendo desde o início dessas ponderações. No entanto, a presença desse termo visa a que se confira melhor tratamento a outro problema terminológico não menos grave, que já incomodava os que se dedicavam ao ensino do português há décadas. Referimo-nos às denominadas *palavras denotativas*.

Segundo nos informa o Prof. Antonio José Chediak em seu aqui já citado relato sobre a elaboração da NGB, a comissão de 1959 optou

pela inclusão das palavras denotativas na versão final do projeto – sob inspiração da conhecida proposta de José Oiticica (1882-1957) em seu *Manual de análise* (1955[1919]) –, tendo em vista o fato de que tais palavras “conquanto indispensáveis à comunicação do pensamento e do sentimento”, a rigor, não pertenciam aos domínios da gramática, porém ao da estilística. Como se percebe, nossos filólogos foram competentes para diagnosticar o problema, embora não se tenham desempenhado tão bem para solucioná-lo. E nem se pode agora acusá-los de inépcia, pois, afinal, não deram tratamento adequado ao problema porque não dispunham da teoria adequada para fazê-lo. Hoje, sabemos que certos itens lexicais expressam valores semânticos na esfera do discurso, ou do texto em sua acepção mais extensiva, em que atuam fatores de ordem linguística e extralinguística. É o caso do *mas* de relevância, do *agora* contrastivo, do *também* e sua profícua polissemia, entre tantos outros casos: são fatos que estão em nossa bibliografia linguística desde Mário Barreto (1879-1931) e seu “que” pleonástico, desde Said Ali (1861-1953) e seus “meios de expressão”.

Assim, optamos por congregiar tais palavras no conjunto dos operadores argumentativos, denominação razoavelmente sedimentada no meio acadêmico, termo submetido à esfera do texto, não da estilística como propunham nossos velhos filólogos. Enfim, com esta proposta cremos dar o passo inicial de uma longa jornada de discussões, que, como se disse, se iniciaram no seio da Academia Brasileira de Filologia, mas, por motivos de vária origem, lá não progrediram. Sua publicação traz consigo a expectativa de que encontre leitores interessados que contribuam para sua discussão e aprimoramento, de tal sorte que uma versão final seja acolhida oficialmente pelas autoridades governamentais. Semelhante abonamento, decerto, revela-se imperativo para que se atinja a necessária unidade de uso terminológico nas salas de aula de língua materna. Por sinal, nesse aspecto, muito se tem criticado a antiga NGB por ter sido “imposta” ao professorado mediante ato governamental, fato que só se pode justificar pela pouca informação histórica sobre o panorama do ensino do vernáculo à época, em que os próprios docentes clamavam por uma nomenclatura unificada para pôr termo aos caprichos terminológicos em exames e concursos, dentre outros fins.

Por sinal, a respeito dessa suposta interferência estatal na liberdade de cátedra, cabe aqui recordar as palavras de Antenor Nascentes sobre a exata dimensão do acolhimento acadêmico da NGB (*apud* OLIVEIRA, 1965:17):

*A liberdade de cátedra, mesmo em estabelecimentos mantidos pelo governo, impedirá a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, caso o professor da matéria tenha preferência por outra orientação. Entretanto, questões respondidas por alunos de acordo com as normas da publicação do Ministério da Educação e Cultura não poderão ser consideradas errôneas.*

Por fim, duas palavras sobre a disposição da matéria. Optamos por uma relação em ordem alfabética dentro de grandes áreas de estudo, que são, por assim dizer, as áreas ou domínios em que se desenvolvem os estudos linguísticos contemporâneos. Decerto que não se encontram entre tais áreas os diversos paradigmas da Linguística que hoje habitam os meios acadêmicos, já que não se está trabalhando aqui no plano da teoria linguística. Por sinal, este o motivo por que a metalinguagem perpassa mais de um modelo teórico, um fato absolutamente cabível no plano pedagógico, embora condenável no plano da pesquisa. Alguns termos vêm acompanhados de outros congêneres em itálico, que visam a conferir uma via de transição metalinguística no tratamento do fato linguístico, fato que, obviamente, lhes atribui relevância subsidiária.

A expectativa é grande e entusiasta no sentido de que a presente proposta ganhe repercussão e seja objeto de profícua discussão, de tal sorte que o ensino da Língua Portuguesa se aprimore e a formação de nossos educandos se aperfeiçoe em parâmetros atualizados e condizentes com as novas vertentes pedagógicas.

## Referências

- CHEDIAK, A. J. *A elaboração da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1960.
- FOULET, Lucien. *Petite syntaxe de l'ancien français*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, Éditeur, 1919.
- JUCÁ (FILHO), Cândido. *132 restrições ao anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958 .
- OITICICA, José. *Manual de análise* (léxica e sintática). São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, Editora Paulo de Azevedo Ltda., 1955 [1919].
- OLIVEIRA, José Luís de. *Nomenclatura gramatical brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1965.

## ANEXO

### Domínios do Estudo Linguístico em Nível Fundamental e Médio

1. Língua
2. Descrição linguística
  - 2.1. Fonética e Fonologia
  - 2.2. Gramática
    - 2.2.1. Morfologia
    - 2.2.2. Sintaxe
    - 2.2.3. Lexicologia
      - 2.2.3.1. Tipologia lexical
      - 2.2.3.2. Classes de palavras
  - 2.3. Semântica
  - 2.4. Norma e uso linguístico
3. Representação gráfica da língua
4. Fases históricas da língua
5. Estilística
6. Texto

### Terminologia Brasileira para o Estudo Linguístico no Ensino Fundamental e Médio

#### 1. Língua

Língua estrangeira  
 Língua materna  
 Língua nacional  
 Língua oficial  
 Língua vernácula  
 Linguagem  
 Sistema linguístico

Alofone  
 Alofone livre  
 Alofone posicional  
 Alteração fonética  
 Aparelho fonador  
 Apócope  
 Assibilação  
 Assimilação  
 Clítico

#### 2. Descrição linguística

##### 2.1. Fonética e Fonologia

Acento  
 Aférese

Consoante  
 Consoante alveolar  
 Consoante arredondada  
 Consoante contínua

Consoante dental	Fonética acústica
Consoante fricativa	Fonética articulatória
Consoante labial	Fonética auditiva
Consoante lateral	Fonética histórica
Consoante linear	Fonética sintática
Consoante nasal	Fonologia diacrônica
Consoante oclusiva	Fonologia sincrônica
Consoante oral	Forma arrizotônica
Consoante palatal	Forma rizotônica
Consoante retroflexa	Grupo consonantal
Consoante sonora	Grupo consonantal impróprio
Consoante desvozeada, <i>consoante surda</i>	Grupo consonantal próprio
Consoante velar	Grupo de força
Consoante vibrante	Haplologia
Consonantização	Hiato
Crase	Hiperbibasmo
Curva acentual	Hipértese
Curva tonal, <i>curva melódica</i>	Homofonia
Desnasalização	Homófono
Diérese	Metafonia
Dissílabo	Metaplasmo, <i>alteração fonética</i>
Dissimilação	Metátese
Ditongação	Monossílabo
Ditongo	Monotongação
Ditongo crescente	Nasalização
Ditongo decrescente	Oclusão
Ditongo nasal	Ortoepia
Ditongo oral	Oxítono
Duração	Palatalização
Ectilipse	Paragoge
Elisão	Paroxítono
Entonação	Pausa.
Entonação declarativa	Polissílabo
Entonação imperativa	Processos fonológicos
Entonação interrogativa	Proparoxítono
Epêntese	Prosódia
Fonema	Prótese

Segmento  
 Semivogal anterior  
 Semivogal posterior  
 Sílabas  
 Sílabas abertas  
 Sílabas átonas  
 Sílabas tônicas  
 Sílabas travadas  
 Sinalefa  
 Síncope  
 Sinérese  
 Som linguístico  
 Sonorização  
 Suarabácti  
 Tepe  
 Traço distintivo  
 Traço suprasegmental  
 Trissílabo  
 Tritongo  
 Tritongo oral e nasal  
 Vocábulo fonológico  
 Vocalização  
 Vogal  
 Vogal aberta  
 Vogal alta  
 Vogal anterior  
 Vogal arredondada.  
 Vogal baixa  
 Vogal central  
 Vogal fechada  
 Vogal linear  
 Vogal média de 1.º grau  
 Vogal média de 2.º grau  
 Vogal nasal  
 Vogal oral  
 Vogal posterior

## 2.2. Gramática

### 2.2.1. Morfologia

Afixo  
 Alomorfe  
 Aspecto  
 Aspecto  
 Aspecto conclusivo  
 Aspecto durativo  
 Aspecto frequentativo  
 Aspecto inceptivo  
 Aspecto incoativo  
 Aspecto inconclusivo  
 Aspecto progressivo  
 Caso  
 Caso oblíquo  
 Caso reto  
 Categoria  
 Cognato  
 Composição  
 Composição por aglutinação  
 Composição por justaposição  
 Conjugação  
 Consoante de ligação  
 Constituinte imediato  
 Conversão  
 Defectividade  
 Dêitico  
 Derivação  
 Derivação imprópria, *conversão*  
 Derivação parassintética  
 Derivação prefixal  
 Derivação regressiva, *regressão*  
 Derivação sufixal  
 Derivado  
 Desinência  
 Desinência nominal  
 Desinência nominal de gênero

Desinência nominal de número	Imperativo negativo
Desinência verbal	Indicativo
Desinência verbal de gerúndio	Infinitivo
Desinência verbal de infinitivo	Infinitivo pessoal
Desinência verbal de particípio	Infinitivo impessoal
Desinência verbal modo-temporal	Masculino
Desinência verbal número-pessoal	Modo
Determinado	Morfema
Determinante	Morfema aditivo
Estrutura morfológica, <i>estrutura mórfica</i>	Morfema reduplicativo
Família de palavras	Morfema subtrativo
Feminino	Morfema suprasegmental
Flexão	Morfema zero
Flexão nominal	Morfologia deverbal
Flexão verbal	Negação
Forma nominal do verbo	Neutro
Formas nominais	Nome
Formas arrizotônicas	Nome composto
Formas rizotônicas	Nome derivado
Futuro	Nome primitivo
Futuro do presente	Numeral cardinal
Futuro do pretérito	Numeral fracionário
Gênero	Numeral multiplicativo
Gênero feminino	Numeral ordinal
Gênero masculino	Número
Gentílico	Número plural
Gerúndio	Número singular
Grau aumentativo	Parassíntese
Grau comparativo	Particípio
Grau diminutivo	Passividade
Grau superlativo absoluto	Pessoa
Grau superlativo absoluto analítico	Plural
Grau superlativo absoluto sintético	Prefixação, <i>derivação prefixal</i>
Grau superlativo relativo	Prefixo
Hibridismo	Presente
Imperativo	Pretérito
Imperativo afirmativo	Pretérito imperfeito

- Pretérito mais-que-perfeito  
 Pretérito perfeito  
 Processo morfológico  
 Processos de formação de palavras  
 Radical  
 Radical primário  
 Radical secundário  
 Reduplicação, redobro  
 Singular  
 Sobrecomum  
 Subjuntivo  
 Sufixação  
 Sufixo  
 Tema  
 Tempo  
 Tempo composto  
 Tempo simples  
 Variante gráfica  
 Vogal de ligação  
 Vogal temática  
 Voz ativa  
 Voz passiva analítica  
 Voz passiva sintética  
 Voz recíproca  
 Voz reflexiva
- 2.2.2. Sintaxe**  
 Adjunto adnominal  
 Adjunto adverbial  
 Análise sintática  
 Antitaxe, *substituição*  
 Aposto  
 Aposto distributivo  
 Aposto enumerativo  
 Aposto qualificativo  
 Aposto resumitivo  
 Colocação  
 Complemento agente da passiva  
 Complemento nominal  
 Complemento predicativo  
 Complemento relativo  
 Complemento verbal  
 Concordância  
 Concordância atrativa  
 Concordância ideológica, *silpse*  
 Concordância nominal  
 Concordância verbal  
 Contaminação sintática  
 Dativo ético  
 Ênclise  
 Enunciado, *período*  
 Frase  
 Frase nominal  
 Frase verbal  
 Hipertaxe, *superordenação*  
 Hipotaxe, *subordinação*  
 Mesóclise  
 Núcleo  
 Objeto direto  
 Objeto direto pleonástico  
 Objeto direto preposicionado  
 Objeto indireto  
 Objeto indireto pleonástico  
 Oração  
 Oração absoluta  
 Oração complexa  
 Oração coordenada  
 Oração coordenada assindética,  
*coordenada justaposta*  
 Oração coordenada sindética aditiva  
 Oração coordenada sindética adversativa  
 Oração coordenada sindética alternativa  
 Oração coordenada sindética conclusiva  
 Oração coordenada sindética explicativa

- Oração desenvolvida
- Oração intercalada
- Oração principal
- Oração reduzida
- Oração subordinada, *transposta*
- Oração subordinada adjetiva, *de transposição adjetiva*
- Oração subordinada adjetiva explicativa, *de transposição adjetiva explicativa*
- Oração subordinada adjetiva restritiva, *de transposição adjetiva restritiva*
- Oração subordinada adverbial, *de transposição adverbial*
- Oração subordinada adverbial causal, *de transposição adverbial causal*
- Oração subordinada adverbial comparativa, *de transposição adverbial comparativa*
- Oração subordinada adverbial concessiva, *de transposição adverbial concessiva*
- Oração subordinada adverbial condicional, *de transposição adverbial condicional*
- Oração subordinada adverbial condicional, *de transposição adverbial condicional*
- Oração subordinada adverbial conformativa, *de transposição adverbial conformativa*
- Oração subordinada adverbial consecutiva, *de transposição adverbial consecutiva*
- Oração subordinada adverbial final, *de transposição adverbial final*
- Oração subordinada adverbial hipotética, *de transposição adverbial hipotética*
- Oração subordinada adverbial locativa, *de transposição adverbial locativa*
- Oração subordinada adverbial modal, *de transposição adverbial modal*
- Oração subordinada adverbial proporcional, *de transposição adverbial proporcional*
- Oração subordinada adverbial temporal, *de transposição adverbial temporal*
- Oração subordinada substantiva, *de transposição substantiva*
- Oração subordinada substantiva agente da passiva, *de transposição substantiva agente da passiva*
- Oração subordinada substantiva apositiva, *de transposição substantiva apositiva*
- Oração subordinada substantiva completiva nominal, *de transposição substantiva completiva nominal*
- Oração subordinada substantiva completiva relativa, *de transposição substantiva completiva relativa*
- Oração subordinada substantiva objetiva direta, *de transposição substantiva objetiva direta*
- Oração subordinada substantiva objetiva indireta, *de transposição substantiva objetiva indireta*
- Oração subordinada substantiva predicativa, *de transposição substantiva predicativa*
- Oração subordinada substantiva subjetiva, *de transposição substantiva subjetiva*
- Parataxe, *coordenação*
- Período composto
- Período simples

Período  
 Predicação verbal  
 Predicado  
 Predicado complexo  
 Predicado nominal  
 Predicado incompleto, *simples*  
 Predicado verbal  
 Predicado verbo-nominal  
 Próclise  
 Regência, *regime*  
 Sintagma  
 Sujeito  
 Sujeito composto  
 Sujeito explícito  
 Sujeito implícito, *desinencial*  
 Sujeito indeterminado  
 Sujeito nulo  
 Sujeito simples  
 Termo oracional  
 Verbal  
 Verbo intransitivo  
 Verbo transitivo direto e indireto  
 Verbo transitivo direto  
 Verbo transitivo indireto  
 Verbo transitivo relativo  
 Vocativo

### 2.2.3. Lexicologia

#### 2.2.3.1. Tipologia lexical, *tipos de palavras*

Africanismo  
 Analogia  
 Anglicismo  
 Antropônimo  
 Aportuguesamento  
 Arabismo  
 Brasileirismo

Calão  
 Eruditismo  
 Espanholismo  
 Galicismo  
 Gíria  
 Helenismo  
 Hipocorístico  
 Interjeição  
 Italianismo  
 Jargão  
 Latinismo  
 Lusitanismo  
 Palavra  
 Transpositor  
 Topônimo  
 Vocábulo

#### 2.2.3.2. Classes lexicais. *classes de palavras*

Adjetivo  
 Advérbio  
 Advérbio de causa  
 Advérbio de companhia  
 Advérbio de concessão  
 Advérbio de condição  
 Advérbio de conformidade  
 Advérbio de fim  
 Advérbio de instrumento  
 Advérbio de intensidade  
 Advérbio de lugar  
 Advérbio de modo  
 Advérbio de negação  
 Advérbio de referência  
 Advérbio de tempo  
 Artigo  
 Artigo definido  
 Artigo indefinido  
 Conjunção

Conjunção coordenativa	Pronome indeterminador
Conjunção coordenativa aditiva	Pronome inerente
Conjunção coordenativa adversativa	Pronome interrogativo
Conjunção coordenativa alternativa	Pronome pessoal
Conjunção subordinativa	Pronome pessoal oblíquo átono
Conjunção subordinativa causal	Pronome pessoal oblíquo tônico
Conjunção subordinativa concessiva	Pronome pessoal recíproco
Conjunção subordinativa condicional	Pronome pessoal reflexivo
Conjunção subordinativa conformativa	Pronome pessoal reto
Conjunção subordinativa final	Pronome possessivo
Conjunção subordinativa hipotética	Pronome relativo
Conjunção subordinativa integrante	Pronome substantivo
Conjunção subordinativa locativa	Substantivo
Conjunção subordinativa modal	Substantivo abstrato
Conjunção subordinativa proporcional	Substantivo coletivo
Conjunção subordinativa temporal	Substantivo comum
Interjeição	Substantivo comum de dois
Locução adjetiva	Substantivo concreto
Locução adverbial	Substantivo epiceno
Locução adverbial	Substantivo próprio
Locução conjuntiva	Verbo
Locução interjetiva	Verbo abundante
Locução prepositiva	Verbo anocional
Locução substantiva	Verbo anômalo
Locução verbal	Verbo auxiliar
Palavra flexional, <i>variável</i>	Verbo auxiliar
Palavras inflexional, <i>invariável</i>	Verbo auxiliar causativo
Preposição	Verbo auxiliar sensitivo
Preposição essencial	Verbo defectivo
Preposição accidental	Verbo impessoal
Pronome	Verbo intransitivo direto
Pronome adjetivo	Verbo irregular
Pronome advérbio	Verbo nocional
Pronome apassivador	Verbo principal
Pronome de tratamento	Verbo regular
Pronome demonstrativo	Verbo regular
Pronome indefinido	Verbo unipessoal

### 2.3. Semântica

Alteração semântica  
 Ambiguidade  
 Antonímia  
 Antônimo  
 Campo semântico, *campo lexical*  
 Classe léxica, *classema*  
 Designação  
 Homonímia  
 Homônimo  
 Lexema  
 Lexemática  
 Paronímia  
 Parônimo  
 Polissemia  
 Significação  
 Significado  
 Sinonímia  
 Sinônimo

### 2.4. Norma e uso linguístico

Ambiguidade, *anfibia*  
 Barbarismo  
 Braquilogia  
 Cacófato  
 Cacofonia  
 Cacografia  
 Chavão, *clichê*  
 Dialeto  
 Disciplina gramatical  
 Eco  
 Erro  
 Estrangeirismo  
 Estratos linguísticos  
 Hipercorreção, *hiperurbanismo*  
 Idiotismo  
 Neologismo

Norma coloquial  
 Norma coloquial, *registro coloquial*  
 Norma culta  
 Norma culta, *registro culto*  
 Norma exemplar  
 Norma gramatical  
 Norma literária  
 Norma literária, *registro literário*  
 Norma padrão, *registro padrão*  
 Norma popular  
 Norma popular, *registro popular*  
 Norma regional, *regionalismo*  
 Pleonasmo  
 Purismo  
 Regionalismo  
 Silabada  
 Solecismo  
 Variação  
 Variação diafásica  
 Variação diafásica, *variação pessoal, idioleto*  
 Variação diastrática  
 Variação diastrática, *variação vertical*  
 Variação diatópica  
 Variação diatópica, *variação horizontal*  
 Variante  
 Variável  
 Vício de linguagem  
 Vulgarismo

## 3. Representação gráfica da língua

Abreviatura  
 Acento agudo  
 Acento circunflexo  
 Acento gráfico  
 Acento grave  
 Acrografia

Alfabeto  
 Alínea  
 Apóstrofo  
 Aspas  
 Asterisco  
 Cedilha  
 Colchetes  
 Dígrafo  
 Dígrafo vocálico  
 Dígrafo consonantal  
 Dois pontos  
 Espaço  
 Hífen  
 Homografia  
 Homógrafo  
 Letra  
 Letra maiúscula  
 Letra minúscula  
 Margem  
 Notações léxicas  
 Parágrafo  
 Parênteses  
 Ponto de exclamação  
 Ponto de interrogação  
 Ponto final  
 Pontuação  
 Reticências  
 Sigla  
 Til  
 Transcrição fonética  
 Travessão  
 Trema  
 Vírgula

#### 4. Fases históricas da língua

Português antigo  
 Português arcaico  
 Português clássico

Português contemporâneo  
 Português moderno

#### 5. Estilística

Aliteração  
 Anacoluto  
 Anáfora  
 Anástrofe  
 Antífrase  
 Antítese  
 Antonomásia  
 Apóstrofe  
 Assonância  
 Catacrese  
 Cavalgamento  
 Cesura  
 Enálage  
 Encadeamento  
 Estilística fônica, *fonoestilística*  
 Estilística morfológica  
 Estilística semântica  
 Estilística sintática  
 Estilo  
 Estrofação  
 Estrofe  
 Eufemismo  
 Hendíade  
 Hipálage  
 Hipérbato  
 Hipérbole  
 Hipértese  
 Inversão  
 Ironia  
 Litotes  
 Metáfora  
 Metonímia  
 Metro  
 Paralelismo

Pausa  
Plural de convite  
Plural de modéstia  
Prosa  
Prosopopeia  
Redondilha  
Redondilha maior  
Redondilha menor  
Rima  
Rima alternada, *cruzada*  
Rima consoante  
Rima imperfeita  
Rima interpolada  
Rima misturada  
Rima oposta, *entrelaçada*  
Rima perfeita  
Rima pobre  
Rima rica  
Rima toante  
Ritmo  
Ritmo livre  
Símile  
Sinédoque  
Verso  
Verso agudo  
Verso alexandrino  
Verso esdrúxulo  
Verso grave  
Verso solto, *branco*

## 6. Texto

Anáfora  
Anáfora interna  
Anáfora externa, *anáfora exofórica*  
Argumentação  
Catáfora  
Coerência textual  
Coesão endofórica  
Coesão exofórica  
Coesão textual  
Descrição  
Discurso  
Discurso direto  
Discurso indireto  
Discurso indireto livre  
Dissertação  
Emento textual  
Elemento extratextual  
Elemento discursivo  
Gênero textual  
Instrumento de coesão textual  
Intertextualidade  
Narração  
Operador argumentativo  
Perífrase  
Paráfrase  
Texto escrito  
Texto oral  
Texto oficial



# Afinal, ensina-se a Língua Materna? Refletindo sobre alguns lugares-comuns

JOSÉ CARLOS DE AZEREDO

## ~ Introdução

O registro mais antigo da expressão “em língua materna” data do século XIV. Foi assim que, ao traduzir do latim um documento relativo à pregação cristã, o matemático e teólogo Nicole Oresme pôs em francês o advérbio *maternaliter*. Este termo referia-se à comunicação cotidiana estritamente oral e, em particular, a única presente no espaço da casa. O que se opunha a *maternaliter* era *litteraliter*, a modalidade escrita do latim, língua da liturgia.

O significado moderno da expressão ‘língua materna’ está associado às circunstâncias da aquisição: primeira língua que a criança aprende no ambiente em que passa os cinco primeiros anos de vida. Vale registrar que em qualquer dessas acepções a proficiência na língua materna se desenvolve de modo espontâneo, como se não fosse mais que um fruto da natureza.

O discurso acadêmico adota a expressão há bastante tempo com um significado mais elástico. Nessa acepção estendida, a língua materna perde a singeleza de língua primeira e passa a incluir realidades muito complexas, que alteram profundamente a percepção de cada pessoa sobre a comunidade a que

Professor Associado da UERJ, é autor das seguintes obras: *Fundamentos de Gramática do Português* (Zahar), *Iniciação à Sintaxe do Português* (Zahar), *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (IAH-Publifolha), *Dicionário de Conjugação de Verbos* (Publifolha).

pertence. Com esse novo perfil, a língua materna é objeto de ensino metódico, matéria de gramáticas e dicionários, uma competência de limites indefinidos.

Pode-se, portanto, responder à pergunta constante em nosso título com um SIM e com um NÃO, dependendo, é claro, da amplitude que dermos ao conceito de língua materna. Entretanto, ainda falta discorrer sobre os lugares-comuns implicados nessas respostas. Para isso, preciso situar nosso tema na história mais recente dos estudos da linguagem.

## Contexto histórico

Minha atenção se volta agora para o ano de 1916. Foi quando veio a público uma obra que mudaria o rumo da ciência da linguagem no decorrer de todo o século XX. Refiro-me ao *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure.

Várias ideias novas entraram então em cena; ao longo do século XX, elas redesenhariam o perfil do objeto da ciência e introduziriam alterações radicais no modo de entender e de analisar a estrutura de uma língua.

Selecionei duas dessas ideias para dar os primeiros passos na reflexão sobre o tema que escolhi. Trata-se de dois princípios gerais.

O primeiro deles é o mais óbvio e consiste no seguinte: É na realidade falada que se encontra a expressão mais genuína e natural das línguas. É nessa condição que elas revelam a finalidade primeira de seu uso – a comunicação entre dois indivíduos – e as características formais que só existem para que cumpram essa tarefa. Por isso, é na modalidade oral – e não na escrita – que se encontra o verdadeiro objeto da ciência da linguagem.

O segundo princípio complementa o anterior e atesta o seguinte: Qualquer língua em uso apresenta variação e se transforma ao longo do tempo. Não é verdade, porém, que esse fato possa causar empobrecimento ou deficiências da estrutura de uma língua, conforme se acreditava antigamente. A ciência provou que a variação e a mudança são apenas meios pelos quais uma língua se adapta às necessidades e conveniências de expressão de seus usuários. Todas as variedades de uma língua, faladas ou escritas, são regidas por um sistema de regras, isto é, por uma gramática.

Decorre desse fato a revisão de uma ideia arraigada na tradição do estudo e ensino da língua: o conceito de erro na linguagem. Uma vez que qualquer variedade da língua apresenta uma organização estrutural própria e perfeita para a finalidade social de seu uso, a distinção entre formas corretas e formas erradas, sustentada pela tradição gramatical, reproduzida pela instituição escolar e integrada ao imaginário social ao longo de séculos, é desprovida de fundamento científico.

Minha geração ouviu as aulas magistrais do linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr., que de modo pioneiro difundia na universidade brasileira os ensinamentos da linguística moderna. Fomos contagiados pela novidade. Ela ampliava a área ocupada por nosso objeto de estudo, nos dava *status* e responsabilidade científicos no trato da língua e tornava urgente a atualização dos conteúdos das aulas de língua portuguesa.

A universidade brasileira descobria o potencial de segredos a ser desvendado sobre a realidade linguística do país. Promoveu-se uma espécie de Entradas e Bandeiras só com boas intenções, em que o bacamarte do bandeirante dava lugar ao gravador do geolinguista e do sociolinguista.

Várias frentes de pesquisa em variados domínios e aspectos da língua em uso mobilizam linguistas de diversos centros, que se integram em projetos interinstitucionais. Entre estes sobressai, como primeira grande iniciativa, o *Projeto da Norma Urbana Oral Culta* (Projeto NURC). Sob a coordenação geral do professor paulista Ataliba Teixeira de Castilho, os resultados mais robustos desse projeto foram consolidados nos oito volumes da *Gramática do português falado* e, posteriormente, em outra obra ainda em fase de publicação: a *Gramática do português culto falado no Brasil*.

Não tardaram a surgir as cobranças pela incorporação desses estudos e análises nas obras didáticas e nas aulas de português.

O texto que a Academia Brasileira de Letras me dá a honrosa oportunidade de tornar público neste ciclo de palestras sobre uma política do idioma é uma reflexão sobre as implicações desse novo cenário para uma política de ensino da língua portuguesa. Não me posiciono como um linguista, mas como um professor de língua que atua em uma instituição formadora de professores de língua.

## ~ O eixo desta reflexão

É desse lugar profissional que eu formulo a ideia que norteia a reflexão que me proponho fazer: A língua tem um papel transversal na formação intelectual de um cidadão; por isso, qualquer projeto educacional precisa atribuir a ela o papel de eixo de todo o conjunto dos saberes que a escola promove.

Sabemos que o ser humano nasce equipado com a capacidade da fala, mas a manifestação dessa capacidade não depende só da natureza. Ela depende de uma experiência social, que confere à capacidade da fala uma arquitetura singular a que damos o nome singelo de LÍNGUA. Pouco a pouco, a educação formal nos faz compreender que a língua é um bem cultural recebido como herança e empregado como uma ferramenta multiuso.

Há algum tempo, gosto de remoer o conceito de língua formulado segundo o parentesco que ela tem com os instrumentos, enfatizando, contudo, uma particularidade: por mais evidente e inquestionável que seja, a utilidade da língua como instrumento de comunicação está muito longe de revelar por que razão a posse da palavra constitui uma singularidade da espécie humana.

Traçado esse recorte, minha exposição vai girar em torno de alguns lugares-comuns, conforme a promessa do título: o primeiro é um lugar-comum da filosofia, a velha distinção entre corpo e mente e a implicação dessa dicotomia na caracterização da linguagem; depois, abordo o tema da língua como um bem social a que todos têm direito; em seguida, finalizo com mais um lugar-comum: a modernização do ensino como um ideal permanente.

## ~ Corpo *versus* mente

A dicotomia **corpo/mente** percorre a história da filosofia em muitas versões – sendo a mais famosa delas a que ficou conhecida desde o século XVII como o “dualismo cartesiano”. Adotarei uma adaptação terminológica, distinguindo **matéria** e **pensamento**.

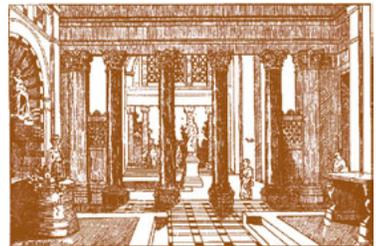
De acordo com essa via de conhecimento, a matéria está sujeita às leis da biologia, da física e da química, as mesmas que regem a constituição e o desgaste, o crescimento e a morte dos seres em geral. Já o pensamento se realiza como um misto de habilidades mentais fortemente ligadas à capacidade de lidar com símbolos. Essa capacidade não é exclusiva da espécie humana, mas os seres humanos a exploram com uma criatividade sem limites.

Os sinais que um ganso ou um chimpanzé emitem são – até prova em contrário – reações imediatas do corpo a um estímulo proveniente do espaço que habitam: pode ser um alerta de perigo, pode ser uma senha para o acasalamento etc. Somente o ser humano é capaz de agir comunicativamente em função de um contexto que ele mesmo mentaliza e projeta, e de criar, modificar, reinventar e expandir formas de comunicação.

Certos atos comunicativos do homem apresentam semelhanças com as reações das outras espécies: pigarros de reprovação, interjeições que expressam dor, prazer, frustração, entusiasmo etc. Acontece que o ser humano se apropria dos elementos da natureza e os recria na dimensão simbólica: da combustão espontânea da natureza ele extraiu a tocha que aquece e ilumina; converteu o ambiente em paisagem, o espaço em cenário; do chão fez o palco; do animal fez o personagem. E da fala fez a escrita.

Os cinco sentidos reafirmam o poder da matéria, prendendo os seres vivos ao aqui e agora da respectiva existência, lembrando ao ser humano que ele tem e, sobretudo, é um corpo situado num espaço, cujo contorno é recortado e dimensionado, justamente, pelos sentidos. A memória e a imaginação também são espaços, que, entretanto, se comprimem ou se dilatam de acordo com o potencial da engenharia simbólica do ser humano. Promovendo uma aliança fecunda entre a memória, a imaginação e os sentidos, a engenharia simbólica reafirma um outro poder: o do pensamento.

Essas três fontes nos propiciam um turbilhão de experiências, que se convertem em assuntos possíveis depois de passar por uma espécie de estação de processamento, de classificação e de catalogação a que damos o nome



de LÍNGUA. É graças à língua que o ser humano leva dentro de si o mundo como significação, o mundo que ele torna público por meio dos textos. A língua não é só o veículo, mas a própria “usina” – digamos assim – dos múltiplos estilos de relacionamento que permeiam a vida em toda a sua complexidade social e cultural. Por meio dela e graças a ela conhecemos e compartilhamos um mundo que só existe para a espécie humana e que, por isso mesmo, só encontra limites nos limites dos próprios sistemas simbólicos.

### ~ Língua – um bem social a que todos têm direito

O debate sobre este tema ganhou perfil e rumo novos na atualidade, ao dirigir o foco para o binômio ‘identidade e inclusão’. São conceitos relacionados, mas que não se confundem. A política da identidade envolve reafirmação ou mudança de valores e de atitudes, visando em cheio a construção da autoimagem; a política da inclusão, por sua vez, envolve a aquisição de novas ferramentas simbólicas e comunicativas, com um destaque especial para a língua.

O ideal é compatibilizar os objetivos de uma e outra: inclusão sem sacrifício da identidade, ou identidade com o benefício da inclusão. Este é um estado de coisas que só é possível no convívio saudável e humanamente construtivo das diferenças. Nada simples, entretanto, porque lidar com as diferenças é, justamente, o aspecto mais espinhoso da condição humana. Com efeito, a natureza nos igualou, provendo-nos dos mesmos dispositivos biológicos, mas a cultura, que nos é exclusiva, nos fez, nos faz e sempre nos fará diferentes ao longo da história.

Recorro ainda uma vez a uma dicotomia tradicional também em xeque: a distinção entre natureza e cultura. Digamos que são duas faces do ser humano, cada qual pesando mais ou menos em seu comportamento. Quando prevalece a face biológica, diz-se que o ser humano está cedendo aos instintos animais. A face cultural, por sua vez, dá as cartas o tempo todo, mas de um modo sutil, quase invisível. Só podemos nos perceber como seres essencialmente culturais se nos colocarmos a uma certa distância de nós mesmos, o que só é possível mediante o modo filosófico de exercitar o conhecimento.

A compreensão de como nossa face cultural atua e nos define requer que nos observemos pela lente das ciências humanas: a antropologia, a sociologia, a linguística. Como resultado, acabamos surpreendidos pela consciência da contradição.

A consciência da contradição consiste na descoberta de que o que sempre achamos ser fruto da natureza é, na verdade, produto de um condicionamento cultural. A naturalização da diferença leva os grupos humanos a tomar a própria cultura, o próprio estilo de vida, a própria língua como *mais naturais* do que todos os outros.

A consciência da contradição pode causar desconforto a alguns indivíduos mais sensíveis. Esse desconforto inspira inúmeros discursos em defesa da igualdade, uma espécie de equilíbrio ético que nos reconcilie com a ordem da natureza, mas sem prejuízo de nossa condição humana. Que igualdade é essa, então? É o direito de todos à vida com dignidade, um conceito moderno e, como qualquer conceito, uma invenção humana. É então que nos perguntamos: existe uma dignidade linguística?

A sociolinguística tem-nos ensinado abundantemente que toda pessoa tem direito ao modo de falar de sua região ou classe social, e que a discriminação que alguém venha a sofrer por causa de sua língua é uma violência contra esse direito. Isso é importante, mas é muito pouco, porque só atende ao princípio da identidade. A dignidade linguística vai mais longe, porque também diz respeito à inclusão.

Os direitos linguísticos de um cidadão incluem sua capacidade de transitar, com amplo proveito pessoal, pelo universo de informações, conhecimentos e experiências imaginárias, místicas, lúdicas e estéticas construído pela palavra. Esse é o grande desafio do ensino e aprendizagem da língua materna.

## O ideal de modernizar o ensino

Vou abordar, muito sucintamente, dois aspectos da demanda identificada como nosso terceiro lugar-comum: a) o alcance da 'língua materna' como matéria de ensino e b) a leitura e a escrita na educação fundamental e média.

## O alcance da “língua materna” como matéria de ensino

Atualmente, proliferam entre nós, na área de estudo e ensino de português, publicações que trazem no título a expressão “língua em uso”. A ênfase na imagem da língua em uso, da língua “tal como ela é” e funciona nos eventos interacionais, e não “como deveria ser”, como quer a tradição conservadora, tem méritos óbvios, mas não está isenta de riscos. O grande risco é que ela deixe passar a ideia de que só a fala merece o título de língua real e legítima. A escrita “falsearia” a realidade da língua, desvirtuando-a como objeto de estudo científico, já que carece da espontaneidade e naturalidade típicas do processo aquisitivo da fala.

Quando se refere à língua tal como ela é, o linguista parece querer dizer que existe um “estado natural” da língua. O que seria esse estado natural? Seria o da conversação? Parece que sim, a julgar pelos exemplos que colhemos de algumas obras que criticam as abordagens tradicionais.

Já ouvi de um linguista muito conceituado que quando estudamos cientificamente uma língua, devemos observar seu uso e descrever seu funcionamento do mesmo modo que o botânico observa e descreve a vida de uma planta.

Para o senso comum, as feições que uma língua toma na sociedade são mero produto das necessidades triviais e cotidianas de comunicação. É compreensível, portanto, que esse modo de ser de uma língua seja visto pelo leigo como um “estado natural”. Um fato, porém, aconselha cautela com essa analogia: a natureza não tem propósitos e não faz escolhas. Ter propósitos e fazer escolhas são, justamente, duas importantes características do relacionamento do ser humano com sua linguagem.

A língua não é um fruto puro e genuíno de um suposto espontaneísmo social; ela está sempre sujeita tanto a juízos de valor que nenhuma lei da natureza explica, quanto aos efeitos de toda sorte de intervenção criativa consciente de seus usuários, como se dá nas atividades lúdicas, no discurso publicitário, na poesia.

Os significados que transmitimos e recebemos não estão estocados na cabeça de quem os enuncia para serem entregues ao destinatário em uma embalagem neutra e asséptica. Os significados não são simplesmente veiculados por nossas palavras; os significados são modelados

por nossas escolhas. Ensinar a língua é oferecer escolhas, é propiciar alternativas ao usuário.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, que se ocupou da relação entre a escrita e as funções políticas e administrativas do estado, destacou o papel do dicionário e da gramática normativa – duas espécies de obras que andam de mãos dadas com a língua escrita – como instrumentos por meio dos quais as instituições exercem o poder de traçar os limites da língua legítima. Desse modo, a língua que é objeto das instruções oficiais e do projeto tradicional de ensino não se encontra no uso corrente, não se adquire na prática espontânea da comunicação, mas precisa ser buscada nessas fontes especializadas. O que não é legitimado por elas é considerado erro. Daí a afirmação de que o ensino tradicional produziu a figura do falante nativo que não sabe a própria língua.

Em uma formulação que expressa metaforicamente esse ponto de vista, o antropólogo e linguista italiano Maurizio Gnerre, que escreveu *Linguagem, escrita e poder*, obra muito difundida e cultuada no Brasil nos anos 1980, comparou a língua dos monumentos escritos, da qual tradicionalmente se deduz uma norma padrão, a uma cerca de arame farpado que delimita um território e dificulta o acesso às informações que aí circulam e aos bens que aí se desfrutam.

A língua padrão associada à escrita está há muito tempo na berlinda, especialmente por conta do estereótipo uniforme e rígido em que é frequentemente (mal) retratada. De nossa parte, cremos que o melhor lugar para ela é como objeto da atenção científica dos pesquisadores. No entanto, poucos são os linguistas que têm contribuído para redesenhar sua realidade atual mediante pesquisa. A maioria tem preferido apostar no discurso que a retrata como símbolo de opressão e de exclusão, e como principal motivo do fracasso escolar.

Esse diagnóstico não é novidade, mas recuperou alento e adquiriu proporções inéditas graças a um volume expressivo de publicações recentes inspiradas nas teses da sociolinguística. Como pesquisadores e professores, temos, porém, a responsabilidade social de avaliar criticamente esse diagnóstico em função da complexa, mas necessária, sintonia entre identidade e inclusão.

A esse respeito, minha opinião como professor de língua é que a linguística brasileira faria bem em dar à modalidade escrita da língua a mesma atenção que tem concedido à fala. Assim, produziria um volume de análises sobre os usos escritos do português brasileiro atual capazes de redesenhar esse objeto chamado “língua padrão” e de subsidiar a elaboração de material didático realista e eficaz como meio de promover o acesso democrático aos textos, independentemente de sua variedade e complexidade.

Acredito que, da perspectiva de uma política pedagógica, esta seja a melhor contribuição da linguística para que a cerca de arame farpado possa dar lugar ao aviso “Entrada franca”, como a que se pratica neste espaço de cultura que nos acolhe.

Sei que caminho na contramão do pensamento hegemônico da linguística brasileira ao afirmar que, como objeto pedagógico, a língua não se resume à realidade de seu uso corrente. Não obstante sua importância e a relevância de sua análise, esse uso é apenas parte de um objeto maior, que necessariamente inclui os efeitos do trabalho de criação consciente dos falantes e as possibilidades de expressão que transcendem as fórmulas convencionais.

O papel do professor de língua materna não se limita, portanto, a descrever como a língua é; sua tarefa é, principalmente, mostrar como a língua pode ser, estimulando o estudante a explorar um universo de formas, de usos, de significados que ainda podem ser criados ou que ainda precisam ser descobertos.

## A leitura e a escrita na educação fundamental e média

Uma vez que constituem uma soma de requisitos para uma atividade produtiva e autônoma, as habilidades da leitura e da escrita precisam ser reafirmadas e tratadas como o objetivo maior do ensino fundamental, e continuar a ser cultivadas como a viga que dá consistência ao ensino médio. Em nome desse postulado, é indispensável que as autoridades da educação e seus agentes, em especial os professores, requalifiquem a prática pedagógica com um entendimento mais sólido e consciente do papel transversal da língua na formação de um cidadão. Com efeito, a

tarefa primordial da escola, no que se refere à língua materna, é promover seu domínio, na extensão já aqui referida, para que o estudante possa transitar, com desenvoltura, nas diversas áreas de conhecimento.

É um erro estratégico de política educacional tornar o professor da língua materna o único responsável pela capacitação dos estudantes para essa tarefa. Essa tarefa é grande demais, envolvente demais, decisiva demais para ser cobrada de uma só e única disciplina.

A qualidade da educação tem tudo a ganhar quando o professor, independentemente de sua área de conhecimento, usa textos em suas aulas e orienta seus alunos na compreensão dessa fonte de conhecimentos. Não se está pedindo aos professores de história, de biologia ou de matemática que ensinem sintaxe escrita ou pontuação a seus alunos, mas que esclareçam dúvidas sobre vocabulário, que, diante de um texto sobre assunto polêmico, orientem o estudante a identificar os indicadores da posição adotada pelo autor: a favor? contrária? ponderada? Enfim, que pratiquem em aula o hábito saudável e enriquecedor de ler e interpretar textos com seus alunos, para incentivar a descoberta e a construção de conhecimento. Afinal, foi exatamente por esse caminho que o professor construiu seu próprio saber.





# Todos contra Júlia!

LUIZ RUFFATO

O maior ensinamento que talvez possamos extrair das pesquisas em Física seja o de desmontar, ao longo dos séculos, a noção de “verdade absoluta”. A cada novo avanço que esse ramo do conhecimento traz a respeito da constituição do Universo e das leis que o regem, caem por terra afirmações definitivas e surgem novas teorias provisórias que, futuramente, poderão ser também rechaçadas. Se isso ocorre no âmbito de uma ciência denominada exata, a tendência é a de que pensássemos que, no campo em que ela não o é, ou seja, onde depende exclusivamente da falibilidade do julgamento humano, deveria haver revisões periódicas das proposições dadas como certezas. Não é, entretanto, o que ocorre. Tomemos, por exemplo, o cânone literário. Imersos numa discussão que inclui valores atrelados ao poder acadêmico, e que não podem ser aferidos experimentalmente, os especialistas e críticos costumam contribuir para cristalizar argumentos e subscrever apreciações, seja por sujeição a interesses de grupos, seja por mera ignorância. Daí a rara prática do reexame de autores e obras – e a imposição de uma leitura exclusivista e interessada da história literária, que ocasiona injustiças gritantes e supervalorizações obscuras.

Um dos casos mais graves de omissão da ensaística brasileira, na minha opinião, é o da escritora Júlia Lopes de Almeida.

Escritor, autor de, entre outros, *Eles eram muitos cavalos*, *Inferno provisório*, *De mim já nem se lembra*, *Estive em Lisboa e lembrei de você* e *Flores artificiais* (todos romances) e *A cidade dorme* (contos). Seus livros estão publicados em 12 países. Recebeu os prêmios APCA, Machado de Assis e Jabuti, Casa de las Américas (Cuba) e Hermann Hesse (Alemanha).

Seu nome não consta da *História concisa da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi, um dos maiores sucessos editoriais junto ao público universitário<sup>1</sup>; nem da *História da Literatura Brasileira* em cinco volumes, de Massaud Moisés<sup>2</sup>; tampouco a encontramos na extensíssima *A Literatura no Brasil*, seis volumes dirigidos por Afrânio Coutinho e Eduardo Faria de Coutinho<sup>3</sup>; nem nos dois tomos de *A Literatura Brasileira – Origens e Unidade*, de José Aderaldo Castello<sup>4</sup>. Vamos nos deparar com a autora na *História Crítica do Romance Brasileiro*, de Temístocles Linhares<sup>5</sup>, na *História da Inteligência Brasileira*, de Wilson Martins<sup>6</sup>, e na *História da Literatura Brasileira – Prosa de Ficção – de 1870 a 1920*, da sempre magistral Lúcia Miguel Pereira<sup>7</sup>, comentadores entusiasmados de sua obra.

Antes, porém, apresentemos a escritora. Nascida na cidade do Rio de Janeiro em 24 de setembro de 1862, filha de portugueses emigrados, cultos e ricos – o pai, médico e educador; a mãe, concertista, formada em piano, composição e canto pelo Conservatório de Lisboa –, Júlia Valentina da Silveira Lopes teve uma educação sofisticada e liberal, completamente discrepante para os padrões femininos da época. Dos 7 aos 23 anos, mora numa fazenda, em Campinas, interior de São Paulo, onde, incentivada pelo pai, publica suas primeiras crônicas no jornal local. Em 1886 a família parte para Portugal, onde ocorre sua estreia em livro, com os contos de *Traços e Iluminuras*, publicado por conta própria em 1887, na Tipografia Castro & Irmão, de Lisboa, com capa de Rafael Bordalo Pinheiro, um dos maiores artistas plásticos portugueses. Em 1888, já casada com o poeta lusitano Filinto de Almeida, retorna ao Brasil.

Entre 3 de dezembro de 1888 e 17 de janeiro de 1889, sai em folhetins seu primeiro romance, *Memórias de Marta*, nas páginas do jornal *Tribuna Liberal*, do Rio de Janeiro, lançado em livro no mesmo ano. Em 1904

<sup>1</sup> São Paulo: Cultrix, 2001 (39.ª edição).

<sup>2</sup> São Paulo: Cultrix, 1989 (2.ª edição).

<sup>3</sup> Rio de Janeiro/Niterói: José Olympio Editora/Universidade Federal Fluminense, 1986 (3.ª edição, revista e atualizada).

<sup>4</sup> São Paulo: Edusp, 1999.

<sup>5</sup> Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1987.

<sup>6</sup> São Paulo: T.A. Queiroz, 1996 (2.ª edição).

<sup>7</sup> Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio Editora/INL, 1973 (3.ª edição).

começam as obras de um casarão no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, onde o casal Júlia e Filinto manterá o Salão Verde, espaço frequentado por artistas, intelectuais e jornalistas durante 21 anos. Neste meio tempo, passa os anos de 1913 e 1914 na Europa, faz uma longa viagem pelo sul do país, em 1918, e para Buenos Aires, em 1922. A partir de 1925, a família fixa residência por seis anos em Paris. Em 1934, oito dias após uma viagem à África, morre, no Rio de Janeiro, vítima da malária, aos 72 anos.

A crer nos depoimentos de seus contemporâneos, Júlia Lopes de Almeida foi bastante conhecida e respeitada em sua época, tendo sido até mesmo cogitada para participar da lista inicial da Academia Brasileira de Letras. Segundo Raymundo Magalhães Junior, em *Vida e obra de Machado de Assis*, o escritor Lúcio de Mendonça, fundador da Cadeira número 11 da ABL, escreveu um artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, publicado no dia 12 de dezembro de 1896, portanto seis meses antes da constituição desta Casa, anunciando uma reunião que definiria os nomes dos 40 imortais: “Sem me responsabilizar pela exatidão absoluta, pois uma ou outra modificação pode ocorrer afinal, penso, entretanto, sem perigo de muitos enganos, comunicar-lhes, como interessante primícia, a seguinte lista, por ordem alfabética, dos nomes que sairão os dos 40 membros efetivos da Academia Brasileira de Letras do Rio de Janeiro”. Magalhães Junior comenta: “Era mencionada a escritora Júlia Lopes de Almeida, mas não havia nenhuma menção a seu marido, Filinto de Almeida (...). Por modéstia e devoção conjugal, ela preferiu vê-lo eleito, em seu lugar”<sup>8</sup>.

O episódio é ainda referido pelo escritor Humberto de Campos, membro da ABL, eleito em 1919 para a Cadeira número 20, na primeira série de sua *Crítica*. Ele afirma que, por ocasião da fundação da ABL, “uma das cadeiras caberia à Sra. Júlia Lopes de Almeida”, mas que o artigo que regulava a candidatura feminina havia desaparecido. Constrangidos, pois a ficcionista estava informada desta possibilidade, imaginaram, segundo Campos, uma solução: “Há “um remédio – lembrou, então, alguém: – Como Dona Júlia não pode entrar, dá-se-lhe uma satisfação, incluindo o Filinto”. O crítico, justificando a decisão,

<sup>8</sup>Volume 3 (Maturidade). Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL-MEC, 1981, p. 287.

escreve que o marido da escritora “pagava assim, o tributo a que se acham sujeitos os homens, mesmo ilustres, que se casam com mulheres inteligentes”<sup>9</sup>. A mesma impressão causada pela “modéstia e devoção conjugal” de que fala Raimundo Magalhães Junior pode ter influenciado o escritor e jornalista João do Rio a intitular o trecho referente à sua entrevista com a escritora, publicada no importantíssimo inquérito *O momento literário 10*, como “Um lar de artistas”, enquanto os outros capítulos são encabeçados pelo nome do entrevistado, todos homens...

Disse que considero Júlia Lopes de Almeida um dos nomes mais injustiçados da literatura brasileira e creio mesmo que, colocada ao lado dos mais conhecidos autores da virada do século XIX para o XX, como os supervalorizados Coelho Neto, Graça Aranha e Raul Pompeia, sua obra se sobressaia, pela expressão política, coerência temática e excelência estética. Nisso, talvez a ombreie apenas Lima Barreto, tendo feito pela reflexão do papel da mulher na sociedade brasileira o que aquele fez pela questão do negro, com sua denúncia veemente contra o preconceito racial.

Lúcia Miguel Pereira afirma que Júlia Lopes de Almeida “é a maior figura entre as mulheres escritoras de sua época, não só pela extensão da obra, pela continuidade do esforço, pela longa vida literária de mais de quarenta anos, como pelo êxito que conseguiu, com os críticos e com o público; todos os seus livros foram elogiados e reeditados, vários traduzidos, sendo que se consumiu em três meses a primeira tiragem da *Família Medeiros*”<sup>11</sup>. Esse entusiasmo da ensaísta com relação ao êxito junto à crítica e ao público da obra de Júlia talvez deva ser relativizado – ou, melhor ainda, contextualizado. Autora de dez romances, três coletâneas de narrativas curtas, três compilações de crônicas, quatro peças de teatro, três seleções de contos infantis e seis livros diversos, entre relatos de viagem e conferências, pode-se falar, sem dúvida, em “extensão da obra”.

Em vida, Júlia viu reeditados alguns de seus romances: *Memórias de Marta* (de 1889, com reedições em 1899 e no começo da década de 1930), *A família Medeiros* (de 1892, relançado em 1894 e 1919), *A falência* (de 1901,

<sup>9</sup> Rio de Janeiro: W.M.Jackson Inc. Editores, 1954.

<sup>10</sup> Org. Rosa Gens. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

<sup>11</sup> *Op. cit.*, p. 270.

reeditado no mesmo ano e no ano seguinte), *Cruel amor* (de 1911, com reedições em 1921 e 1928) e *Correio da roça* (que, publicado em 1913, talvez tenha sido o seu maior sucesso junto aos leitores, já que em 1987 era lançada a sétima edição). No caso do livro de contos *Ánsia eterna*, publicado originalmente em 1903, é possível que, entre esta edição e a de 1938, póstuma, “refundida pela autora”, tenha havido outras, já que, no prefácio dos editores, consta: “Desde há muito esgotadas as primeiras edições desta extraordinária coleção de contos, e não cessando a sua procura nas livrarias nem os pedidos à ilustre autora para sua republicação, resolveu ela, no último ano de sua vida (1934), recompor a obra para esta nova edição, suprimindo alguns contos e acrescentando outros escritos mais tarde”<sup>12</sup>. Traduções, sua obra conheceu poucas: os contos “As rosas”, no *Paris Journal* de 16 de fevereiro de 1914; “A Caolha”, no jornal *La Nación*, de Buenos Aires, de 22 de outubro de 1922; “Os porcos”, no n.º 28 do Tomo 17 da *Revue de L’Amérique Latine*, de Paris, de março de 1929; e os romances *Memórias de Marta* e *A família Medeiros* no volume único *Deux Nouvelles Brésiliennes*, por uma editora francesa de Dunquerque, em 1928.

Sucesso mesmo Júlia Lopes de Almeida alcançou com livros que hoje denominaríamos paradidáticos. Aliás, é interessante, e sintomático, o fato de que a carreira da escritora tenha se iniciado com a publicação, em 1886, ou seja, quando tinha 24 anos, com um livro intitulado *Contos Infantis*, em colaboração com sua irmã, Adelina Lopes Vieira, de intenções claramente pedagógicas. Adotado oficialmente em todas as escolas primárias do Brasil a partir de 1891, o volume chegou a 17 edições até 1927: são 58 textos, alternando a prosa de ficção de Júlia e poemas próprios ou traduzidos de Adelina. Em 1907, Júlia ainda publicou, no contexto de literatura paradidática, *Histórias da nossa Terra*, que em vinte e três anos alcançou 21 edições.

A pesquisadora Rosa Maria de Carvalho Gens afirma, no ensaio “Mulheres escrevem para crianças”, que cabe a Júlia Lopes de Almeida posição de destaque por perceber a importância do público infantil. “No prólogo à segunda edição, assinado pelas autoras, encontra-se o protocolo



<sup>12</sup> Rio de Janeiro: A Noite, 1938.

da leitura, que estabelece de saída o caráter moral: ‘Os *Contos Infantis* são umas narrações singelas, em que procuramos fazer sentir aos pequeninos paixões boas, levando-os com amenidade de história a história’. (...) No entanto, para leitores posteriores, não se acham muito apreensíveis tais traços, desejados pelas autoras e que devemos configurar um modelo de leitura. Pelas narrativas passam meninas pobres, mas honestas e dignas, pombinhos mansos, burrinhos trabalhadores e pacientes, mães carinhosas, mas também crianças cruéis com animais, que recebem castigo, muito longe do tom ameno a ser perseguido. As narrativas são plasmadas por linguagem de clave bastante culta, com escolha lexical refinada.”<sup>13</sup>

O objetivo das autoras, argumenta Rosa Gens, é “encaixar, através da disseminação de hábitos, valores e de estruturas de linguagem, a infância na sociedade”<sup>14</sup>. O sentido moral e formador aparece também em *Era uma vez...*, um livro publicado em 1917: “a escritora acreditava na missão de educar, com a nítida firmeza de que, através dela, o país se desenvolveria. O procedimento traz a dimensão da época, de nítida diretriz desenvolvimentista, enfatizando-se na concepção do mundo infantil como um degrau para o adulto”, afirma Rosa Gens<sup>15</sup>.

Essa atenção com a educação das crianças, trinta anos antes de Monteiro Lobato começar a publicar sua obra infantil, demonstra indiscutivelmente uma preocupação política. Júlia pertencia a uma elite urbana e intelectualizada num país rural e inculto. Só para termos uma ideia, em 1886, ano de lançamento de *Contos Infantis*, apenas 17% da população do Brasil era alfabetizada. Nesta conjuntura, defender valores morais burgueses num país que relevava a escolarização, principalmente a feminina, e cultuava valores aristocráticos rurais escravocratas, deve ser visto como algo bastante progressista e até mesmo revolucionário...

A mesma preocupação política ela terá em relação à mulher. Inicialmente quinzenal, e após o primeiro ano mensal, *A Mensageira*, “revista literária dedicada à mulher brasileira”, perdurou de outubro de 1897 a janeiro de 1900, como importante porta-voz das reivindicações das

<sup>13</sup> In: BRANDÃO, Izabel e MUZART, Zahidé L. *Refazendo Nós*. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/Edunisc, 2003. pp. 117-118.

<sup>14</sup> *Idem*, p. 118.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 120.

mulheres no período da República Velha – o direito à educação e ao voto –, além de ter apoiado as lutas anticolonialistas e ter se batido pelo pacifismo. Coube a Júlia Lopes de Almeida apresentar a revista aos leitores e leitoras brasileiros. Em um interessantíssimo texto intitulado *Duas Palavras*, afirma: “A mulher brasileira conhece que pode querer mais do que até aqui tem querido; que pode fazer mais do que até aqui tem feito. Esta revista, dedicada às mulheres, parece-me dever dirigir-se especialmente às mulheres, incitando-as ao progresso, ao estudo, à reflexão, ao trabalho e a um ideal puro que as nobilite e as enriqueça, avolumando os seus dotes naturais. Ensinará que, sendo o nosso, um povo pobre, as nossas aptidões podem e devem ser aproveitadas em variadas profissões remuneradas e que auxiliem a família, sem detrimento do trabalho do homem.”<sup>16</sup> Este pensamento, embora prudente, era extremamente ousado em um país machista e paternalista.

O feminismo pioneiro de Júlia Lopes de Almeida pode ser aferido também nas dedicatórias de alguns contos enfiados no volume *Ânsia Eterna*. Das 28 narrativas que formam a coletânea, tomando como base a edição póstuma de 1938, 18 são ofertadas, sendo 11 a famosos colegas das letras, a maioria muito provavelmente frequentadora do Salão Verde: os poetas Raimundo Correia e Olavo Bilac; os comediógrafos Artur de Azevedo e Batista Coelho, este mais conhecido sob o pseudônimo de João Foca; os romancistas Machado de Assis e Coelho Neto; os intelectuais Lúcio de Mendonça, Valentim Magalhães, Magalhães de Azeredo e João Luso; e o chargista Julião Machado. Mas o que interessa, no caso, são as sete homenagens destinadas a mulheres, todas elas, como a própria Júlia, engajadas na luta pelo reconhecimento do papel da mulher na sociedade. Cinco dos contos dedica-os a correligionárias de *A Mensageira*: “A morte da velha” a Presciliana Duarte de Almeida, diretora e fundadora da revista; “A boa lua” à gaúcha Maria Clara da Cunha Santos, poeta e colaboradora assídua com sua “Carta do Rio”; “O último raio de luz” à poeta fluminense e sua amiga íntima Júlia Cortines; “A casa dos mortos” à poeta paulista Francisca Júlia; e “As três irmãs” a Zalina Rolim, paulista de

<sup>16</sup> *A Mensageira*. Edição facsimilar. Volume I. Anno I – Numero 1 – São Paulo, 15 de outubro de 1897 – pp. 5-7. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Secretaria de Estado da Cultura, 1987.

Botucatu, também poeta, mas mais conhecida como educadora. Júlia distingue ainda a poeta e dramaturga portuguesa Branca de Gonta Colaço, que possivelmente conheceu em uma de suas estadas em Lisboa, com o conto “O lote 587”, e a jornalista e romancista espanhola Eva Canel, com o conto “A Caolha”, com quem provavelmente manteve contato durante sua viagem a Buenos Aires, em 1922, cidade onde essa morava à época.

Tivesse Júlia Lopes de Almeida, abolicionista e republicana, se limitado a colaborar em jornais e revistas, sempre defendendo a importância da educação das crianças e a valorização da mulher, já lhe caberia o honroso lugar de uma das mais importantes vozes femininas e feministas brasileiras. Mas Júlia fez mais: deixou-nos romances refinados, onde descreve com elegância e precisão as encruzilhadas da mulher na sociedade brasileira dos fins do século XIX e princípios do século XX, não se esquivando de enfrentar temas complexos e polêmicos para a época, alcançando, segundo juízo de Wilson Martins, em sua *História da Inteligência Brasileira*, “o ponto mais alto do nosso romance realista”<sup>17</sup>.

Sua primeira narrativa de ficção, redigida entre 1885 e 1886, *Memórias de Marta*, apareceu em folhetins na *Tribuna Liberal*, do Rio de Janeiro, entre 3 de dezembro de 1888 e 18 de janeiro de 1889, com a seguinte apresentação do redator: “aos merecimentos que com justiça encarecemos, reúne esse trabalho literário os de ser original, brasileiro e escrito por uma senhora.”<sup>18</sup> Curiosamente, o livro antecipa o tema da obra-prima de Aluísio Azevedo, *O cortiço*, publicado em 1890. A narrativa de Júlia, lançada em livro um ano antes, centra-se na história de Marta, que, após a morte do pai, vai com a mãe morar num cortiço na Cidade Nova, e lá convive com personagens também encontrados no romance de Azevedo: a família de portugueses miseráveis, a moça bonita que termina na prostituição, a ganância do proprietário das casas... Enfim, num ambiente promíscuo e vicioso, Marta tenta sobreviver dignamente e, embora chegue a formar-se professora, somente por meio de um casamento de conveniência consegue deixar para trás aquela vida de privações.

<sup>17</sup> *Op. cit.* Volume V (1897-1914), p. 384.

<sup>18</sup> Citado por SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *A escritora, os críticos, a escritura: o lugar de Júlia Lopes de Almeida na literatura brasileira*. Tese de doutoramento. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

Em um depoimento escrito, revelado pela pesquisadora Rosane Saint-Denis Salomoni, Júlia afirma que este “primeiro ensaio de romance” foi feito “sob a impressão de certas observações infantis”. Júlia confessa que “as cenas brutas do livro foram pressentidas através do muro que dividia o meu colégio de um movimentado cortiço de São Cristóvão. Aquele ambiente imprimiu à minha sensibilidade de menina muita melancolia. Se tudo no livro é fantasia, toda essa fantasia saiu da verdade como o cheiro da maresia sai do mar.”<sup>19</sup> Esse romance, destaca Salomoni, mostra a aguda consciência que a ficcionista tinha “das diferenças sociais existentes na capital do Império no final do século XIX e da qual ela, junto à temática do universo feminino, não poderia se eximir de retratar sob pena de falsear a verdade”<sup>20</sup>. Preocupações, afinal, que iriam nortear toda a produção romanesca da autora.

O segundo livro de Júlia Lopes de Almeida, *A família Medeiros*, apareceu em folhetins no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, entre 16 de outubro e 17 de dezembro de 1891, publicado em livro no ano seguinte. O crítico Wilson Martins afirma que o romance, iniciado em 1886 e concluído em 1888, “não foi imediatamente publicado, porque o advento da Abolição pareceu, por um momento, ter-lhe tirado o interesse; agora [1893], quando os negros passaram a ser abertamente atacados e novas formas de escravidão congeminadas pelos pais da Pátria, a história adquiria inesperada atualidade”<sup>21</sup>. Martins questiona alguns defeitos do livro: “diálogos artificiais, notas de rodapé explicando ou justificando peculiaridades da língua, de vocabulário ou de costumes, e, bem entendido, a intenção moralizante: os personagens dividem-se em dois grupos nítidos: os escravocratas, todos criminosos, perversos e desumanos, contrastando com os abolicionistas, todos nobres, generosos e esclarecidos.”<sup>22</sup> Ainda assim, não tem dúvida em apontá-lo como o melhor romance publicado naquele ano – o que não é pouco se levarmos em consideração serem estes os passos iniciais da autora.

<sup>19</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Memórias de Marta*. 4.<sup>a</sup> edição. Florianópolis: Editora Mulheres/Edunisc, 2007. Reprodução do texto manuscrito na contracapa.

<sup>20</sup> *Idem*, pp. 16-17.

<sup>21</sup> *Op. cit.* Volume IV (1887-1896), p. 400.

<sup>22</sup> *Idem*, p. 399.

Único de seus romances totalmente ambientado no meio rural – a região de Campinas, onde Júlia morou entre os 7 e 23 anos – é também o mais distante da sobriedade estilística que redundaria em suas melhores obras, *A viúva Simões* e *A falência*, ambas da primeira metade do século XX, embora Temístocles Linhares, em sua *História crítica do romance brasileiro*, veja nele propriedades relevantes a ponto de considerá-lo “um dos melhores que autora escreveu”<sup>23</sup>. Fruto de sua experiência pessoal, *A família Medeiros* evoca “a vida do lavrador brasileiro, dos escravos, das sinhás e das sinhazinhas, os problemas do campo, o drama dos infelizes atacados da morfeia”, como relembra sua filha, Margarida Lopes de Almeida, no documento inédito *Biografia de Dona Júlia*, acrescentando: “os seus olhos observavam, a sua alma inundava-se de comoção, de revolta, de desespero e de piedade.”<sup>24</sup> A escritora portuguesa Guiomar Torrezão, em artigo na revista *A Mensageira*, de 15 de junho de 1899, chega mesmo a comparar, com exagero, *A família Medeiros* ao clássico antiescravagista *A cabana do Pai Tomás*, da norte-americana Harriet Beecher Stowe, lançado em 1852.

Em 1895, Júlia volta a usar as páginas do jornal *Gazeta de Notícias* para publicar outro folhetim, *A viúva Simões*, lançado em livro em 1897. Wilson Martins, normalmente econômico em elogios, afirma ser esse “um excelente romance, de grande força dramática, escrito num estilo brilhante e enxuto, com perfeito desenvolvimento narrativo”<sup>25</sup>. A bela viúva do Comendador Simões, mulher honesta e recatada, mãe discreta e dedicada, vê-se no centro de uma avalanche emocional ao reencontrar, depois de vinte anos, um antigo namorado, ainda solteiro, galante e sedutor. Atiçada em sua sensualidade reprimida, ela não mede esforços para reconquistar seu amor, enfrentando tudo e todos para alcançar a felicidade, colocando-se contra até mesmo sua filha, quando essa, sem o saber, disputa-lhe o mesmo homem. Um fino estudo, que acompanha a derrocada vertiginosa de um lar burguês do entresséculos, ou, nas palavras de Temístocles Linhares, um romance “bem urdido em todos os seus episódios, ao lado das personagens que se impunham ao leitor,

<sup>23</sup> *Op. cit.* Volume 3, p. 353.

<sup>24</sup> *Biografia de Dona Júlia*. Inédito.

<sup>25</sup> *Op. cit.* Volume V (1897-1914), p. 12.

como realmente vivas e atuantes, complementadas pela sutil análise psicológica”<sup>26</sup>.

João do Rio, numa célebre reportagem com a escritora, publicada em *O momento literário*, afirma: “este cenário [“trechos da Gamboa, trechos centrais, torres de igreja, a cúpula da Candelária, tetos envidraçados dos frontões, altas chaminés das fábricas, palácios, casas miseráveis, pedaços de mar obstruídos de mastros] lembra-me sempre aquele livro seu – *A viúva Simões*. Não imagina a impressão desse trabalho na minha formação de pobre escrevinhador.”<sup>27</sup> E anota: “há muita gente que [a] considera o primeiro romancista brasileiro”<sup>28</sup>, isto nos primeiros anos do século XX, já que as entrevistas foram publicadas no jornal *Gazeta de Notícias* ao longo de 1904 e 1905, antes de serem enfeixadas em livro dois anos depois.

Neste momento, Júlia está em plena posse de sua arte narrativa. Em 1901 publica aquele que vem a ser o ponto alto de sua obra, *A falência*, uma narrativa que se insere na corrente realista brasileira, que, nascendo nas melhores páginas urbanas de José de Alencar, realiza-se à perfeição em Machado de Assis. Parece que a autora tinha plena consciência da importância desse “excelente romance de inspiração eciana”, conforme palavras de Wilson Martins<sup>29</sup>. Em nota escrita provavelmente em 1932 ou 1933, a autora relembra: “escrevi este romance duas vezes. A primeira em solteira, e dessa primeira fatura figuram dois capítulos no meu livro de contos *Traços e iluminuras*, escrito ainda como meu nome de solteira. Esse romance rasguei-o, sentindo que lhe faltava o que o seu assunto exigia e que só depois de mulher eu poderia dar completamente o conhecimento da vida. A ideia ficou cantando no meu espírito e só depois de muitos anos de casada e cinco vezes mãe, foi que o escrevi do primeiro ao último capítulo definitivamente.”<sup>30</sup>

<sup>26</sup> *Op. cit.*, p. 361.

<sup>27</sup> *Op. cit.*, p. 31.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>29</sup> *Op. cit.*, Volume V (1897-1914), p. 194.

<sup>30</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A falência*. 4.<sup>a</sup> edição. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/Edunisc, 2003. Contracapa. Em correspondência com a autora, a pesquisadora Rosane Saint-Denis Salomoni corrigiu a data divulgada anteriormente, que dava a informação como sendo provavelmente de 1902.

Também José Veríssimo, contemporâneo da autora, afirma, em 1905, na quinta série de seus *Estudos de Literatura Brasileira*, que com *A falência* Júlia Lopes de Almeida “toma decididamente lugar, e não somenos, entre os nossos romancistas”<sup>31</sup>. Crítico exigente, Veríssimo afirma: “os acostumados a julgar esta espécie de obras, se leram outros livros da autora, não custarão a perceber que é um livro trabalhado, mas daquele trabalho que honra e eleva o artista, ao invés de diminuí-lo. Julgando-o em comparação com a nossa produção somente, esse novo romance de D. Júlia Lopes é obra de merecimento, de bastante merecimento, sem ser entretanto nem uma obra superior, nem uma obra forte, como hoje se diz.”<sup>32</sup> Finalmente, conclui, dizendo que um dos melhores elogios a este livro é de que se trata de “um escritor já na posse de todos os seus meios”<sup>33</sup>. Estranhamente, no entanto, Veríssimo, que afirma que em *A falência*, “há excelentes qualidades, já manifestadas nos antecedentes que da mesma autora conheço, *A família Medeiros* e *A viúva Simões*”<sup>34</sup>, omite deliberadamente o nome da autora em sua importante *História da Literatura Brasileira*, publicada em 1916.

Rosane Saint-Denis Salomoni afirma que, no mesmo ano em que foi publicado, *A falência* alcançou uma segunda edição, “devido ao apreço do público” e uma terceira edição no ano seguinte. Fato é que este é dos poucos romances de Júlia que não passou antes pelo crivo dos leitores dos jornais, já que não saiu em folhetins, o que tinha ocorrido com os três primeiros títulos e o que aconteceria também com o subsequente, *A intrusa*. De *A falência* disse Wilson Martins: “muito bem escrito e sustentando até o fim a sombria nota dramática, o romance de Júlia Lopes de Almeida, influenciada por Eça de Queiroz, nada perderia, entretanto, na comparação com os melhores livros do Mestre.”<sup>35</sup>

*A falência*, “estudo do meio carioca ao tempo das dramáticas derrocadas comerciais provocadas pelo Encilhamento”, como bem define Margarida Lopes de Almeida, é sem dúvida uma obra-prima da

<sup>31</sup> Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1977, p. 79.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 82.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>35</sup> *Op. cit.*, Volume V (1897-1914), p. 195.

literatura brasileira. A ação se passa na última década do século XIX, logo após a implantação da República, época das grandes especulações financeiras na Bolsa de Valores. O comerciante português Francisco Teodoro é um burguês em ascensão, dono de um palacete, pai de três filhas e um filho – um homem exemplar, chefe de uma



família exemplar... nas aparências. Na verdade, sua mulher, Camila, possui um amante, o doutor Gervásio, médico que priva da amizade do marido, sem que ele perceba a traição. O filho mais velho, Mário, sabendo do caso extraconjugal da mãe, vingá-se, gastando dinheiro com mulheres e farras. Francisco Teodoro acaba falindo e, envergonhado, mata-se, empurrando a família para a pobreza. Camila vai então enfrentar as dificuldades financeiras sozinha com as filhas, abandonada pelo amante e desprezada pelo filho, agora casado por interesse com uma mulher rica. Entusiasmado, Wilson Martins escreve: “depõe mais contra a crítica e os leitores do que contra a romancista que um romance dessa qualidade tenha praticamente caído no esquecimento.”<sup>36</sup>

Podemos afirmar que o lançamento de *A intrusa*, “romance de sombrio realismo”, nas palavras de Wilson Martins<sup>37</sup>, encerra a fase mais rica e criativa da obra ficcional de Júlia Lopes de Almeida. Publicado em folhetins no *Jornal do Commercio*, ao longo de 1905, e em livro três anos depois, mereceu de Aluísio Azevedo o elogio de “adorável romance” que, confessa, leu “de uma sentada”, chamando-a de Charlotte Brontë brasileira, conforme correspondência datada de Buenos Aires, de 7 de setembro de 1912<sup>38</sup>. Alice vai trabalhar como governanta na casa do rico advogado viúvo Argemiro e, pouco a pouco, se impõe à família, obscurecendo a influência dominadora da sogra de Argemiro e a memória de sua falecida esposa. Elódia Xavier, no prefácio à 3.<sup>a</sup> edição do livro, publicada em 1994, ressalta que Júlia, com sua apologia do trabalho,

<sup>36</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>37</sup> *Op. cit.*, Volume V (1897-1914), p. 384.

<sup>38</sup> Citado por SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *A escritora, os críticos, a escritura: o lugar de Júlia Lopes de Almeida na literatura brasileira*. Tese de doutoramento. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

aponta para a mulher um caminho eficiente para a realização de suas ambições que, no âmbito restrito da época, se reduziam a ser mãe, esposa e dona de casa. A protagonista do livro, Alice, obrigada a buscar seu sustento, “faz do trabalho um caminho eficiente de ascensão social e do casamento um meio lícito de enriquecimento”<sup>39</sup>.

Embora ao longo dos 26 anos seguintes Júlia ainda vá publicar cinco novos romances e uma coletânea de novelas nenhum deles alcançará nível de elaboração estética similar aos lançados ao longo da primeira década do século XX. Essa sua, digamos, segunda fase, se inicia com o lançamento de *Cruel amor*, em 1911, aparecido três anos antes em forma de folhetim no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. A gestação deste romance, no entanto, é ainda anterior, remontando a 1902. Em 1904 (ou 1905), quando concede entrevista a João do Rio para o jornal *Gazeta de Notícias*, a autora afirma que está escrevendo, naquele momento, “um livro muito difícil (...) sobre a vida das praias, dos pescadores”<sup>40</sup>. *Cruel amor*, que enfoca a vida dos pescadores da praia de Copacabana, tem como maior mérito, afirma Rita Terezinha Schmidt, na excelente introdução à 4.<sup>a</sup> edição, o fato de Júlia Lopes de Almeida ter rompido “com o seu foco no mundo burguês, criando um romance que exigiu uma forma particular de linguagem, como a transcrição de formas locais de linguagem oral, recursos estilísticos e narrativos ausentes em suas obras anteriores.”<sup>41</sup>

Em sua tese de doutoramento, Rosane Saint-Denis Salomoni descreve as inúmeras anotações feitas pela escritora para desenvolver essa narrativa. Segundo ela, numa caderneta a autora “esboça personagens e suas características, propõe-se a estudar ‘os tons e nuances do mar, observando-o sob todas as luzes. (...) Músicas. Crianças cantando.’” Além disso, Júlia “delineia o perfil de algumas personagens (...) e elabora várias perguntas a serem feitas para os pescadores: “Quais as melhores estações dos peixes? Que tipos de feitiçarias conhecem? Pragas? Cheiros [...]. Que comem?”<sup>42</sup> E às perguntas escritas com caneta azul, com letra da ficcionista, aparecem, a lápis, as respostas com caligrafias diferentes.

<sup>39</sup> Citada por SALOMONI. *Op. cit.*

<sup>40</sup> *Op. cit.*, p. 35.

<sup>41</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Cruel amor*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2015, p. 17.

<sup>42</sup> *Op. cit.*

Rita Terezinha Schmidt afirma que “a consciência crítica que perpassa *Cruel amor* não permite um olhar condescendente aos descompassos da modernização brasileira, aos efeitos perversos das diferenças raciais e sociais e à violência de gênero que destruía famílias e destinava ao fracasso as relações amorosas. Seus personagens evocam aquelas figuras anônimas que viveram à margem da história, que sofreram e sobreviveram aos seus efeitos como a lembrar as zonas de esquecimento sobre as quais a cultura monumentalista constrói a narrativa mestra da brasilidade”<sup>43</sup>.

Em 1913, Júlia lança o romance *Correio da roça*, publicado antes nas páginas do jornal *O País*, do Rio de Janeiro, entre 7 de setembro de 1909 e 17 de outubro de 1910, que talvez tenha sido, de seus livros, o que maior sucesso alcançou junto aos leitores. Em 1987, numa coedição entre o Instituto Nacional do Livro, do Brasil, e a Editorial Presença, de Portugal, com introdução de Sylvia Paixão, sai a 7.<sup>a</sup> edição deste “falso romance epistolar”, segundo comenta ironicamente o crítico Wilson Martins, que, “dissimulando um texto de propaganda da agricultura”, preconiza “a volta à terra e celebra os milagres proporcionados pelas atividades agrícolas”<sup>44</sup>.

Embora cáusticas, as palavras de Martins ecoam o entendimento que a própria autora tinha do livro. Na introdução de *Jardim florido*, publicado em 1922, Júlia afirma: “Com esta obra completa a autora o tríptico que se propôs a si mesma escrever: sobre a vida e a cultura dos campos, no livro *Correio da roça*; sobre a cultura de pomares e sobre arborização, no livro *A árvore*, escrito de colaboração com Afonso Lopes de Almeida, e sobre a cultura de flores, neste de jardinagem.”<sup>45</sup> A pesquisadora francesa Jacqueline Penjon, em artigo publicado em 2003, relativiza, no entanto, o caráter meramente pedagógico e até mesmo “ingênuo” do livro, no que faz eco a Temístocles Linhares que, apesar de admitir o “didatismo” do romance, argumenta que a autora “não deixava de sentir o seu tema e expressá-lo em estilo adequado”<sup>46</sup>.

<sup>43</sup> *Op. cit.*, pp. 17-18.

<sup>44</sup> *Op. cit.* Volume V (1897-1914), p. 531.

<sup>45</sup> Le *Correio da Roça*, roman épistolaire oublié. SIGNÓTICA, v. 15, n.º 1, pp. 19-33, jan./jun. 2003 (revista do programa de pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás).

<sup>46</sup> *Op. cit.*, p. 366.

*A Silveirinha*, lançado em 1914, praticamente põe fim à carreira de ficcionista de Júlia Lopes de Almeida. Publicado em folhetins nas páginas do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, entre abril e maio de 1913, o romance descreve um verão no clima ameno de Petrópolis, cidade para onde se desloca a alta sociedade carioca em fuga do calor insuportável dos meses de janeiro e fevereiro. Lá, entre festas e jantares, desfilam o ócio, a hipocrisia e a futilidade de personagens interessadas apenas em manter as aparências e a realizar negócios escusos. Descrição a que não se furta nem mesmo o jovem padre francês Pierre, sedutor e vaidoso, retrato que provocou escândalo à época e suscitou severas críticas à escritora por autoridades eclesiásticas, como a do Frei Pedro Sinzig, que afirmou: “*A Silveirinha* é uma ofensa à sociedade e à Igreja católica.”<sup>47</sup>

Às vésperas do início da Primeira Guerra Mundial, o prestígio de Júlia Lopes de Almeida estava em seu auge. No dia 14 de fevereiro de 1914, a autora é homenageada com um jantar em Paris, no luxuoso MacMahon Palace Hotel, oferecido por amigos franceses e brasileiros, tendo à frente Jeanne Catulle-Mendès, mulher do respeitadíssimo poeta Catulle-Mendès, ao qual compareceram quatrocentos convidados, com destaque para Jeanne Loiseau, que assinava seus romances e poemas como Daniel Lesueur, uma das feministas mais conhecidas do século XIX, e Alphonse Daudet, autor das famosas *Cartas do meu moínho*, além dos escritores brasileiros Olavo Bilac e Medeiros e Albuquerque e do futuro presidente da República, Eritácio Pessoa<sup>48</sup>.

Após *A Silveirinha*, Júlia irá produzir apenas dois livros de ficção ao longo de vinte anos: *A isca*, reunião de quatro novelas (“A isca”, “O homem que olha para dentro”, “O laço azul” e “O dedo do velho”), em 1922, e o romance *Pássaro tonto*, lançado postumamente em 1934, poucos meses depois de sua morte. Antes, em 1932, saiu o romance *A casa verde*, escrito a quatro mãos com o marido Filinto de Almeida, publicado originalmente em folhetins entre 18 de dezembro de 1898 e 16 de março

<sup>47</sup> ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Silveirinha* (crônica de um verão). Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. Orelha.

<sup>48</sup> V. SHARPE, Peggy. In: *Escritoras brasileiras do século XIX*. Org. Zahidé Lupinacci Muzart. Volume II. Florianópolis/Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres/Edunisc, 2004, pp. 193-194.

de 1899 nas páginas do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, sob o pseudônimo de A. Julinto.

Nesse período, entretanto, Júlia mantém intensa atividade intelectual. Publica, em 1917, o volume *Teatro*, contendo três peças (“Doidos de amor”, “Nos jardins de Saul” e “Quem não perdoa”, que havia sido galardoado com o primeiro lugar no concurso de comédias e dramas aberto pela Companhia Dramática Nacional, em 1912); profere conferência no Consejo Nacional de las Mujeres de Argentina, em Buenos Aires, em 1922; no mesmo ano, participa, com a líder feminista Berta Lutz, da organização do I Congresso Feminino do Brasil, realizado no Rio de Janeiro, com a presença da ativista norte-americana Carrie Chapman Catt; e convive com a nata dos escritores, jornalistas e artistas nacionais e estrangeiros no Salão Verde, que comandou entre 1904 e 1925, em sua casa em Santa Teresa.

Decididos a acompanhar a filha mais velha, Margarida, que ganhara uma bolsa da Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro para estudar na Europa, Júlia e Filinto vendem a Casa Verde e instalam-se em Paris, em 1925, de onde partem, em incansáveis viagens, para conhecer outros países, como Itália, Alemanha, Noruega, Espanha e Bélgica. Nesse período, a autora trabalha na reescritura de seu primeiro romance *Memórias de Marta*, reeditado possivelmente em 1929, com “episódios modificados”, segundo Rosane Saint-Denis Salomoni, pela Livraria Truchy-Leroy, de Paris, e redige seu derradeiro romance, *Pássaro tonto*. Ambientado na capital francesa, esse livro, “artificial e falso”<sup>49</sup>, segundo Wilson Martins, demonstra “certo desânimo, desconforto, até mesmo uma desistência ou afrouxamento de energia e força com que, até então, conduzira”, nas palavras da ensaísta Norma Telles.<sup>50</sup>

De volta ao país, em 1931, Júlia vai se dedicar a rever a coletânea *Ânsia eterna*, livro originalmente publicado em 1903, suprimindo cinco contos e acrescentando outros, e que só aparecerá postumamente, em 1938. Lúcia Miguel Pereira, num julgamento do qual discordo, chega a afirmar que “os contos de *Ânsia eterna* parecem todavia a sua melhor obra, aquela em

<sup>49</sup> *Op. cit.* Volume VI (1933-1960), p. 27.

<sup>50</sup> In: *Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil, século XIX*. São Paulo: Intermeios, 2012, p. 471.

que, sem nada perder de sua singeleza, ela aproveitou com mais arte os seus recursos de escritora e deixou mais patente a sua sensibilidade”<sup>51</sup>.

Com sua morte, em 1934, provocada pelas complicações de uma malária – oito dias após a volta de uma viagem de três meses a Moçambique, onde fora resgatar a filha, Lúcia, adoentada, as netas e o genro –, o nome de Júlia Lopes de Almeida foi varrido da história literária brasileira. O longo período transcorrido fora do país, a ausência da publicação de novos títulos (seu último livro de relevância, *A intrusa*, saíra em 1908) e a ideia de tratar-se de uma autora “pré-modernista” (“conceito” vazio e destituído de qualquer significado, mas servilmente seguido pela crítica) podem, sem dúvida, ter contribuído para que sua obra desaparecesse do mercado e seu nome sumisse dos manuais.

Podemos, ainda, imputar parte dessa responsabilidade aos modernistas da primeira hora. Desejosos de romper radicalmente com o passado belettrista rançoso e reacionário, os “moços de São Paulo” difundiram a ideia de que tudo que fora produzido imediatamente antes de 1922 deveria ser categorizado como de duvidosa qualidade estética. Com isso, enterraram na vala comum autores medíocres, mas também escritores importantes – uns rapidamente recuperados, como Lima Barreto; outros, tardiamente, como João do Rio; e, outros ainda, como Júlia Lopes de Almeida, na fila da remissão...

Mas isso apenas não basta para explicar o silêncio que recaiu sobre Júlia Lopes de Almeida. Numa época em que às mulheres cabia o papel de dona de casa submissa e ignorante, ela impôs-se no meio intelectual. Brito Broca, em *A vida literária no Brasil – 1900*, afirma que quando Júlia “entrou a escrever nos jornais por volta de 1885, encontrou ainda forte barreira de preconceitos contra as mulheres escritoras”. Suas colaborações se estenderam pelos mais diversos órgãos da imprensa: *Gazeta de Notícias*, *A Estação*, *O Estado de S. Paulo*, *Ilustração Brasileira*, *Jornal do Commercio*, *Kosmos*, *O mundo literário* e, principalmente, *O País*, onde, por muitos anos, manteve uma coluna na primeira página daquele que era uma das mais importantes fontes de informação da elite brasileira.

<sup>51</sup> *Op. cit.*, p. 271.

Norma Telles afirma, na 5.<sup>a</sup> edição de *A falência*, de 2003, que Júlia, “com direitos auferidos de seus livros e os estipêndios de palestras que proferiu, conseguiu viver de sua pena, um feito para uma época em que à mulher não era permitido escrever nem expressar suas opiniões, o que a escritora, jornalista, cronista e dramaturga fez em vários momentos e sobre diversos assuntos. Em estilo simples, enxuto e elegante, em romances realistas ou campanhas pacifistas, ecológicas ou pelos direitos das mulheres, em projetos agrícolas ou educacionais, dona Júlia foi presença marcante na sociedade e nas letras de seu tempo”<sup>52</sup>.

A ensaísta norte-americana Peggy Sharpe, no segundo volume de *Escritoras brasileiras do século XIX*, afirma que a obra de Júlia revela “as tensões, as contradições e os conflitos da mulher brasileira da época, resultantes de um processo de modernização caracterizado pelos novos códigos sociais, econômicos e políticos”<sup>53</sup> – o que nos leva a interrogar, como o fez em 1987 Temístocles Linhares, em sua exaustiva *História crítica do romance brasileiro*: “como explicar o seu injusto esquecimento?”<sup>54</sup> Ou ecoar as palavras de Wilson Martins, que, em sua *História da inteligência brasileira*, ainda na década de 1970, reivindicava: “é ela um dos nossos romancistas do passado a exigir urgente releitura e reavaliação.”<sup>55</sup>

Abolicionista, pacifista, feminista, precursora da literatura infantil e da conscientização ecológica, escritora de pelo menos três grandes romances, Júlia Lopes de Almeida enfrentou e enfrenta o machismo do meio literário brasileiro, que prefere incensar autores medíocres, a admitir o grosseiro erro de interpretação de sua obra. Só para termos uma ideia, após 1934, apareceram apenas esporadicamente reedições de seus romances *Cruel amor*, em 1963; *A falência*, em 1978; *Correio da roça*, em 1987 e *A intrusa*, em 1994. Coube à professora e ensaísta Zahidé Muzart, falecida em 2015, relançar a obra de Júlia, por sua brava Editora Mulheres, de Florianópolis, em edições críticas, com apresentações de especialistas, mas com tiragens pequenas e circulação restrita, que infelizmente não conseguiram ampliar o interesse da nossa crítica conservadora e

<sup>52</sup> *Op. cit.* Orelha.

<sup>53</sup> *Op. cit.*, p. 206.

<sup>54</sup> *Op. cit.*, p. 370.

<sup>55</sup> *Op. cit.* Volume V (1897-1914), p. 384.

provinciana, que, como anotou a pesquisadora Anna Faedrich, em reportagem publicada pelo jornal *O Globo*, no dia 1.º de julho deste ano, “toda história da literatura é escrita a partir da anterior, reproduzindo um discurso excludente”<sup>56</sup>.

Talvez esteja na hora de resgatarmos essa vergonhosa dívida para com Júlia Lopes de Almeida, fruto do machismo, da ignorância e da indolência de nossa crítica literária.



<sup>56</sup> “As escritoras brasileiras da virada dos séculos XIX e XX que foram esquecidas”. 1.º-7-2017 – Caderno Cultura.

# O legado de Clarice Lispector

NÁDIA BATTELLA GOTLIB

## ~ Projeto<sup>1</sup>

Numa carta escrita por Clarice Lispector a sua irmã Tania, datada de janeiro de 1942, enviada da Fazenda Vila Rica, nos arredores do Rio de Janeiro, a moça que acabara de completar, no mês anterior, seus 21 anos, e que ali passava férias, afirma:

*“Não escrevi uma linha, o que me perturba o repouso. Eu vivo à espera de inspiração com uma avidez que não dá descanso. Cheguei mesmo à conclusão de que escrever é a coisa que mais desejo no mundo, mesmo mais que amor.”*<sup>2</sup>

Logo em seguida, dá notícias do seu namoro com Maury Gurgel Valente, que viria a ser seu marido em janeiro do ano seguinte.

*“Tenho recebido cartas formidáveis do Maury. Houve uma briga entre nós porque ele interpretou como literária uma carta que eu mandei. Você bem sabe que isso é a coisa que mais pode me ofender. Eu quero uma vida — vida e é por isso que desejo fazer um bloco separado da literatura. E além do mais, eu tinha escrito a carta com uma espontaneidade integral. (...) Mas, mesmo tendo certa certeza de amor, mesmo tudo, eu continuo querendo mais que todas as coisas a que você sabe.”*

Professora livre-docente de Literatura Brasileira na Universidade de São Paulo, é autora, entre outros livros, de *Clarice, uma vida que se conta* (7.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Edusp, 2013), *Clarice Fotobiografia* (3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Edusp/Imesp, 2014), também editados em espanhol.

<sup>1</sup> Esse texto é uma versão reduzida da conferência proferida na Biblioteca Nacional em 25 de julho de 2017.

<sup>2</sup> Clarice Lispector, *Minhas queridas*. Org. Teresa Montero. Rio de Janeiro, Rocco, 2007, p. 23. [Esses grifos, bem como os demais, que aparecem nas citações e demais textos seguintes, são meus.]

Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras, em 25 de julho de 2017.

Estava traçado o destino de Clarice pela própria Clarice. Entre os dois – o amor e a literatura – opta pela literatura.

Estava traçado também um outro projeto, de sucesso duvidoso... O de separar em dois blocos distintos a literatura e a vida. A carta que o namorado considerou “literária” Clarice escreveu, segundo o ponto de vista da namorada, com “uma espontaneidade integral”. Pode-se concluir, então, que Clarice já escrevia espontaneamente como escritora, ou seja, literariamente. E se assim considerarmos, Maury entendeu Clarice melhor do que Clarice entendia a si mesma nessa fase de sua mocidade, em que a moça ainda tinha a pretensão de separar esses dois territórios.

De fato, trata-se de um início de carreira tanto literária quanto jornalística. Clarice, a essa altura estudante da Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil, colega do namorado Maury, já trabalhava como jornalista na Agência A Noite, fazendo reportagens, entrevistas. E já escrevera alguns contos, os seus primeiros, a partir de 1940.

Recorro a mais uma carta escrita por Clarice, dois anos depois dessa primeira. Em 1944, um ano depois do casamento, Clarice escreve carta à irmã Tania, emitida de Belém, onde mora com o marido diplomata durante seis meses, antes, pois, de embarcar para um longo período de quinze anos, primeiramente na Europa, em seguida nos Estados Unidos. E afirma:

*“Me sinto como uma pessoa que se não fizer alguma coisa que a reabilite, se afoga. (...) Estou ficando cínica e sem pudor. Que me interessa que isso suceda a outras mulheres? O que para umas é condição da própria feminilidade, noutras é a morte desta e de tudo o que é mais delicado. Sei que eu mesma não presto. Mas eu te digo: eu nasci para não me submeter (...) Mas se eu fosse me modificar não me transformaria numa mulher normal e comum, mas em alguma coisa tão apática e miserável como uma mendiga. (...) Eu sou horrivelmente difícil de se viver com.”<sup>3</sup>*

O projeto estava assim definitivamente delineado. Não só aquele: ‘entre o amor e a literatura, fico com a literatura’. Mas a constatação, pela moça de 23 anos, da ‘difícil capacidade de uma vida social compartilhada’. Impossível não associar esse enredamento episódico da vida

<sup>3</sup> Clarice Lispector, *Minhas queridas*. Org. Teresa Montero. Rio de Janeiro, Rocco, 2007, p. 37.

peçoal com o da própria Joana, tal como interpretada por Antonio Candido, em artigo sobre esse primeiro romance de Clarice.<sup>4</sup> De um lado, a ousadia de quem acha que ‘pode tudo’. De fato, existe em Joana uma “força de exceção”, desde menina, tal como Clarice-menina. De outro lado, o que o crítico considera uma fraqueza vital, ou uma fragilidade para lidar com o lado mais concreto da vida, incluindo aí o das relações sentimentais.

### ~ Prognóstico

Nesse artigo a que me referi, publicado justamente seis meses depois do lançamento do primeiro romance de Clarice Lispector, *Perto do coração selvagem*, o crítico constata o **caráter inovador** do primeiro romance de Clarice: eis aí o que podemos considerar como sinal de **um primeiro legado dessa literatura para a nossa contemporaneidade**. Afirma: “tive um verdadeiro choque ao ler o romance diferente que é *Perto do coração selvagem*, de Clarice Lispector, escritora até aqui completamente desconhecida para mim.”

Ressalta: “Com efeito, este romance é uma tentativa impressionante para levar a nossa língua (...) a domínios pouco explorados, forçando-a a adaptar-se a um pensamento cheio de mistério, para o qual sentimos que a ficção não é um exercício ou uma aventura afetiva, mas um instrumento real do espírito, capaz de nos fazer penetrar em alguns dos labirintos mais retorcidos da mente.”

E prognostica: “A intensidade com que sabe escrever e a rara capacidade da vida interior poderão fazer desta jovem escritora um dos valores mais sólidos e, sobretudo, mais originais da nossa literatura, porque esta primeira experiência já é uma nobre realização.”

Trata-se do que o crítico chama de “romance de aproximação”, ou seja, “uma tentativa de esclarecimento através da identificação do escritor com o problema, mais do que uma relação bilateral de sujeito-objeto”. E esclarece: “O seu ritmo é um ritmo de procura, de penetração que permite uma tensão psicológica poucas vezes alcançada em nossa literatura contemporânea.”

<sup>4</sup> Antonio Candido, *No raio de Clarice Lispector. Vários escritos*. São Paulo, Duas Cidades, 1970, pp. 126-127.

De fato, seja qual for a circunstância do gênero literário a que se dedique, persiste como ‘risco do bordado’ estético, a procura obsessiva da ‘coisa’, procura como meta, ainda que impossível de ser alcançada.

Álvaro Lins estranhou o romance e reagiu de modo implacável. Em artigo publicado no *Correio da Manhã* de 11 de fevereiro de 1944, não admite a invasão da personalidade da autora com tamanha força no romance. Baseia-se, pois, num preconceito que eu consideraria até de teor antifeminista, já que sustenta sua argumentação no fato de que, ao valorizar a objetividade, não reconhece legitimidade no fato de a autora não se conter, manifestando-se sob a forma de confissões e de demais recursos que, de certa forma, privilegiam sua participação na narrativa.

Relações entre a ficção e o que se chama de real, por vezes até certa confusão entre esses dois territórios, é o que o romance suscita junto a alguns críticos. E é no desvendamento dessas profundezas – já não importa se da autora, se de suas personagens – que o projeto literário inovador de Clarice se faz. Como?

Justamente perscrutando, até a exaustão, esse percurso. A ponto de, em alguns momentos, parecer esgotar essa capacidade, revertendo o próprio ciclo criativo, ao voltar-se contra si mesma enquanto autora, e contra sua obra enquanto literatura e produto de cultura artística.

## ~ Execução

Num dos primeiros contos escritos por Clarice Lispector, “A fuga”, a mulher descobre-se insatisfeita com um casamento que já dura doze anos. Sai de casa, a “ver se as coisas ainda existiam”, e se reconhece não mais como “uma mulher casada” mas sim, afirma ela, “sou agora uma mulher”. No entanto, sem dinheiro para ir a um hotel ou tomar um navio, volta para casa. Triste destino... Impossível não remontar à conferência de Virginia Woolf de 1927, em que alerta para a necessidade de a mulher ter seu quarto próprio e dinheiro no bolso para conquistar a emancipação. Clarice, logo no início de sua carreira, nos oferece a semente de um novo legado, que haveria de crescer, ao longo das décadas seguintes: **o legado da conscientização da mulher no seu caminho de**

**emancipação, mediante registro de situações de dependência e sutis sugestões de projetos de liberação.**

Mas não é tanto o enredo o que sustenta a construção de tais contos e de tantos outros: é o que repercute nas personagens, a partir dessas pequenas ações. E sob essa perspectiva, podemos observar, sim, uma mudança ao longo do tempo.



Reporto-me ao talvez mais antológico dos contos desses volumes, “Amor”, publicado no volume *Laços de família*, de 1960. A mulher vai fazer compras, de repente se vê no Jardim Botânico, em seguida volta para casa. Eis uma estória calcada no conhecido roteiro: da casa para fora de casa, de fora de casa para dentro da casa.

Numa sequência clássica com nítidos começo, meio e fim, com um clímax na sua parte medial, o conto prima pela perfeita simetria de suas partes constitutivas, que não seriam apenas três – casa/Jardim/casa –, mas cinco, se considerarmos os elementos de ligação entre elas: o cego mastigando chicles atrai a personagem para o Jardim Botânico; o marido a conduz para um dos cômodos do interior de sua casa.

No entanto, enquanto a personagem relembra sua vida doméstica – arrumar a casa, lavar a roupa, costurar, cuidar dos filhos – paralelamente, monta-se uma outra estória. Enquanto está no bonde, com as compras ao colo, ao se lembrar dessa sua vida de dona de casa e de mãe, reconhece que “Assim ela o quisera e escolhera.” Essa frase é repetida, em final de parágrafos: “Assim ela o quisera e escolhera.”<sup>5</sup> Mas enxertado no meio de cada parágrafo, um mínimo detalhe de inquietação é lançado pelo narrador: uma brisa que movimenta a cortina, por exemplo. E essa inquietação vai ganhando corpo no conto, a tal ponto que, no final de tais parágrafos, quando a narradora afirma que tudo estava bem, o leitor não mais acredita. E lê o contrário. Ana não está satisfeita.

O bonde sai dos trilhos, os ovos quebrados passam pelas malhas do tricô, é atraída pelo cego que masca chicles, e então a personagem se vê no Jardim Botânico. E se defronta com a rudeza da condição humana, feita paradoxalmente do bom e do ruim ao mesmo tempo, Éden e

<sup>5</sup> Clarice Lispector, Amor. *Laços de família*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1960, pp. 24-25.

Inferno. Talvez tenha chegado ao ponto máximo da ‘aproximação’ do selvagem coração da vida, em que se sente irmanada com animais, vegetais, minerais, em que há não só o contato com a morte – os frutos apodrecidos e abraços de caráter erótico – mas com a vida – a matéria viva pulsando. E assim sendo, experimenta o silêncio que dispensa palavras.

O campo da identidade pessoal – Ana, dona de casa – cede lugar ao campo da aventura, do deslizamento de sentido e “do devir”, se considerarmos o termo usado por Gilles Deleuze ao examinar, em *A lógica do sentido*, a história de *Alice no país das maravilhas* à luz da figura do paradoxo.<sup>6</sup>

Nesse caso, o legado de Clarice, tal como já observamos em relação ao seu primeiro romance, residiria, sim, na sua capacidade de inovar, causando estranhamento, mediante procedimento de narradora que tenta se aproximar gradativamente de sua personagem, que, por sua vez, se aproxima gradativamente de um ‘ser outro’. Mas acrescenta-se aí um novo dado: **a construção de um conto ao mesmo tempo de feição clássica** – simétrico na economia e distribuição dos seus bens narrativos – **e surpreendentemente subversivo**, no sentido de que uma outra camada de sentido (a inquietação) contamina, em sentido positivo, e aos poucos, a primeira, a ponto de as duas se encontrarem num ponto determinado: o Jardim.

Se imaginarmos para essa estrutura a forma de um X, estaria no vértice a possibilidade imaginária de junção de contrários, como se aí fosse também a porta de entrada da árvore oca de Alice, ao mergulhar no Jardim das Maravilhas ou atrás do espelho, que ela atravessa para enxergar o “outro lado” das coisas.

Esse procedimento de se **aproximar** gradativamente de um outro – no caso, Ana despersonalizada e transfigurada num ‘estar sendo’ –, atinge momento ainda mais tenso e denso no romance *A paixão segundo G. H.*

Nesse percurso da personagem G.H. (iniciais que já foram interpretadas como Gênero Humano), vibra e fermenta o caldo de cultura de que todos nós somos feitos, misto de ansiedade, medo, suspense, expectativa, descobertas inusitadas, questões incompreensíveis, percepções de extrema sensibilidade, aptidões artísticas, recalques antes abafados.

<sup>6</sup> Gilles Deleuze, Primeira série de paradoxos: Do puro devir. *A lógica do sentido*. Trad.: Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo, Perspectiva, 1974, pp. 1-3.

Persiste o roteiro de se aproximar do outro e de desmontar a duplicidade de sujeito *versus* objeto ao se procurar, com esse outro, uma identificação. Mas a dosagem aumenta, na medida em que cada capítulo aparece engatado ao seguinte, repetindo-se a mesma frase de final de capítulo no início do capítulo seguinte, e não deixando que o leitor escape dessa corrente. Como são vários os capítulos, há que se munir de energia para aguentar o baque do suspense até o crime final: o assassinato da barata, que é prensada entre o armário e a porta do armário; e a cena da devoração da barata pela protagonista.

Trata-se de um processo de sucessivas transfigurações do outro, outro que é a empregada doméstica Janair, que se revela como sendo “Rainha africana”, redescoberta na sua luminosidade de ‘ser vivo’, transfigurada, sim, na barata marrom, que a patroa intenta devorar, para compartilhar o ser selvagem, experimentando a pulsação vital, quando então – e essa é a frase clímax desse processo – “A vida se me é.” É quando a palavra não tem mais vez. Perde o sentido. O silêncio vence.

Ressalte-se que os embriões desse tema apareceram em páginas femininas, supostamente escritas para distrair, divertir e informar mulheres – com dicas referentes à vida doméstica e domesticada: como fazer bolinhas de queijo para aperitivo, por exemplo. Só que, no meio disso tudo, surgem receitas de como matar baratas. É o caso de “Meio cômico, mas eficaz...”, texto publicado no jornal *Comício* em 8 de agosto de 1952: na mistura, de um lado, o pó letal, ou gesso, ficções, que matam de dentro para fora, misturadas ao pó doce, ou açúcar, ou seja, temas leves, fúteis, criados supostamente apenas para distrair leitoras que são apanhadas de surpresa.

Não se trata apenas de uma receita de matar, com suas múltiplas implicações. Trata-se de uma poética: pois é receita de matar o leitor, e as vítimas somos nós, pois a nós ela se dirige, com um enredo feito de açúcar, pitadas inofensivas que apenas nos enlevam, mas misturadas com pitadas ficcionais, doses de gesso que nos esturricam de dentro para fora, ao suscitar ou fazer aflorar um repertório terrível e ao mesmo tempo encantador de experiências abafadas, escondidas, proibidas. Nesse caso, a alegria da transgressão assassina, que se transforma em vício, libera forças até então desconhecidas, proibidas pela civilização, mas permitidas no campo do imaginário. E resgata o ‘outro’ à condição de ‘ser’.

Talvez esteja aí mais **um legado de Clarice e de ampla envergadura**. Se continua a inovar, tal como no primeiro romance, e tal como nos contos já citados, pela estratégia da aproximação, enveredando pelos “labirintos da intimidade”, nesta novela, pela sua própria configuração imagística e pela própria densidade gradativa da ação, que culmina em ato surpreendente, ocorre um componente mais amplo, dada sua repercussão de caráter social, moral, político, ético, o legado da **humanização da literatura**, ao experimentar, sim, ‘o outro’, mas revelá-lo com originalidade, na sua **grandeza igualitária**: o outro como um ‘ser’ tal como todos os outros, flagrado no seu simples ‘estar sendo’, quando, repito, “a vida se me é”, mas deslocado para um outro campo de significação já destituído de discriminação e de preconceito.

No entanto, há mais variações criativas no campo das estruturas ficcionais de Clarice. O que seria uma estrutura em profundidade, desdobrando-se em abismo (é o caso de “A quinta história”) e que terá desdobramentos numa estrutura a três, em *A hora da estrela* (Clarice/o narrador Rodrigo S. M. /a personagem Macabéa) e numa estrutura a dois, em *Um sopro de vida* (Ele/Ela), desenvolve-se também no campo da superfície: é o caso da narrativa *A via crucis do corpo*, de 1974, eminentemente episódica, feita por encomenda, centrada num só tema, o do sexo.

Nesses contos, aliás, bem analisados por Vilma Arêas em ensaio que figura no volume *Clarice Lispector com a ponta dos dedos*, publicado em 2005, a prática de uma narrativa instrumentalizada por uma linguagem crua, direta, econômica, em linhagem que remete a um Nelson Rodrigues e Dalton Trevisan, traz o registro do *bas-fond* carioca mediante criação de personagens considerados marginais: maquiadores *gays*, prostitutas, industriais corruptos, velhas mal-amadas, com desejos insatisfeitos ou satisfeitos graças à grana que compra homens jovens.

Pois recentemente, graças a um professor da UFMG, Leandro Garcia, tive acesso a um exemplar desse livro dedicado ao católico Alceu Amoroso Lima. A dedicatória é a seguinte:

“Rio, 16 julho de 1974/Ao dr. Alceu, minha grande estima e admiração./Respeitosamente/Clarice Lispector

*Peço-lhe que não leia este livro*

*Dr. Alceu Amoroso Lima/Rua Paissandu 200 ap 701 – Flamengo”*

Cito essa dedicatória porque, nessa escrita, comprova-se o mesmo **legado inovador de Clarice ao praticar os vários gêneros narrativos: vira-os do avesso**. Nem a dedicatória escapa dessa estratégia. Se, por um lado, segue a norma de dedicatórias – inclusive com dados de local, data, nome do destinatário e até o endereço – por outro, pede que o livro não seja lido...

Eis o legado de Clarice na prática dos gêneros narrativos: faz e ao mesmo tempo desfaz. Tal como procede como entrevistadora: conduz a entrevista e, de repente, o entrevistado é que passa a lhe fazer perguntas. Tal como conduz a sua própria carreira de escritora: publica textos desde 1940, mas nega ser escritora profissional, opta pelo amadorismo, para preservar sua autonomia.

A desmontagem dos gêneros, ao longo de sua produção, mostra essa proposta: não mais romances, ou novelas, ou crônicas, ou contos, mas, em *Água viva*, simplesmente “ficção”. Em *Um sopro de vida*, simplesmente “pulsações”. E uma de suas personagens – mais um desdobramento da escritora Clarice? – afirma, em *Água viva*: “Gênero não me pega mais. Sou inclassificável.” Talvez seja esse o **legado mais audacioso** de Clarice. Levar às últimas consequências o uso da palavra a ponto de, ao esticar sua potencialidade máxima, destituir a literatura de seu próprio caráter de literatura.

Diante desse quadro, sendo Clarice quem foi, como reagiria a uma indicação sua para a Academia Brasileira de Letras? Fica a pergunta. Ou respondo como Clarice respondeu, numa de suas crônicas, sobre quem teria sido se não tivesse sido o que foi: “Mistério”.





# Lima Barreto em revista

FELIPE BOTELHO CORRÊA

**A**lém dos marcantes momentos nacionais da Abolição da Escravidão e da Proclamação da República, intelectualmente Lima Barreto se formou também em meio a um debate que dominou o mundo atlântico na virada para o século XX. O pano de fundo era o surgimento da sociedade de massas e as possibilidades de aproximação do intelectual com a crescente população. Esse contexto fica mais evidente nas leituras de Lima. Entre suas principais referências estão escritores e pensadores que surgiram na segunda metade do século XIX, e que, de alguma forma, tiveram que enfrentar a questão do papel da literatura e da escrita na emergente sociedade de massas. Esse novo contexto foi gerado não só pelo aumento da concentração das populações nas cidades, como também pela maior oferta do ensino público e a consequente queda nas estatísticas de analfabetismo, assim como o crescimento do número de periódicos publicados e a maior circulação que alcançavam.

Essa revolução tecnológica e social dividiu os meios intelectuais na relação do escritor com as multidões, notadamente o meio europeu, que foi o mais influente no projeto literário do Lima. Na ampla gama de abordagens sobre essa questão, o extremo reacionário se situava numa suposta necessidade de os intelectuais declararem guerra contra as massas, que chegou a tomar forma em deliberadas exclusões das massas do debate de

Nasceu no Rio de Janeiro, obteve seu ph.D. pela Universidade de Oxford e é pesquisador e professor de literatura e cultura brasileira na universidade King's College London, no Reino Unido.

ideias ou até mesmo em vislumbres de extermínio físico dessa crescente população das cidades.

Bem cedo, Lima percebeu as atrocidades dessas doutrinas, claramente erguendo-se como escritor contra a disseminação de tais ideias no Brasil. Sua posição sobre o assunto aparece em seu *Diário íntimo* num longo trecho escrito já em 1905 com clareza e contundência extraordinárias:

*“Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há umas certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça. / Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais. / Tudo isto se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães. [...]. / E assim a coisa vai se espalhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais do que à fraqueza, à covardia intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa. Urge ver o perigo dessas ideias [...]. Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas, amanhã [...] ficarão à mão dos políticos, cairão sobre as rudes cabeças da massa [...]. E hoje é para mim motivo de alegria [e] satisfação para minha alma poder oferecer contestação, atirar sarcasmos à soberbia de tais sentenças, que me fazem sofrer desde os quatorze anos.”*<sup>1</sup>

De forma mais seletiva, mas não menos drástica, a eugenia não deixou de ser uma das muitas maneiras pelas quais os intelectuais reagiram à ascensão das massas na virada para o século XX. E fica evidente que Lima combatia com sua literatura os absurdos daquele momento, em que muitos intelectuais sonhavam com o extermínio das massas.<sup>2</sup>

Outro debate relacionado com essa reação intelectual à sociedade de massas cresceu em torno da educação pública. Muitos chegaram a sugerir que as massas não deveriam ser alfabetizadas, e que somente os intelectuais deveriam dominar a esfera da cultura escrita. Houve até quem argumentasse que havia evidências estatísticas de que a disseminação da educação aumentava os índices de criminalidade, e que a expansão da escolarização transformava as massas em inimigos da sociedade.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

<sup>2</sup> Carey, John. *The intellectuals and the masses: pride and prejudice among the literary intelligentsia, 1880-1939*. Londres: Faber & Faber, 1992, p. 15.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 27.

Contudo, a leitura crítica de Lima do debate naquele momento sobre o papel do intelectual moderno o leva ao outro lado desse espectro, absorvendo uma outra gama de pensadores, sendo Tolstói e Carlyle os mais fundamentais. É nesses pensadores que Lima vai buscar uma definição do literário que fosse independente da noção de beleza. Usando uma metáfora derivada dos estudos de bacteriologia do século XIX, Tolstói, por exemplo, define o poder de contágio, de infecção, como a principal medida do valor artístico. Segundo o russo, “as grandes obras de arte só são grandes porque são acessíveis e compreensíveis a todos”.<sup>4</sup>

Muito desse debate estava relacionado com a expansão da educação primária naquele período em diversos países. É nesse momento, por exemplo, que as publicações populares começam a ganhar mais espaço, procurando justamente esse novo público. Esse é um período de transformações na estrutura da imprensa, com jornais e revistas se tornando fontes de lucro e sendo editados em estruturas comerciais de grande porte. Com crescente tiragens e financiadas por anunciantes, essas publicações procuravam oferecer ao seu público-alvo de massa conteúdos atrativos e acessíveis.

Boa parte dos intelectuais europeus não viu esse crescimento dos meios impressos populares com bons olhos, e reagiu de forma hostil. Um dos elementos dessa reação foi o desenvolvimento das teorias de vanguarda no começo do século XX, que viam arte e literatura como prerrogativas de uma minoria. Segundo John Carey, autor de um polêmico livro sobre o tema da relação dos intelectuais europeus com as massas naquele período, os intelectuais europeus daquele período não podiam realmente impedir o avanço da alfabetização, mas podiam trabalhar para dificultar o contato desses novos e numerosos leitores com a literatura, bastando para isso que a escrita se tornasse mais rebuscada e de difícil acesso.<sup>5</sup>

No Brasil, muitas dessas transformações daquele período também ocorreram e foram bastante significativas, mas obviamente em outra escala. Apesar de ainda modesto, se comparado com outros países, o crescimento no número absoluto de alfabetizados é notável. Se em 1890

<sup>4</sup> Tolstoy, Leo. *What is art?* Nova York: Funk & Wagnalls Company, 1904, p. 102.

<sup>5</sup> Carey, John. *The intellectuals and the masses*. Londres: Faber & Faber, 1992, pp. 16-17.

o número girava em torno de 2,5 milhões, os dados de 1920 mostram que o número absoluto de alfabetizados havia quase que quadruplicado.

Esse novo público leitor alfabetizado, espalhado por várias cidades do país, foi justamente um dos principais motores da expansão da imprensa, especialmente das revistas populares de circulação nacional, que refletiram não só a modernização da imprensa, mas também a própria expansão do público leitor no país. Ao contrário dos jornais, que se concentravam nas cidades onde eram editados, as revistas populares chegavam a ter quase 70% de suas tiragens enviadas para outros estados da federação.<sup>6</sup> Essas revistas foram as primeiras a se fazerem profundamente populares no Brasil, atingindo um público de trabalhadores com alguma alfabetização, além de outras camadas letradas da sociedade.<sup>7</sup>

Em vez de seus livros, que despertavam a atenção de um limitado círculo de escritores e intelectuais, foram as contribuições regulares para essas revistas que ajudaram Lima a se tornar uma popular referência intelectual no país. Embora muito criticado na capital por seu estilo e perspectiva, ele era aclamado em outras partes do país como uma referência para aqueles que não queriam reproduzir o maneirismo e a aristocracia que governava a *belle époque* carioca.

Um dos exemplos mais notórios de que essa estratégia foi bem-sucedida foi o fato de Lima Barreto ter se tornado uma referência para o grupo de São Paulo liderado por Mário de Andrade. Eles admiravam o estilo de escrita e a estética de Lima, e queriam que ele fizesse parte do grupo: “O que mais nos espantava então era o estilo direto, a precisão descritiva da frase, a atitude antiliterária do escritor, a limpeza de sua prosa, objetivos que os modernistas também visavam.”<sup>8</sup> Lima acabou rejeitando o convite que Mário de Andrade fez para que ele colaborasse na *Klaxon*, e uma breve troca de farpas aconteceu em revistas da época. Lima zomba do nome da revista paulista, comparando-a com o futurismo grotesco, mas enfatizando que seu artigo “não representa[va]

<sup>6</sup> *Careta*, 29/11/1919.

<sup>7</sup> Lobato, Monteiro. *A caricatura no Brasil*. In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1964, p. 20. (Obras completas, v. 4).

<sup>8</sup> Barbosa, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003, p. 335.

qualquer hostilidade”. Uma resposta apareceu algumas semanas depois em um texto de Mário na *Klaxon*:

*Na Careta confunde ainda o espírito de atualidade de Klaxon com o futurismo italiano um sr. Lima Barreto. [...] Debarretamo-nos imediatamente, imensamente gratos, ao ataque da (sic) clarividente. O sr. Lima Barreto, como escritor de bairro, desembocou duma das vielas da Saúde, gentilmente confiado nas suas rasteiras.*<sup>9</sup>



A expressão “escritor de bairro” é particularmente eloquente ao descrever a perspectiva de Lima nas revistas populares, demonstrando que o grupo da *Klaxon* acompanhava de perto seus textos semanais. Em vários momentos o próprio Lima se assume como escritor de bairros de trabalhadores. Essas foram áreas que sofreram grande expansão e receberam um número significativo de novos residentes após as reformas feitas por Pereira Passos no centro da cidade na primeira década do século. De acordo com Lima, essas áreas suburbanas eram o refúgio dos infelizes:

*Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas [...] ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima [...]. São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, de dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil-réis.*<sup>10</sup>

O subúrbio e seus habitantes são uma das marcas mais visíveis na obra de Lima Barreto. Contudo, a ênfase nessa temática tem um aspecto mais amplo que também está ligado ao debate intelectual sobre o surgimento das sociedades de massa. O crescimento dos subúrbios lotados de funcionários com algum grau de alfabetização foi um dos aspectos mais salientes no processo intelectual de reação às massas.<sup>11</sup> Esse crescimento era devido, em grande parte, ao aumento da demanda por trabalhadores de colarinho branco que, por sua vez, eram consequência da

<sup>9</sup> Luzes e refrações. *Klaxon*, 15/7/1922.

<sup>10</sup> Barreto, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 118. (Obras de Lima Barreto, v. 5).

<sup>11</sup> Carey, John. *The intellectuals and the masses*. Londres: Faber & Faber, 1992, p. 46.

queda nas taxas de analfabetismo e da expansão do aparelho burocrático do regime republicano.<sup>12</sup>

A descrição que Lima Barreto faz dos habitantes dos subúrbios cariocas pouco difere daquilo que acontecia nos subúrbios de cidades europeias. Fruto da expansão urbana e ferroviária, o subúrbio passou a ser o *habitat* e mesmo a representar o cidadão médio. Vários intelectuais desses crescentes centros urbanos passaram a ridicularizar ou censurar a vida dos subúrbios, mirando não só em questões de classe social e adotando certo desdém. Ainda que muitos fossem alfabetizados, os trabalhadores de colarinho branco dos subúrbios estavam pouco interessados nas especificidades da cultura literária tida como gramaticalmente refinada e culta, razão pela qual alternativas foram aos poucos sendo criadas para eles, principalmente por meio da imprensa popular.

Em *The Suburbans*, famoso livro sobre o tema, publicado em 1905, o britânico Thomas Crosland mostra como uma nova linguagem literária vai sendo criada nessas revistas, definida por ele como “fala suburbana”: um estilo coloquial de escrita que explicitamente explorava linguagens adequadas para as massas.<sup>13</sup> Contudo, a “fala suburbana” incomodava intelectuais tradicionais, em parte porque trivializava assuntos “sérios” com uma linguagem coloquial, irreverente e jocosa, aproximando a linguagem literária da linguagem popular das ruas.<sup>14</sup>

No Brasil, Lima foi um dos escritores que optaram por deliberadamente pensar nessa crescente cultura dos subúrbios que também chegava aos trópicos. Isso é captado por ele em detalhe em vários momentos de sua obra, em que as práticas e os dilemas dos personagens são descritos em paisagens suburbanas por meio de uma linguagem acessível. A busca por uma literatura popular, com uma fala brasileira, de linguagem acessível, é um dos aspectos que marcaram as censuras e os elogios às estratégias utilizadas pelo autor carioca para se comunicar com esse novo público que jornais e revistas começavam a atingir.

Para Lima, a ação revolucionária estava no uso dessa linguagem popular que era, segundo Silviano Santiago, “o prazer dos leitores comuns

<sup>12</sup> *Idem.*

<sup>13</sup> Crosland, Thomas. *The Suburbans*. Londres: John Long, 1905.

<sup>14</sup> Carey, John. *The intellectuals and the masses*. Londres: Faber & Faber, 1992, p. 59.

e o desespero dos leitores críticos”<sup>15</sup> por meio de uma linguagem que pretendia chegar a todos os estratos sociais, ferindo, segundo ele, sem derramar sangue. Essa estratégia literária acabou por lhe dar uma posição intrigante em sua época, assumindo “uma estética popular numa literatura como a brasileira, em que os critérios de legitimação [...] foram sempre os dados pela leitura erudita”.<sup>16</sup>

É por essa razão que ele implicava muito com um tipo especial de academicismo, aquele praticado por “filólogos” e “gramáticos”. Eram pessoas que limitavam seu interesse pela cultura aos livros, evitando o contato real com a população e com qualquer coisa considerada não europeia. Lima aborda esse assunto muitas vezes em seus artigos, enfatizando como esse academicismo era cheio de opulência e frivolidade, e como muitos estudiosos e escritores estavam mais preocupados com a correção da linguagem do que com a comunicação real de suas ideias. Qualquer tentativa de mudar o registro literário para o vernáculo local era descartada pelos estudiosos conservadores como obras irrelevantes, até mesmo apontando algumas “doenças de linguagem”.

Francisco de Assis Barbosa já havia apontado como a recepção do primeiro romance de Lima tinha sido afetada precisamente por críticos censurando a invasão do oral no discurso escrito. Essa era uma questão central para a maioria dos escritores que estavam preocupados com o contexto brasileiro. Para Manuel Bandeira, por exemplo, os brasileiros haviam criado diferentes pactos de linguagem ao longo da colonização, e acabaram desenvolvendo não uma língua brasileira, mas uma fala diferente, uma dicção específica que aparecia nas obras de Lima:

*A nós, brasileiros de hoje, [...] mais nos interessa a linguagem de um prosador como Lima Barreto, tido embora como incorreto segundo o critério purista de inspiração portuguesa, do que o esplendor verbal de Rui [Barbosa], absolutamente exótico no seio da selva gostosa dos nossos barbarismos. O gosto da vida (da nossa vida) está com o primeiro.*<sup>17</sup>

<sup>15</sup> *Idem.*

<sup>16</sup> Santiago, Silvano. Uma ferroada no peito do pé (dupla leitura de *Triste fim de Policarpo Quaresma*). In: Barreto, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: ALLCA XX, 1997, p. 533.

<sup>17</sup> Alencar e a linguagem brasileira. *A Província*, 12/5/1929.

Essa desconexão com o gosto da vida social brasileira é atacada por Lima, que ridiculariza as consequências de tal atitude em muitos textos como “As teorias do dr. Caruru”, publicado na *Careta*. O dr. Caruru é “uma sumidade em matéria de psiquiatria, criminologia, medicina legal e outras coisas divertidas”.<sup>18</sup> Além de ser professor da Faculdade de Medicina, ele tinha três outros cargos burocráticos no governo. Não surpreendentemente, ele era aclamado como um acadêmico influente não por seu conhecimento, mas por seu estilo de escrita. Caruru era capaz de expressar “ideias e concepções modernas com uma sã e enérgica linguagem dos quinhentistas e mesmo dos seus antecessores”. Além disso: “A sua linguagem falada era diferente da escrita. Ele escrevia clássico ou pré-clássico, mas falava como qualquer um de nós.”<sup>19</sup> Esse tipo de discurso é considerado por Lima a reprodução do ímpeto de excluir as massas da circulação do texto impresso.

Ao mesmo tempo em que Lima abraçou a imprensa como meio de divulgação de ideias, conectando literatura com comunicação de massa, ele também se viu num dilema enquanto intelectual. Esse dilema aparece claramente na voz do protagonista do seu último romance de autoficção, o inacabado *Cemitério dos vivos*, quando Vicente Mascarenhas faz uma breve descrição sobre a função do ato de escrever.

Nesse trecho, o narrador retoma o mote do texto sobre o avanço das teorias raciais que pretendiam falar em nome da ciência, que Lima escrevera em seu diário em 1905, para uma vez mais afirmar que sua literatura tinha a missão de contestar essas pseudociências baseadas em arrogâncias raciais.<sup>20</sup>

Contudo, essa obra de reação às pseudociências do darwinismo social precisava ter algum impacto na sociedade. O grande desafio era encontrar a linguagem adequada para tal empreitada, sugerindo que o estilo das revistas populares poderia ser um modelo para uma literatura clara, simples, atraente e comunicativa, que tivesse a fluidez necessária para chegar às massas.<sup>21</sup>

<sup>18</sup> *Careta*, 30/10/1915.

<sup>19</sup> *Idem*.

<sup>20</sup> Barreto, Lima. *Cemitério dos vivos*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 138.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

As palavras dele estão, em certa medida, dialogando com toda a trajetória de Lima Barreto até aquele momento: a busca por uma literatura que tivesse apelo popular e sofisticação intelectual. Ao colocar o público leitor como uma das premissas básicas de sua prática literária, Lima Barreto apostava numa modernização da literatura brasileira, evitando uma estética elitista. Sua principal inovação foi uma produção intimamente conectada com o ambiente de onde surgiu, rejeitando uma mentalidade colonizada “de meros repetidores de asserções das notabilidades europeias” que dispensavam, segundo ele, o “dever mental de examinar a certeza das suas teorias [e] princípios”.<sup>22</sup>

Para Lima, sua produção intelectual não podia estar desconectada desse novo público leitor, mesmo que isso significasse a censura e o rechaço daqueles que definiam o que era literário. Formado no boom das revistas populares, ele não via a literatura separada desses novos meios, mesmo que isso significasse ser considerado um escritor antiliterário.



<sup>22</sup> *Idem*, p. 139.



# Nabuco Republicano

GERALDO HOLANDA CAVALCANTI

Referindo-se à sua estada na França entre 1873 e 1874, diz Nabuco, em *Minha formação*<sup>1</sup>: “Na própria política eu achava-me dividido pela mais positiva dualidade que se pudesse dar. De sentimento, de temperamento, de razão, eu era um tão exaltado partidário de Thiers como qualquer republicano francês; pela imaginação histórica e estética era porém legitimista.” E, mais adiante: “Eu era como político francamente thierista, isto é, em França, de fato republicano. Isto não quer dizer, porém, que me sentisse republicano de princípio, pelo contrário.”<sup>2</sup> E se justifica dizendo que a Terceira República na França “foi uma transação de estadistas monárquicos”, diante da perspectiva de uma mudança de regime pela revolução. Isso Nabuco toma como uma lição que lhe reafirma o sentimento monárquico. “O grande efeito sobre mim – continua – (...) era dar-me uma grande prova experimental de que a forma de governo não é uma questão teórica, porém prática, relativa, de tempo e de situação, o que em relação ao Brasil era um poderoso alento para a minha predileção monárquica.”<sup>3</sup>

Estas palavras de *Minha formação*, referindo-se a sentimentos de 25 anos antes, quando o autor ainda não tinha iniciado a sua vida política, dizem muito do drama interno vivido pelo

Ocupante da  
Cadeira 29  
na Academia  
Brasileira de  
Letras.

<sup>1</sup> *Minha formação*, p. 62.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 64.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 65.

autor ao longo da vida. Havia, em Nabuco, uma predisposição para aceitar certos valores republicanos que nele não se consolidava porque não queria ver abalada sua fé monarquista. Diz, muito a propósito, em *Massangana*: “Há espíritos que gostam de romper todas as cadeias, de preferência as que outros criaram para eles. Quanto a mim, seria incapaz de romper inteiramente a menor das cadeias com que uma vez me prenderam.”<sup>4</sup> E o sentimento monárquico era uma delas.

Nabuco volta à Europa espaçadamente, residindo por longos períodos em Londres, privadamente, durante o Império, e a serviço do Governo republicano em 89, para, como adido à Legação em Londres, ocupar-se da defesa dos interesses brasileiros na disputa relativa aos limites com a Guiana.

Suas múltiplas residências na capital inglesa nele deixam marcas perduráveis. Escreve em *Minha formação*: “Talvez eu possa resumir o processo da minha solidificação política, dizendo somente que a monarquia faz parte da atmosfera moral da Inglaterra e que a influência inglesa foi a mais forte e mais duradoura que recebi.”<sup>5</sup> Essa influência é sobretudo moral e estética, mais até do que política como ele próprio a resume ao dizer que foi sobretudo “aristocrática, artística, suntuária.”<sup>6</sup> “O que me impediu de ser republicano na mocidade foi muito provavelmente o ter sido sensível à impressão aristocrática da vida”, a que volta a referir-se, logo em seguida, como “mundana”.<sup>7</sup>

A primeira estada de Nabuco nos Estados Unidos (1876-77) está registrada no seu diário como de contínuas decepções. Inevitavelmente tudo compara em Nova York ao que houvera vivido com grande intensidade em Londres. Nabuco parece chegar impregnado dos lugares comuns sobre os EU já vigentes àquela época. Veja-se o que escreve nos dias 19 de julho e 9 de agosto de 1877: “Não se pode dizer deste país que tenha ideal. É o país prático por excelência (...). Não lhe falta *manhood*, “mas tudo nele preenche um fim material.” Chega à exasperação ao descrever o que sentiu ao presenciar a campanha para a eleição de Tilden:

<sup>4</sup> *A desejada fé*, p. 4.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 105.

<sup>7</sup> *Ibid.*, pp. 106, 107.

Da política, a impressão geral que tive e conservo é a de uma luta sem o desinteresse, a elevação de patriotismo, a delicadeza de maneiras e a honestidade de processos que tornam na Inglaterra, por exemplo, a carreira política aceitável e mesmo simpática aos espíritos mais distintos. (...) Não havia nada que me des-se na América do Norte ideia da superioridade de suas instituições sobre as inglesas. A atmosfera moral em roda da política era seguramente muito mais viciada: a classe de homens a quem a política atraía, inferior, isto é, não era a melhor classe da sociedade, como na Inglaterra; pelo contrário, o que a sociedade tem de mais escrupuloso afasta-se naturalmente da política.



Ele próprio se corrige ou se redime, ao recordar em *Minha formação* essas páginas contundentes de seu *Diário*: “São impressões de simples transeunte. Eu hoje não escreveria dos Estados Unidos que é uma nação sem ideal; diria que é uma nação cujo ideal se está formando.”

Entre o diário de 1877 e a publicação de *Minha formação* em 1900, Nabuco amadurece sua reflexão sobre a contribuição da democracia republicana para o futuro político das nações ao analisar, em sua obra *Balmaceda*, o caso muito particular do Chile. Vê nas experiências republicanas dois vetores distintos: “o espírito de reforma levado mesmo à utopia e o de sistema.” O primeiro é o espírito de inspiração transbordante e de eterno movimento das raças de gênio, como a ateniense, a florentina, a francesa.” A concepção chilena da República, nas palavras do próprio Balmaceda, é que ela representa a expressão da ciência e da experiência do governo de liberdade.” Entre uma e outra vê Nabuco ressaltar “o espírito combinado das instituições muitas vezes seculares”, entre as quais menciona, e isso não é surpresa, a constituição inglesa.<sup>8</sup> Em *Minha formação*, Nabuco dirá que “(a) comparação do maquinismo político-social entre a América do Norte e a Inglaterra é, em quase tudo, favorável a esta”<sup>9</sup> e, páginas adiante, dirá por quê: “Uma coisa o governo americano não é: não é o governo do melhor homem, como pretendiam ser as democracias antigas.”<sup>10</sup> Nabuco, aliás, já esclarecera

<sup>8</sup> *Balmaceda*, p. 76.

<sup>9</sup> *Minha formação*, p. 154.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p.156,

no prefácio, datado de 8 de abril de 1900, que as ideias contidas no livro refletem o que o autor sentiu ao longo dos sete anos anteriores, mas, ao autorizar a publicação, onde diz qual é o seu pensamento “hoje”, está falando de 1900. Confessa que, praticamente, só bem conhecera Nova Iorque e Washington e que suas apreciações podiam refletir essa circunstância. Em todo caso, afirma estar convencido de que “quem viveu Nova Iorque e Washington viu tudo que há que ver nos Estados Unidos”<sup>11</sup>, uma afirmação ligeira e surpreendente na pena de um arguto pensador político. Tudo indica, porém, que naquela primeira estada nos Estados Unidos, Nabuco estava mais interessado em fruir sua juventude do que em examinar a fundo a sociedade e a política norte-americanas.

O período que se segue é o da fecunda participação ativa de Nabuco na vida política do país. Com a proclamação da República, dela se afasta e recolhe-se ao convívio com os livros, como narra sua filha. Mas esse isolamento não significa que estivesse desatento ao que se passava no país e vê com agrado a sociedade se reorganizar no figurino republicano. Não perde sua íntima convicção monarquista, mas aprova o que vê estar dando certo, o que lhe valeu o comentário que registra no *Diário*, a 7 de janeiro de 1898: “Estão me achando muito mudado, quando o que muda não é o barômetro, é o tempo.”<sup>12</sup> Em nota avulsa, recolhida por Carolina, descreve: “Eu quero viver até o fim monarquista, mas quero morrer reconciliado com os novos destinos do meu país.” Estava Nabuco preparado para voltar à vida pública, o que se fará pela diplomacia e não mais pela atividade partidária. Ao desembargador Domingos Alves Ribeiro escreve que não deseja sobre seu túmulo a inscrição de sua fidelidade monarquista. “Fui e sou monarquista, mas essa é uma característica secundária para mim, acidental; a característica verdadeira, tônica, foi outra: *liberal*.”<sup>13</sup>

A mudança do tempo a que se refere não parece conduzir o país, no entanto, na direção que os republicanos sinceros almejavam para ele, e as preocupações de Nabuco com a irrealização da utopia se revelam em textos incisivos como foram sua carta de resposta à do almirante Jaceguay,

<sup>11</sup> *Ibid.*, p. 143.

<sup>12</sup> Carolina Nabuco, ed. 1958, p. 318.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 319.

*O dever do momento*, em outubro de 1895, divulgada como *O dever dos monarchistas*, e a que de Londres escreveu ao *Diario do Commercio*, em 1890, publicada com o título *Porque continuo a ser monarchista*. Em ambas o que lamenta Nabuco é, com a maior ênfase, o despreparo da nação para o exercício da democracia republicana. Suspeito que “a República entre nós será a reprodução viciada e estéril do tipo nacional fixo, contra a sua opinião que ela pode ser o aperfeiçoamento daquele tipo”<sup>14</sup>, escreve, e explica por quê:

*“O eixo da monarchia parece-me um eixo muito mais forte e elástico para as duas rodas do progresso, a ordem e a liberdade, do que o eixo militar que puseram no lugar dele e que não vejo como possa ser substituído pelo eixo eleitoral norte-americano porque todos nós sabemos de que fraco material este último seria fabricado entre nós. (...) A república nos países latinos da América é um governo no qual é essencial desistir da liberdade para obter a ordem.”*<sup>15</sup>

O que sustenta, pois, o monarquismo de Nabuco é o reconhecimento da inexistência objetiva de condições para o exercício da democracia republicana no Brasil. Mais incisivo será na carta de 1890. Nela reconhece que a degeneração da monarchia foi a causa fundamental da revolução republicana: “Falo da revolução sem ressentimento, porque no estado a que tínhamos chegado reputo um bem para todos a queda da monarchia.” Cita, com aprovação, as palavras de Herbert Spencer na análise que faz do sistema norte-americano: “A forma republicana de governo é a mais alta forma de governo, porém, por causa disso ela requer o mais alto tipo da natureza humana.” E, comparando as condições da sociedade norte-americana às da sociedade brasileira, constata, desanimado, que os cidadãos norte-americanos “constituíram um tipo nacional único, de uma atividade, de uma confiança em si, de uma energia e resolução à prova de todas as tensões humanas, educado em princípios que formam um novo código de luta pela vida, raça nervosa, mecânica e inventiva, de alma elétrica (...). Não somos os Estados Unidos.” E conclui: “Estou pronto a dizer-me republicano, mesmo com a certeza da restauração diante de mim, se se modificar em meu espírito a convicção de que a República no Brasil há de ser fatalmente uma forma inferior

<sup>14</sup> *O dever dos monarchistas*, p. 38

<sup>15</sup> *Ibid.*, pp. 46, 47.

de despotismo.” E, à pergunta retórica “Monarquista sem esperança da monarquia, para que serve?” Responde: “Serve para não ser republicano sem esperança de liberdade.” (...) Posso dizer que sinto hoje a triste consolação deste desterro na própria pátria não me dizendo republicano, o único título em nossa política que algum dia invejei.”<sup>16</sup>

Em 1889, quando aceitou o convite de Campos Sales para negociar a questão dos limites brasileiros com a Guiana britânica, lotado, formalmente, na Legação do Brasil em Londres, pode-se imaginar o que isso representou para Nabuco de gáudio e de sofrimento, pois com o seu gesto perdeu a maioria dos amigos monarquistas. Recebeu, no entanto, a mensagem encorajadora de simpatia e endosso da Princesa Izabel. Meses após sua chegada, com a morte do titular da Legação, é-lhe oferecida a chefia da representação diplomática. Nabuco hesita. Prefere deixá-la em mãos do Encarregado de Negócios. Mas termina por aceitá-la, tornando-se, assim, em agosto de 1900, funcionário da República. “Sua reconciliação com a República fica cimentada”, escreve Carolina.<sup>17</sup>

Sua missão será árdua, lhe tomará todas as atenções durante anos e lhe custará muito em termos de bem-estar físico e aproveitamento de voltar a viver na cidade que tanto amava. Subitamente ensurdecido durante uma viagem à Escócia, perdeu muito ou quase tudo do que mais lhe fizera admirar a vida londrina, que era o convívio mundano com a brilhante aristocracia inglesa. Ocupado em advogar a pretensão brasileira, frente à inglesa, de parte do território amazonense, produziu uma Memória de rigoroso aparato científico e jurídico, duas mil páginas manuscritas de puro saber histórico, geográfico e científico, mas viu o árbitro da disputa, o rei da Itália Vitor Emanuel III, decidir a questão salomonicamente dividindo o território contestado entre os dois países limítrofes, com vantagem territorial para a Inglaterra. Aceitar essa meia vitória não pode deixar de ter duramente ferido os brios do diplomata brasileiro. Mas o destino lhe reservava a surpresa do convite quase imediato que lhe fez o Barão do Rio Branco para assumir a missão diplomática brasileira em Washington, elevada ao nível de Embaixada.

<sup>16</sup> *Porque continuo a ser monarchista*, pp. 13, 16, 19.

<sup>17</sup> Carolina Nabuco, ed. 1929, p. 332.

Nabuco vai tornar-se o primeiro Embaixador do Brasil na capital americana, no momento em que os Estados Unidos já despontavam como a grande potência mundial que iria substituir a Inglaterra como dominante no bloco ocidental. E já ele próprio o havia antecipado ao aceitar a chefia da Legação em Londres quando escreve em seu diário:



*“Pequena importância política da legação, sua importância financeira. Politicamente a de Washington vale toda a Europa. Financeiramente será cada dia mais importante.”*<sup>18</sup>

Em 1905, Nabuco parte para Washington com a pujança de um visionário. Fora ele, enquanto parlamentar, ainda no Império, o idealizador do programa *Abolição, Federação, Paz*, no qual o terceiro termo almejava, precisamente, uma cooperação estreita entre o império do Brasil e a grande nação democrática que se erguia ao Norte. Entusiasta da Doutrina Monroe, nela via a base de um ordenamento político no hemisfério americano que criasse uma anficionia de paz continental.

Mais do que isso, porém, o Nabuco que parte para a capital da maior democracia republicana do momento já é outro, muito diferente do que ali havia estado trinta anos antes. Em 1906, em sua primeira viagem ao Brasil desde que aceitara a missão anterior em Londres, diz num discurso na Faculdade de Direito de São Paulo, no dia 14 de setembro:

*“É a primeira vez que falo em público perante um auditório brasileiro no caráter de embaixador da República, de seu representante, ligado à sua sorte, desejando que ela vença sempre todas as dificuldades, que ela desmintas todas as minhas previsões do passado e torne impossível novas revoluções que pudessem interromper (...) a incontestável finalidade da forma republicana no continente americano.”*<sup>19</sup>

E então, lapidarmente, como só ele sabia ser, afirma:

*“Eu não aderi à República, porque ninguém tem o direito de dizer que adere às leis e às instituições de seu país. (...) Fiz o meu ato de fé nos novos destinos do país, meu ato*

<sup>18</sup> Carolina Nabuco, ed. 1958, p. 408.

<sup>19</sup> Carolina Nabuco, ed. 1929, p. 332.

*de esperança em que os melhores elementos de governo, as maiores aptidões, os caracteres mais puros, vão exercendo cada vez maior ascendente na marcha das instituições, meu ato, posso dizer, de amor àquele ideal americano, ideal republicano, que não é somente ideal americano, mas também o de todo greco-latino, que o conservou sempre no altar de Péricles como a sua religião política.*<sup>20</sup>

Nabuco, Theodore Roosevelt, e logo Elihu Root. Estava formado o trio perfeito para uma promissora gestão da primeira embaixada do Brasil nos Estados Unidos. Os laços de simpatia entre Nabuco e Roosevelt se revelaram de imediato quando Roosevelt abandonou o discurso escrito para receber as credenciais do embaixador brasileiro e a ele se dirigiu de improviso afirmando a confiança que tinha nas boas relações futuras entre os dois países. Em Root encontrou Nabuco o interlocutor que mais podia apreciar, homem de cultura, inteligência brilhante e, o que não passou despercebido a Nabuco logo de entrada, um legítimo aristocrata de pensamento e de vinculação social. Nabuco se deixa cativar pelo acolhimento social e político encontrado nos setores do Governo com os quais mantinha contatos e chega a surpreender-se com a importância dada a um embaixador de um país relativamente pouco importante na cena mundial, como era de fato o Brasil de então, todo um envolvimento de atenções das quais nunca desfrutaria o mesmo embaixador junto à corte inglesa. Nabuco se sente à vontade e não recusa as oportunidades de falar aos públicos que se ofereciam, fosse ele o das universidades ou o da imprensa. Tinha particular apreço por dirigir-se aos jovens universitários, e detenho-me, para terminar, na conferência que pronunciou no dia 20 de junho de 1909, na Universidade de Wisconsin, sob o título *The share of America in Civilization (A parte da América na Civilização)*, por ver nela retratada a rendição de Nabuco aos valores republicanos e democráticos epitomados pelos Estados Unidos.

Falando sobre o que seriam as grandes contribuições americanas para a civilização, destaca o caráter particular que teve a imigração na formação da nacionalidade americana. Pela primeira vez uma nação se

<sup>20</sup> Carolina Nabuco, ed. 1929, p. 333.

constituía pelo aporte voluntário de pessoas oriundas de culturas diversas, amalgamadas voluntariamente e não como resultado de conquista. “Escolher o seu próprio país era direito desconhecido universalmente até ser criado por vossa pátria e por ela tornado aceitável ao mundo”, diz.<sup>21</sup> “Depois da imigração, indico-vos a democracia. Esta também é distintamente americana”.

Tem raízes na Europa, na monarquia parlamentar inglesa. Mas resultou numa planta completamente distinta. Em nenhum outro lugar ou época surgiu ou vicejou a democracia republicana. “Podeis, portanto, blazonar-vos dela como uma contribuição americana para a civilização – e aqui ressurgue a voz do monarquista que se julgou inabalável – não porque o sistema de governo republicano deva ser considerado forma mais alta de civilização que o parlamentar-monárquico, mas porque, pelo estímulo que criou e pela lição silenciosa da imigração, a vossa democracia tem tido o mais benéfico efeito sobre a evolução do governo monárquico na Europa, e também (sobre) seus métodos de administração colonial.”<sup>22</sup> Nabuco reconhece a novidade e as potencialidades do regime republicano americano, mas o aristocrata nele hesita em tirar todas as consequências sociais e políticas do igualitarismo que ele tanto louva, e, talvez até mais retoricamente do que com palavras de convicção, almeja possa o sistema democrático ir-se depurando de forma a assegurar que a condução dos negócios públicos resulte residir nas mãos dos melhores, dos mais capacitados para governar, como já o fizera em São Paulo três anos atrás.

A preocupação nesse sentido Nabuco já a experimentara ao analisar a experiência balmacedista no Chile. A ela volta no discurso feito em Washington por ocasião do centenário da morte de Lincoln. Ao recordar o que Tocqueville diz sobre a igualdade jurídica na democracia americana, apresenta-a como uma das suas maiores conquistas. Falava nesse momento o político brasileiro inconformado com o descaso nacional pela integração do escravo negro à vida social, econômica, cultural e jurídica após a abolição da escravatura.

<sup>21</sup> *A parte da América na Civilização, In Joaquim Nabuco essencial*, p. 538.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 539.

Mais uma vez, parece claro que a dificuldade de Nabuco em aceitar a *praxis* republicana resulta, basicamente, da sua descrença de que, no Brasil, a democracia possa criar raízes profundas devido ao material humano com que teria de lidar. Uma citação que faz de seu colega James Bryce é exemplificativa disso.

À época em que conviveram na capital americana, Bryce já havia publicado sua monumental obra em três volumes sobre o regime político norte-americano, *The American Commonwealth*, que viera a lume em 1896.

Nabuco era amigo de Bryce, mas, dos depoimentos escritos sobre as relações entre ambos, verifica-se que Nabuco parece ter causado uma mais viva impressão em Bryce do que Bryce em Nabuco. O resumo que faz Nabuco das considerações de Bryce sobre a sociedade americana revela, no entanto, quanto era positiva a apreciação que tinha por seu colega, e quanto ela influenciou em seu próprio julgamento a respeito da sociedade norte-americana:

*“Eis como um observador inglês, que ficará ao lado de Tocqueville como um dos dois clássicos do século XIX sobre a democracia americana, James Bryce, retrata o povo americano. Não farei senão reunir os diferentes traços que ele apontou em vós. Segundo Bryce, sois um povo bem-humorado, benevolente, humorístico e otimista, educado, moralizado e de boa conduta; vossa média de temperança, de castidade, de veracidade e de habitual integridade é um pouco mais alta que a de qualquer uma das grandes nações europeias; sois um povo religioso; tudo tende entre vós a tornar o indivíduo independente e seguro de si; sois um povo ativo, um povo comercial; sois impressionáveis, capazes de um idealismo que sobrepuja o do inglês ou do francês; sois um povo sem raízes, no sentido de que ninguém está preso ao solo; sois, no entanto, um povo sociável, sujeito a simpatias; sois um povo instável, mas não inconstante, sofrendo apenas rápidas mudanças de temperatura, aquecendo-se de repente e esfriando com a mesma rapidez; sois um povo conservador, traço que a prosperidade vai acentuando. Em uma palavra, resumindo toda a sua obra, Bryce diz: ‘A América marca o nível máximo, não só do bem-estar material, mas da inteligência e felicidade a que já atingiu a raça humana’”.*<sup>23</sup>

E conclui:

<sup>23</sup> *A parte da América ...*, pp. 544-545.

*“Parece-me que figurar com tal retrato na galeria das nações, ainda que o retrato fosse por demais lisonjeiro, o que não me parece ser, é em si uma contribuição para a civilização.”*

Era um verdadeira retratação de tudo quanto escrevera sobre a sociedade americana em 1877. Nabuco não podia ir mais longe quando, em seu próprio país, perdia os amigos monarquistas ao reconhecer os benefícios que a República havia trazido para os costumes políticos no mundo. Tinha a clara noção do seu papel de aproximar não apenas o Brasil, mas toda a América Latina dos Estados Unidos, ou pelo menos dos Estados Unidos que via representado em figuras lendárias como Abraham Lincoln, em cujas celebrações do centenário fala mesmo da construção de uma “unidade moral” entre as nações do continente.<sup>24</sup> Tão convencido estava do papel que representava no momento histórico em que vivia, em que o estreitamento das relações com os Estados Unidos era o caminho certo para a paz continental, que chega a escrever em carta ao amigo José Carlos Rodrigues:

*“Ao passo que em mim o pensador quisera retirar-se da luta, o brasileiro quer ficar nela até o fim, se possível morrer nela, porque não sei quem me sucederá na Embaixada, se teria a mesma intuição do nosso futuro americano do que eu.”<sup>25</sup>*

Morreu nela.

## Bibliografia

### Joaquim Nabuco

*Minha formação*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957.

*Balmaceda*, São Paulo, Cosacnaif/ABL, 2008

*O dever dos monarchistas*, carta dirigida ao Almirante Jaceguay, datada de 10 de outubro de 1895, em resposta à carta publicada pelo almirante no *Jornal do Commercio* de 15 de setembro de 1895, intitulada “O Dever do Momento”, in *Nabuco e a República*, Organização de Leonardo Dantas Silva, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 1990.

*Porque continuo a ser monarchista*, *Carta ao Diário do Commercio*, Londres. Abraham Kingdon and Newnham, Impressores, 12 Finsbury Street, E.C., 1890.

<sup>24</sup> *Lincoln’ centenary...*, p. 1.

<sup>25</sup> Carolina Nabuco, ed. 1958, p. 466.

*A parte da América na civilização* (*The share of America in civilization*), conferência pronunciada na Universidade de Wisconsin no dia 20 de junho de 1909, in *Evaldo Cabral de Mello* (Organizador), *Joaquim Nabuco essencial*, São Paulo, Penguin Companhia das Letras, 2010.

*Diários*, Rio de Janeiro, Bem-te-vi; Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massagana, 2005, 2 v.

*A desejada fé – Mysterium Fidei*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2010.

*Lincoln's Centenary Speech by the Ambassador of Brazil Joaquim Nabuco at the celebration in Washington of Lincoln's centenary, organized by the Commission of the District of Columbia*, February 12th, 1909.

### Carolina Nabuco

*A vida de Joaquim Nabuco*, 2.<sup>a</sup> edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1929.

*A vida de Joaquim Nabuco*, 4.<sup>a</sup> edição revista, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1958.



# Gibbon ou a refundação da história

IVALDO CABRAL DE MELLO

**N**um ensaio escrito nos anos cinquenta, Arnaldo Momigliano sustentou que a renovação trazida à historiografia pelo *Declínio e queda do Império Romano*, de Edward Gibbon, consistira em realizar a síntese entre, de um lado, a erudição dos chamados “antiquários”, ou investigadores das “curiosidades históricas” locais ou nacionais, herdeiros da Renascença; e, de outro, a narrativa “filosófica” que surgira no século XVIII nos livros de história de Hume e de Voltaire. A afirmação de Momigliano é o ponto de partida do recente livro de J. G. A. Pocock intitulado *Barbarismo e Religião*. Pocock notabilizou-se pela inflexão que impôs à história do pensamento político desde a publicação em 1957 do trabalho em que investigou exaustivamente as origens seiscentistas da concepção liberal de uma Constituição inglesa que se imaginava haver condicionado, desde o fundo da Idade Média, o desenvolvimento das instituições políticas da Inglaterra. Em livros como *Virtude, Comércio e História* e, sobretudo, *O momento maquiaveliano*, o autor voltaria a utilizar o método que pode ser caracterizado sumariamente como o abandono da exposição dos sistemas de ideias políticas pelo estudo das linguagens políticas, o que permite desintelectualizar uma disciplina até então limitada à reconstituição de genealogias intelectuais ou ao exame de influências mentais.

Ocupante da  
Cadeira 34  
na Academia  
Brasileira de  
Letras.

Em *Barbarismo e Religião*, Pocock reconstitui o percurso que levou Gibbon à redação de *Declínio e queda do Império Romano*. Em que consistiu na época a originalidade da experiência historiográfica de Gibbon? Na primeira metade do século XVII, “antiquários” e historiadores representavam duas tribos que se ignoravam. Os “antiquários” estocavam informações sobre o passado da sua cidade ou da sua região, raramente do seu país; os historiadores narravam as vicissitudes dos reinos e as atribuições dos monarcas, até que Voltaire concebeu a “história filosófica”, que deslocou o interesse historiográfico para o estudo dos costumes. Escusado aduzir que já então os historiadores olhavam com vago desprezo o trabalho dos antiquários, como os de hoje ainda fazem com os cronistas que, na obscuridade da província, catam e preservam os vestígios do passado local. Gibbon foi o primeiro historiador a reconhecer e explorar o veio da contribuição antiquarista ao estudo da história.

Para tanto, ele teve a seu favor o haver abandonado a filosofia pela história, cultivando-a inicialmente por meio da despreensão do antiquarianismo erudito. Antes mesmo de haver conhecido a obra dos antiquários que pululavam na Europa desde o advento do humanismo (ninguém menos que Petrarca fora um deles), Gibbon encetou a crítica da concepção historiográfica dos enciclopedistas, em especial D’Alembert. Este reduzira o conhecimento histórico à tarefa subalterna de acumular informação, transformando-a numa matéria-prima para uso dos filósofos e conferindo-lhe papel paralelo ao da mecânica relativamente à física, da mesma maneira pela qual hoje em dia os sociólogos, economistas e cientistas políticos esperam que a história faça para eles. No “Discurso preliminar à Enciclopédia”, D’Alembert formulara um sistema de divisão do trabalho intelectual mediante o qual uma tríade de faculdades, a razão, a imaginação e a memória, condicionariam respectivamente a filosofia, as artes e a história.

Aos vinte e poucos anos, no seu *Ensaio sobre o Estudo da Literatura*, Gibbon atacou a concepção de D’Alembert. Parecia-lhe arbitrário confinar a história à memória, pois ela empregava também os dons da razão e da imaginação. O *Ensaio* não teve repercussão, mas, como assinala Pocock, “seu inexperiente autor tinha exprimido percepções mais importantes do que sua capacidade imediata de projetá-las em público”. Sob esse

aspecto, a posição de Gibbon só poderia ser compreendida posteriormente, graças ao Romantismo, mas sua crítica a D'Alembert deu o passo inicial no trajeto que o levará muito depois à redação do *Declínio e queda*. A mistura original de erudição, filosofia e narrativa que Gibbon realizou na sua obra clássica corresponderá exatamente à concepção defendida no *Ensaio*. Destarte, ele atinou com certas características da atividade historiográfica que hoje são moeda corrente, como ao afirmar que o historiador possui um trunfo a que não podem aspirar nem o filósofo nem o poeta, ou seja, a capacidade de contemplar o passado com os olhos dos que o haviam vivido, mercê da familiaridade que só a convivência dos textos e de outros vestígios pode produzir.

Outro aspecto surpreendente desse ensaio de juventude de Gibbon é a crítica da ideia de causalidade. Não se trata, à maneira do que havia feito Giambattista Vico (cuja “Ciência Nova” Gibbon aparentemente não conheceu), de distinguir natureza e história e as modalidades de explicação específicas a ambos. Para Gibbon, devido à atuação dos agentes históricos, indivíduos, classes, grupos sociais, o reino da história tinha de ser necessariamente mais complexo que o mundo da natureza. Donde sua rejeição da monocausalidade em história: “Por pouco complicada que uma ação nos pareça, admitamos as causas gerais, sem rejeitar a intenção e o acaso”, fórmula que Dilthey repetiria quase *ipsis litteris* um século e meio depois. Destarte, Gibbon evitou uma história do gênero cultivado por Voltaire, misto de superficialidades e intuições geniais.

Contudo, a crítica da concepção enciclopedista não afastou Gibbon de uma visão iluminista da história, levando-o antes a aprofundá-la e a enriquecê-la. À *Encyclopédie*, ele prefere o manuseio dos densos volumes das *Mémoires*, da Académie des Inscriptions et Belles Lettres, de Paris, uma dessas entidades culturais a que o enciclopedismo votara o mais solene desprezo, reputando-a o *sanctum sanctorum* do espírito antiquário. É certo que, como seus precursores, os frades mauristas e bolandistas, a Académie encarnava a reação ao pirronismo de Descartes e de Bayle, para quem a história não era conhecimento rigoroso e muito menos sério, na melhor das hipóteses um passatempo de indivíduos curiosos, embora muitos dos trabalhos divulgados nas *Mémoires* da Académie tivessem escopo mais vasto que o dos antiquários.

Pela altura da sua viagem a Paris em 1763, Gibbon ainda não sabia por onde ia, apenas que não iria pelo caminho dos enciclopedistas. Foi nos seus dias em Lausanne e em Roma que ele descobriu seu rumo. Significativamente, o *Declínio e queda* foi originalmente concebido como uma obra de antiquário. Ele o projetou como um *recueil géographique* da Itália antiga que visava apenas a reconstituir a topografia e a arqueologia do país e, em especial, de Roma, embora com ênfase nos “costumes e usos”, “toda essa história interessante [como ele ressaltou] que fica escondida debaixo da história ordinária”. A visão das ruínas romanas é que o induzirá a transformar seu *recueil* na história do declínio e da queda, não do Império romano, como fará depois, mas tão somente da urbe imperial. Contudo, na cabeça de Gibbon, as coisas não se passaram tão linearmente assim. Só no seu regresso à Inglaterra, é que a ideia de fundir erudição, narrativa e interpretação será instigada pela leitura de Gianone, Hume, Robertson e Ferguson, um napolitano (que, por conseguinte, trabalhava à sombra da tradição epistemológica de Vico) e três escoceses, entre os quais o caso excepcional de um filósofo (Hume) que transitara da filosofia para a história.



# “O tom pálido do pensamento” – sobre o dilema de pensar e agir<sup>1</sup>

ZHANG LONGXI

O que é interpretação? Quais poderiam ser os seus rivais? Assim que começamos a responder essas questões, já estamos interpretando, porque a interpretação nada mais é do que pensar sobre o quê, como, quando, onde e por quê, e articular nosso raciocínio em linguagem. O que se opõe ou rivaliza com a interpretação deve, portanto, apresentar-se como fazer em vez de pensar e articular; o que equivale a dizer que isso deve tomar alguma forma de ação direta sem pensar. Entendo a interpretação e seus rivais como uma oposição entre pensar e agir, entre atividades *mentais* e ações *físicas*. É necessário fazer uma distinção entre ambas, pois podemos incorrer em dificuldades se confundirmos uma com a outra – o que, conforme veremos, é um problema com

Mestre pela Universidade de Pequim e Ph.D. pela Universidade de Harvard. Ensina na Universidade de Harvard e na Universidade da Califórnia. É Professor de Literatura Comparada e Tradução na Universidade da Cidade de Hong Kong. É membro estrangeiro da Real Academia Sueca de Letras, História e Antiguidades.

<sup>1</sup> Esse ensaio é revisado com base em um artigo apresentado na conferência *New Literary History* sobre “Interpretação e Seus Rivais” realizada na Universidade de Virgínia em setembro de 2013. Eu gostaria de agradecer Rita Felski por me convidar para a conferência, e agradecer a ela e a seus colegas por me darem valiosos e judiciosos comentários e sugestões pós-conferência. Muitos de meus amigos e colegas leram uma versão anterior e me forneceram comentários, e eu quero agradecer em particular o professor dr. Beate Neumeier-Hornung, da Universidade de Colônia, por uma discussão muito útil e por chamar minha atenção para o filme de Tom Stoppard, *Professional Foul*.

certos modismos na teoria contemporânea. Tanto podemos perder o senso de realidade por entregarmo-nos ao pensamento e à contemplação, até mesmo confundindo pensar e falar com ação em um sentido corporal e concreto; como podemos mergulhar em resultados catastróficos ao apressarmo-nos a agir sem pensar e deliberar cuidadosamente. Entretanto, uma vez que tenhamos estabelecido a oposição, problemas também emergem porque, na vida, tanto o pensamento quanto a ação são necessários, e não podemos escolher um às custas de outro. Pensar sem agir é fútil, mas agir sem pensar é perigoso. Frequentemente nos confrontamos com a difícil escolha entre os dois, e em certas ocasiões podemos ter legítimas razões para queixarmo-nos de pensar e de interpretar excessivamente. Contudo, argumento neste ensaio que, se olharmos de perto a oposição, podemos perceber que a distinção entre pensar e agir, embora absolutamente necessária, não é uma dicotomia rígida.

Pensar e falar, *ratio* e *oratio*, conforme explica Hans-Georg Gadamer, define o ser humano como um animal de *logos*, e por pensar à frente e falar sobre “algo mais que ainda não foi dado”, os humanos podem antecipar e predizer o que acontecerá; portanto, a “característica distintiva do homem”, diz Gadamer, “é sua superioridade sobre aquilo que é na verdade presente, seu senso de futuro”<sup>2</sup>. Tal entendimento filosófico da humanidade coloca o pensamento orientado para o futuro acima das ações e faz a interpretação absolutamente essencial para saber o que está à frente e no fundo, acima ou abaixo do que é de fato presente. Em *De interpretatione*, Aristóteles argumenta que pensar como interpretação envolve a preocupação com “aquelas coisas que são reais, mas também potenciais, cuja realidade é, na natureza, anterior à sua potencialidade, embora posterior no tempo”<sup>3</sup>.

A ação transforma a potencialidade em realidade, mas é “posterior no tempo” porque é primeiro antecipada em pensamento e interpretação. Então, de acordo com esse entendimento aristotélico, humanos

<sup>2</sup> Gadamer, Hans-Georg “Man and Language,” in *Philosophical Hermeneutics*, trad. e ed. David E. Linge (Berkeley e Los Angeles: Univ. da California Press, 1976), p. 59.

<sup>3</sup> Aristóteles, *De interpretatione*, trad. E. M. Edghill, in *The Basic Works of Aristotle*, ed. Richard McKeon (New York: Random House, 1941), p. 59.

enquanto seres racionais pensariam antes de agir e interpretaríamos o presente para antecipar o futuro. É claro, pode-se imaginar o oposto – um ser irracional que coloca a ação antes do pensamento, como certa vez vi expresso, certamente com um senso de humor, em um adesivo autodepreciativo numa picape na Califórnia, no qual se lia: “Atire primeiro, pense depois!” No mundo em que vivemos, temos, então, de um lado o tipo cerebral, intelectual, que coloca o pensamento antes da ação, e do outro lado, o tipo impulsivo, dedo no gatilho, que salta para a ação sem muito pensar. A ação demanda resposta imediata, espontânea, enquanto o pensamento e a interpretação necessitam de lentas deliberações. Conforme disse acima, coloquei a interpretação junto com o pensamento como um ato mental anterior à ação, ao passo que vejo a ação como um ato físico que faz coisas ou as faz se transformarem em realidade.



Mas já não é a interpretação, ou mesmo a fala, uma ação? A teoria dos atos da fala de J. L. Austin.

Austin parece considerar pelo menos suma porção da linguagem “performativa”, e essa ideia tem sido com frequência apropriada pela teoria literária para empoderar qualquer coisa que envolva o uso da linguagem. Entretanto, conforme observa David Gorman, Austin estabeleceu e depois *rejeitou* a hipótese de uma distinção constatada e performática, substituindo-a por outro par de conceitos – atos locucionados e ilocucionados. Embora eruditos literários tendam a focar em “enunciados performáticos” e a entender o *insight* de Austin como a ideia de que “toda a linguagem é *performance*”, eles estão confundindo, “de um modo que Austin nunca poderia ter feito, uma condição necessária para um fenômeno com a coisa propriamente dita”<sup>4</sup>. Em outras palavras, falar não é ação *per se*, mesmo que alguns atos de fala, tais como desculpar, insultar, ameaçar, advertir ou dar ordens, possam envolver certos componentes verbais e induzir certas ações. Talvez o ato de fala mais espetacular tenha sido enunciado por Deus em Gênesis, 1:3: “Que se faça a luz:

<sup>4</sup> Gorman, David, “The Use and Abuse of Speech Act Theory in Criticism,” *Poetics Today* 20, n.º. 1 (1999), p. III.

e a luz se fez”. Esse enunciado performático em particular indica uma qualidade divina completamente negada ao discurso humano comum, mas o discurso humano comum é precisamente o que Austin se propôs a discutir. O discurso literário ou dramático, “se falado por um ator no palco, ou se introduzido em um poema, ou falado em solilóquio”, diz Austin, explicitamente, devem ser excluídos da condição de “oco ou vazio” porque, em tais casos, a linguagem não é “usada seriamente, mas de um modo *parasitário* em relação a seu uso normal”<sup>5</sup>. Os atos de fala de Austin são certamente usos normais da língua comum e, portanto, o comando bíblico não pode ser um ato de fala exemplar.

Outra conexão entre fala e ação vem do famoso orador grego Demóstenes. Quando perguntado no que constituía a principal parte que cabia a um orador, o que vinha depois e, mais uma vez depois, ele respondeu três vezes: *Ação*. Francis Bacon, entretanto, acha essa resposta deveras estranha, pois “essa parte que cabe a um orador, que em nada é superficial, mas, ao contrário, é a virtude de um jogador, deveria ser colocada muito acima dessas outras nobres partes da invenção”<sup>6</sup>. Bacon desinfla a teatralidade de tais enunciados performáticos alfinetando o comando de Maomé para que a montanha fosse até ele: “e quando a montanha ficou parada, ele não se deu por vencido, mas disse, *se a montanha não vem a Maomé, Maomé vai à montanha*.<sup>7</sup>” Maomé é aqui humanizado, e seu comando, ao contrário do Deus no Gênesis, torna-se um ato de fala comum em uma linguagem humana que fracassa em mover montanhas. Nesse sentido, então, pode-se dizer que o ensaio de Bacon discute o que agora é conhecido como “ato de fala como ação”, ou, mais precisamente, ele apresenta uma crítica à confusão entre um ato de fala, tal como um comando, e a ação real, tal como um movimento físico. Você pode falar dramaticamente e gritar qualquer comando que lhe agrade, mas com toda “a virtude de um jogador”, você não pode fazer com que a montanha se mova uma fração de centímetro por causa de sua fala.

<sup>5</sup> Austin, J. L. *How to Do Things with Words*, 2.<sup>a</sup> ed., ed. J. O. Urmson and Marina Sbisa (Cambridge, MA.: Harvard Univ. Press, 1975), p. 22.

<sup>6</sup> Bacon, Francis “Of Boldness,” *The Essays*, ed. John Pitcher (London: Penguin, 1985), p. 94.

<sup>7</sup> *Ibidem*, “Of Boldness,” p. 95.

O ponto é que pensar, falar e interpretar, enquanto *atos mentais*, não são o mesmo que a *ação física* com consequências tangíveis.

Embora formulada de modo diferente, a ideia de que pensar e interpretar antecipam o que está além do imediatamente presente também aparece na antiga filosofia chinesa. Pensadores chineses frequentemente falam sobre linguagem como apontando para algo fora do que está realmente presente, acessível apenas por meio da interpretação. Mêncio (371?–289 a.C.), por exemplo, sustenta que “aquele que fala de coisa ao alcance da mão, mas com alusões de longo alcance, é bom de linguagem”<sup>8</sup>. Han Fei (280?–233? a.C.) entende o pensamento como uma antecipação do que será no futuro, e a interpretação como o que é visível para que se saiba o que ainda é invisível. O sábio, declara ele, “Vê os menores signos e sabe o que está crescendo, e vê o começo e sabe como será o fim”<sup>9</sup>.

O *I Ching* ou o *Livro das Mutações* é reverenciado e elogiado por sua consciência e profundidade, pois ele “nomeia o pequeno, mas implica o grande; sua alusão é de longo alcance, suas expressões são elegantes e sua linguagem é indireta, mas vai ao ponto”<sup>10</sup>. Todas essas afirmações deixam claro que o conhecimento é a capacidade interpretativa de antecipar o que virá no futuro, e a linguagem aponta para algo oculto ou indireto, distante de seu significado superficial. Assim, a interpretação torna-se crucial para trazer à tona a alusão “de longo alcance”, as essências, causas, princípios e significados mais profundos, e para articular isso em linguagem. Com uma longa tradição intelectual, os chineses geralmente tendem a privilegiar o pensamento em relação à ação, e uma frase dos *Analectos* de Confúcio, “pense três vezes antes de agir”, é amplamente aceita como uma expressão popular de sabedoria e uma advertência contra a ação precipitada”<sup>11</sup>. A filosofia epistemológica cria,

<sup>8</sup> Xun, Jiao Mengzi zhengyi [*The Correct Meaning of the Works of Mencius*], xiv.32, in *Zhubi jicheng* [*Collection of Master Writings*], vol. 8 (Beijing: Zhonghua, 1954), 1:594. Todas as traduções do chinês são minhas.

<sup>9</sup> Xianshen, Wang Han Feizi jijie [*Collected Interpretations of the Han Feizi*], in *Zhubi jicheng* [*Collection of Master Writings*], 5:132.

<sup>10</sup> Zhouyi zhengyi [*The Correct Meaning of the Book of Changes*], in Ruan Yuan, ed., *Shisan jing zhushu* [*Thirteen Classics with Annotations*], 2 vols. (Beijing: Zhonghua, 1980), 1:89b.

<sup>11</sup> Baonan, Liu Lunyu zhengyi [*The Correct Meaning of the Analects*], v.20, in *Zhubi jicheng* [*Collection of Master Writings*], 1:105.

assim, uma dicotomia entre futuro e presente, essência e aparência, pensamento e ação, ou talvez possamos dizer em um sentido mais amplo, entre a interpretação e seus rivais.

Foi em relação a um aspecto de tal filosofia epistemológica que, na área da crítica de arte, que Susan Sontag dirigiu sua crítica em seu provocativo ensaio “Contra a Interpretação”. Sontag começou seu ensaio fazendo um contraste entre a “*experiência da arte*” e a “*teoria da arte*” grega como mimese ou representação, que separa a “forma” da arte de seu “conteúdo”, e “torna o conteúdo essencial e a forma, acessória”<sup>12</sup>. A influência da teoria mimética persiste até mesmo na crítica moderna, pois é sempre presumido que “uma obra de arte, por definição, diz alguma coisa”, e que aquilo que ela diz precisa de interpretação<sup>13</sup>. “O que o excesso de ênfase na ideia de conteúdo acarreta é o perene, nunca consumado projeto de *interpretação*”, diz Sontag. “E, por outro lado, é o hábito de abordar obras de arte para *interpretá-las* que sustenta o capricho de que há realmente algo como o conteúdo de uma obra de arte.”<sup>14</sup> Separado de uma forma que pode ser diretamente experimentada, presume-se que o conteúdo de uma obra esteja em algum lugar fora da superfície e do que é imediatamente acessível e, portanto, precisa ser desenterrado por uma interpretação que tenta alcançar uma essência oculta e descobri-la em algum momento no futuro. A interpretação crítica escava, diz Sontag, “e ao escavar, destrói; ela cava ‘atrás’ do texto para encontrar um subtexto que é o verdadeiro”<sup>15</sup>. Seu argumento exhibe uma sensibilidade artística que frequentemente encontramos em poetas e artistas bem articulados, por exemplo, nas famosas linhas de William Wordsworth:

*Doce é a sabedoria que a Natureza traz;*  
*Nosso intelecto intrometido*  
*Deforma a bela forma das coisas;*  
*– Nós matamos para dissecar.*<sup>16</sup>

<sup>12</sup> Sontag, Susan. *Against Interpretation and Other Essays* (London: Eyre & Spottiswoode, 1967), pp. 3, 4.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>16</sup> Wordsworth, William “The Tables Turned,” in *Selected Poetry*, ed. Stephen Gill e Duncan Wu (Oxford: Oxford Univ. Press, 1997), p. 56.

De certo modo, Sontag está argumentando pela ação contra a interpretação, por uma experiência do imediatamente presente, ou do que ela chama de “uma erótica da arte” contra “hermenêuticas”, o esforço interpretativo de encontrar o que está nas profundezas ou no futuro<sup>17</sup>. Entretanto, como uma exemplar intelectual pública, Sontag percebeu que não poderia realmente ser contra a interpretação enquanto tal, e eventualmente teve de admitir, ainda que obliquamente, na introdução de seu livro, que o problema que ela tentava atacar era mais complicado do que havia pensado. “Escrevo como uma entusiasta e uma partidária – e com, agora me parece, uma certa ingenuidade”, diz Sontag<sup>18</sup>. Para alguns de seus leitores, conforme comenta Carl Rollyson, “sua posição chega perigosamente perto de admitir que ela não quis dizer o que escreveu. Sua visão da escrita como um ato provisional, e não permanente, perturbou aqueles que requerem de Sontag uma grau de comprometimento maior com suas ideias ou um repúdio mais claro das que ela não mais mantém”<sup>19</sup>. E, ainda assim, o ensaio de Sontag levantou a questão da importância da experiência direta e da ação, e registrou o descontentamento com o interminável pensar e interpretar.

Se o entendimento filosófico dá ao pensamento e à interpretação uma prioridade mais elevada do que à ação, está fadado a encontrar problemas, pois a ação é certamente necessária ao desenvolvimento humano, e há momentos nos quais ela deve deter a primazia sobre o pensamento e a interpretação. Muito antes de Sontag, já havia queixas sobre o excesso de ênfase na interpretação. “Nenhum desejo é mais natural do que o desejo por conhecimento”, diz Michel de Montaigne, mas ele prossegue queixando-se da proliferação de abordagens do conhecimento, particularmente as inúmeras leis, seu obscuro jargão legal e suas várias interpretações, que levam à confusão em vez do conhecimento. “Há mais preocupação com interpretar interpretações do que com interpretar coisas, e mais livros sobre livros do que qualquer outro assunto: nada mais fazemos do que comentarmos uns aos outros”<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> Sontag, Susan. *Against Interpretation and Other Essays* (London: Eyre & Spottiswoode, 1967, p. 14.

<sup>18</sup> *Ibidem*, pp. i-ii.

<sup>19</sup> Rollyson, Carl *Reading Susan Sontag: A Critical Introduction to Her Work* (Chicago: Ivan R. Dee, 2001), 56.

<sup>20</sup> Montaigne, Michel de “De l’Expérience,” in *Essays*, ed. Pierre Michel (Paris: Librairie Générale Française, 1972), 3:351, 356.

A crítica de Montaigne ao excesso de interpretações articula um senso de frustração com um interminável debater e filosofar sem o resultado de uma solução real, mas o ceticismo de Montaigne está longe de defender a ação sem o pensamento. Ele não era “contra a interpretação” enquanto tal, mas sentia-se impaciente com as estéreis acrobacias mentais de interpretar interpretações, escrever livros sobre livros e fazer comentários sobre comentários *ad infinitum*.

Um episódio da historiografia chinesa pode ilustrar o problema de deixar de empreender ações decisivas: o ano de 638 a.C., quando o Estado de Song estava em guerra com o Estado de Chu em um grande rio. Antes que as tropas de Chu cruzassem o rio, o conselheiro principal disse ao duque Xiang de Song: “Nossos inimigos estão em número superior; por favor, ordene o ataque agora, quando eles ainda não terminaram de atravessar o rio”. Mas o duque disse: “Ainda não”. Depois de um tempo, o exército de Chu cruzou o rio, mas ainda não tinha formado suas linhas de batalha; o conselheiro principal insistiu mais uma vez com o duque Xiang, mas o duque ainda se recusava a agir. A demora teve consequências terríveis: “Quando o inimigo formou suas linhas, as tropas de Song lançaram seu ataque, mas foram derrotadas. O duque de Song sofreu um ferimento na perna e todos os seus guardas foram mortos”. Quando seus compatriotas culpavam o duque pelo desastre, ele defendeu sua decisão, descrevendo-se como um homem moralmente superior. “Um cavaleiro jamais iria ferir duas vezes soldados que já estavam feridos, e nunca aprisionaria homens grisalhos. Os antigos nunca tirariam vantagem de terrenos traiçoeiros numa guerra”, diz o duque. “Eu nunca daria a ordem para soar o tambor de guerra antes que o outro lado tivesse enfileirado suas tropas.<sup>21</sup>” Essa resposta pode nos dizer o quão importante era seguir certos protocolos de conduta moral no passado remoto da antiguidade chinesa, mas a aparentemente deslocada adesão do duque Xiang aos princípios de justiça e comportamento moral fizeram dele uma piada na história. O presidente Mao Tsé-Tung, por exemplo, desprezava-o completamente, e o chamou de

<sup>21</sup> *Chun qiu Zuo zhuàn zhèngyì* [*The Correct Meaning of Zuo's Commentaries on the Spring and Autumn Annals*], in Ruan Yuan, ed., *Shisan jing zhushu* [*Thirteen Classics with Annotations*], 2:1813c–1814a.

porco estúpido. “Nós não somos o duque Xiang de Song”, diz Mao; “nós não queremos sua moralidade burra e porca.”<sup>22</sup>

Em uma batalha, na guerra, “atire primeiro, pense depois” pode muito bem ser a coisa certa a fazer porque lutar bem e ganhar é tudo o que importa, ao passo que princípios morais e considerações éticas deveriam ser postas de lado. Ou não deveriam? Se a guerra se torna sua própria justificativa, na qual o fim legitima os meios, então, qual poderia ser a base para qualquer ação contra guerras injustas e mortes aleatórias, e com base em que poderíamos legitimar a paz? Ao apresentar um argumento moral sobre guerras justas e injustas, Michael Walzer refere-se à crítica de Mao ao duque de Song e argumenta que não é de modo algum assegurado que a ação militar deva sempre ter precedência sobre os princípios morais. “Não podemos esquecer que os direitos violados em nome da vitória são direitos genuínos, profundamente enraizados e, por princípio, invioláveis”, diz Walzer. “E não há nada de burro nesse princípio: as vidas de homens e mulheres estão em jogo. Então, pois, a teoria da guerra, quando totalmente entendida, apresenta um dilema, o qual cada teorista (embora felizmente não cada soldado) deve solucionar da melhor forma que puder. E nenhuma resolução é séria a menos que reconheça a força tanto do *jus ad bellum* quanto do *jus in bello*.”<sup>23</sup> A guerra pode muito bem ser um caso extremo, mas o dilema que ela apresenta no que diz respeito ao conflito entre princípios morais e ação militar é apenas um caso específico de um problema geral, um exemplo do dilema entre pensar e agir, ou da interpretação e seus rivais.

De um modo diferente, a mesma impaciência com o excesso de pensar e interpretar encontra uma hilariante expressão em um episódio cômico no Circo Voador do Monty Python, o “O Jogo Internacional de Futebol dos Filósofos”. Nesse episódio, filósofos alemães e gregos formam dois times para uma partida de futebol no Estádio Olímpico de Munique, curiosamente, com o sábio chinês Confúcio como juiz e Santo Agostinho e São Tomás de Aquino como bandeirinhas. Liderado por Hegel, o time alemão inclui Kant, Schelling, Schopenhauer,

<sup>22</sup> Zedong, *Mao Lun cibiju zhan* [On Protracted War] (Beijing: Renmin chubanshe, 1975), p. 72.

<sup>23</sup> Walzer, *Michael Just and Unjust Wars: A Moral Argument with Historical Illustrations*, 4.<sup>a</sup> ed. (New York: Basic Books, 2006), p. 228.

Wittgenstein, Nietzsche e Heidegger, entre outros, com Leibniz como goleiro. Do lado grego, Sócrates é o capitão e os demais jogadores incluem Arquimedes, Heráclito, Aristóteles, Empédocles, Plotino etc., com Platão como goleiro. Confúcio sopra o apito e o jogo começa. Porém, em vez do pontapé inicial, os jogadores de ambos os lados começam suas caminhadas de filósofos, mergulhando profundamente na contemplação, acenando ocasionalmente suas mãos no ar, ou falando consigo mesmos, olhando o céu acima ou o chão abaixo, todos mergulhados no pensar e no interpretar, mas sem ninguém tocando a bola no centro do campo. Isso continua por algum tempo, e depois do primeiro tempo do jogo, John Cleese, como o narrador esportivo da televisão, anunciar que ainda não há “placar”. A voz em *off* de Michael Palin nos diz que, embora não haja placar, repentinamente “não falta movimentação aqui”, enquanto vemos Confúcio dando um cartão amarelo a Nietzsche, que acabara de ser penalizado por discutir com o juiz e acusar Confúcio de não ter livre-arbítrio. Martinho Lutero, então, como técnico do time alemão, decide substituir Wittgenstein, que não estava fazendo absolutamente nada, por Karl Marx. Vemos Marx no aquecimento, correndo para cima e para baixo, e a voz em *off* comenta o significado potencial dessa troca: “Vamos ver se podemos dar alguma vida ao ataque alemão”, mas somos avisados logo em seguida: “Evidentemente, não. Que vergonha!” enquanto Marx começa a andar devagar como todos os outros. Então, a apenas um minuto antes do final da partida, Arquimedes de repente grita: “Eureca!” Ele chuta a bola para Sócrates, que finalmente coloca a bola no gol alemão com uma cabeçada e garante a vitória grega. Os alemães, entretanto, ainda estão discutindo a decisão do juiz: “Hegel argumenta que a realidade é meramente um adjunto *a priori* de éticas não naturalistas. Kant, por meio do imperativo categórico, sustenta que, ontologicamente, isso existe apenas na imaginação, e Marx está afirmando que houve impedimento”.<sup>24</sup> Os filósofos alemães, em outras palavras, ainda preferem pensar em vez de agir, e consideram a realidade um mero constructo, uma questão de interpretação.

<sup>24</sup> Monty Python – “Lost German Episode” DVD, volume 2 (BBC/A&E – 70134, 1972).

Se levarmos esse esquete humorístico a sério – e eu acho que deveríamos –, podemos dizer que não é por acaso que apenas três filósofos aqui estão ligados à ação: Arquimedes, Sócrates e Confúcio. De acordo com uma história bem conhecida, Arquimedes descobriu a lei da mecânica dos fluidos ao entrar em uma banheira, isto é, uma ação física. Sócrates e Confúcio, para citar *Sir William Temple*, são comparáveis por usar “o mesmo *design* de resgatar o homem das inúteis e infinitas especulações sobre a natureza para as especulações sobre moralidade”<sup>25</sup>. Escrevendo em 1690, Temple foi um pioneiro em colocar Sócrates e Confúcio juntos como importantes pensadores que mudaram o curso da filosofia de “inúteis e infinitas especulações” para as preocupações éticas e políticas do mundo real, o mundo da realidade física e da ação significativa. A observação de Temple pode demonstrar uma predileção inglesa pelo empiricismo, ao passo que a esquete humorística do Monty Python pode ser vista como uma típica crítica inglesa ao idealismo alemão. O que temos aqui é o descontentamento do pensamento como interpretação, ou o chamado para a ação como mais significativo e eficaz.



Por outro lado, a história de Heinrich Heine sobre um inventor inglês e sua criação de um perfeito autômato pode ser vista como uma típica resposta alemã ao utilitarismo inglês. De acordo com Heine, um inventor fez uma máquina perfeita que parecia um ser humano em todos os aspectos, tendo até mesmo “dentro de seu peito encouraçado uma espécie de sentimento humano não muito diferente dos usuais sentimentos dos ingleses”<sup>26</sup>. A única coisa que esse autômato não tem é uma alma, “e a pobre criatura, ciente de sua deficiência, atormentava seu criador dia e noite, implorando-lhe que lhe desse uma alma”.

A história é certamente uma sátira do inglês por criar um corpo físico sem uma alma, mas o poeta alemão está plenamente consciente do perigo ainda maior de ter uma alma sem um corpo. “É muito mais

<sup>25</sup> Temple, William “An Essay upon the Ancient and Modern Learning,” in *Five Miscellaneous Essays by Sir William Temple*, ed. Samuel Holt Monk (Ann Arbor: Univ. de Michigan Press, 1963), p. 46.

<sup>26</sup> Heine, Heinrich *Concerning the History of Religion and Philosophy in Germany*, in *Selected Works*, trad. para o inglês por Helen M. Mustard (New York: Vintage Books, 1973), p. 365.

pavoroso, aterrorizante, estranho”, prossegue Heine, “quando criamos uma alma e ela nos exige um corpo, e nos persegue com essa exigência”. O pensamento é a alma, e nossos pensamentos não nos dão paz até que lhes seja dado um corpo físico e ele se torne plenamente materializado em realidade. “O pensamento luta para se tornar ação”, diz Heine, “e a palavra para se tornar carne”<sup>27</sup>. No entendimento platônico de Heine, a ação nada mais é do que a realização de pensamentos em ideias, e pode ser um trágico processo de dor e terror quando as ideias necessitam de forças destrutivas para alcançar a materialização. Com seu característico brio poético, Heine escreve:

*Tome nota disso, seu orgulhoso homem de ação. Você não é nada além de um inconsciente trabalhador braçal para homens de pensamento que, com frequência em quieta humildade, prescreveram com rematada precisão todas as suas ações. Maximilian Robespierre nada mais era do que a mão de Jean Jacques Rousseau, a sangrenta mão que tirou do ventre do tempo o corpo cuja alma Rousseau criou. Não seria, talvez, a inquietante ansiedade que amargava a vida de Jean Jacques originada de uma premonição em seu espírito sobre o tipo de accoucheur que seus pensamentos precisariam para entrar no mundo em forma corporal?*<sup>28</sup>

Em sua brilhante descrição poética, Heine coloca o pensamento acima da ação em uma analogia de alma e corpo, ou de mente e mão. Quando ele fala de Immanuel Kant e o poder de suas ideias, ele mais uma vez escreve dramaticamente: “Se os cidadãos de Königsberg tivessem tido qualquer premonição do pleno significado de suas ideias, eles teriam sentido um pavor muito mais aterrorizante na presença desse homem do que diante de um carrasco, um carrasco que meramente executa pessoas. Mas a boa gente via nele nada mais que um professor de filosofia”<sup>29</sup>. Esse é, talvez, um típico entendimento alemão da relação entre pensamento e ação, interpretação e prática, com ênfase na força potencial do pensamento para efetivamente mudar o mundo quando as ideias são realizadas sob a forma corpórea. Se assim for, é difícil, então, repreender os pensadores alemães pela falta de um senso de realidade

<sup>27</sup> Heine, *Selected Works*, p. 366.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 366–67.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 369.

e de ação física. E, ainda assim, é importante manter a distinção entre pensamento e ação, interpretação e prática, o que é essencialmente um ato mental e o que é, na realidade, a força material.

Como um pensador radical, Karl Marx prova ser uma figura bem diferente do filósofo ineficaz descrito no esquete humorístico do Monty Python. Em sua *Tese Sobre Feuerbach*, ele celebrenemente declara a absoluta precedência da ação sobre a interpretação: “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de várias formas; a questão, contudo, é *mudá-lo*”<sup>30</sup>. Aqui ele parece ter conscientemente rompido com a tradição filosófica, e nesse sentido, conforme observa Terry Eagleton, “Marx foi mais um anti-filósofo do que um filósofo”<sup>31</sup>. Entendendo a relação entre interpretação e prática sob um ponto de vista puramente materialista e vendo o pensamento como “uma força material por si mesma”, Eagleton indaga se Marx estabeleceu uma dicotomia muito rígida entre interpretação e ação<sup>32</sup>. Assim ele adverte que “devemos tomar a celebrada décima primeira tese de Marx sobre Feuerbach com uma pitada de sal”, porque “como você poderia mudar o mundo sem interpretá-lo? E não é o poder de interpretá-lo sob uma luz em particular o começo da mudança política?”<sup>33</sup> Mas Marx não estava advogando a ação sem o pensamento e a interpretação, e pode-se dizer que é precisamente o marxismo como uma interpretação do modo de produção capitalista e a necessidade de uma revolução socialista que mudou o mundo de maneiras fundamentais. “Nenhum pensador jamais mostrou-se tão bem-sucedido em relação à sua própria injunção”, diz Eric Hobsbawm. Principalmente por meio de Lênin e a Revolução Russa, as ideias de Marx “tornaram-se a doutrina internacional quintessencial da revolução social do século vinte, igualmente bem-vinda da China ao Peru”<sup>34</sup>. O próprio Marx falou sobre pensar e interpretar em termos de prática ou de consequências práticas e reconheceu totalmente a força material da teoria.

<sup>30</sup> Marx, Karl. *Theses on Feuerbach*, xi, in Karl Marx and Friedrich Engels, *Selected Works*, 3 vols. (Moscow: Progress Publishers, 1969), I:15.

<sup>31</sup> Eagleton, Terry. *Why Marx Was Right* (New Haven, CT: Yale Univ. Press, 2011), p. 130.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 142.

<sup>33</sup> *Ibidem*, pp. 143, 144.

<sup>34</sup> Hobsbawm, Eric. *How to Change the World: Reflections on Marx and Marxism* (New Haven, CT: Yale Univ. Press, 2011), p. 344.

Como um filósofo materialista, contudo, Marx manteve a diferença entre interpretação e ação, linguagem e realidade. “A arma da crítica certamente não pode substituir a crítica da arma; a força material deve ser derrubada pela força material”, diz Marx; “mas a teoria também se torna uma força material quando arrebanha as massas<sup>35</sup>”. Obviamente, Marx não acredita em nada como a mágica dos atos de fala ou dos “enunciados performáticos” porque o mundo material não vai ser mudado pela mera crítica verbal. Ao mesmo tempo, ele reconhece plenamente, assim como Heine havia feito antes, que ideias, teorias, pensamento e interpretação podem se tornar forças materiais uma vez que “arrebanhem as massas”, isto é, se tornem concretizados pela ação humana. Marx formulou uma filosofia da ação revolucionária e redefiniu o pensamento e a verdade em termos de seus resultados na realidade. Ele afirma que “qualquer verdade objetiva [*gegenständliche*] que possa ser atribuída ao pensamento humano não é uma questão de teoria, mas uma questão *prática*. Na prática, o homem deve provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, esse mundanismo [*Diessseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade do pensamento que é isolado da prática é uma questão puramente escolástica<sup>36</sup>”. Isso soa muito como o provérbio inglês – a “prova do pudim está em comê-lo” – que a oposição entre disposições filosóficas inglesas e alemãs e também entre interpretação e ação cai por terra como uma falsa dicotomia. Aqui, Marx reafirma, conforme observa Tom Rockmore, “que dele é uma filosofia ativista, comprometida em alterar o *status quo* em direção à liberdade dos homens e das mulheres do mundo oprimidos pelo capitalismo liberal<sup>37</sup>.” No século dezenove, e particularmente no vinte, o marxismo tornou-se não apenas uma teoria radical, mas um movimento socialista e uma realidade política que literalmente mudou o mundo.

Entretanto, usando a própria ideia de Marx de medir a reivindicação de verdade de uma teoria por seu resultado na realidade, deve-se admitir

<sup>35</sup> Marx, Karl. *A Contribution to the Critique of Hegel's Philosophy of Right: Introduction*, in *Critique of Hegel's Philosophy of Right*, trad. para o inglês por Annette Jolin e Joseph O'Malley (Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1970), p. 137.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_. *Theses on Feuerbach*, ii, in *Selected Works*, I:13.

<sup>37</sup> Rockmore, Tom. *Marx After Marxism: The Philosophy of Karl Marx* (Oxford: Blackwell, 2002), p. 77.

que a evidência não está a favor do marxismo. Mencionando afiliações muito diferentes com Marx e o marxismo, “digamos, os *kibbutzim* sionistas e o Kampuchea de Pol Pot, entre Hilferding e Mao, entre Stalin e Gramsci, Rosa de Luxemburgo e Kim Il-sung”, Hobsbawm tenta dissociar as ideias de Marx dos regimes políticos afiliados ao marxismo e enfatizar a transformação da teoria de Marx em realidade política. Para separar as ideias de Marx de ações políticas que tiveram consequências negativas ou mesmo desastrosas, é necessário enfatizar a distinção entre pensamento ou interpretação e ação na realidade política. “Interpretar o mundo e mudar o mundo, por mais que estejam organicamente ligados”, insiste Hobsbawm, “não são a mesma coisa<sup>38</sup>.” Se as realidades políticas do século vinte podem oferecer algo como lições históricas, especialmente aquelas realidades decretadas em nome do marxismo na ex-União Soviética e nos outros países socialistas, temos que reconhecer que a marxista “atividade filosófica realizada para alterar o *status quo*” não avançou na direção de libertar os homens e as mulheres do mundo. Ao contrário, moveu-se na direção oposta do controle ideológico, repressão política e na frequentemente apregoada “ditadura do proletariado”. O modo como a teoria marxista arrebanhou as massas e alterou o *status quo* nos lembra do que Heine disse sobre a Revolução Francesa – mas uma revolução sem o conceito francês de *liberté* – na qual Robespierre agiu como a mão sangrenta que executou o que Rosseau havia criado na mente. De Stalin e Mao a Pol Pot e Kim Il-sung e seu filho e seu neto como governantes da Coreia do Norte, muitos líderes comunistas colocaram em prática, ou reivindicaram tê-lo feito, o que Marx havia antevisto como o potencial de uma teoria revolucionária. O terror de tais práticas – os campos da morte, a repressão da liberdade, a perseguição aos intelectuais, o controle da mente etc. – deve nos dar uma pausa no aplaudir do sucesso das forças materiais geradas quando a teoria do marxismo arrebanhou as massas, ou, de modo mais geral, quando a ação de *mudar* o mundo ganhou precedência sobre o pensamento filosófico de *interpretar* o mundo. Interpretação, o rigoroso processo de pensar por meio de ideias e antecipar suas consequências,

<sup>38</sup> Hobsbawm, Eric. *How to Change the World*, pp. 345, 346.

mostrou-se ser absolutamente necessária, apesar de sua aparente lentidão, fraqueza e ineficácia.

Mas a interpretação e o pensamento profundo necessariamente levam à ineficácia e paralisam a vontade de agir? Isso, conforme muitos críticos argumentaram, é a questão central no *Hamlet* de Shakespeare como um sofisticado e instrutivo estudo do dilema do pensar e do agir. A procrastinação de Hamlet é o notório ponto crítico: por que ele não apenas mata Cláudio quando o fantasma de seu pai lhe revela o assassinato que Cláudio cometeu e o incumbe da tarefa de vingar-se? Por que ele perde tanto tempo refletindo sobre todo o tipo de coisas em solilóquios filosóficos em vez de dar início à ação decisiva? “Tudo o que Hamlet tem de fazer (se de fato ele deve fazê-lo) é abater Cláudio”, conforme expõe Harold Bloom, mas Bloom prossegue sugerindo que essa reação é muito simples ou muito rude para o príncipe da Dinamarca. “Vingar o pai não requer um Hamlet; um Fortimbrás seria mais do que suficiente<sup>39</sup>.” Numerosas respostas têm sido oferecidas à questão da procrastinação de Hamlet. Hamlet, diz William Hazlitt, “parece incapaz de ação deliberada, e é apenas apressado em extremos no calor do momento, quando não tem tempo para refletir<sup>40</sup>”. Hazlitt pode representar o ponto de vista de que o problema de Hamlet resulta de sua predileção pelo pensamento em vez da ação. “Sua principal paixão é pensar, e não agir: e qualquer pretexto vago que estimula essa propensão instantaneamente o distrai de seus propósitos anteriores<sup>41</sup>.” Mas há outros, quase que opostos, pontos de vista. A.C. Bradley, por exemplo, insiste que a ideia segundo a qual o “pensamento especulativo” conduz Hamlet à irresolução “é realmente uma mera ilusão<sup>42</sup>”. Hamlet não é o seu filósofo padrão porque “ele é o favorito do povo, que não é dado a adorar filósofos<sup>43</sup>”. Essa é, é claro, uma observação muito boa feita por Bradley contra a interpretação de Hamlet como um pensador em vez de um soldado feita por Samuel Taylor Coleridge. Bradley lista uma série

<sup>39</sup> Bloom, Harold. *Hamlet* (Philadelphia: Chelsea House, 2004), p. 5.

<sup>40</sup> Hazlitt, William. “Hamlet,” in *Hamlet*, p. 10.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>42</sup> Bradley, A. C. “Hamlet,” in *Hamlet*, p. 20.

<sup>43</sup> *Ibidem*, *Hamlet*, p. 15.

de “rápidas e impetuosas” ações realizadas por Hamlet – “correr atrás do fantasma, matar Polônio, lidar com a incumbência do rei no navio, abordar o pirata, pular na sepultura, executar sua vingança final” – e ironiza: “Imagine Coleridge fazendo essas coisas!<sup>44</sup>”

Assim, temos dois pontos de vista muito diferentes sobre Hamlet, um vendo-o como inclinado a pensar, e o outro como inclinado à ação, enquanto Hamlet, como uma complicada e enigmática figura, contém ambas as inclinações, fornecendo evidências para sustentar as reivindicações de caracterizações tão diversas. Hamlet é certamente capaz de ações rápidas, mas sem os muitos solilóquios famosos nos quais fala de seus pensamentos mais profundos. *Hamlet*, a peça, não exerceria o mesmo grau de fascínio sobre nós, embora, ao mesmo tempo, as muitas reviravoltas súbitas dos eventos e as ações impetuosas continuamente nos assombram e empurram o movimento da peça para seu inevitável fim. Para colocar as coisas em pratos limpos, é o pensar e o interpretar de Hamlet que fazem da peça o que ela é, e não faz sentido negar que pensar demais resultou na falta de ação de Hamlet. Na verdade, o próprio Hamlet não gosta da postergação de suas ações mais do que seus críticos, e na peça ele confessa várias vezes que tem esse problema. Quando o fantasma de seu pai o chama pela primeira vez para vingar “seu traiçoeiro e injusto homicídio” (I.v.25), ele promete agir imediatamente “com asas rápidas / Como a meditação ou os pensamentos de amor” (II.v.29). Entretanto, o fato é que ele não age imediatamente, e é atormentado pela própria consciência de sua inação. Tendo visto um ator emocionalmente envolvido na história de uma tragédia imaginária (“O que é Hécuba para ele, ou ele para Hécuba, para que ele chore por ela?” [II.ii.553]), Hamlet sente vergonha e repreende-se por não fazer nada. “Oh, que ignóbil eu sou, que escravo abjeto!” (II.ii.544), grita ele, chamando-se de “Idiota, inerte, alma de lodo / Vivo na lua, insensível à minha própria causa / E não posso dizer nada” (II.ii.562). Ele constantemente se compara com outros que são mais ativos do que pensativos, mostrando que está plenamente consciente de seu problema de protelação e inação.

<sup>44</sup> Bradley, A.C. *Hamlet*, p. 16.

Como em outras peças de Shakespeare, um subenredo complementa ou contrasta com o enredo principal, de modo que a missão de Hamlet de vingar seu pai encontra seu duplo em Laerte buscando vingança pela morte de seu pai, Polônio, que Hamlet confundiu com Cláudio e matou nos aposentos da rainha. Hamlet está profundamente envolvido em pensar sobre vida e morte, o mistério do que pode acontecer após a morte, e em seu mais conhecido solilóquio, ele deixa claro que são as dúvidas e incertezas sobre o mundo após a morte que tornam a ação difícil, senão impossível.

*E assim a reflexão faz todos nós covardes.*

*E assim o matiz natural da decisão*

*Se transforma no tom pálido do pensamento.*

*E empreitadas de vigor e coragem,*

*Refletidas demais, saem de seu caminho,*

*Perdem o nome de ação. (III.i.83)*

Em contraste, Laerte não faz solilóquios nem abriga dúvidas. Tão logo sabe da morte do pai, corre para o rei e grita: “Aconteça o que acontecer, quero apenas vingar meu pai/Completamente, por meu pai!” (IV.v.135). Se Hamlet pensa tão profundamente a ponto de perder o momento de ação direta, Laerte corre para a ação sem muito pensar. A tragédia *Hamlet* nos mostra o dilema do pensamento e da ação, e não oferece uma solução fácil. Entretanto, é difícil imaginar que alguém prefira Laerte a Hamlet, pois Laerte mostra-nos o perigo de correr apressadamente para a ação sem pensar, a armadilha de se tornar um instrumento das maquinações da malícia e do engano, uma mão sangrenta que executa o tortuoso plano de alguém. Hamlet, embora entre em ação tardiamente e pague o preço com sua própria vida, torna-se nossa amada figura com todas as suas reflexões, dúvidas, hesitações e sua infinita ansiedade de interpretação.

No filme para a televisão de Tom Stoppard, *Professional Foul*, o assunto que discutimos parece encaminhar-se bem para uma maravilhosa peça dramática na qual filósofos, como pensadores e palestrantes, encontram-se e interagem com jogadores de futebol direcionados para a ação em um ambiente politicamente carregado. O tema central ou

metáfora do filme, a “falta” (*professional foul* em inglês), isto é, uma ação feita por conveniência com ambíguas implicações éticas, é realizada por diferentes personagens, sob diferentes circunstâncias e com diferentes conseqüências. O personagem principal é Anderson, um catedrático de Cambridge e professor de ética J.S. Mill, foi convidado para apresentar um artigo no “Colloquium Philosophicum Praga 77”. Entretanto, ele vai para Praga com um “motivo dissimulado”, pois pretende “gazetear” o colóquio para assistir um jogo de futebol eliminatório para a Copa do Mundo entre a Inglaterra e a Tchecoslováquia<sup>45</sup>. Palestras em um colóquio filosófico e a rivalidade física em uma partida de futebol formam, assim, um contraste entre pensar e agir, oferecendo material para a intervenção desse filme nos assuntos com os quais aqui nos preocupamos.

Anderson entende a ética como uma espécie de contrato entre indivíduos ou comunidades com livre-arbítrio, assim, quando Hollar, seu ex-aluno de Praga, lhe pede para contrabandear sua dissertação de ph.D para fora do país, ele se sente hesitante. Acreditando que ele entrou livremente em um contrato com o governo da Tchecoslováquia ao aceitar o convite para o colóquio, ele sente que, conforme coloca, “tendo aceitado sua hospitalidade, não posso, com plena consciência, começar a contrabandear... Simplesmente não é ético”<sup>46</sup>. Mas a estrutura social da Tchecoslováquia na época não é o tipo de contrato social que Anderson imagina, e Hollar, acadêmico educado em Cambridge reduzido a limpar banheiros em uma estação de ônibus, não entrou livremente nesse contrato. Ele se tornou um dissidente, e sua dissertação defendendo os direitos individuais contra o controle do Estado iria certamente ser tomada como uma ofensa contra o Estado. Quando Anderson vai ao apartamento de Hollar devolver a dissertação, ele descobre que Hollar foi preso. Anderson é, ele próprio, impedido de deixar o apartamento por policiais à paisana, mas lhe é permitido ouvir, pelo rádio, a transmissão da partida de futebol que ele não pode assistir. Assim, Anderson se torna uma testemunha involuntária da busca oficial da polícia no apartamento de Hollar. Ele ouve no rádio que o jogador de futebol

<sup>45</sup> Stoppard, Tom. *Professional Foul*, in *The Television Plays, 1965-1984* (Londres: Faber e Faber, 1993), pp. 136, 137.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 146.

inglês Broadbent cometeu uma falta, mas o time tcheco marca ponto com um gol de pênalti. Ironicamente, o ato de Broadbent encontra seu duplo no apartamento, onde um policial comete a *sua* “falta” ao plantar alguns dólares americanos na residência de Hollar como uma evidência incriminadora, para acusá-lo de “crime financeiro”.

Tendo testemunhado tamanha injustiça e crueldade, Anderson muda sua apresentação na conferência, de seu artigo previamente aceito sobre “ficção ética” para uma nova palestra sobre “o conflito entre os direitos dos indivíduos e os direitos da comunidade”. Nesse artigo, ele tenta mostrar “que regras, na medida em que são relacionadas a direitos, são uma elaboração secundária e consequencial de direitos primários”, nas quais deve-se “associar regras geralmente com comunidades e direitos geralmente com indivíduos<sup>47</sup>”. Ele fala sobre os direitos do indivíduo como universalmente aceitos tanto por pessoas que acreditam em Deus quanto por aquelas que acreditam no que é naturalmente justo e sensato, pela Constituição americana tanto quanto pela Constituição da Tchecoslováquia, e que esses direitos e valores universalmente aceitos têm sérias implicações “para um coletivo ou estado ético que se encontra em conflito com os direitos dos indivíduos, e que busca, em nome do povo, impor seus valores ao próprio indivíduo que compõe o Estado. A falta de lógica dessa manobra é um constrangimento para sistemas totalitários<sup>48</sup>”. Com isso, Anderson muda sua apresentação para uma condenação política da supressão da liberdade e dos direitos humanos do regime tcheco. Essa é certamente uma intervenção política, uma ação, mas baseada em sua interpretação da situação e do que ele viveu em Praga. É interessante notar que em seu discurso politicamente engajado, Anderson oferece uma crítica à tendência relativista ou niilista de boa parte da teoria contemporânea, particularmente da chamada virada linguística, que vê tudo como um constructo linguístico ou enunciado, uma abstração pura separada da realidade. “Em nossa época, a filosofia linguística propõe que a noção de, digamos, justiça, não tem existência fora dos modos pelos quais escolhemos empregar a palavra,

<sup>47</sup> Stoppard, Tom. *The Television Plays*, pp. 177, 178.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 182.

e que realmente *consiste* apenas no modo pelo qual a empregamos”, diz Anderson. Mas justiça ou injustiça não são apenas palavras; elas são o que um indivíduo experimenta na vida, nos casos em que eles “colocam alguém na prisão por ler ou escrever os livros errados”. Como filósofo, Anderson finalmente estabelece uma teoria ética baseada na experiência vivida como sendo real, rompendo assim com a rígida oposição entre pensamento e ação, teoria e prática. “Há um senso de certo e de errado que precede o enunciado”, diz ele. “Isso é experimentado individualmente e relaciona-se com uma pessoa lidando com outra pessoa. Dessa experiência construímos um sistema de ética que é a soma dos atos individuais de reconhecimento do direito individual”<sup>49</sup>.

É claro que *Professional Foul* é um drama, não um ensaio acadêmico, e Anderson é um caráter fictício criado pelo dramaturgo, não um acadêmico real propondo uma teoria de ética. Entretanto, Stoppard, que nasceu na Tchecoslováquia e cresceu na Inglaterra, é politicamente comprometido e suas peças frequentemente abordam temas como direitos humanos, censura e liberdade política, bem como discussões sobre filosofia e outros assuntos intelectuais. *Professional Foul* foi dedicada a Václav Havel, e o engajamento político do filme e sua ênfase na ação em oposição à conversa vazia certamente tem um *background* na realidade política. A palestra de Anderson no colóquio torna-se uma forma de ação poderosa, como a atividade física do jogador de futebol na partida, mas essa ação é resultado do pensamento cuidadoso, da interpretação e do planejamento. Quando Anderson muda sua palestra anteriormente aceita pelos anfitriões, sua apresentação constitui uma “falta” no contexto da organização do colóquio sob o rígido controle da ideologia comunista. No aeroporto, quando estão retornando, a bagagem de Anderson e de um colega filósofo, Chetwyn, são cuidadosamente revistas, mas outro filósofo, McKendrick, passa pela revista da segurança rapidamente e sem nenhum problema. Chetwyn é detido por portar algumas cartas escritas por dissidentes tchecos para a Anistia Internacional ou para as Nações Unidas. Finalmente, quando o avião está decolando, Anderson revela que ele colocou a dissertação de Hollar na

<sup>49</sup> Stoppard, Tom. *The Television Plays*, pp. 180, 181.

valise de McKendrick, porque ele antecipou que seria revistado, mas não McKendrick. Isso certamente constitui outra “falta”, e para apaziguar um zangado McKendrick, Anderson observa secamente: “Ética é um negócio muito complicado. É por isso que eles têm esses congressos<sup>50</sup>”.

A ética é realmente complicada, pois é ao mesmo tempo uma questão de pensar sobre o que é ser ético e também empreender ações éticas conscientemente contra males como injustiça e repressão. A falta é certamente antiética, mas, sob certas circunstâncias, uma “falta” pode ser necessária, e um ato como contrabandear o artigo de um dissidente para fora de um Estado policial rigidamente controlado e colocar o artigo na valise de um colega viajante sem o consentimento – ou mesmo o conhecimento – da outra parte podem ser vistos, em um contexto mais amplo, como éticos e justificáveis. A apreciação dessa complexidade é instrutiva quando reexaminamos o dilema do pensar e do agir, da interpretação e da prática. Por um lado, conforme vimos, é importante reter uma distinção entre pensar e agir, que não são sinônimos, como teóricos contemporâneos às vezes presumem. Contudo, por outro lado, essa distinção não é uma dicotomia e uma rígida oposição entre a interpretação e seus rivais; é, em última análise, inválida e desnecessária. O que está errado com a confusão teórica do pensamento com a realidade não é a oposição entre interpretação e seus rivais; é, em vez disso, a obsessão solipsista da teoria com seu próprio discurso. A ação é impossível sem um pensamento anterior, e as práticas envolvem a execução do que foi antecipadamente pensado e interpretado.



<sup>50</sup> Stoppard, Tom. *The Television Plays*, 185.

# À procura de uma pátria ideal. Fernando Pessoa, Emil Cioran, Walter Benjamin

DINU FLĂMÂND

*“A minha pátria é a língua portuguesa.”*

FERNANDO PESSOA

*“Não se vive num país, vive-se numa língua. Uma pátria é isso e nada mais.”*

EMIL CIORAN

*“O passado carrega consigo um índice secreto que o remete à redenção. Não fomos afagados por um sopro do ar que envolveu os que nos antecederam? /.../ Se assim é, existe então um acordo secreto entre as gerações passadas e a nossa. Então, fomos esperados na Terra. Então, nos é dada, como a cada geração que nos antecedeu, uma fraca força messiânica à qual o passado tem pretensão. Não se pode simplesmente descartar essa pretensão.”*

WALTER BENJAMIN

Pessoa e Cioran estavam ambos decepcionados com o país de origem, mas por razões diferentes. Pessoa não podia se conformar ao constatar que a energia que mobilizara os portugueses para descoberta de novos territórios e horizontes havia se esgotado. Analisou muito cedo aquilo que considerava como sendo a especificidade nacional e identificou

Escritor e jornalista romeno contemporâneo, o mais importante tradutor da obra de Fernando Pessoa para romeno. Atualmente vive em França, onde trabalha como jornalista para a Seção Romena da Radio France Internationale.

Tradução de Annie Cambe.

muitos indícios desse declínio. Às vezes, dava a impressão de defender certos regimes políticos para, no final, repudiá-los todos, inclusive a ditadura nacionalista portuguesa dos seus últimos anos de vida, embora alguns acreditassem que tinha afinidades com ela. No seu íntimo, o poeta teria gostado de vivenciar outra época de expansionismo português, desta vez sem a conquista dos territórios, implicando apenas a colonização pelo espírito. É estranha a visão que, no imaginário messiânico de Pessoa, colocava Portugal na origem de um possível Quinto Império da História das civilizações, de um império mundial e espiritual, se algo desse tipo pudesse ser cartografado.

Mesmo se, num primeiro momento, Pessoa imagina em que condições concretas poderá se estabelecer tal imperialismo cultural (uma língua apta a expressar uma rica diversidade espiritual, pessoas de gênio da nova geração, inclusive um super-Camões, uma base material adequada etc.), trata-se sempre mais de um impulso místico que do esboço de um regime ideológico e social de consistência histórica.

O contorno dessa utopia vislumbra-se de forma difusa ao longo do percurso da sua imensa obra fragmentária. Permeia as suas narrativas esotéricas tais como *A via da serpente* ou no ciclo de poemas de caráter iniciático, para os quais o poeta volta em diferentes momentos, sob a sua própria assinatura, ou ainda em outras notas. Considera-se como pedra angular desse projeto o texto poético *Mensagem*, concebido como um único poema iniciático baseado no passado histórico, de viés lendário e mítico de Portugal.

Para Pessoa, um verdadeiro criador devia ser um criador de mitos. Mas o final do último poema do livro, *Nevoeiro*, fica ambíguo e aberto. A exclamação do fim deixa adivinhar que a expedição coletiva prefigurada pelo autor está apenas a ponto de começar: É a Hora! Na pátria real, que não passa da sombra da sua glória passada, a pressuposta pátria ideal permanece no nevoeiro tal um reino sem rei, nem em paz nem em guerra, moribundo, lamentado, mas que continua a dar sinais, tais quais os fogos que dizem rondar os túmulos certas noites. Há um momento de terrível tristeza no final dessa mensagem.

O desespero do romeno Cioran à procura de uma pátria ideal é o mesmo. Ele também olhava para o passado tentando vislumbrar um

futuro possível; mas, ao contrário de Pessoa, não via motivos de estima e orgulho na História do seu país de origem. Cioran também faz o balanço do desenvolvimento e da queda de certos impérios – temática que virou obsessão pouco antes da Primeira Guerra mundial. Mas limita-se a constatar a ausência dos romenos nos grandes momentos da História. Acusa veementemente os seus compatriotas, afirmando que haviam percorrido durante mil anos uma espécie de “nada valáquio”, ao boicotar a História por meio de um “adamismo romeno”, termo que designa ao mesmo tempo ingenuidade e apatia. No seu virulento ensaio *Transfiguração da Romênia* (1936) dedica um capítulo inteiro à sub-história dos romenos que qualifica de ausentes da grande História da Humanidade.<sup>1</sup>

Não é de se estranhar que o tom panfletário da sua escrita, a fúria contestadora e a ironia mordaz que provoca e exagera sem trazer argumentos sólidos tenham suscitado os comentários mais vexatórios. É óbvio que, ao exagerar, Cioran assume o papel de um lúcido exigente que deseja provocar o despertar das consciências e até suscitar uma transfiguração, o início de uma “verdadeira” história nacional. A veemência do tom é sem precedente e apresenta uma subjetividade suspeita. A energia panfletária e os paradoxos denunciavam o drama identitário pessoal do autor, explicado mais tarde enquanto tal por Cioran, quando lamentou o ensaio. Vemos que essa escrita híbrida não nos propõe um modelo de pátria ideal, embora o fervor messiânico esteja presente no texto.

Se Pessoa idealizava o momento histórico das grandes descobertas e esperava que Portugal fosse iniciar uma espécie de globalização cultural, liderada por um novo Camões (cujo papel teria assumido de bom grado), podemos dizer que Cioran não tinha grandes esperanças. O seu niilismo não era negociável. Ele também sugere algumas iniciativas, logo abafadas pelo sentimento que todo despertar dos romenos seria impossível. Ao defender a modernização das zonas rurais, por exemplo, posiciona-se da seguinte forma: “A Romênia não tem mais nada a esperar dos vilarejos, pois, após nos sustentarem durante mil anos, hoje nos paralisam”<sup>2</sup>. Em compensação, tal afirmação é seguida de uma

<sup>1</sup> “Senhor! O que fizemos durante durante mil anos?”, in *Transfiguration de la Roumanie*, traduzido do romeno por Alain Paruit, éditions de l’Hérne, 2009, p. 118.

<sup>2</sup> *Idem*, *op cit.* p. 332.

observação elogiosa sobre o saudosismo alemão, mesmo rural, promovido pelo fascismo nacional-socialista. Aos olhos de Cioran, o culto dos valores tradicionais na Alemanha não seria retrógrado como na Romênia rural, seria até legítimo, e a população rural seria muito importante para o progresso. Segundo Cioran, a Alemanha demonstra um “excesso de vitalidade”, portanto, “atualiza” assim o seu passado para melhor se conscientizar do seu futuro. Enquanto a Romênia, considerando-se exausta pelo seu passado e por ter preservado tradições ancestrais, refratária à modernização, achava-se na situação oposta.

Trata-se de um dos trechos que o autor elimina quando a publicação do livro se torna possível na Romênia, após a queda do regime comunista, em 1990. Cioran tinha consciência de que algumas das suas antigas afirmações poderiam assombrar ou ofender as novas gerações de leitores que viveram as restrições de um regime totalitário. Ainda é difícil, no recentíssimo pós-comunismo, entender o estado de espírito de um filósofo que, no início do século passado, expressava-se livremente, mesmo sabendo que podia chocar. E muito mais difícil entender que o livro de Cioran, longe de ser o posicionamento de um ideólogo, era mais um panfleto, um grito de revolta, um desafio estético, por assim dizer. Esses trechos ultrajantes foram integralmente restabelecidos na tradução póstuma completa publicada na França, respeitando assim as últimas vontades de Cioran.

Ao longo da vida, Cioran renegou o tom e o conteúdo exaltados do livro. Lamentou as muitas afirmações publicadas nas matérias da Alemanha nazista, na época da ascensão do totalitarismo cuja energia e dinamismo admirava. Entretanto, nunca escondeu os seus livros, nunca expressou arrependimentos hipócritas, pois sabia que tudo era indelével. De certa forma, assim como Pessoa, Cioran foi um múltiplo de si mesmo. Bem antes da guerra, já deixara de se identificar com o pensamento do “outro” que fora atraído pela doutrina fascista. Não conseguia mais explicar por que havia odiado o próprio país com tanta paixão negativa<sup>3</sup>. Essa conscientização será para ele uma das fontes de desespero até a morte.

<sup>3</sup> “Parece-me estar lembrando os anos de outro. E é um outro que renego, todo “o meu eu” está, aliás, a mil léguas daquilo que foi. Havia odiado o meu país; todos os homens e o universo; restava-me a me autoflagelar, o que fiz pelo viés do desespero”, *idem*, p. 9.

A fim de corresponder ao perfil da sua pátria ideal, aquela Romênia deveria ter não apenas se transfigurado, como também nascido de novo. Em dado momento, Cioran imagina que a Romênia poderia ter assumido o papel de uma nova Constantinopla, unificando os Balcãs, deixando-se levar pela “atração de uma miragem”. Mesmo naquele sonho, não imaginava um eventual império da ortodoxia, mas sim uma comunidade espiritual transnacional, ao modo de Pessoa, em que a Romênia poderia se encaixar. Entretanto, quase todas as suas frases desse tipo terminam com um ponto de interrogação. Cético assumido, Cioran só achava possível, na melhor das hipóteses, um messianismo de circunstância, na ausência desse “sentido vibrante da tragédia, ao qual os mortais se entregavam outrora com tanta paixão quanto dor”.<sup>4</sup>



Assim entendemos que a História só é grande nos seus momentos trágicos, desprovida da pedagogia lancinante do progresso, do cristianismo e do humanismo. Aí reconhecemos Nietzsche. Mas entre as duas guerras, a época trágica estava mais para o pessimismo *noir*, o avesso do triunfalismo guerreiro, embora “a morte e a iluminação” exaltassem alguns espíritos. E permanecia o messianismo, talvez o único substituto possível da esperança, compartilhado inclusive por um marxista roído de dúvidas, um dissidente da escola de Frankfurt que dissertava na mesma época sobre o messianismo. Trata-se de Walter Benjamin.

Chamemos aqui esse discípulo torturado do materialismo dialético e histórico conceitualizado por Stalin, pois Benjamin identificara de forma surpreendente a presença discreta do messianismo no próprio seio do mecanismo implacável da história materialista. É bem conhecida sua famosa parábola a partir do autômato que jogava xadrez em Paris, no final do século XIX. Os movimentos do boneco eram acionados por um anão corcunda e desgracioso, estando o verdadeiro jogador escondido nas entranhas do mecanismo. Aquele anão feio que não podia ser

<sup>4</sup> “A ideia de progresso, a moral de tudo o que é, neste mundo, direta ou indiretamente pedagogia, até emasculá-lo, o sentido vibrante da tragédia, ao qual os mortais se entregavam outrora com tanta paixão quanto dor. Só posso amar uma cultura que, sob a forma e o estilo, oculte o amor, o desespero, a morte e a iluminação”, *op. cit.* p. 340. (tradução livre)

mostrado ao público era a **Teologia**, afirma Benjamin, teologia essa que, embora fraca, continuava animando a vida dos humanos pelo seu espírito messiânico, inclusive na presença do materialismo histórico considerado enquanto ciência positiva. Convém dizer que essa confissão tardia, por parte de um estalinista atormentado pelas dúvidas ainda nos parece surpreendente. Trata-se de alguém bastante perspicaz que havia assistido à marcha destruidora da História nacionalista, afastando-se aos poucos do campo dos positivistas vencedores e da mitologia do progresso contínuo a fim de aproximar-se uma ciência da História menos segura, mais humana, em que a rememoração se fazia necessária. Vários fragmentos escritos por Walter Benjamin (outro adepto do fragmento, da família Pessoa-Cioran!) reunidos sob o hoje famoso título de **Sobre o conceito de história**, são marcados pelo mesmo tipo de efervescência mística. O fato mais interessante: Benjamin fala da dimensão messiânica da esperança<sup>5</sup>, insiste também sobre a necessidade de ir além do impasse nietzschiano do Anticristo. Mais surpreendente é ele ridicularizar o dogma estalinista que atribuía um papel messiânico à classe operária no futuro radiante do Estado sem Estado com classes sem classes sociais.

No entanto, como observa Adorno<sup>6</sup> num prefácio que acompanhava a primeira edição desses estudos, publicada após o suicídio do autor na fronteira franco-espanhola, Walter Benjamin permanece fiel ao marxismo. Concebe a salvação do homem moderno mais pelo meio da emancipação social. No contexto da Europa do período de entre-guerras, esses três criadores, teóricos, filósofos e poetas de horizontes e culturas diferentes, identificaram por abordagens diferentes a existência e a força do messianismo num mundo perplexo, aquele mundo de então confiscado pelo próprio materialismo e já engajado na Segunda Guerra mundial. Não são verdadeiros místicos nem mesmo

<sup>5</sup> “Em cada época, é preciso tentar reconquistar a tradição, contra o conformismo que a está neutralizando. O Messias não vem apenas como redentor; vem por superar o Anticristo. Apenas o historiógrafo tem o dom de acender no passado a centelha de esperança que a permeia”, *Sur le concept d'histoire*, Payot, 2013, p. 18.

<sup>6</sup> Adorno, Theodor W. *Sur Walter Benjamin*, Gallimard, 2001, p. 106 – “O conceito benjaminiano de utopia perfila-se como pano de fundo; de um lado, da filosofia idealista da história, e, de outro, do historicismo. Na tradição do messianismo judeu, este conceito mantém a ideia segundo a qual a redenção é intramundana e coincide com a emancipação social”.

crentes. Mas os três consideram que é necessário se reencontrar numa concepção teológica da História, talvez por intermédio dessa ambiguidade tão bem formulada por Bloch: **“Só um ateu pode ser um bom cristão, e só um cristão, inversamente, pode ser um bom ateu.”**<sup>7</sup>

O niilismo torna-se devaneio esotérico em Fernando Pessoa, fúria destruidora e autodestruidora em Cioran ou, ainda, desespero suicida, nos seus últimos dias, em Walter Benjamin. Os três encontram-se no terreno comum do drama humano que deixou de levar em conta o pretenso caráter dialético da História. Os três mergulham no que Adorno, preocupado, chamava de “o núcleo teológico incandescente”. Pouco importa se essa abordagem era moderna ou vetusta, irrealista, niilista demais, ou ainda se o messianismo representava uma resposta irracional demais, feita para desestruturar a energia irracional da história. Mais relevante ainda era o fato de a história, a utopia e o messianismo conviverem juntos nessa realidade que já tinha se tornado irracional.

Nessa perspectiva, vemos bem que o seu pensamento se situava fora das práticas políticas comuns e só tinham contatos passageiros com as ideologias da época. Estabelecer uma filiação ativa entre o poema *Mensagem* de Pessoa e a teoria do Estado novo que se instalava ao mesmo tempo sob a ditadura de Salazar só diz respeito a um abuso interpretativo posterior. Da mesma forma, o livro de Cioran não era um produto ideológico do nacionalismo fascista romeno, embora algumas ideias alardeadas pelo movimento legionário e a ideologia fascista se encontrassem nos ímpetos juvenis não-censurados do jovem filósofo romeno. Lá pelo fim do seu livro, Cioran afirma que a Romênia deverá “aprender a gostar do culto da força”<sup>8</sup> se o país quiser que lhe deem importância no concerto das nações. O próprio Cioran considerará, mais tarde, como ridícula essa ênfase da juventude, num manuscrito que o acompanhara desde a sua chegada à França e que foi encontrado por Simone Bouet entre os papéis do filósofo. *Minha pátria*, esse manuscrito de remorsos, fora iniciado antes de 1941, sinal que o autor já estava preocupado com a infeliz coincidência entre as suas ideias e as violências que haviam abalado a Romênia e a Europa antes da sua ida para a França. Alguns

<sup>7</sup> Bloch, Ernest. *L'athéisme dans le christianisme. La religion de l'Exode et du Royaume*, Gallimard, 1978, p. 116.

<sup>8</sup> “Ela que jamais conheceu o culto da força deve aprender a amá-la”; *op. cit.*, p. 333.

anos após essa publicação, o próprio Cioran incrimina-se pelo ódio delirante e sem propósito, a loucura, a ingenuidade e a simpatia por mártires sanguinários que haviam assentado o seu sonho em ideias fortes, para desaparecer depois na sua própria ferocidade. Muitos trechos desse livro falam dos erros de uma geração que havia assumido ideais “disparatados”. Era nessa embriaguez irracional que Cioran achava uma espécie de volúpia do sofrimento. Essa experiência se voltou contra o autor. Passou a ser uma das fontes do seu desespero na segunda parte da sua vida: “Havia odiado o meu país, todos os homens e o universo; restava-me a me autoflagelar: o que fiz pelo viés do desespero”.<sup>9</sup>

Pessoa e Cioran haviam atravessado, cada um ao seu modo, etapas nacionalistas mais abstratas, conformes com seu idealismo, das quais acabaram se afastando, no momento em que o nacionalismo passou a ser doutrina oficial de Estado. Estavam seguindo assim o seu modelo secreto, Nietzsche, aquele que em *Humano, demasiado humano* já se afastava do nacionalismo exacerbado de Wagner, mas também do seu antissemitismo. Era uma transformação já visível em Cioran, desde o início do amadurecimento do seu pensamento. Tanto Pessoa como Cioran perceberam, em dado momento, o caráter artificial, e até ditatorial do nacionalismo, sobretudo na sua colaboração com o catolicismo ou a ortodoxia institucionais. O mesmo se deu com Miguel de Unamuno que foi por um tempo atraído pela “celebração da raça espanhola” tal como Franco a percebia. Em Pessoa, as teorias sobre a especificidade nacional ou ainda sobre a *portugalidade* tomaram um aspecto saudosista na perspectiva do seu projeto místico. Cioran tampouco foi o propagandista irreconciliável de uma *romenidade* intolerante; nunca glorificou a autoidolatria nacional, como a batizou Nietzsche. O nacionalismo *renversé* de Cioran era mais uma busca febril dos motivos que podiam fornecer ao autor a base da sua própria identidade.

A análise exaltada do passado português em Pessoa é mais um devaneio poético. E a imagem negativa, tão exaltada, que Cioran instaura em relação à história romena, tem mais a ver com pesadelo poético. Ambos consideram que uma cultura passa para a eternidade através das ideias e

<sup>9</sup> *Transfiguration, op.cit.* p. 73.a.

das formas artísticas inalienáveis. Ambos cercam o reduto da identidade nacional por meios de estratégias mais ou menos visíveis, sem levar em conta o fato que toda identidade se torna ainda mais forte e mais individualizada a partir do momento em que deixa de ser fixa e aceita o diálogo entre as civilizações. Nem um nem outro propõe quadros institucionais ou estratégias políticas concretas capazes de engendrar a pátria ideal. Entretanto, ambos visam a História com H maiúsculo, e veneram apenas o que define as maiores civilizações: instituições de tradição, uma literatura e uma cultura nacionais distribuídas em todos os grandes períodos da História das civilizações ocidentais. Dublados de moralistas, ambos gostaram de lembrar da história dos seus respectivos países apenas os momentos de glória e da atitude coletiva digna em qualquer circunstância, de um sentido nítido da moral, dos valores etc. Nenhum regime político real poderia ter conseguido a sua total adesão.

Pessoa teve um primeiro período de nacionalismo místico na adolescência; período dominado pela figura do rei mítico D. Sebastião, desaparecido sem deixar vestígios numa batalha no norte da África, em 1578. Segundo a crença popular e algumas profecias, a volta dele seria a salvação de Portugal. Durante um tempo, Pessoa foi elitista, mas também anti-humanista, adotando posições extremas, bastante surpreendentes, tendo em vista a sua natureza mais reflexiva e plácida. Mas sempre foi corajoso nas opiniões manifestadas em público, devido a uma natureza rebelde cujos amplos projetos torna menos visível. Foi simpatizante por algum tempo com o republicanismo radical, foi apólogo da monarquia absoluta que voltou por pouco tempo em Portugal, sentiu certa atração pelo nacionalismo liberal durante os seus últimos anos, sem por isso abrir mão do seu misticismo messiânico. No entanto, defendeu os homossexuais, lutou pelo direito de expressão e de associação em organizações secretas (organizações espirituais e não núcleos políticos ilegais). Esse tempo todo, Pessoa foi anticatólico, anticristão e, mais tarde, ardente promotor de um paganismo de origem cultural germânica<sup>10</sup>. A bem da verdade, Pessoa relativizava conceitos como ditadura,

<sup>10</sup> Utilizo as conclusões de José Barreto no prefácio dessa antologia importantíssima: *Fernando Pessoa, sobre o fascismo, a ditadura militar e Salazar*, Tinta de China editora, Lisboa, 2015, p. 18.

democracia, tirania e liberdade<sup>11</sup>, ao mesmo tempo em que modificava, às vezes, o seu sentido e recusava os clichês, talvez também por vontade de estudá-los sob um ângulo inédito. Fascismo e nazismo não parecem ter exercido sobre ele uma atração mais importante que sobre os outros intelectuais. Eram as ideias dominantes que circulavam numa época tão complexa quanto confusa, sofrendo todas as manipulações ideológicas, antes de elas serem postas em prática por regimes ditatoriais.

Da mesma forma que o jovem Cioran, mais ou menos na mesma época, Pessoa desaconselhava aos seus compatriotas tanto o regime comunista quanto o regime fascista. Pensava que o regime “natural” para Portugal seria a monarquia absoluta (esclarecida?), melhor uma ditadura autoritária que uma democracia lancinante! Eduardo Lourenço, um dos comentaristas mais esclarecidos de Pessoa, nos convida a observar o caráter subversivo oculto no poema *Mensagem*, se o olharmos como projeto nacional. Desde o início, Pessoa reduz a pó as convenções culturais da tradição que situavam a imagem da pátria na continuidade da imagem da Divindade. Se, nos primeiros poemas do livro, distingue-se uma espécie de idolatria ou de *libido patriótica* à imagem do seu antecessor Camões, Pessoa vai construindo aos poucos um “réquiem messiânico” para Portugal, substituindo-o pela sua imagem futura que renasce do próprio túmulo tal um Cristo das nações<sup>12</sup>. A imagem heroica passa a ser imagem messiânica; a pátria deverá abrir suas portas para outro céu, para um mundo diferente, num espaço de esperança enigmática que só será desvendado no momento da sua descoberta, conclui o mesmo Eduardo Lourenço.

Assim como Pessoa, Cioran parece admirar os regimes ditatoriais unicamente porque Atenas, Roma, a França, a Grã-Bretanha ou a Rússia atingiram o apogeu, sob regimes fortes, num mundo onde há apenas “fortes ou fracos, [nações] agressivas ou tolerantes. O apogeu de

<sup>11</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>12</sup> “A grande invenção e a metamorfose da relação de Portugal com a sua imagem consignada na *Mensagem* consistiram em transformar a imagem camoniana de nós mesmos numa espécie de “réquiem” messiânico, substituindo-a por um Portugal intrinsecamente futuro, ressuscitado do seu túmulo como um Cristo das nações”, in *Pessoa e Portugal, Portugal e Pessoa*, “A arca de Pessoa”, volume coletivo, Imprensa de ciências sociais, Lisboa, 2007, p. 30.

uma nação implica crimes sem fim”<sup>13</sup>. Vemos em Cioran o mesmo fervor místico e não o espírito analítico. Menciona em algum trecho que a visão messiânica precisa de tempo lento para se sedimentar: “O messianismo das grandes culturas expressa um fenômeno de força decantada”<sup>14</sup>, afirma Cioran. Que decantação poderia ser fora a estratificação das tradições? Mas Cioran parece odiar as tradições romenas. Teria gostado que essa força “brilhasse” e impusesse respeito, daí a sua revolta frente à constatação da indolência da história romena. A atitude subversiva de Cioran se traduz pela enumeração dos não acontecimentos, isto é, daquilo que não marcou a História dos acontecimentos dos romenos. Mas o seu negativismo solapa também o discurso nacionalista comum. Ridiculariza todas as ideias bem conhecidas sobre o saudosismo estrutural dos romenos, povo que se situa entre as placas tectônicas dos impérios ou na encruzilhada das invasões. Ao mesmo tempo, Cioran reduz a pó os estereótipos sobre o destino vitimário dos romenos. Tenta lhes infligir uma aventura extática, a fim que ganhem essa nobreza do espírito individual e coletivo. Assim como Pessoa, que teria gostado de “iniciar” o seu povo na via de uma nova vida espiritual, o jovem Cioran alimentava a secreta esperança de iluminar a sua nação, mas sem abrir mão da sua fúria destruidora e das suas dúvidas.



Nessa obra transbordante, Cioran é tudo menos o filósofo da autocompaixão. Mas o seu lamento se parece com o réquiem de Pessoa e constitui o próprio tema do livro que não oferece nenhuma solução para a Romênia. Existe muito pouca esperança nos dois. O anjo da história, esse *Angelus Novus* de Paul Klee, que acompanhava Walter Benjamin no seu périplo até o suicídio, dá as costas ao futuro e contempla as ruínas fumegantes do passado. Essa também é a forma de os dois místicos atípicos se aproximarem do marxista desiludido pela crueldade da História, como essa realidade era sentida na década sombria de 40. Era

<sup>13</sup> Cioran, *Transfiguration*, p. 117.

<sup>14</sup> *Idem*, p. 116.

preciso abrir uma “porta estreita pela qual o Messias pudesse entrar”, para citar mais uma vez Walter Benjamin, esse místico marxista.

O Portugal de Pessoa desaparece no nevoeiro. Vai sendo engolido por uma matéria opaca que representa o passado nacional, mas também o nevoeiro dos sonhos esotéricos do poeta, num espaço além de Deus, na não geografia e na não história da eternidade. A Romênia de Cioran continua afastando-se de nós num passado informe, nascido do desespero do autor, magra consolação do apátrida. Cioran tentava “corrigir” a história dos romenos, imaginando inclusive o momento em que iam se vingar do “passado de humilhações”, passagem obrigatória para uma conscientização coletiva<sup>15</sup>. Evidentemente, tudo não passa de pura construção da esperança. Notamos o fato que o excelente tradutor desse texto em francês, Alain Paruit, devia pôr no fim desse parágrafo um ponto de exclamação, conforme o original. Entretanto, passadas sete décadas após a frase ter sido escrita, o tradutor não achou melhor solução que um tímido ponto de interrogação em vez de um simples ponto que teria marcado a conclusão<sup>16</sup>.

Raros são os momentos em que uma nação é bem-sucedida ou tem o direito de se “vingar” após humilhações e derrotas. Neste ponto, é preciso dizer que o misticismo vingativo de Cioran não é o mais interessante nessa construção utópica negativa. No seu desejo secreto, o utopista Cioran teria ficado contente se a sua pátria pudesse ter renascido totalmente diferente, com ou sem sina mística. O próprio Cioran teria tido outra identidade, ele, o meteco universal que se tornou apátrida, inconsolável não só do “inconveniente de ter nascido”, mas também no seu incômodo de ser romeno. No entanto, enquanto romeno, não se faz esse tipo de confissões aos romenos sem medo de ser apedrejado. Cioran assumiu esse risco e não faltou multidão com os bolsos cheios de pedras em volta dele. Alguns romenos provavelmente continuam não gostando até hoje da imagem negativa da sua pátria projetada pela fúria do jovem Cioran, embora continue influenciando os balanços catastróficos de

<sup>15</sup> “Se a Romênia não procurar atingir o seu momento solene, se ela não vingar o seu passado de humilhações e o seu presente de compromissão pela vontade de afirmar e definir o seu destino, tudo estará perdido. Ela viveu na sombra. Y mourra-t-elle?”, *op. cit.* p. 128.

<sup>16</sup> Para a edição romena foi utilizado *Schimbarea la față a României*, Humanitas, 2011, aqui p. 45.

certos analistas. A sagacidade de Cioran, porém, é hoje admirada também e já se conhece o sofrimento que fez dele um esfolado vivo. Mas, após o longo período de anomia que a Romênia atravessou durante as últimas décadas, a ideia de uma pátria ideal continua sendo difícil de legitimar. Enquanto isso, novas ideologias e novas forças políticas confiscam periodicamente e instrumentalizam a ideia de patriotismo. Daí o sentimento de que um regime totalitário que acaba de ser expulso pela porta pode voltar pela janela. É um tema sensível, e o gesto suicida, a coragem sublime de Cioran não devem se reproduzir tão cedo.

Em Fernando Pessoa, o projeto místico permanece uma projeção astral, arte poética de uma maneira de viver que não é deste mundo. Assim como Cioran, podemos acreditar que Pessoa se via como apátrida absoluto, senão o habitante dessa pátria insular que havia submergido na imaginação de um dos seus personagens: o marinheiro. O choque é conhecido: um marinheiro encalhado numa ilha se exercita intensamente para atualizar na memória as pessoas e os lugares da sua pátria real. De tanto lutar contra a inexorável amnésia, o marinheiro concebe em detalhes, só para si, uma nova pátria imaginária, estabelecendo nela novos encontros, novas histórias, e forjando um novo passado que substitui o passado do passado. Isso é também, de alguma forma, a nova pátria de Cioran, ele que nunca mais poderia rever a paisagem da sua infância: Coasta Boacii. Pessoa e Cioran moram definitivamente, há muito tempo, no país da sua própria língua de criação – o mais generoso dos não territórios existentes no imaginário de cada um deles. “Minha pátria é a língua portuguesa”<sup>17</sup>, dizia Pessoa (e no caso dele, a especificidade dessa língua permite também a variante “mátria”, para a família ficar completa). “Não se vive num país, vive-se numa língua. Uma pátria é isso e nada mais”<sup>18</sup>, afirma da mesma forma Emil Cioran. Insurgentes insolentes e saudosistas, recusando os grandes sistemas, permanentemente dilacerados entre o sentimento de infelicidade absoluta e o sonho impossível de compartilhar com quem quer que seja, ambos vivem no mesmo ceticismo irremediável, animados por insondáveis

<sup>17</sup> “A minha pátria é a língua portuguesa”, *Livro do desassossego*, Assirio&Alvim, Lisboa, 2007, p. 259.

<sup>18</sup> *Aveux et anathèmes*, éd. Gallimard, 1987, p. 21.

esperanças. Lançaram-se secretamente em projetos nacionais utópicos a fim de “revolucionar” os velhos comodismos das democracias, e subverter o discurso geral que não tem mais como agir numa realidade histórica cruel demais. Contra “o imperialismo da matéria” (Pessoa), mas também contra toda metafísica institucionalizada, podemos dizer que ambos eram animados pela perspectiva de uma época em que o homem será “tudo”. Um dos famosos adágios que enquadra o processo da heteronímia em Pessoa, “sentir tudo de toda forma”, corresponde em Cioran a uma sede semelhante de “totalidade”, aceita enquanto utopia viável: “Melhor que ninguém conheço o perigo de ter nascido com sede de tudo. Um presente envenenado, uma vingança da Providência.”<sup>19</sup> No mistério supremo do desaparecimento esconde-se, para ambos, essa “magra esperança messiânica”; último parco recurso frente à historicidade.



<sup>19</sup> *De l'inconvénient d'être né*, éd. Gallimard, 1973, p. 200.

# A palavra – poetas poloneses contemporâneos

TOMASZ ŁYCHOWSKI

**N**o lançamento de um livro em 2004, em Paris, fiz a seguinte pergunta: “Świat się wali, a my mówimy o poezji?” – O mundo desabando e nós falando de poesia? De repente, é justamente essa a solução que surge – “Blowing in the Wind” – pois, mesmo na forma mais dramática da arte prevalece o equilíbrio e a harmonia, sem a qual a arte não se sustentaria. Que seja bem-vinda, portanto, a poesia salvadora!

Já que fiz alusão a Bob Dylan, acredito que tenha sido acertada a sua escolha. Cheguei a essa conclusão quando me veio à memória um acontecimento da minha infância. Era o ano de 1944 e eu tinha 9 anos de idade. Estávamos, eu e a minha mãe, numa aldeia no leste da Alemanha. Era quase o final da II Guerra Mundial. Um grupo de crianças alemãs me pediu para cantar-lhes em polonês. Tímido, subi numa árvore e, escondido pela folhagem, cantei para elas. As crianças, atentas, sentaram-se em volta da árvore.

A reflexão do agora octogenário é a seguinte: o pai de uma dessas crianças alemãs poderia, hipoteticamente, ser um guarda em Auschwitz enquanto eu era, de fato, o filho de um prisioneiro daquele campo de concentração. No entanto, naquele breve momento, houve uma aproximação. Não havia mais guerra. Estávamos unidos por cima de divisões étnicas e políticas. A arte, a música, a poesia têm esse poder de construir pontes.

Poeta, com 9 livros publicados (de poesia e autobiográfico), pintor, professor, tradutor (entre outros do filósofo Leszek Kołakowski), Nasceu em Angola, passou a II Guerra Mundial em Varsóvia e foi preso com seus pais pelos nazistas com 7 anos de idade. Veio ao Brasil em 1949 e se naturalizou brasileiro. Premiado em 2016 pela Associação de Escritores Poloneses no Exterior.

O mesmo acontecimento enseja outra reflexão. Essas crianças alemãs não entendiam a letra dessas canções polonesas. O som de palavras estranhas teria então um efeito mágico? O ininteligível teria se tornado infável? A melodia mais a palavra tiveram o efeito de comunicar algo que atingiu os ouvintes de maneira mais profunda?

O exemplo clássico de uma combinação de palavras com melodia, que impactam para além do que vemos e do que ouvimos, é o “Der Erlkönig” da “parceria” entre Goethe e Schubert. Eles certamente seriam candidatos imbatíveis ao Prêmio Nobel combinado de Música e Literatura.

O som de algumas palavras tem um efeito sobre mim que eu não consigo entender ou interpretar. Quando ouço, ou simplesmente visualizo nomes como “Babilônia”, “Timbukto”, “Walhalla”, “Castela” essas palavras tocam em fibras do meu subconsciente. Mas agora, passados tantos anos, pelo menos sei que esse efeito ocorreu na minha juventude, quando as ouvia ainda jovem. Atualmente, se as ouvisse pela primeira vez provavelmente faria uma pesquisa no Google para descobrir o que significam. E aí se perderia todo o mistério e toda a magia. Ou seja, para estar aberto à poesia é preciso manter-se jovem. Para sempre poder ouvir ou ler a Palavra como se fosse pela primeira vez. Ou, dando ouvidos à grave advertência feita no Apocalipse, ser fiel ao entusiasmo do primeiro amor.

Tudo isso tem a sua consequência quando traduzimos um poema. Gostaria, portanto, de compartilhar com vocês – se me permitem esse tom informal de amizade – a minha “przygoda”, ou seja, a minha aventura

ao traduzir dois poetas poloneses contemporâneos para a *Revista Brasileira* da ABL. Aventura, ou, talvez, melhor ainda, seria a palavra ventura. Usando de gíria, topei a parada e saí lucrando. Os grandes Milosz, Szymborska, Herbert, já são conhecidos do leitor brasileiro. Optei, portanto, por poetas praticamente inéditos no Brasil e descobri, com imenso prazer, que eles também são grandes. São eles: Ewa Lipska e Ryszard Krynicki. Logo de saída, um poema bem filosófico de Ewa Lipska:



## Przesłanie

*Tak pisać aby nędzarz  
myślał, że pieniędze*

*A ci co umierają  
że to urodziny*

## Mensagem

*Escrever de tal modo que o pedinte  
pense que é dinheiro*

*E os que partem desta vida  
que é aniversário*

Neste breve poema Ewa Lipska nós propõe um resumo da missão de um poeta. Um manifesto poético. A nós, poetas ou tradutores, cabe oferecer ao nosso semelhante uma palavra que seja tão bela, tão eficaz que possa suprir as suas carências mais profundas. Será, então, satisfeita a fome de pão do mendigo e a fome de vida do agonizante. É impossível não se entusiasmar com a força poética desse verso!

Essa concisão, essa economia de palavras, mas com grande poder de expressão, encontrei, anteriormente, em duas frases, uma de Shakespeare e a outra de Hemingway:

*All the world's a stage  
And all the men and women merely players*

*As you like it*

Sem a palavra “All” na primeira linha e sem a palavra “merely” na segunda, seria preservado o sentido, mas teria se perdido a sua expressão poética. Do jeito que está no original essa frase se torna verdadeiramente poética e o sentido filosófico ainda mais profundo. Sobretudo, com a ênfase no “merely”! Que diferença faz o advérbio “meramente”!

A frase de Hemingway, tirada de *O velho e o mar*, encerra toda uma filosofia de vida e a sua força poética provém do fato de tratar-se de um diálogo entre o personagem principal – o Velho – e um... peixe:

*Let him think I am more man than I am and I will be so.*

O insólito é, pois, um ingrediente frequente em poesia. Isso parece se encaixar bem nesse poema de Ewa Lipska:

*Não fui salva pela inundação  
 mesmo já estando submersa.  
 Não fui salva pelas chamas  
 embora há anos me consumissem.  
 Não fui salva por catástrofes  
 mesmo com carros e trens me esmagando.  
 Tampouco por aviões  
 que comigo explodiam no ar.  
 Desabavam sobre mim  
 muros de cidades imensas.  
 Não fui salva por cogumelos venenosos  
 e nem mesmo pelos tiros certos  
 de pelotões de fuzilamento.  
 Não fui salva pelo fim do mundo  
 pois para isso ele não tinha mais tempo.  
 Nada me salvou.  
 Estou viva.*

Em Ewa Lipska podemos, quem sabe, notar aquele senso de humor que é tão presente na poesia de Wisława Szymborska.

É possível, por outro lado, que o meu encantamento com esses poetas poloneses contemporâneos se deva ao fato de encontrar em seus versos algo que nos leva à reflexão. Ou a uma nova maneira de encarar o mundo, à palavra que vai além do seu significado aparente.

Ryszard Krynicki lida com esse tema:

### Acredito

*Para Anna e Stanisław Barańczak*

*Vou ser sincero: às vezes acredito  
 que existe um outro mundo, acredito em aparições,  
 em vampiros, que sugam cérebros, que sugam sangue  
 aliás, talvez mais do que acreditar tenha medo  
 (o que dá no mesmo hoje em dia: ter medo — ter fé).  
 Então procuro não sentar de costas para as portas,  
 elas têm vida própria, digo mais:*

*me tornei supersticioso, já não falo em voz alta sobre meus sonhos,  
das minbas esperanças, para não espantá-las evito  
dizer palavras que podem se vingar,  
risco-as de poemas antigos (aliás,  
não apenas eu), mas é preciso dizer também  
que às vezes relaxo, abandono toda cautela,  
bebo vodka, amo mulher, viajo, penso  
telepaticamente, viro as costas  
para as portas — que têm vida própria  
e, mais cedo ou mais tarde, acabam se abrindo,  
e, mais cedo ou mais tarde, há de me tocar  
essa mão gélida, ou, quem sabe, ela apenas me dará um sinal,  
ou, então, sem avisar, apertará o meu coração,  
sinceramente: não acredito que essa seja a mão  
de Ossip Mandelstam ou Georg Trakl,  
ou de nenhum outro poeta, o qual, não importa quão humana  
ou desumana tenha sido a sua morte,*

*continua nos falando com palavras vivas*

No ensino de línguas estrangeiras se fala da diferença entre “Teach the language” e “Teach about the language”. Em vez de considerações teóricas, prefere-se a prática. Por isso me permiti apresentar-lhes os poemas acima citados em vez de tão somente discorrer sobre eles. Eu diria que, além de ler e de ouvir poesia, existe também a chance de apalpá-la. Tive essa experiência ao copiar à mão os Sonetos de Shakespeare. De repente, eles assumiram para mim uma nova dimensão, tornaram-se tridimensionais. É algo que recomendo. Além do visual e do sonoro, acrescenta-se o elemento sensorial.

Agora, parece-me, cabe uma pequena digressão. As relações entre dois países podem ser variadas. Econômicas, políticas, mas também poéticas. Quando a Polônia deixou de existir no mapa-múndi como país soberano, embora já tenha sido no passado um país forte e respeitado, levantaram-se várias vozes ao redor do mundo pleiteando o seu ressurgimento. Entre essas vozes e, de um modo especial, a de Rui Barbosa. O seu discurso na

Conferência Internacional de Haia, em 1907, foi fundamental nesse sentido. Eis suas palavras: “os poloneses são um povo que conquistou as simpatias do mundo pelas injustiças políticas que, há mais de um século, os governos autocratas da Rússia, da Alemanha e da Áustria fazem cair sobre a sua cabeça.” E Machado de Assis dedicou a ela o poema “Polônia”, com essas palavras impressionantes: “Não ama a liberdade quem não chora dores tuas.”

Evidentemente, as relações políticas e comerciais são altamente benéficas entre os muitos países do mundo. Mas para que isso se torne possível, há necessidade de que haja neles um governo autônomo, independente. As relações comerciais atendem primordialmente aos interesses materiais dos países envolvidos. Ocorre que o apelo de Rui Barbosa foi mais poético do que comercial. Não havia interesse material imediato em seu apelo. Foi antes um gesto de solidariedade de uma alma nobre e romântica a uma nação oprimida pelo invasor, que sonhava recuperar a sua independência. Um eco do “Vive la Pologne!”, pronunciado em Paris pelo Imperador Dom Pedro I, ao saber da insurreição na Polônia em 1830. O raciocínio que eu procuro desenvolver é o seguinte: não me parece de todo impossível que em muitas realidades, que venham a se concretizar, o ponto de partida seja um ideal poético. E que é justamente a poesia – e não tratados comerciais e políticos – que mais verdadeiramente e mais profundamente aproxima as nações. Mas este é, sem dúvida, o ponto de vista apaixonado e “interesseiro” de um tradutor que acredita que seja desejável o namoro poético entre o Brasil e a Polônia. Que é na poesia – que está acima de interesses materiais – que suas almas estão mais unidas, mais próximas.

Os poemas do papa polonês Karol Wojtyła, que também tive o privilégio de tentar traduzir, suscitaram os seguintes comentários de Giovanni Reale:

*“...Uma das questões que se põem ao falarmos da obra poética de João Paulo II é se há, ou não, a possibilidade de haver uma conexão entre a filosofia e a poesia.*

*Paul Valéry, por exemplo, sustentava que poesia e filosofia não se podem fundir e que são incompatíveis entre si, já que a filosofia cria noções, enquanto o poeta exprime estados de ânimo.*

*O grande poeta e pensador T.S. Eliot, retomando estas afirmações de Valéry e confrontando-as com a poesia de Dante, refuta-as de modo perfeito. E o que ele disse relativamente*

*à poesia de Dante vale também para a poesia de Wojtyła. ‘O poeta pode tratar os conceitos filosóficos, não como matéria de discussão, mas como matéria de visão.’ E ainda: ‘A poesia de Dante é uma imaginação visível.’”*

Resumindo: o filósofo enquanto criador de conceitos é um “pensador”; o poeta enquanto criador de imagens é um “visionário”; o poeta pode “ver” e exprimir por “imagens” aquilo que o filósofo e teólogo exprimem por “conceitos”.

Esse “ver”, penso eu, sugere a apreensão de uma totalidade, uma visão mística, que nos atordoa e ilumina ao mesmo tempo. A grande mística Santa Teresa D’Ávila nos brinda com um exemplo disso:

*Nada te turbe  
Nada te espante  
Tudo passa  
Deus não muda  
A paciência tudo alcança  
Quem a Deus tem nada lhe falta  
Só Deus basta*

O tudo diante do nada. A visão do que não muda diante do que passa. Vejamos agora alguns fragmentos da poesia do místico eslavo:

*Porque desejo abrir espaço  
para as Tuas mãos estendidas,  
porque quero aproximar a eternidade  
para que receba o Teu sopro*

*O Amor tudo esclareceu,  
o Amor tudo solucionou  
por isso glorifico o Amor,  
onde estiver*

*In “Canto sobre o Deus Oculto”*

E do mesmo poema:

*O Senhor, ao brotar no coração, é como uma flor,  
sedenta do calor do sol.  
Venha, pois, oh luz da profundidade do dia incompreensível  
e apoie-se na minha margem*

*Arda não demasiadamente próximo do céu  
e tampouco longe demais.  
guarda, coração, esse olhar,  
na qual a eternidade te espera.*

Não é nada incomum conhecermos papas filósofos ou teólogos, mas é mais raro eles serem poetas também, por isso pareceu-me oportuno dedicar algumas palavras ao papa poeta Karol Wojtyła. De certo modo, ele, que tinha dito “se Deus é brasileiro, o papa é carioca!”, continua sendo bastante contemporâneo e presente entre nós.

Espero continuar aprendendo com esse time de craques como Henryk Siewierski, Regina Przybycien, Piotr Kilanowski, Aleksandra Pluta e outros para quem sabe, futuramente, contribuir com o meu tijolinho na publicação bilíngue de poetas brasileiros e poloneses.

Gostaria de terminar esse nosso encontro com poetas poloneses contemporâneos com dois poemas de Ryszard Krynicki, o qual, nesse mundo conturbado, nos fala do poder transformador da poesia:

### Poesia

*A poesia costuma ser — se antes é  
como o sangue transfusional e o transplante do coração  
de cujos doadores, embora mortos faz tempo  
em acidentes súbitos — é o seu sangue  
que vive e a corrente sanguínea de outrem  
transforma em parentesco  
e de outros aviva os lábios*

E:

*O que é a poesia se não salva  
nem nações nem pessoas  
tampouco nações e pessoas de si mesmas*

*mas apenas o que pessoas  
e nações tão facilmente conseguem aniquilar?*

*Que mais pode ser se não o aflito  
bater de um coração mortal  
mais forte do que o terror diante da  
indigência e da morte*

*voz da consciência?*

*O que é a poesia que não salva nações nem pessoas?*

E, agora, finalizando mesmo:

*How many roads must a man walk down  
before you call him a man?*

*The answer, my friend, is blowin' in the wind  
the answer is blowin' in the wind*





# Metáfora e melancolia

ROGÉRIO AMORIM

Certamente, os desassossegos e as expectativas que dominaram o cenário intelectual do século XX não deixaram de nos frequentar. No início do século havia certo entusiasmo pela possibilidade de se instituir novas formas de arte a partir das experiências de vanguarda. As inquietações com os eventos subsequentes, por outro lado, viriam a se multiplicar. Gerou-se um momento de tensão, uma crise da cultura e uma cultura da crise. Eduardo Subirats em seu livro *Da vanguarda ao pós-moderno* (1986, p. 20) aponta que

*“o vazio simbólico e vital, a angústia e o niilismo gerados pela civilização técnico-científica lá onde sua ordem racional e instrumental se impôs com maior consistência, colocam — tanto para a arte e arquitetura, como para a reflexão estética e filosófica — exigências novas que sob os paradigmas políticos, estéticos e morais das vanguardas históricas não são solúveis.”*

É no espaço de nossa solidão que lutamos com nossos pensamentos, a ocasião perfeita para a poesia. Hegel chega a dizer que “a filosofia é algo solitário” (ARENDDT, 2000, p. 77). E essas “atividades mentais, invisíveis e ocupadas com o invisível, tornam-se manifestas somente através da palavra”, porque é o “nosso espírito que exige o discurso” (ARENDDT, 2000, p. 76). Nesse sentido, a partir de Aristóteles, Hannah Arendt levanta a questão da prioridade, ao dizer que o filósofo grego

Doutorando em Teoria Literária (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem mestrado também em Teoria Literária pela mesma Universidade, com dissertação sobre a poeta brasileira Orides Fontela. Atualmente, é professor de Literatura.

“*não decide se o pensamento é a origem da fala, tomado o discurso como mero instrumento de comunicação de nossos pensamentos; ou se o pensamento é uma consequência do fato de que o homem é um animal falante (ARENDETT, 2000, p. 77).*”

Aqui estamos falando da linguagem enquanto comunicação entre os homens, pois estes têm a necessidade de comunicar seus pensamentos. Saussure chega a dizer que “a linguagem humana é pensamento-som”, conforme nos lembra Bosi. Embora, é claro, os pensamentos para acontecerem não precisam ser comunicados, mas não podem “ocorrer sem ser falados – silenciosa ou sonoramente, em um diálogo” (BOSI, 2004, p. 48). Não nos é interessante agora aprofundar a discussão que Bosi quer direcionar com seu texto – “O som no signo” – sobre o signo como fenômeno histórico e social, apesar de ter sido pertinente lembrar Saussure não apenas na frase acima, mas também num outro momento no mesmo texto quando o crítico paulista destaca que, dentro da perspectiva teórica de Saussure, “nada há de verbal aquém da síntese pensamento-som, nem além dela. *O som em si e o pensamento em si transcendem a língua.*” (Ibidem, p. 49. Grifo nosso)

Já dissemos que a linguagem é o único meio pelo qual podemos manifestar nossas atividades espirituais, não apenas para o mundo exterior, mas para o próprio “eu espiritual” e, ainda assim, ela não é tão eficiente para explicitar a atividade do pensamento quanto a visão é para cumprir a tarefa de ver, por exemplo. Porque não há língua que tenha em seu glossário palavras para as necessidades da atividade espiritual, “todas tomam seu vocabulário de empréstimo às palavras originalmente concebidas para corresponder ou a experiências dos sentidos, ou a outras experiências da vida comum”. O empréstimo não ocorre arbitrariamente. Lembra Arendt (2000, p. 79) que “toda linguagem filosófica, e a maior parte da linguagem poética, é metafórica”. Com a ressalva de não se entender o sentido de metáfora aqui a partir do sentido do dicionário, da simples figura de linguagem “na qual um nome ou um termo descritivo é transferido para um objeto diferente de, mas análogo àquele ao qual é adequadamente aplicável”, mas sim a que “*marca relações de coisas anteriormente não apreendidas, perpetuando sua apreensão*” (SHELLEY, *A Defense of Poetry* apud ARENDETT, Hannah. *A vida*

do espírito. p. 79). Ou seja, segundo Aristóteles,<sup>1</sup> toda metáfora descobre “uma percepção intuitiva de similaridades em dessemelhantes”, sendo uma similaridade de relações, como uma espécie de analogia, segundo Arendt. E essa fala por analogia, para Kant, é a única maneira pela qual o pensamento pode se manifestar.

A citação é longa, mas vale a pena lermos integralmente Hannah Arendt:

*“A metáfora fornece ao pensamento ‘abstrato’ e sem imagens uma intuição colhida do mundo das aparências, cuja função é a de ‘estabelecer a realidade de nossos conceitos’, como que desfazendo a retirada do mundo, pré-condição para as atividades do espírito. Isso é relativamente fácil desde que nosso pensamento simplesmente responda aos apelos de nossa necessidade de conhecer e compreender o que é dado no mundo de aparências, isto é, desde que permaneçamos dentro das limitações do raciocínio do senso comum; o que precisamos para o pensamento do senso comum é de exemplos que ilustrem nossos conceitos; tais exemplos são adequados porque nossos conceitos são extraídos das aparências — são meras abstrações. É completamente diferente quando a necessidade da razão transcende os limites de um dado mundo e nos leva ao mar incerto da especulação, em que ‘não pode ser dada nenhuma intuição adequada a [ideias da razão].’” (ARENDRT, 2000, p. 80)*

E aqui entra a metáfora, pois é ela que realizaria a transição de um estado existencial para outro, aquele do ser uma aparência entre aparências e que só poderia ser feito, segundo Arendt, através de analogias. Já Kant diz que as percepções da metafísica são “alcançadas por analogia, não no sentido habitual de semelhança imperfeita entre duas coisas, mas de uma semelhança perfeita entre duas relações entre coisas completamente diferentes.” E Hannah Arendt (2000, p. 80) complementa dizendo que “na linguagem muitas vezes menos precisa da *Crítica do juízo*, Kant chama também de simbólicas essas ‘representações de acordo com uma simples analogia’”.

A metáfora funciona como elemento de ligação no abismo que separa as atividades espirituais interiores e invisíveis e o mundo das aparências. Ela é em sua origem poética, e não filosófica. E é, para a filósofa

<sup>1</sup> Aristóteles, *Poética*.

alemã, “o maior dom que a linguagem poderia conceder ao pensamento e, conseqüentemente, à filosofia”, porque ela proporciona ao espírito a volta ao mundo sensível, com o objetivo de iluminar suas experiências não sensíveis, “e para as quais não há palavras em qualquer língua” (*Ibidem*, p. 80). Não por acaso os poetas são aqueles mais afinados com a metáfora. E a filosofia

*“foi à escola de Homero para imitar-lhe o exemplo [do uso da metáfora]. E a tendência para admitir isto é ainda mais reforçada pelas [...] mais famosas e influentes parábolas do pensamento: a viagem de Parmênides aos portões do dia e da noite e a parábola da caverna de Platão, sendo que a primeira é um poema e a segunda é essencialmente poética, impregnada pela linguagem homérica. Isso no mínimo sugere que Heidegger estava certo quando chamou a poesia e o pensamento de vizinhos próximos.”* (*Ibidem*, p. 83).

Embora Hannah Arendt manifeste a afinidade entre poesia e pensamento e que a metáfora aí cumpriria o seu papel, ela ainda chama atenção para a maneira pela qual a metáfora seria usada pela razão especulativa [pensamento] no campo do raciocínio científico, fornecendo evidências plausíveis para teorias que são hipóteses a serem provadas ou não. Nesse sentido, diz Hannah Arendt que “seria tentador acreditar que o pensamento metafórico é um perigo somente quando é utilizado pelas pseudociências; e que o pensamento filosófico, se não tem pretensão à verdade demonstrável, está a salvo na utilização de metáforas apropriadas” (*Ibidem*, p. 88). Talvez por isso o uso da metáfora dentro da filosofia venha diminuindo desde Bergson. A ênfase e o interesse “passaram inteiramente da contemplação para a fala” e, com essa mudança, o critério para a verdade “passou do acordo entre o conhecimento e seu objeto [...] à simples forma do pensamento”. Arendt ainda complementa dizendo que “para Heidegger e para Walter Benjamin, a velha metáfora da visão não chegou a desaparecer de todo, mas, por assim dizer, encolheu: em Benjamin, a verdade ‘passa despercebida’ (*buscht vorüber*); em Heidegger, o momento de iluminação é concebido como ‘relâmpago’ (*Blitz*), e é finalmente substituído por uma metáfora inteiramente diferente, *das Geläut der Stille*, ‘o som ressonante do silêncio.’” (ARENDDT, 2000, p. 93)

A dificuldade principal parece recair sobre o próprio pensamento, pois sua linguagem é metafórica e sua estrutura conceitual depende inteiramente do “dom da metáfora”, que estabelece “uma ponte no abismo entre o visível e o invisível, o mundo das aparências e o ego pensante”, não existindo, portanto,

*“uma metáfora capaz de iluminar de forma razoável essa atividade especial do espírito, na qual algo invisível dentro de nós lida com os invisíveis do mundo. Todas as metáforas extraídas dos sentidos irão desembocar em dificuldades, pela simples razão de que todos os nossos sentidos são essencialmente cognitivos; portanto, concebidas como atividades, essas metáforas têm uma finalidade exterior; elas não são um fim em si mesmas, mas instrumentos que nos possibilitam conhecer e lidar com o mundo.”* (ARENDDT, 2000, p. 94)

É importante atentarmos que o pensamento situa-se fora de ordem porque a busca de significado não produz qualquer resultado final que sobreviva à própria atividade do pensar, sobretudo uma que faça sentido depois que essa atividade tenha chegado ao fim. Salienta Arendt (2000, p. 94. Grifo dela.) que “a única metáfora que se pode conceber para a vida do espírito é a sensação de estar vivo. Sem o sopro de vida, o corpo humano é um cadáver; sem pensamento, o espírito humano está morto.”

Por fim, Hannah Arendt nos convoca a considerar que se o pensar fosse um empreendimento cognitivo, ele teria que seguir um movimento retilíneo que “partisse da busca de seu objeto e terminasse com sua cognição”. Mais do que um mover-se de maneira retilínea – aqui pensamos em um mover-se orientado em uma linha reta –, esse movimento nos parece uma metáfora cujo caminho se pretende em evolução, orientado para uma direção única. Ao contrário. Estamos em consonância com a observação feita pela própria Arendt (2000, p. 98) que lembra que o

*“movimento circular aristotélico, tomado em conjunto com a metáfora da vida, sugere uma busca de significado que, para o homem, enquanto ser pensante, acompanha a vida e termina somente com a morte. O movimento circular é uma metáfora retirada do processo vital, o qual, embora indo do nascimento à morte, também gira em círculos enquanto o homem vive.”*

Imediatamente outra questão nos ocorre, como desdobramento vital, que é o *porquê* de o



homem pensar, quase que como fadado a esse gesto. A Literatura certamente não se coloca como resposta, mas o *por quê*. Falamos da Literatura não porque nela esteja alguma resposta, mas sim por ser ela o motor imóvel que a tudo movimenta. A grande metáfora. A metáfora das metáforas.



Em certa medida, é inevitável lembrar Ernst Bloch e sua nostalgia que reside também no Tempo: passado e presente, e sempre com saudades do futuro. Do ainda-não. “O Tempo”, lembrou certa vez Leonardo Boff, citando Martín Fierro, “é a tardança daquilo que se espera”. E ele continua dizendo que essa formulação “mostra o processo de realização do tempo, vindo do futuro em direção ao presente” (BOFF, 2000, p. 19). Curioso pensar que o “paradoxo central” da obra máxima de Bloch (Rouanet [2003, p. 156] diz que *O princípio esperança* é um colossal afresco da história) – como nos aponta Michel Löwy (2012, p. 161) é que

*esse texto poderoso, totalmente voltado para o horizonte do porvir, para o Front, para o Novum, para o Não-ser-ainda, não diz quase nada sobre o... futuro. Praticamente ele jamais tenta imaginar, prever ou prefigurar a próxima fisionomia da sociedade humana – salvo nos termos clássicos da perspectiva marxista: uma sociedade sem classes. [...]* O livro é uma imensa e fascinante viagem através do passado, em busca das imagens do desejo e das paisagens da esperança.

Esse texto poderoso, “fabulante” e “expressionista”, deságua como uma torrente de palavras sem a preocupação se elas esclareçam ou não conceitos, nem se esses conceitos encontrem uma morada nas palavras (ADORNO apud MACHADO, 2013, p. 45). Um protesto contra a reificação do mundo (*Ibidem*, p. 71). O próprio Bloch diz: “é bom também pensar fabulando”.

O sonho diurno, o sonho desperto – que vai de encontro ao sonho noturno de Freud, de caráter eminentemente regressivo – atravessa todo *O princípio esperança*. Ele tenta dar uma resposta à questão inconstruível

de nós mesmos (*Ibidem*, p. 246). O sonho desperto, “aberto para o mundo”, tem livre curso, posto que não é opressivo. Algumas “antecipações e intensificações”, diz Bloch, “referentes aos homens – utopias sociais e de beleza, até de transfiguração – estão ambientadas apenas no sonho diurno”.

A tentativa de constituição de uma nova filosofia da práxis reside nessa consciência antecipadora, voltada para o ainda-não-existente. Para Bloch, toda forma de pensamento que não considera a dimensão do futuro utópico está condenada à opacidade. Todas as filosofias do passado, inclusive as mais dialéticas, “foram incapazes de apreender o real, pois se valiam de uma consciência retrospectiva, voltada para a Origem” (ROUANET, 2003, p. 155). Para Bloch, o pensamento que se quer de fato dialético está fatalmente ligado ao desejo, à esperança, ao sonho para frente.

É verdade que o capitalismo ceifou quase que completamente (senão totalmente) a dimensão da transcendência, lembra Adorno. Embora o homem tenha sua existência condenada a abrir caminhos, também está condenado ao mal-estar. Enfim, sempre no desequilíbrio, que até, em certa medida, podemos considerar como criador. Nesse sentido, aponta Rouanet, a utopia é impossível; mas o homem está “condenado à liberdade, ao incessante caminhar em direção ao ponto de fuga em que se anulam todos os determinismos – e, nesse sentido, a utopia é necessária” (ROUANET, 2003, p. 156).

Marcuse se afina com Adorno na medida em que também para ele a sociedade atual deságua no fim da transcendência. No entanto, consideram a questão da utopia de forma diferente, apesar de ambos partirem de categorias freudianas. Enquanto Adorno utiliza as ideias de Freud para pensar a utopia pelo viés da negatividade, Marcuse recorre às categorias do pai da psicanálise, partindo da metapsicologia, para pensar a utopia positivamente. Rouanet ressalta que “associar a psicanálise à utopia é quase uma contradição em termos. Freud se via e queria ser visto como um realista que tendia mais para o ceticismo do que para o utopismo” (ROUANET, 2003, p. 155). Lembramos que, para Freud, os instintos primários do Amor e da Morte regem a atividade psíquica do homem. A energia libidínica, que está sempre sob os auspícios do

princípio do prazer, é sublimada devido à repressão de Eros, de maneira que o princípio do prazer é neutralizado pelo princípio de realidade. Ao mesmo tempo, a pulsão de morte, que até poderia se fortalecer com a repressão de Eros, é canalizada para fins socialmente úteis (cf. ROUANET, 1968, pp. 80-109). A contribuição original de Freud na tentativa de demonstrar a gênese do modo de pensamento pela fantasia e sua ligação com o princípio de prazer.

Considerando isso, podemos dizer que Bloch acerta ao dar destaque à fantasia como força motriz da utopia. Não há, explícita Rouanet, diferença de natureza entre fantasia e sonho, pois não há dois inconscientes:

*“o inconsciente, tanto o que se manifesta no sonho como na fantasia, move-se sempre entre três tempos, o passado, que fornece os materiais, o presente, de onde partem os impulsos para corrigir a realidade, e o futuro, para onde aponto o desejo (ROUANET, 1968, p. 80).”*

Terminamos com Marcuse. Talvez porque ele seja um dos que melhor rompeu com a sina do filósofo como visitante *post foestum*, daquele que espera que outros transformem o mundo para depois interpretá-lo (*Ibidem*, p. 80). Não por acaso foi ameaçado de morte pela Ku-Klux-Klan. Diz Marcuse que, no final da *Crítica da razão pura*, Kant levanta três questões principais para a razão humana em relação ao mundo: “Que posso conhecer?”, “Que devo fazer?”, “Que me é permitido esperar?”. A resposta de Hegel a essas três perguntas é a de que o conhecimento do homem, sua atividade e esperança devem dirigir-se necessariamente à criação de uma sociedade racional. Sabemos que muito se discutiu a validade desses termos, inclusive Bloch e Lukács. O fato é que estamos em tempos difíceis, e que a clareza do pensamento urge, como urge também o vigor do engajamento e o sonhar para frente.

## Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. Trad. Nélio Schneider e Werner Fuchs. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2005.

- BOFF, Leonardo. *Tempo de transcendência: o ser humano como um projeto infinito*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- BORGES, Jorge. L. “O enigma da poesia”. In: *Esse ofício de verso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Obras completas de Jorge Luís Borges, volume 1*. São Paulo: Globo: 1998, p. 387.
- LÖWY, Michel. *Judeus heterodoxos: messianismo, romantismo, utopia*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. “Ernst Bloch e ‘o sonho de uma coisa’”. In: ALMEIDA, Jorge de. e BADER, Wolfgang (Org.). *O pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil, volume 1*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- MARCUSE, Herbert. “Fantasia e utopia”. In: \_\_\_\_\_. *Eros e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- ROUANET, Sergio Paulo. “Utopia e psicanálise”. In: \_\_\_\_\_. *Interrogações*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- \_\_\_\_\_. “De Eros a Sisifo”. In: REVISTA TEMPO BRASILEIRO. *A crise do pensamento moderno 1*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.





# *Signos artísticos em movimento,* livro de Baptista, D'Ambrosio e Roggero

MÔNICA DE ÁVILA TODARO

O que acontece quando intelectuais de primeira ordem se reúnem para escrever um livro? Como parar de ler uma obra que nos coloca em movimento? Por que ensaios enquanto formas de escrita nos afetam tanto e nos fazem refletir acerca de nossa caminhada acadêmica? As questões aqui expostas são fruto da leitura do livro *Signos artísticos em movimento*.

A obra foi editada pela BT Acadêmica em maio de 2017 e organizada por: Ana Maria Haddad Baptista, mestra e doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP, pós-doutora pela Universidade de Lisboa e PUC/SP, pesquisadora e professora dos programas de educação *stricto sensu* e do curso de Letras da Universidade Nove de Julho; Rosemary Roggero, doutora em Educação, História, Política e Sociedade pela PUC-SP; e Ubiratan D'Ambrosio, doutor em Matemática pela USP e professor emérito da UNICAMP.

O livro aguça a curiosidade do leitor quando indica no título uma possível “coreografia” executada por escritores que usam as palavras dando um movimento tal, que o processo de significação acontece entre pares significantes/significados numa “dança” infinita.

Bailarina, atriz e coreógrafa. Formou-se em Pedagogia, fez mestrado em Gerontologia e doutorado em Educação na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Nos quatorze capítulos/movimentos, autores/pesquisadores oriundos de diferentes instituições nos brindam com belos textos nos quais desnudam temas ligados à Literatura, Artes Visuais, Música e Cinema, alguns dos mais diversos signos artísticos constituídos por uma mútua correlação entre elementos de um plano de expressão e de conteúdo, tal qual nos ensinou Humberto Eco.

O referencial teórico colocado em diálogo ao longo da obra revela a seleção cuidadosa de intelectuais como Octavio Paz, Jorge Luis Borges, Roland Barthes, Jean Paul Sartre, Paul Ricouer, Gilles Deleuze, Umberto Eco, Martin Heidegger entre outros não menos brilhantes.

No primeiro capítulo o autor aproxima de forma inusitada a matemática da poesia, proporcionando aos leitores a oportunidade de compreender que tudo é linguagem e que a imaginação e a intuição ocupam um lugar importante na “poética da matemática”.

O segundo capítulo traz o alerta de Lucia Santaella quanto ao fato de que “a arte é feita de signos de múltiplas propostas, espécies e qualidades”. Ao longo de seu esclarecedor texto, a autora percorre um caminho em direção a um sensível olhar pensante.

Olgária Matos, no terceiro capítulo, critica a universidade contemporânea, que se submete à produtividade e ao utilitarismo típicos de um “capitalismo mundializado”. A leitura do referido texto nos desperta para a necessidade de uma formação como processo de humanização, algo a ser alcançado, por exemplo, por meio da “literatura como formadora do espírito”.

Ao longo do quarto capítulo, Ana Haddad nos convida a sermos livres e abandonarmos a linha reta do pensamento acadêmico destruidor da imaginação criativa. A autora cutuca os (neo)narcisistas, propondo um pacto entre leitor e autora, o que para bom leitor/entendedor basta.

No quinto capítulo, o poeta Luiz Serguilha apresenta uma “excriptura” que em nada nos remete ao academicismo das escritas repetitivas e repetidoras dos artigos que se dizem científicos.

O sexto capítulo coloca frente a frente a música e a historicidade. Sonia Regina Albano de Lima faz isso como quem compõe uma sinfonia, isto é, uma reunião harmônica de vozes da chamada cultura popular.

A indagação inicial do sétimo capítulo, “O que pode ainda a literatura?” nos provoca a pensar na arte da escrita como produto do desejo de narrar, como uma expressão humana. Numa sociedade dominada por aparatos tecnológicos, como a atual, a força da literatura é revelada por Diana Navas não por sua possível utilidade, mas sim como potente leitura de mundo para além de sua simples aparência.

No oitavo capítulo, Maria Estela Guedes traz a poesia da portuguesa Maria Azenha como um veículo a transportar-nos para além-mar. A autora atinge-nos direto no coração quando coloca as palavras da poeta: “com palavras bravas e escandalosas, ela disse que sim, que vinha para ficar. Andava à procura do filho que perdera há mais de dois mil anos.”

D'Ambrosio, no nono capítulo, foca a neurociência cognitiva enquanto ciência emergente e a interpreta a partir de uma forte presença de signos, numa perspectiva cultural. O autor propõe uma nova educação, contrária à rigidez das disciplinas, e o faz com originalidade suficiente para que nós, leitores, sejamos estimulados a refletir sobre o tema.

O décimo capítulo coloca as noções de corporeidade e identidade frente a frente, por meio do estudo da novela *Frankenstein*, de Mary Shelley. Manuel Tavares faz, primeiramente, o que ele chama de enquadramento histórico, científico e literário para justificar a atualidade da obra. Em seguida, traz o sentido humano da criação de monstros para demonstrar que a humanidade contém o seu contrário: a inumanidade.

Pouco estudada no Brasil, a estética *art nouveau* é objeto de estudo de Mauricio Silva, no décimo primeiro capítulo. Ao longo do texto, o autor analisa alguns aspectos de revistas e livros produzidos no Brasil entre 1880 e 1920. O destaque dado ao antiacademicismo e ao combate à superficialidade e ao conservadorismo de tal manifestação/expressão artística, é o que nos move a pensar na importância de recorrer ao passado para compreender mais e melhor o presente.

No décimo segundo capítulo, a organizadora Roggero nos convida a caminhar pela cidade, dela e nossa, pensando no efêmero e na tradição que a habitam. Refletir criticamente sobre a cidade em sua dimensão

formativa nos faz distinguir as contradições da cidade-negócio, da cidade-empresa que estão postas nas relações humanas, sociais e no movimento contemporâneo do capitalismo selvagem.

Marcia Fusaro nos leva de locomotiva ao cinema para juntos perseguirmos a estética de Kurosawa. Além disso, a autora nos permite encontrar com Van Gogh e Duchamp não apenas para tomar um café no vagão-restaurant, mas para acompanhar o movimento de um texto poético cujos signos são o jogo e o acaso. Da janela, vemos o mundo artístico.

No tratamento do tema “Signos artísticos”, colocado em movimento pelos organizadores Baptista, Roggero e D’Ambrosio, fica clara a peculiaridade do contexto de seu surgimento: as relações férteis entre intelectuais e acadêmicos criativos, críticos e nada convencionais.

A produção de ensaios é assumidamente desafiadora para os autores e para os leitores, e se destaca pela amplitude e riqueza dos textos. Respondendo às indagações iniciais, indico a leitura da obra porque reúne intelectuais de primeira ordem que nos colocam num movimento reflexivo tão aprazível que não nos faz querer parar; e nos remete a uma estética da audácia, na qual leitores podem se inspirar rumo a uma nova “escrita acadêmica insubordinada”.



# La Fontaine e Saint-Exupéry – moralistas, mas nem tanto

LEONARDO FRÓES

**C**riou-se na tradição literária uma categoria talvez já em desuso: a dos moralistas franceses. A ela pertenceram autores que antepuseram princípios éticos, ou regras para a adoção de bons costumes, à falta generalizada de escrúpulos que, em especial nos séculos XVII e XVIII, era uma prática comum e benquista para encobrir sob salamaleques e afagos os desmandos, truculências e arrogâncias que imperavam na corte dos Luíses.

O duque de La Rochefoucauld (1613-1680), Jean de La Bruyère (1645-1696), o marquês de Vauvenargues (1715-1747) e Nicolas de Chamfort (1740-1794) são os mais destacados desses moralistas franceses, estilisticamente unidos por um traço em comum: a forma áspera e concisa das máximas em que todos redigiram suas lições modelares. “Aprendendo a conhecer os males da Natureza, desprezamos a morte; aprendendo a conhecer os da sociedade, desprezamos a vida”, escreveu, por exemplo, o desabrido Chamfort, “um pessimista experimental”, segundo expressão de Claude Roy. Autor de teimosa independência, ele acabou se matando, tais os desgostos que teve de enfrentar, e nos legou também esta pérola, sempre atual: “Se os macacos tivessem o talento dos papagaios, deles certamente se fariam ministros”.

Originando na própria França e em diferentes países muitas obras análogas, além de um sem-fim de traduções periódicas,

Poeta e tradutor. Entre muitos outros livros, traduziu *Fábulas selecionadas*, de La Fontaine (São Paulo: Cosac Naify, 2013), e *O pequeno príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry (São Paulo: FTD, 2016).

o brilho dissonante dos moralistas de Paris repercutiu com longo vigor até meados do século XX, quando a influência antes universal da língua francesa começou a ser desbancada pelo inglês como meio dominante de expressão literária.

O corte lapidar das máximas tem geralmente um forte cunho satírico, que parte da observação dos comportamentos mundanos para ridicularizar os caprichos com que a pompa dos nobres se exibia. Certa incompletude de sentido também se nota por norma no texto das moralidades enxutas, como se a intenção fundamental dos autores, nesses casos, fosse apenas atingir o leitor com uma estocada ligeira, levando-o a refletir mais a fundo sobre as consequências do escrito, ou do raspão do golpe. Esse antigo e incipiente vislumbre de obra aberta pode ser ilustrado por uma simples passagem de La Bruyère: “O homem tem bem poucos recursos em si mesmo, já que é preciso uma desgraça ou uma mortificação para torná-lo mais humano, mais tratável, menos feroz, mais civilizado.”

No quarto século após o reino de Luís XIV, quando os primeiros moralistas fizeram muito sucesso, só um deles resiste ao ostracismo que atingiu os demais: o fabuloso fabulista Jean de La Fontaine (1621-1695). Até hoje seu nome é conhecido no mundo, sendo a parte mais saboreada de sua obra extensíssima, as fábulas educativas em versos, continuamente traduzida e reimpressa numa impressionante quantidade de línguas.

La Fontaine escreveu vários textos longos e de inclinação palavrosa, como *Os amores de Psiquê e Cupido*, no qual o entremesclar de prosa e versos forma uma tessitura tão preciosa quanto outras tantas oriundas da mesma época. Apesar disso, foi incisivo ao defender por escrito o valor das reflexões breves e inconclusas que dependem da participação do leitor para a construção real do sentido. Em seu “Discurso ao senhor duque de La Rochefoucauld”, poema de teorização literária que ele no entanto incluiu entre as fábulas, La Fontaine nos diz sobre a questão: “Mas as obras mais curtas são / Sempre as melhores. E, tendo eu nisso por guias / Todos os mestres da arte, acho que é bom deixar / Nos mais belos temas algo no que pensar.”

Se muitos outros escritores franceses do passado foram tidos também por moralistas, sobretudo em seu país, somente no começo do século XX surgiu de brusco um novo autor que se pode colocar junto de La Fontaine, pela repercussão mundial de suas respectivas obras, como um

mantenedor da tradição: Antoine de Saint-Exupéry (1900-1944). Esse caráter do criador de *O pequeno príncipe* foi aliás posto em relevo pelo que talvez tenha sido o primeiro dos vários livros depois escritos sobre ele: *Antoine de Saint-Exupéry, poeta, romancista, moralista*, de Daniel Anet. Publicado em 1946 pelas Éditions Corrêa, firma fundada e dirigida em Paris pelo brasileiro Roberto Alvim Corrêa, esse livro repete o moralista da capa em sucessivas passagens do miolo, prevendo em sua última página que a obra do autor e aviator “finalmente será associada à família dos moralistas”.

Uma busca na internet demonstra que a previsão de Anet se cumpriu. São inúmeros e multilíngues os *sites* hoje compostos por seleções de frases, ou máximas moralizantes, tiradas de *O pequeno príncipe* e também dos livros em que Saint-Ex, como o chamavam seus colegas de trabalho e como a ele continuam se referindo habitualmente na França, narrou a saga dos primórdios da aviação.

Homem inquieto como poucos, sempre a mudar de residência ou de bares e nunca se fixando de vez num de seus muitos amores, Saint-Ex causa a impressão, pelos relatos que dele nos fizeram, de que não tinha a paciência de monge que em geral se requer de um escritor. Editoras ou jornais que lhe encomendavam trabalhos viviam atormentados por sua enorme displicência em escrever dentro dos prazos previstos. Para o homenzarão que ele era, e só a custo se encaixava na carlinga dos primeiros aviõezinhos que pilotou, a mais absoluta liberdade parece ter sido indispensável. Compreende-se pois que ele a buscasse, por um lado, na intrepidez com que singrava entre as nuvens e, por outro, na ligeireza telegráfica do estilo que sedimentou no prazer de seus livros curtos e fortes.

“Não há senão um luxo verdadeiro, e este é o das relações humanas”. São frases assim, com típica e lacônica inflexão de aforismo, que foram extraídas da prosa de Saint-Exupéry para popularizá-lo cada vez mais pela internet. Tudo indica que seu próprio temperamento agitado, um ponto que diferentes biógrafos ressaltam com idêntica constância, o tenha arremessado àquela senda, a da brevidade em aberto, que La Fontaine aconselha em seu discurso a La Rochefoucauld. Tanto o mestre das fábulas quanto o ás da aviação são vezeiros em deixar para o leitor em seus temas “algo no que pensar”. O primeiro, ao narrar infortúnios da esperteza, quando dois malandros se apavoram com um urso que

planejavam matar e esfolar para vender-lhe a pele, resume os erros da ganância numa lição que virou lugar-comum: “Jamais se deve contar com o ovo que a galinha ainda há de pôr.”

Aproximados pelo espírito dos textos que escreveram, La Fontaine e Saint-Exupéry aproximam-se igualmente pelo teor das vidas que levaram. Ambos foram casados, mas nunca se privaram de manter namoros por fora. Nenhum dos dois seguia regras estritas, procedendo em vez disso como indisciplinados boêmios que se agarravam às oportunidades do dia, sempre em função das circunstâncias. Se enalteciam por escrito as virtudes, eram homens que não se controlavam quanto às fraquezas do sangue: passavam horas indolentes cortejando mulheres, gostavam de beber e apreciavam as noitadas alegres, com inclinações à jogatina. O livro *Os amores de Psiquê e Cupido*, de La Fontaine, traz no final um poema que passou a ser conhecido, embora não tivesse título, como “Hino à volúpia”. Dois versos desse poema, já muito comentados em relação às libertinagens do autor, bem poderiam se alargar de espectro para servir como divisa à dupla, sendo melhor citá-los, para manter o sabor, no original: *J'aime le jeu, l'amour, les livres, la musique, / La ville et la campagne, enfin tout...*

Biógrafos dos dois escritores aplicaram a um e a outro o mesmo adjetivo *étourdi*, que se traduz por desatento, desligado, estouvado ou imprudente (uma francesa radicada no Brasil propõe usar “sem noção”). É sobretudo na maneira de lidar com o dinheiro que se percebe a *étourderie* da qual talvez compartilhem. Gastando mais do que podiam, ambos foram forçados a recorrer muitas vezes a parentes e amigos, pedindo empréstimos vultosos para se livrar de enrascadas. La Fontaine nasceu rico, mas morreu pobre, e há fortes evidências de que foi em mesas de jogo que seu capital se esvaiu. Ele já era um cinquentão aclamado por seu talento satírico quando não teve alternativa, ao se ver sem teto em Paris, a não ser ir morar com uma amiga de posses, madame de La Sablière, divorciada e bem mais nova, em cuja casa viveu quase vinte anos.

Saint-Exupéry, por sua vez, gastou a rodo em carros de luxo, como “o Bugatti que dirigia como um louco”, segundo afirma seu biógrafo e grande admirador Patrick Poivre d'Arvor. Do mesmo modo dissipado, passando grande parte do tempo em restaurantes e bares, onde não raro se instalava para escrever seus trabalhos, torrava ganhos e empréstimos em refeições principescas com caviar e champanhe.

Outra semelhança curiosa se nota na evolução das carreiras desses moralistas excêntricos. Além das fábulas, graças às quais se imortalizou, La Fontaine escreveu também, sempre em versos, grande quantidade de contos eróticos, ou licenciosos, como então se dizia, que foram suas senhas de entrada para o sucesso que ele fez ainda em vida. Um pouco à moda dos *fabliaux* medievais dos séculos XII e XIII, e em geral baseados em temas provenientes de fontes anteriores, tal como ocorreu com as fábulas, esses contos se concentram em amores ilícitos, tendo freiras, padres, virgens ou pessoas casadas como personagens frequentes nos enredos concebidos para debochar das normas. No fim da vida, já pertencendo à Academia e reconciliado com a Igreja, La Fontaine repudiou esses contos. Seria no entanto de esperar que seus produtos malditos, afinal preteridos pela ingenuidade das fábulas, fossem os de maior influência para torná-lo lembrado no futuro. Lidos agora, os contos licenciosos ainda mantêm sua graça, mas é verdade que também soam ingênuos, se forem comparados às pornografias de hoje.

Do mesmo modo, os primeiros livros de Saint-Exupéry, como *Voo noturno* (1931) e *Terra dos homens* (1939), ambos premiados pouco depois do lançamento, deram-lhe os momentos de glória e os ganhos consideráveis que lhe permitiram viver em grande estilo. Toda a celebridade de que ele pôde auferir decorre dos livros sobre aviação. Só em 1942, quando estava morando em Nova York, para onde foi durante a guerra, após se consumir a ocupação da França pelos alemães, Saint-Exupéry recebeu de sua editora americana, a Reynal & Hitchcock, a proposta de escrever um livro para crianças. Assim nasceu *O pequeno príncipe*, publicado primeiramente em inglês, no início de 1943, e cujo avassalador sucesso o autor nem sequer acompanhou, já que morreu no ano seguinte.

O biógrafo Patrick Poivre d'Arvor nos garantia, no final de 2016, que esse não só era o livro francês mais lido em outros países, como também “o livro mais vendido no mundo”, circulando àquela altura “em mais de 150 línguas e dialetos”. Ao mesmo tempo, o interesse pelos títulos da saga da aviação vai decrescendo em ritmo vertiginoso, à medida que os aviõezinhos da Aéropostale, em face das aeronaves modernas, tornam-se itens tão lendários quanto as carroças de mulas ou as caravelas antigas.

La Fontaine e Saint-Exupéry aproximam-se enfim por este fato – o de serem supremamente consagrados e permanecerem ativos pelas

obras menos ambiciosas que escreveram. Excêntricos no comportamento, avessos a leis que são transitórias, indiferentes às convenções tão mutáveis, esses moralistas da arte têm feito o mundo sorrir, tal como o grande Molière, moralista do palco, para poder se entender. Não são conversas para boi dormir o que encontramos nas fábulas com animais falantes ou nas tiradas jocosas do Pequeno Príncipe. O que perdura e deve penetrar nas cabeças, nos dois casos, é a corrosão da sátira ostensiva contra as maneiras tortuosas como a sociedade se organiza e opera.

## Bibliografia

- ANET, Daniel. *Antoine de Saint-Exupéry, Poète, Romancier, Moraliste*. Paris: Corrêa, 1946.
- CHAMFORT. *Maximes et Pensées, Caractères et Anecdotes*, pref. Claude Roy: Paris: 10/18, 1963.
- DARMON, Jean-Charles. *Philosophies de La Fable, Poésie et pensée dans l'oeuvre de La Fontaine*. Paris: Hermann, 2011.
- DANDREY, Patrick. *La fabrique des Fables*. Paris: Klincksieck, 2010.
- DUCHÊNE, Roger. *Jean de La Fontaine*. Paris: Arthème Fayard, 1990.
- LA BRUYÈRE. *Les Caractères*, org. Antoine Adam, pref. Marcel Jouhandeau. Paris: Gallimard/Folio, 2005.
- LA FONTAINE. *Fables*, org. e introd. Jean-Pierre Collinet. Paris: Gallimard/Folio, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Les Amours de Psyché et de Cupidon*, org. e introd. Françoise Charpentier. Paris: GF Flammarion, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Comment l'esprit vient aux filles et autres contes libertins*, org. Jean-Pierre Collinet. Paris: Gallimard/Folio, 2008.
- POIVRE D'ARVOR, Patrick. *Saint-Exupéry, Le cartable aux souvenirs*. Paris: Michel Lafont: 2016.
- SCHIFF, Stacy. *Saint-Exupéry, A Biography*. Nova York: Henry Holt & Company, 2006.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *Terra dos homens*, trad. Rubem Braga. Rio: José Olympio, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Le Petit Prince*. Paris: Gallimard/Folio, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Vól de nuit*. Paris: Gallimard/Folio, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Piloto de guerra*, trad. e introd. Mônica Cristina Corrêa. São Paulo: Penguin/Cia. das Letras, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Correio sul*, trad. Pierre Santos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- Saint-Exupéry, Consuelo de. *Mémoires de la rose*. Paris: Plon: 2000.



# Nos rubros mares de Camões: a transfiguração do imaginário quinhentista em *Clio*, de Marco Lucchesi

ALVA MARTÍNEZ TEIXEIRO

*La mémoire ne filme pas,  
la mémoire photographie.*

MILAN KUNDERA

*Le fond d'un chef-d'oeuvre  
c'est avant tout l'insondable.*

ERIK ORSENNA

**N**ão é fácil delimitar a já dilatada obra do poeta nativo bilingue e de portentosa cultura que é Marco Lucchesi, tanto mais que a sua consistente escrita poética em italiano e português – tenho para mim que não suficientemente conhecida nestas *albeias* terras camonianas<sup>1</sup>,

<sup>1</sup> O dissertativo discurso que se segue reproduz, *ipsis verbis* e mantendo os índices de oralidade, a palestra ditada pela autora, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no passado 27 de outubro, dentro do “II Colóquio Internacional *Interlocuções Poéticas Brasil-Portugal*”. Colóquio que decorreu, entre os dias 24 e 27 de outubro de 2017, na referida faculdade, tendo sido organizado pelo Centro de Literatura Portuguesa, da Universidade de Coimbra, e o “Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa”, da Universidade de São Paulo.

Professora de Literatura e Cultura Brasileira da Universidade de Lisboa, seu labor investigador sobre as relações interartes e as escritas de Vicente Risco, Raduan Nassar, Hilda Hilst ou Lygia Fagundes Telles foi reconhecido com os prêmios “Ramón Piñeiro” (2007), “Extraordinário de Doutorado” (2010) ou “Itamaraty” (2014).

apesar de teimosamente reconhecida e repetidamente premiada —, alarga o seu espantoso estro criativo para o árabe, o romeno ou o russo, entre mais de vinte línguas — e respectivas enciclopédias culturais — em que tem ímpar competência.

É difícil, como disse Ettore Finazzi-Agrò em “Marco Lucchesi e la sua inquietudine”, “procurar apreender na variedade, na pluralidade das suas práticas, a singularidade e a especificidade de um autor que vive e se alimenta precisamente da heterogeneidade”. Contudo, podemos situar uma distinção particularizante tanto na (in)exatidão aurática das ciências matemáticas e astronômicas, das artes musicais e interpretativas ou das aproximativas especulações (quase) teológicas que o nosso autor cultiva e cultua, quanto na excelência das *performances* e realizações litúrgicas da sua *inventio*, num ingente e exuberante labor narrativo, tradutor, ensaístico e interventivo.

Trata-se de uma “nostalgia das origens” — Mircea Eliade, *dixit* —, em que o ser humano, que estava próximo de uma unidade originária da experiência do divino, nos conturbados tempos do agora — e, talvez, também do sempre — de que inevitavelmente se distanciou e distancia, motiva a lucchesiana “vertiginosa aventura da unidade” — título, aliás, de uma entrevista dada pelo autor a Floriano Martins (2009).

Se o autor dos *Hinos matemáticos* (2015) diz da poesia que é “a tentativa de dizer a chama através das cinzas” ou, por outras palavras, as feridas através das cicatrizes, aqui interessa-nos salientar em particular, como significativamente lembrou Aniello Angelo Avella — no texto “Marco Lucchesi: “la passione dell’infinito, o la nostalgia del più” —, a capacidade da sua poesia para “transformar os Naufrágios de tanta *História Trágico-Marítima* da tradição lusitana em cais nas águas quietas e calmas das Ilhas longínquas, distantes do Caos”. É por isso que, *semper interpretes sub aliena umbra latentes*, nos podemos perguntar, afirmando, se “será quiçais esta uma epifania em terras tropicais do *disio* dantesco”, pois o escritor carioca “ressemantiza estilemas, inventa ou transforma lugares e personagens, faz-se porta-voz do Novo e do Velho Mundo na contínua ‘deglutição’ de experiências, situações, tentativas de escritura de diversa tipologia, de vária proveniência, devoradas antropofagicamente e recriadas com singular maestria”.

Acho que foi o escritor e professor italiano Daniel del Giudice quem estabeleceu uma taxonomia dicotômica a respeito dos escritores: estes podiam ser como o melvilliano Ahab ou como o bíblico Jonas, segundo adotassem, respectivamente, uma perspectiva exterior ou interior à baleia, isto é, à matéria de que literariamente escrevem.

Ora bem, Marco Lucchesi, na verdade, pode ser percebido como a síntese unitária dessa categorização dilemática, pela sua ímpar obra e, em particular, pelo volume poético *Clio*, publicado há três anos e que gera as reflexões que se seguem.

Na sequência da pergunta, retórica e prefacial, de Alfredo Bosi que, deixando a resposta ao futuro, se perguntava se esta obra atingira “o ponto mais alto de sua carreira poética”, tenho para mim que, até hoje, é o seu verdadeiro *opus magnus* – e não é pouco que se diga perante uma humaníssima obra, impressionante e múltipla, de *ostinato rigore* criativo, singular beleza e lúcida (e lúdica) inteligência.

De facto, quem melhor captou o perfil incomum desse membro da Academia Brasileira de Letras, dessa figura literária e humanamente divergente a respeito do *mainstream* imperante, que estou a tentar apresentar, foi ele próprio, ao condensar reflexivamente a sua autobiografia no texto “Aquiles e a tartaruga”, publicado no *Jornal de Letras*:

*“Não sou guarda de museu e tampouco adicto do futuro: eu me reinvento, a dialogar com o ontem e o amanhã, preso no intangível agora, a cuja fonte acorrem sedentos meus lábios. [...] Se tirassem o mar de minha vida, não saberia realizar a história a que pertença. O sal começou a queimar os meus lábios desde jovem. Tenho a pressão controlada. Amo Camões pelo vigor sensual de suas oitavas, nas quais não faltam aromas e uma farta salinidade. Por isso, bebo com cuidado o licor da Ilha dos Amores, com o iodo de sua alta poesia. Tudo que sei veio dos livros e do mar: potências inacabadas, ondas e páginas. O mar e a biblioteca constituem uma superfície viva, feroz e incerta, cobrindo furnas e abismos. Sofro as ressacas e os tufões da história trágico-marítima, e combato o vulcão negro, apontado por Duarte Pacheco no Esmeraldo. Cheguei a oitenta mil volumes. Hoje: um cardume disperso. [...] e continuo a resistir contra o pensamento único, as guerras de religião e os males do Império.”*

E esse perfil foi igualmente captado, agora pela via poética, pelo autor ao autorretratar-se em “Confissão”, breve poema da obra que nos

ocupa e que passo a ler: “Sou da pátria de fronteira/ rei de Portugal e Algueres./ / Um monarca desigual/ sem arautos nem bandeira./ / Réu de Algarves Portugal/ rei de Algueres e Nenhures”.

Na prolongada tradição chinesa do *suoying* – isto é, da procura do verdadeiro sentido de uma obra na vida do autor –, poderíamos entender a biografia como forma de aprofundar, de certo modo, na gênese e na interpretação da escrita de Lucchesi, pois a pulsão autobiográfica – mais literária do que vital – irriga uma vasta parte da sua escrita, proustianamente *contre Sainte-Beuve*, mas sem esquecer que, afinal, a vida presente nas suas obras é, do ponto de vista ontológico, uma construção literária.

E dizemos isto porque não é exagero entender a viagem da escrita como uma transfiguração da constante viagem real protagonizada pelo poeta, no tempo e no espaço, entre o Ocidente e o Oriente, e que apresenta como vértices, por um lado, os ocidentais Brasil, Itália e Portugal e, por outro lado, os Orientes das Europas e dos Próximo, Extremo e Médio Orientes das Áfricas e Ásias; isto é, à “desejada parte oriental” de que o autor falou no texto lido na feira do livro de Riade, em 2009, e reproduzido como uma das *Ficções de um gabinete ocidental* (2009).

É nessa amálgama de espaços e tempos – no não-lugar utópico e no pantempo eliotiano – que se procura situar o livro que hoje nos ocupa. Como resposta à questão de “como chegar/ ao tempo-quando/ de todos/ os meus ondes?”, *Clio* testemunha liricamente o entrecruzamento do passado e do futuro, do próximo e do distante no presente auriverde lucchesiano, de tal maneira que surge como uma viagem dos séculos recuados realizada pelo poeta através da palavra. E neste sentido não devemos esquecer que a palavra é o alfa e o ômega que nos permite transcender o imaginário quinhentista “[p]or termos nunca usados/ nem sabidos”, como o próprio sujeito lírico diz de si próprio em “Feições”: “Sou um vassalo/ da língua portuguesa/ e guardo/ no erário da memória/ o desassombro/ das feições de el-rei.”

De facto, a escrita das Descobertas e a posterior reescrita da sua cosmovisão são os alicerces deste discurso poético. Não devemos esquecer que, na horaciana procura da essência expressiva, constante e teimosa em *Clio*, foi publicada em *Corvengência Lusíada* uma versão prévia deste

longo poema épico-subjetivo, com notáveis variantes e sob o título “Poemas ao Padre Vieira”. Aliás, no mesmo ano, quinze poemas de “Insônia”, segunda parte de *Clio*, foram traduzidos para o italiano com não poucas divergências textuais e de disposição no branco da página – na edição em português, de clara e constelada matriz concretista –, sendo publicados no volume *Irmínsul*, editado em Lucca.

Antes de avançar na análise, é necessário lembrar, numa tosca radiografia descritiva do poemário, que *Clio* é constituído por duas partes. A primeira é o longo poema que dá título à obra, “dividido em microrregiões”, que “deve ser lido sem interrupções” e que foi escrito entre 2008 e 2010 e terminado em Riad, Arábia Saudita, inserindo citações textuais do *Esmeraldo de situ orbis*, do cosmógrafo e viajante Duarte Pacheco Pereira, do *Tratado da agulha de marear*, do piloto João de Lisboa, do *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas*, do jesuíta setecentista João Daniel, do oitocentista “Poema à Assunção”, do franciscano Frei São Carlos, ou dos “dilatados longes” camonianos de que falava Sebastião da Rocha Pitta na *América portuguesa* em 1730, entre outras muitas referências, que, se mo permitirem, agora não mencionarei por motivos de tempo. Já a segunda parte, intitulada “Insônia”, foi escrita no ano de 2007 “como se fossem velhos cartões postais [...], com algumas citações quinhentistas”, como demonstram o antes referido poema “Confissão” ou “Camões”, um de cujos versos titula esta fala.

Estas duas partes foram completadas *a posteriori* por um muito significativo e paradoxal “Prólogo febril”, escrito entre 2013 e 2014, entre Lima e Nova Deli e, não por acaso, presidido pela significativa epígrafe de Jakob Burckhardt, que conjuga os valores sucessivamente amalgamados da musa *Clio*: “A história é a poesia em escala mais ampla”. De qualquer modo, quando falamos da apropriação do imaginário quinhentista realizada pelo professor Lucchesi, ela deve entender-se tanto em sentido restrito, como em sentido lato, isto é, incluindo os desenvolvimentos posteriores dessa matéria ligada à descoberta da alteridade geográfica e mental na cultura luso-brasileira, ou seja, as progressivas atualizações dos mitos sebásticos, as profecias dos Bandarras, os “despojos de el-rei” “pelos sertões/ bravios do Brasil adentro”, as histórias do futuro e dos quintos impérios dos Padres Vieiras ou as mensagens esotéricas

de Fernando Pessoa. A título de exemplo desta complexa e admirável amálgama, permitam-me que agora leia um excerto do poema “Clio”:

“Não tenho novas/ de bandarras/ que se tornem/ profecias/ nem de quem possa/ desatar/ o quinto império/ da névoa espessa/ por onde/ se dissolve/ a língua em que me afogo.”

Ora bem, esta síntese alquímica de elementos muito diferentes só é possível pela aplicação de um necessário princípio de realidade: a voz poética move-se no espaço de sombra da confusão facilitada pela febre, pela ambiguidade de uma memória nebulosa e aleatoriamente seletiva, e pelo estado de vigília que preside a cada uma das três partes mencionadas, derivando numa escrita que está mais próxima da ordem do mito, do que do mito da ordem – o da História, neste caso.

Mais ainda, um espaço de sombra que só é possível materializar a partir da palavra dantesco-camoniana. De facto, no texto “Rádio Camões” da alocução proferida em 2012, na Basilica di San Francesco de Ravena, ao pé da tumba de Dante, Lucchesi fala da tradução brasileira da *Commedia* realizada por Cristiano Martins, a mais sensível e refinada – também para o “fedel amico di Dante e di Camões” Carlos Drummond de Andrade. Nesse discurso, faz referência à transparência e à síntese da obra camoniana de que depende a tradução e que, na variedade mozartiana do ritmo, lhe serve de diapasão, afirmando o seguinte:

*“Do ponto de vista da sinergia poética, pode-se dizer em essência que a partir do português se chega a Dante sempre e unicamente em companhia do mesmo Dante. Esta redundância explica-se pelo generoso endecasílabo da Commedia que ordena, aberta e fixa o decassílabo de Camões. Mas é um fixar que move, um apertar que derrete. [...].*

*Em primeiro lugar, pelo teor de salinidade: a sua poesia respira o sal do Atlântico, a salsa via di Nettuno [...]. Vasco da Gama está [...] com essa poética diafanidade que converte a viagem tão diversa dal folle volo di Ulisse [...], em alto-mar aberto caminho da desejada Índia, onde a saudade e a nostalgia se dirige ao futuro, mais do que ao pasado. Desio di forze imminente [...].*

*Os brasileiros leem de maneira exata esse decassílabo, dado que não sofrem de vocalofagia, de um imoderado apetito a respeito das vogais [...], frequente na língua áspera e forte de Portugal. Em tal sentido podemos dizer, como outros já disseram antes, que o maior poeta brasileiro é precisamente Luis de Camões.”*

Para além da brasileirização de Camões, paralelamente ao poeta “também auriverde” Fernando Pessoa de que falará a seguir o professor Osvaldo Silvestre, na verdade, esta é uma das muitas vezes em que Lucchesi situa Camões, juntamente com Dante, na base da influência poética própria ou alheia. É evidente que a imensa sombra camonianiana perpassa todo e qualquer exercício de apropriação presente na obra, porque não devemos esquecer que a procura da Unidade e da Beleza é um dos objetivos basilares da poeticidade lucchesiana. É assim que no cartão-postal intitulado “Camões” se estabelece de maneira analogicamente taxativa: “mais/ belo/ sol/ quando/ te/ pões/ nos rubros/ mares/ de Camões”.



E atente-se que é o emblema do mar, dos mares, aquele que condensa – e que sempre está presente em – toda a obra poética, narrativa e ensaística do que poderíamos – deveríamos – denominar o muito particular “gênero Lucchesi”, do mesmo modo que o mexicano Juan Villoro falava do “gênero Monsiváis”. Uma superfície – “esta/ e não outra/ minha profundidade” (“Ofício”) – marítima de que, como “filho/ das marítimas/ distâncias/ na volta do eu infante/ ao brilho/ do graal” (“Graal”), se serve desde a sua brilhante aproximação filtrada por Dante à viagem de Ulisses presente em *A paixão do infinito* (1994) até ao esplendente *Carteiro imaterial* (2016). Uns “[m]ari di silenzi/ e scogli di stele// approdo a mar mussa” que mesmo ligam paronomasticamente o líquido mar ocidental ao pétreo e desértico evocado pelo *mar* do mosteiro católico “Deir Mar Mussa al-Habashi”, situado no deserto sírio, no poema, dedicado ao, sempre exemplar, padre dall’Oglio e escrito inicialmente em árabe, “mari di silenzi”, de *Poesie. Divanetto*.

De facto, essa onipresença do mar permite-nos entender como um aceno ludicizante a primeira epígrafe de “Clio”, de novo, proveniente do *Esmeraldo de situ orbis*, do primeiro descobridor, sem o saber, do Brasil, Duarte Pacheco Pereira: “com muita razão e causa temos fundada uma parte da nossa obra na arte da marinharia”, onde, diga-se entre parênteses, a *ars da marinharia* – literária – deve ser entendida no sentido isidoriano de submissão a regras e preceitos rigorosos.

E diga-se de passagem que, as epígrafes, como é habitual no conjunto da obra poética lucchesiana, funcionam como verdadeiras orientações de leitura, como significativos indícios da sua lógica e horizonte de sentido. É assim que a segunda epígrafe de *Clio* alarga o espaço poético para a memória subjetiva, perceptiva e afetiva da voz poética. É este o sentido da citação de Philip Larkin, de um verso do poema “High Windows”, que dá título ao último livro do poeta inglês (1974): “And immediately rather than words comes the thought of high windows”. Com este “[e] de imediato mais que em palavras, penso em janelas altas”, Lucchesi, de maneira oblíqua, através dos versos de Larkin, rememora um paraíso de amor seguro e libertado de culpa na juventude, liberto da ameaça do inferno, sem deus, onde as “janelas altas” servem como metáfora da infinita liberdade, do sol e do ar azul e/ou da erotizada puberdade de rememoradas *neiges d’antan*.

Mais ainda, um paraíso que, num outro nível, é retomado pela epígrafe miltoniana de “Insônia”: um outro *Paradise lost*, onde o verso referido do “Livro IV”, “a whole day’s journey high, but wide remote” – “uma alta jornada completa, mas ainda vastamente remota” –, se refere à edênica jornada de ascensão ao monte Amara, onde alguns situam o paraíso do “jardim assírio” no Eufrates...

Uma região do Eufrates, uma Etiópia – a Etiópia de Oriente de que se fala no *Gênese* à qual, tenho para mim, se sobrepõe a africana – que perpassa o volume e que pode servir-nos como um possível exemplo da sinuosa e espiralada unidade do discurso poético.

Devido ao tempo de que disponho, vou optar pela via dos *exempla*, focando este *exemplum* concreto. O discurso vai tecendo contínuos harmônicos, de tal forma que “êsse monte Amara, que do Nilo/ junto às fontes està, luzente rocha/ ao equador ethiòpico sujeita” – utilizando as palavras da tradução (1840) de Antonio José de Lima Leitão, dedicada ao rei de Portugal, D. Fernando II – remete imediatamente para as línguas semíticas referidas já no título do poema “Tigrina”, presente na terceira parte do poemário: “a noite escura/ das origens/ tecida em amárico/ ou tigrina./ a língua de babel/ :/ e a cada/ pedra/ o fervor/ das palavras.” Isto é, às línguas etíopes que devêm babélicas e que, num outro reenvio, nos fazem recuar até ao poema prologal “Hotel Adis Abeba”, capital de

Etiópia ou ao topônimo Lalibela, do fragmento “Desestar”, que evoca a pétrea cidade monástica e o mítico rei assim nomeados.

Um poema que, por sua vez, pode funcionar como um outro *exemplum*. Agora do entrecruzamento do passado memorialístico e do presente vital transfigurado e simbolizado, como demonstra a alucinada chegada noturna ao “Adis Abeba”, que provoca a retórica pergunta final do poema: “Quanto te devo, pérfida Clio?”

Atente-se a que, neste sentido, Lucchesi destaca na “Carta para Cheik Hamidou Kane”, do *Livro do Seminário do Primeiro Curso para Diplomatas Estrangeiros* (2010), o valor simbólico desta mítica região etiópica:

*“A poesia é a pátria pela qual somos habitados, aquela que confunde e emociona. Mais do que uma geografia política, trata-se de uma geografia difusa.*

*Nessa chave cultural, confesso que tenho pensando cada vez mais intensamente na Etiópia. Comecei a estudar as regras básicas da língua amárica, as religiões e as culturas daquele país. [...] A Etiópia dos espíritos e das formas tribais igualmente sublimes que ainda vivem, lado a lado, com a misteriosa Arca da Aliança, guardada no santo dos santos de um templo que só o patriarca da Igreja etíope sabe dizer exatamente onde se encontra.*

*Esse é de todos o maior fascínio: o país do Preste João, com sua geografia ligada ao Éden. Tenho para mim, Hamidou, que dom Sebastião, o Desejado, esteja escondido em alguma parte daquele reino, depois de estreitar amizade com o mítico Preste João. E de novo, o aceno do futuro.”*

Carta que, não por acaso, conclui com a coda do poema *Clio*, que o autor de *O dom do crime* (2010) escreveu “pensando na perspectiva dessa utopia incerta e flutuante, na busca eterna de um D. Sebastião como símbolo da paz”.

Mas, além de ser exemplo do modo como o atual e o passado se encontram de maneira tangencial, o “Hotel Adis Abeba” é testemunho da sonoridade investida na discursividade lírica lucchesiana, explicitada de forma manifesta através dos símbolos de partitura – ou indicações de interpretação musical ou de leitura poética – do também músico e intérprete Lucchesi: a de *diminuendo* ou *decrecendo*, para marcar uma diminuição gradual do volume – de *forte* a *piano* ou de *fortissimo* a *pianissimo* – da intensidade, símbolo que, por estar situado

sob a pauta, pode ser aplicado a um trecho de várias notas ou a uma frase versal, ou a marca de *fff*, *molto fortissimo* ou *fortississimo*, indicando a máxima intensidade sonora.

Um outro exemplo, agora visual e ilustrativo de significados complementares ou contrastivos, pode ser o do poema “Vida”, onde, como se se tratasse de uma assinatura hieroglífica, é colocado no fim o ideograma egípcio da coruja que, mais do que simbolizar a sabedoria, a inteligência ou o mistério, evoca o mal augúrio ou o azar, derivados da “tevera” pressentida no poema. E não é a única “iluminura” do volume, existem outras, ora ironicamente anacrônicas, como a do oficial ao periscópio de um submarino do fragmento do poema “Corsários” – contraste que também está presente, por exemplo, na aparição do poema “GPS”, entre os “espessos nevoeiros e densas brumas” do poemário –, ora reduplicativas e evocadoras de sentidos de outrora, como os detalhes com animais de cartografias antigas, como a “columba” do poema “Inacabado”, o grande peixe “dorado” do poema “Trevas” ou os selos de Ceilão, do fragmento “Espessura”, e da Romênia no poema final “Lei”, misturando mais uma vez as viagens reais com as viagens literárias, movidas sempre por uma particular e personalíssima “nostalgia do mais”, servindo-nos *ad hoc* das palavras com que o nosso autor tituló uma edição dedicada a Artaud já em 1989.

Este enriquecimento através dos harmônicos é um dos recursos utilizados para alargar os significados e os sentidos de uma poesia epifanicamente despojada, substantival, alogizante e elíptica, ou antes, de condensação tão expressivamente telegráfica quão memoravelmente fotográfica, de expressão diminuída de diverso modo e com diferente doseamento para cada uma das três partes do poemário. Aquilo que estrutura *Clio* como uma cartografia de efusões e, se me permitem a expressão, como um portulano de “infusões” foi claramente identificado por George Popescu, no texto “Orfeo in Biblioteca: la poesie di Marco Lucchesi”: “a sua poesia parece nutrida e cultivada mais de e com palavras *diminuídas* de propósito, reduzidas a formas monotonais puras e cristalinas, que flutuam entre a maravilha e o choro, como uma cadeia de sons milagrosos no teclado de um interreno ainda não fixado entre o Céu e a Terra, entre o antigo e o atual.”

Mas, enfim, impelida pelo tempo e na procura de uma impossível carta de navegação poética *ad usum incauti*, permitam-me apontar de maneira telegráfica alguns pontos conspícuos, outros e significativos, alguns procedimentos de expansão do significado nesta obra que, de maneira paradoxal, obedece ao browninguiano princípio erudito, poeticamente alusivo, do *less is more*:

*Primus*: a suma condensação metafórica do verso “um fio de ouro e sangue”, que resume séculos de colonialismo.

*Secundus*: a utilização polissêmica e conotada da toponímia, presente, por exemplo, no uso duplamente repetido de Coromandel, no verso que abre o volume “As praias livres de Coromandel”, posteriormente iterado, denotando o Coromandel da Índia, e conotando a cidade do estado de Minas.

*Tertius*: nesse mesmo poema, intitulado “Índias”, podemos observar como o discurso poético, em princípio, memorial das Descobertas abruptamente é desviado para uma expressividade erotizante de teor subjetivo, através da metaforização do golfo, que de acidente geográfico – onde a voz poética se perde – devém o golfo “de teus seios”, aproveitando a pausa versal para, finalmente, servindo-se da prosopopeia, beber a “férvida nudez” de Deli, Nova Deli.

*Quartus*: o erotismo e a carnalização que perpassam o discurso poético de forma pontual, mas iterada – e, especialmente, no prólogo febril: através do corpo da Laura petrarquista, em “Impressão”, ou, para só mencionar um último exemplo, no poema “Delta”: “Vou para o delta/ feminino/ da linguagem/ onde pousam as naus/ pera fazer aguada// púbis vermelho/ raiado/ bosque/ de perdas lacinantes.”

*Et quintus*: como resulta evidente a partir do exposto, o complexo significado dos versos também e preferencialmente se atinge graças ao ecoar da imensa erudição e da ingente enciclopédia cultural do professor e acadêmico Lucchesi. Para só citar um exemplo, podemos lembrar a citação do “Cântico dos cantos” da visão dos “cimos/ do Sanir e do Amaná” presente em “Gávea”, como eruditas e precisas metáforas da beleza inacessível.

Enfim, para concluir esta “carta de rota” – mais do que “carta de aproximação” ou “de porto” –, esta heteróclita digressão assentada na

exatidão judicativa das senequistas sombras alheias – tanto da vária palavra crítica quanto da subtil autoindagação lucchesiana –, constatemos o *perpetuum mobile* em que, a meu ver, se constitui este invulgar e insondável volume lírico.

Na verdade, em *Clio*, mais do que interlocuções, o que se gera é um casamento alquímico de transfiguradas intralocuições poéticas com os seus/nossos passados. Nesta linha de sentido, tenho para mim que as palavras da crítica e poeta paulistana Maria Ianelli resumem, com exatidão, a “suavidade épica” da escrita lírica, “[n]uma épica de enevoadas geografias do antigo sonho português”; etéreo e produtivo espaço mental em que “Dom Sebastião reina num mundo de palavras, no quinto império da poesia”.

Resumo certo que, no entanto, não pode – nem deveria – prescindir da advertência, complementar e (in)augural, do próprio poeta, no sentido de que, no “fosso dos milênios” e na “trompa dos séculos”, “a poesia é o mar vermelho do real”, onde, afinal, se “afoga quem busca a promessa”.



# O hotel da proximidade

LIVIA APA

*La mia nascita è quando dico tu e la casa è mezzo ad ospitare*

ALDO CAPITINI, *COLLOQUIO CORALE*, 2005.

## ~ Vivemos tempos duros

Há cerca de um ano, enquanto tentava organizar algumas reflexões a respeito da minha experiência com a tradução, vinha constantemente agredida pelas notícias que chegavam de uma televisão que estava ligada em casa, eco de uma sucessão de reportagens, chamadas de última hora e comentários mais ou menos sábios sobre a tentativa de centenas de pessoas de entrar na Europa, à pé, com meios mais ou menos de sorte, que buscavam atravessar muros com arame farpado e polícia alinhada em formação de guerra. Também a linguagem era vítima de um constante processo de mutação: refugiados, deslocados de guerra, migrantes, para alguns (aplicando sofisticadas distinções que na maioria das vezes não fugiam a uma lógica marcada de maneira mais ou menos explícita pela linha da cor), clandestinos e exploradores, na lógica dos outros. No entanto, do outro lado das palavras e da tentativa politicamente correta de nomear o horror, pessoas, voluntários, cidadãos sozinhos quebraram no tempo o muro da dificuldade de nomear e, por não negá-la, simplesmente colocaram em ação práticas de acolhimento capazes de romper a tensão criada em nome de valores exclusivamente ligados à proteção de um espaço de

Trabalha na área dos estudos culturais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, com maior incidência nos estudos africanos, estudos de tradução, o cinema africano e a relação entre língua e cidadania no contexto post-colonial. Traduziu para italiano, entre outros, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Mía Couto, Ruy Duarte de Carvalho, Florbela Espanca, Ondjaki, José Eduardo Agualusa, Ana Paula Tavares e Luís Carlos Patraquim.

privilégio. As imagens falavam e rompiam a barreira entre “nós” e “eles” que se apresentava como eventualmente tolerável na fortaleza Europa somente enquanto possibilidade de repovoar o nosso continente em uma lógica funcional ao nosso desenvolvimento, exatamente porque aquelas vidas representavam um potencial de mão de obra especializada a baixo custo. Muitos de nós olharam com esperança aquelas corajosas experiências de acolhimento expressas em atos de poucos. Esta esperança continha, antes de tudo, uma preciosa noção do encurtamento da distância, no fundo uma tradução possível das relações de diferença. Aquilo com que eu estava trabalhando não era um universo tão distante, em termos metafóricos, visto que, em ambos os casos – as imagens e os comentários televisivos de um lado e a minha construção de um raciocínio em torno da prática da tradução de outro – manifestava uma ausência – de uma pátria/de um texto – que não conseguia estruturar-se como uma fronteira porosa capaz de criar um espaço comum onde seria possível construir uma zona de contato real entre as diferenças, um lugar multilíngue onde se poderia ativar novas estratégias discursivas e/ou de cidadania.

### ~ Asperidade. Mais específico: sobre a tradução

Eu me dedico ao trabalho de tradução de autores de língua portuguesa, em muitos casos africanos, o que me coloca em um espaço privilegiado de observação de alguns fenômenos que dizem respeito à tradução compreendida como prática de fronteira, como prática capaz de diluir a distância, compreendida como construção cultural da alteridade. Agora, já faz quase trinta anos que comecei, pela revista *Linea d’Ombra*, com a tradução de dois contos moçambicanos: um de Luís Bernardo Honwana, *As mãos dos pretos*, um clássico da literatura anticolonial africana, escrito nos anos 60, quando Moçambique era ainda uma colônia, e um outro de Suleiman Cassamo, *Laurinda, tu vais mbunhar*, escrito, por sua vez, nos anos 80, quando o país, apesar da guerra civil em curso, vivia uma interessante estação de criação e renascimento cultural e literário. A minha única preocupação naquele momento eram as palavras e encontrar os seus correspondentes em

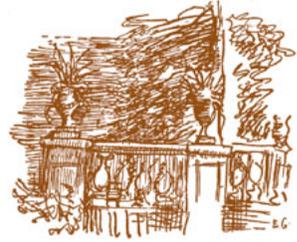
italiano. O conto de Honwana era, somado tudo, simples: tratava-se do português ao qual estava habituada, em que, exceto por trechos nos diálogos entre os pequenos protagonistas, prevalecia uma língua *standard*, não tão distante daquela que tinha aprendido na universidade e em Lisboa. O texto de Cassamo, pelo contrário, achei dificilíssimo por causa da poderosa síntese que o autor é capaz de fazer entre uma dimensão cultural que transita entre a narrativa oral e o português efetivamente falado em Maputo, mas isso estendi somente muito depois. O meu único desespero de principiante, na verdade, era saber aquilo que as palavras em *ronga*, uma das línguas bantu faladas em Moçambique, sobretudo na região da capital, queriam dizer. Pensava, na minha total inexperiência, que o principal problema fosse encontrar correspondências quase matemáticas entre os elementos. As palavras da língua de partida deviam ser, para mim, objeto de uma espécie de decantação em direção à língua de chegada, convencida como era de que o texto em italiano seria dessa forma tecido naturalmente aplicando a minha rudimentar fórmula mágica. Eu me lembro de ter torturado longamente uma colega minha de estudos moçambicana interrogando-a sobre os significados daquelas palavras presentes no texto, mas não me lembro de ter jamais discutido com ela aquela sintaxe tão diferente para mim ou o uso do mesmo léxico português que, naquelas páginas, assumia valências semânticas muito específicas. Eu me lembro de ter passado um longo tempo na Biblioteca Nacional de Lisboa trabalhando com os dicionários das línguas bantu faladas em Moçambique, certa de ter facilitado assim aquela minha operação de decantação automática. Entendi bem cedo, entretanto, assim que consegui todas as correspondências italianas daquelas palavras para mim irreconhecíveis e evasivas, que esse não era o problema. Alguma coisa fugia, e me parece evidente que, naquele conto, a forma se transformava em seu próprio conteúdo, experimentando uma língua literária capaz de “dizer” o contexto que a produzia. Entendi, portanto, que aquela mesma asperidade, Cassamo a oferecia, na verdade, também a todos os seus leitores que viviam outras experiências da mesma comum língua portuguesa e que aquela forma específica de se dizer dentro de uma língua “comum” a outros espaços se transformava em

uma experiência de uso específico circunscrito a um preciso horizonte cultural. Aquele modo tão marcado de um universo como o moçambicano não podia logo em seguida ser cancelado no texto que eu tentava (re)construir. A maior dificuldade daquela minha primeira experiência foi o obstáculo representado pela minha língua materna que resistia fortemente àquelas hibridações típicas das línguas que, como o português, viajaram por outros continentes<sup>1</sup>. As minhas tentativas de forçar o italiano em direção a outras possibilidades de dizer que tivessem em conta não somente a variante moçambicana, mas o mundo cultural que naquela variante se escrevia, assumiam, de fato, um valor diferente daquele que tinha na língua em que tentava traduzir. A ausência, ou a, no mínimo, efêmera difusão no mundo do italiano como língua de colonização e a sua escassa contaminação em contextos culturalmente distantes, como escrito anteriormente, pode ser um traço capaz de explicar sua pouca flexibilidade quando colocada à prova da tradução de textos complexos e exógenos a respeito de um ainda vago cânone ocidental. Talvez aqueles escritores definidos inabilmente como itálofonos, conotados da proveniência da frequentação de outros universos linguísticos, poderiam conseguir empurrar a nossa língua além do até então pobre italiano usado nas televisões e jornais, restituindo-lhe possibilidades expressivas inesperadas. Quiçá que também os leitores italianos não se habituem lentamente a outras formas de dizer na sua própria língua, abrindo-se a outras possibilidades e outras fronteiras, o que permitiria, talvez, mais liberdade de manobra também aos tradutores. Daquela minha primeira experiência entendi que quando traduzo escritores extraeuropeus, mais “estrangeiros” de qualquer forma à minha cultura de partida, me encontro a operar em uma linha muito sutil que não pode não ser ética, e uso esse termo em uma perspectiva claramente ricoueriana<sup>2</sup>: falo da diluição das fronteiras entre as línguas, e creio que o processo de domesticação

<sup>1</sup> Sobre este tema cf. a interessante antologia de ensaios *Oltre l'occidente* organizada por Rosa Maria Bollettieri Bosinelli e Elena de Giovanni, publicada pela Bompiani em 2009, ou também a introdução de Borutti e Ute Heidmann ao volume *La Babele in cui viviamo: Traduzioni, riscritture, culture*, Bollati Boringhieri, 2012, pp. 15-33.

<sup>2</sup> Refiro-me, sobretudo, às reflexões contidas em Ricœur, Paul. *La traduzione – Una sfida etica*. Morcelliana, Brescia, 2001. Trad. I. Bertolotti e M. Gasbarrone.

do texto, tão caro aos editores de hoje, preocupados, sobretudo, em facilitar a fruição do leitor, entendido como destinatário final de um produto de mercado, o livro em si, é um ato eticamente e politicamente vazio. A ideia de tornar “comestível” qualquer coisa que a um primeiro impacto escapa e, ao contrário, despedaça o leitor, não é uma prática de acolhimento cultural, como por sua vez a tradução deveria sempre ser, visto que é necessário trabalhar constantemente sobre aquilo que Antoine Berman define *hotel da distância*, partindo do pressuposto que o próprio ato de traduzir uma obra estrangeira reside no preservar a sua “estranheza” em uma contínua pesquisa de equilíbrio entre proximidade e distância. Na minha prática cotidiana me dou conta que o tradutor trabalha com a categoria do desejo, porque, como nos diz ainda Ricouer, responde ao desejo, à pulsão de traduzir como ato de apropriação do outro – que se torna, dessa forma, quase um absoluto – na tentativa de traduzi-lo em sua própria língua. Como nos recorda Derrida: “Deve ser possível falar imediatamente a partir daquele não saber. Lá surge a palavra poética: é necessário inventar uma língua. A hospitalidade deve ser totalmente inventiva, regulada em relação ao outro e o acolhimento do outro, que cada experiência de hospitalidade deve inventar uma nova linguagem.”<sup>3</sup> Logo, reduzir um texto àquilo que já é conhecido é uma maneira de não entrar em uma práxis tradutiva autêntica e que reivindica falar a partir daquele não saber, isto é, de construir um possível caminho capaz de “fazer-se hóspede” de transformar-se naquilo que se encontrou por acolher. O tradutor, jogando continuamente com a distância e a proximidade, se vê a forçar seus dois planos: força a sua língua vestindo-se, ao mesmo tempo, porém, de “indiferença”, e pede à língua estrangeira para se deixar exilar em sua língua materna. É isso que Ricouer define como *hospitalité langagière*<sup>4</sup>, como uma possibilidade dinâmica entre correspondências que não se torna nunca adequação. *L’hospitalité langagière*



<sup>3</sup> Derrida, Jaques. “Un’ospitalità all’infinito”. In Panattoni, Riccardo; Solla, Gianluca (org.) *L’ospitalità, l’infrangersi*. Marietti, 2006, p. 21. Trad. Andrea Calzolari.

<sup>4</sup> Citado em Jervolino, Domenico. *Per una filosofia della traduzione*. Morcelliana, Brescia, 2008, p. 41.

é, portanto, um espaço no qual o prazer de habitar a língua do outro é recompensado pelo prazer de receber próximo de si, na própria casa do acolhimento, a palavra do estrangeiro. Nessa perspectiva a língua trabalha como um arquivo de imagens e de memórias sugeridas exatamente pelas mesmas palavras. Decodificar as imagens, despi-las de sentido para poder depois restituir-lhes um novo sentido decompondo a ordem segundo a criação de uma nova sintaxe, feita daquilo que as palavras não só dizem, mas evocam, é um exercício similar a pôr em prática muito do cinema documentário produzido em situação de diáspora. Tal exercício consegue produzir uma nova ordem do discurso capaz de incluir até mesmo a possibilidade de outras declinações de experiências conhecidas e reconhecidas como comuns dentro de uma comunidade. No caso dos textos, trabalhar com as imagens veiculadas a partir da língua significa trabalhar ativamente com um material dinâmico capaz de sugerir, entretanto, novos contextos, mas também novas construções identitárias e, sobretudo, um potencial de novas narrativas. Parafraseando Wittgenstein, a tradução pode, portanto, trabalhar os limites da linguagem que se exprimem adiante todos os limites do nosso mundo. A canonização de uma alteridade fácil, entendida como processo de fruição possível das complexas dinâmicas do mercado editorial, muitas vezes canoniza formas facilmente exóticas como fácil espelho daquilo que é diverso de nós e que, sobretudo, não coloca, de forma alguma, discussões sobre o nosso modo de conceber o mundo. Parafraseando ainda Derrida<sup>5</sup>, a decisão da hospitalidade, nesse sentido, exige que inventemos a nossa própria regra – “é necessário que eu fale o que escuta o outro lá onde, de um certo modo, se reinventa a linguagem”<sup>6</sup> – em um ato único que leva em consideração e se revolve a cada texto único/ ser humano, inventando um enunciado capaz de se comunicar com aquela realidade específica. Não uma língua, no caso da tradução, nem a obra de um autor, mas uma espécie de *hic et nunc* de uma textualidade por vir. No caso da tradução de textos que pertencem a contextos muito diversos daquele

<sup>5</sup> Derrida, Jaques. “Responsabilità e ospitalità”. In Panattoni, Riccardo; Solla, Gianluca (org.) *L’ospitalità, l’infrangersi*. Marietti, 2006, p. 78. Trad. Andrea Calzolari.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 21.

que eu pertenço por nascimento, experimento na minha prática tradutiva a necessidade de dobrar a “nova língua” em uma direção que desobedeça a um critério que me autoriza a receber somente aquilo que estou autorizada a acolher<sup>7</sup>, ato que escapa à trama de um renovado exotismo que não deixa de ser um renovado exercício de distância cultural, mas, de qualquer forma, impermeavelmente funcional no sistema de nossos valores de partida. Uma alteridade construída e cano-nizada posteriormente, que deixa pouco espaço à *mise em cause*, àquela necessária consciência da opacidade que, como nos explica Glissant na sua *Poética da Relação*<sup>8</sup>, inventa uma alteridade domesticada e dócil, exercitando uma função não muito diferente daquela exercida por um certo turismo de massa que viaja sem realmente entrar em contato com as outras culturas.

A tradução, por sua vez, nos leva a um constante reabitar o paradigma hermenêutico da mediação entre mundos culturais diversos e nos faz refletir sobre como a nossa vida cotidiana possa ser uma longa e constante série de paradigmas tradutivos que se baseiam em uma realidade óbvia e banal: o fato de que as palavras mudam de acordo com quem as pronuncia e que por isso são diversas, como nos mostra o conceito de *homolíngual adress* proposto por Naoki Sakai<sup>9</sup>. As palavras mudam de fato quando mudam de boca, e a língua, por consequência, não quer ser reduzida àquela do estrangeiro, mas quer ocupar, de preferência, um lugar preciso no meio da estrada entre hospitalidade e hostilidade<sup>10</sup>. É, portanto, dessa forma que as línguas europeias escolhidas como línguas oficiais em muitos países descolonizados se ressemantizam, reconfigurando-se constantemente, fato que leva também o leitor potencial que compartilha a mesma língua a uma constante tradução, mesmo que interna a uma língua materna comum, quando essa é usada em outros contextos. Uma introdução, afinal. As literaturas de língua portuguesa nos oferecem apontamentos interessantes a respeito da ressemantização. Penso em autores como o

<sup>7</sup> Derrida, Jaques, p. 85.

<sup>8</sup> Glissant, Edouard. *Poética della Relazione*. Edizione Quodlibet, Macerata, 2007. Trad. E. Restori.

<sup>9</sup> Sakai, Naoki. *Translation and Subjectivity. On “Japan” and Cultural Nationalism*. University of Minnesota Press, Minneapolis-London, 1997.

<sup>10</sup> Para uma discussão sobre este ponto cfr. Caretti, Stefania. *Traduzione tra etica e desiderio*. In *L’ospitalità, l’infraziongersi*. Marietti, 2006, pp. 169-181.

brasileiro João Guimarães Rosa, mas também nos angolanos Luandino Vieira, Manuel Rui ou, até mesmo, Ruy Duarte de Carvalho. Esses últimos dois por não operarem um assalto tangível à língua *standard*, como no caso de Luandino Vieira e Guimarães Rosa, são ainda atentos às aventuras que o português realiza na sua diáspora da antiga capital do império, conseguindo dobrar mesmo o nível da linguagem e sempre através do uso do português, outras realidades e outros sistemas.

A tradução depois, quer dizer viver com a presença constante de um luto que reside precisamente na provocação com a qual o tradutor trabalha a hospitalidade que é capaz de conceder à língua do outro, ato que lhe permite seguir as pistas do seu olhar interno, mas contemporaneamente também as resistências de sua língua que não quer ser, precisamente, “reduzida”. E é nas fronteiras que as línguas se tocam e se separam porque a proximidade profunda resulta, na verdade, do respeito e da consciência da distância. Voltando a um nível de pura prática tradutiva, seguindo essa linha de reflexão em torno do senso de “semelhança”, percebo que quanto mais as línguas são vizinhas, mais alto se pode levantar os muros entre texto de partida e de chegada, exatamente porque a aparente semelhança entre duas línguas da mesma origem acaba por ser uma armadilha para uma decodificação profunda do sentido, capaz de reconhecer, de verdade, o lugar que cada voz ocupa em um determinado contexto. A semelhança corre o risco de nos levar a assimilar o quanto já sabemos àquilo que é já “novo”, porque aquilo que é *hospes* é menos *hostis* em aparência, menos “estrangeiro” à nossa casa de partida, e no momento de traduzir corremos um maior risco de fazer calar perigosamente o nosso limiar de atenção, distraíndo-nos de nossa função de acolhimento pleno.

Reconsiderar a nossa língua materna em suas inumeráveis possibilidades de superar as fronteiras nos ajuda a não nos fechar a uma ideia de pertencimento exclusiva e nos abre, por sua vez, à humanidade inteira, exatamente porque assume uma prática de reciprocidade, de dádiva com o outro. A dádiva das línguas, a babel primordial, pode ser assim um fundamento não-violento da comunidade inter-humana exatamente por meio da hospitalidade linguística, e para voltarmos mais uma vez a Ricoeur, a língua, ao se transformar em sistema semiótico sem objeto e feito somente de diferenças, torna-se, assim, finalmente, em puro querer dizer.

## ~ Entre hospitalidade e convite: Derrida responde

No já citado ensaio “Un’ospitalità all’infinito” de Jacques Derrida, encontrei matéria fundamental para completar o quebra-cabeças das minhas reflexões. Ele afirma, com efeito, que “estamos todos de acordo quando falamos de hospitalidade, mas que existe uma diferença entre a palavra convite e a palavra visita”<sup>11</sup>. A diferença existente entre esses dois termos reside no fato que quando alguém nos visita, chega sem avisar. Por isso, quem escolhe praticar o acolhimento, seja esse um sujeito ou uma comunidade mais ampla, deve estar pronto, em qualquer momento, para acolher quem decide visitá-lo e deve moldar a sua ação àquele que, mesmo desconhecido, decide fazer-lhe uma visita. Para fazê-lo, no entanto, Derrida nos adverte, é necessário perder o medo de que o *hospes* destrua sua casa. O não estar pronto revela, de fato, o ponto de crise do conceito de hospitalidade, revelando a sua condicionalidade. A hospitalidade, diz Derrida, deve ser a tal ponto inventiva, moldada ao outro e ao acolhimento do outro que cada experiência de hospitalidade deve inventar uma nova linguagem. E é na intermitência da compreensão que palavras não destinadas à única fronteira da inteligibilidade se tornam palavras de uma comunhão possível, capaz de praticar um projeto de hospitalidade. Me parece evidente que nasça aqui um choque entre os termos *imunitas* e *comunitas*<sup>12</sup>, porque habitamos espaços socialmente imunes que exigem daqueles que nos fazem visita o silenciamento da voz e a assimilação a regras outras. Se perde, no entanto, assim a possibilidade de criar aquela fronteira porosa da qual falava no início, que contém todas as relações de poder internas à mesma ideia de fronteira. Na tradução corremos o risco de pedir ao outro que apresente a nossa ordem discursiva, exatamente igual, espantando-nos a um nível ligado a questões de cidadania; o problema é encontrar traduções e formulações jurídicas para todo o desejo de hospitalidade, querendo receber somente quem se é autorizado a receber (seja esta uma outra modalidade da minha língua materna ou um estrangeiro). Fazendo dessa forma, não

<sup>11</sup> Derrida, Jaques. “Un’ospitalità all’infinito”. *Op. cit.* p. 23.

<sup>12</sup> Cfr. Esposito, Roberto. “Ospitalità e immunità”. In Panattoni, Ricardo; Solla, Gianluca. *L’ospitalità, l’infrangersi*. *Op. cit.* pp. 41-47.

praticamos a hospitalidade, porque, como nos lembra ainda Derrida, a verdadeira ideia de comunidade se situa no cruzamento de diversas estradas e na tensão entre o mesmo princípio de anarquia contido na hospitalidade e nas regras de quem acolhe. É isso me parece valer, tanto se falamos de pessoas ou de sistemas textuais que entram em contato através da tradução, e é óbvio que o poder da língua em qualquer um desses contextos é enorme. É inútil sublinhar aqui a importância da língua para superar o *déplacement* do migrante que não consegue adentrar um sistema impermeável de regras da sociedade de acolhimento e nem ao menos refletir sobre quanto conhecer a língua do sistema cultural que acolhe, e que muitas vezes reprime, possa ser fulcral. Se penso o caso de Primo Levi quando fala da importância de conhecer o alemão para os deportados nos *lagher*, nos lembrando assim que *logos* quer dizer, antes de tudo, discurso, relação, para voltar mais uma vez a Glissant. Voltando à práxis, o tradutor se torna depois uma espécie de espectador de uma nova ordem textual, mas também político, entendido no sentido lato. O mesmo ato de conviver com as culturas que se traduzem pode potencialmente ajudar a criar aquele País Alternativo (do texto e dos homens) do qual nos fala o escritor somali Nuruddin Farah<sup>13</sup>, *topos* de uma casa que não tem medo de perder a sua ordem/sistema aberto à visita da alteridade que, se não é removida, vem vivida em uma outra dimensão de invisibilidade da voz do outro, privilegiando mais facilmente critérios de domesticação e assimilação mais ou menos forçada, mas aquela casa pode ser um terreno fértil para imaginar e construir narrativas sentidas e praticadas como comuns exatamente porque, fica lembrado, comum é o contrário de próprio, enquanto nos obriga a ter em conta aquilo que não somos.

<sup>13</sup> Citado por Marco Carsetti em “Quando um uomo racconta” publicado em *Come un uomo sulla terra*. Edizioni Infinito, Castel Gandolfo, 2009, pp. 21-31. Farah fala da necessidade de cada pessoa que passa pela experiência do exílio de se deserradicar e de conquistar um território próprio definido precisamente como País Alternativo.

## Bibliografia

- CARETTI, Stefania. *Traduzione tra etica e desiderio*. In *L'ospitalità, l'infrangersi*. Marietti, 2006, pp. 169-181.
- CARSETTI, Marco. "Quando un uomo racconta". In: *Come un uomo sulla terra*. Edizioni Infinito, Castel Gandolfo, 2009, pp. 21-31.
- DERRIDA, Jaques. "Responsabilità e ospitalità". In: PANATTONI, Riccardo; SOLLA, Gianluca (org.) *L'ospitalità, l'infrangersi*. Marietti, 2006. Trad. Andrea Calzolari.
- \_\_\_\_\_. "Un'ospitalità all'infinito". In: PANATTONI, Riccardo; SOLLA, Gianluca (org.) *L'ospitalità, l'infrangersi*. Trad. Andrea Calzolari.
- ESPOSITO, Roberto. "Ospitalità e immunità". In: PANATTONI, Riccardo; SOLLA, Gianluca. *L'ospitalità, l'infrangersi*. Marietti, 2006. pp. 41-47.
- GLISSANT, Edouard. *Poetica della Relazione*. Edizione Quodlibet, Macerata, 2007. Trad. E. Restori.
- JERVOLINO, Domenico. *Per una filosofia della traduzione*. Morcelliana, Brescia, 2008, p. 41.
- RICOEUR, Paul. *La traduzione – Una sfida etica*. Morcelliana, Brescia, 2001. Trad. I. Bertoletti e M. Gasbarrone.
- SAKAI, Naoki. *Translation and Subjectivity. On "Japan" and Cultural Nationalism*. University of Minnesota Press, Minneapolis-London, 1997.





CONTO

# A farinha e o sonho

LUÍS PIMENTEL

*“O homem velho deixa a vida e a morte para trás  
Cabeça a prumo, segue rumo e nunca, nunca mais”*

CAETANO VELOSO

Sentado no batente da porta, cavoucando as unhas dos pés que se roçam nas pedras, o velho Severino, mais morte do que vida, coça com as juntas dos dedos o osso da cabeça do cachorro Capiberibe. Cheio de fome e de pulgas, o cachorro olha sem qualquer paixão para o umbuzeiro carregado de frutos e de passarinhos.

Severino diz mais dia menos dia tudo isto se acaba, meu amigo.

Capiberibe late para o nada.

O animal estava para o velho como o papagaio Aruaí esteve para o grande imperador Macunaíma. Depois de acompanhar os passos do herói sem caráter e de fazer parte do seu séquito, foi encontrado um dia pelo escritor a quem relatou tudo o que se passara, antes de bater asas no rumo de Lisboa. A tribo de Macunaíma se acabara, a do velho Severino estava chegando ao fim.

– Cadê a farinha que guardei aqui?

O papagaio sabia conservar no silêncio as frases e feitos do herói. O cachorro também.

O calor provoca coceiras em Capiberibe e ensopa de suor o peito de Severino. Ele pede a Deus que mande chuva bem forte, daquelas que parecem derrubar o mundo, água limpa escorrendo pela cumeeira, cada pingo enchendo um pote. Cadê

Jornalista e escritor. Trabalhou em diversas redações de jornais e revistas do Rio de Janeiro, foi autor-roteirista de programas de humor para a TV, e tem livros publicados em variados gêneros (contos, poesia, infantojuvenil, teatro, textos de humor e sobre personagens ou aspectos da música brasileira), por diversas editoras.

os raios que desciam em disparada, dançando feito minhocas luminosas e tontas? E o barulho que se ouvia por trás da serra, quando pipocavam os trovões, enquanto o muque forte empurrava para lá e para cá a pá de madeira na casa de farinha?

– Quem sumiu com a ferramenta de trabalho que guardei como lembrança?

Foi antes de o progresso chegar, do veneno das latas, do barulho das motos. Quando carregava a mandioca no lombo, colocava as raízes na água fresca retirada do tanque para preparar a massa e torrar a farinha. E dividi-la com os filhos e netos e irmãos e amigos, depois encher os cestos para vender o que sobrava. Foi antes de acordar no meio da noite, sonhando com um camaleão de aço que mastigava tudo e lhe triturava as costelas.

A miséria é a mesma quando o velho Severino apura a vista, na linha do horizonte, no rumo da capoeira, e sente bater-lhe nas faces o vento rebelde que o tropel faz circular entre as umburanas, na perseguição ao touro fugido. E vê, novamente, a boiada no caminho do curral, a água juntando golfos no alagadiço, os bem-te-vis animados no fim da tarde. Enterra a pá de mexer a mandioca no forno, massa pra lá, farinha pra cá, e depois a desenterra:

– Vou abrir uma cova. É a parte que me cabe.

Olha para dentro de casa, para se certificar de que não é visto por ninguém, e bota os bagos para fora:

– Aqui pra vocês!

Capiberibe corre atrás de um preá que circula o lajedo lá longe. Severino sente medo de ficar sozinho, de ser perturbado pelo espírito do camaleão a tocar fogo nos cestos e no paiol.

Num tempo em que os homens eram feitos à imagem e semelhança de Deus, vivera a bonança de suas terras, mastigando farinha com rapadura, com tripa de bode, com carne de teiú assada, se fartando com abóboras e melancias, dizendo como queria e como não queria o funcionamento do mundo, com esteira na varanda, rede e água fresca na beira da estrada.

Dormira em colchão de capim macio, tivera uma negra de peitos e bunda talhados pelo criador para limpar os cabelos, arear os pés, catar piolhos e carrapatos. Sobretudo, para cavoucar suas unhas.

– Naquele tempo, eu que mandava chover. Depois eu que mandava parar.

A filha Maria retorna do tanque com o cesto de roupas na cabeça.

– Falando sozinho, meu pai?

– Com o cachorro.

Maria sorri e pisa no alpendre, cantando:

“Não é cova grande, é cova medida/É a terra que querias ver dividida...”

Capiberibe acompanha os passos dela, na esperança de uma sobra de osso na cozinha. Ouvir conversa de velho caduco não enche barriga.

Cobertor, alpercatas de correia, roupa lavada tinha. O que lhe faltava, então? A filha fazia o possível; mas a vida, não. A vida não tem compromissos. Tivera dias de sonhos, touro na unha, cercas refeitas.

É assim mesmo, fala pros seus botões, na ausência do cachorro:

– E depois eu mandava que a chuva chovesse novamente. Para logo ordenar que ela estancasse.

Sonho ruim vem e muda o verbo do princípio. Vida vem e leva a gente. Vida vem e lava a gente. Vida vem e leva tudo. Como na enxurrada, animais morrendo afogados, mulher e meninos gemendo. O velho vira a moringa e toma uma talagada de aguardente. Começa a dançar no meio do quintal. Capiberibe se anima e morde os seus calcanhares.

“É a terra que querias...”.

Começa a chover e Severino interrompe a dança, cansado.

Olha em direção ao tanque, aponta o dedo e atira com a boca – Têi! Tei! – na linha do voo da juriti. O cachorro, também ofegante, pensa em empreender busca ao pássaro imaginário, mas desiste.

Senta-se ao lado do velho. O velho deita-se no chão, sobre o travesseiro das lembranças.

Vai lá longe.

Vai morar na casa de farinha. Mandioca no lombo, forno de lenha queimando a raiz, o alimento nascendo em seus braços. Matando o porco no quintal, rodeado de netos, a mulher matando galinhas, recolhendo os ovos no ninho, meu Deus, os pequenos morros onde brotavam cactos e que não tapavam a luz do sol, os bodes, lajedos, os preás, a cabeça rodando, a chuva, a barba molhada, o nariz escorrendo, um olhar de tristeza no olhar do papagaio de Macunaíma, uma vontade louca de chorar, se entregando à lama, se mijando todo, o soluço do porco, o sangue da galinha, Maria, minha filha, está chovendo farinha, essa água que não para de cair.

Não para.



## André Gabriel

É professor universitário em cursos de licenciatura e no ensino fundamental na rede pública municipal de São Paulo, onde desenvolve trabalho como Orientador em Sala de Leitura e com projeto no qual alunos (re)escrevem e editoram livros. Doutorando em educação pela Universidade Nove de Julho/SP. Autor de *No mínimo isso* (Multifoco, 2011), teve textos incluídos em mais de uma dezena de coletâneas de poesias e contos. Publicou artigos relacionados à educação em periódicos acadêmicos.

## Terra do sol cadente

A ogiva radioativa  
fecundou  
o solo de Hiroshima  
no exato instante  
que Mieko dava à luz.

Dali distante, num front  
o descendente último do samurai  
olhava estrelas no céu  
sem saber se eram cadentes  
ou kamikases.

olhos tão tristes  
como se avistassem estrelas  
no céu de Auschwitz

rezar, o homem já sabia  
desde os tempos  
que deus nem existia

do céu em brasa  
desabam estrelas cadentes  
sobre jardins de gaza

luz acesa, a lua  
janelas e portas sempre abertas  
para quem dorme na rua

tinha aquela última esperança  
de quem se atira  
de um prédio em chamas

*incapaz*  
de acender *velas*  
deseja apagar estrelas

olhos tão tristes  
como se avistassem estrelas  
no céu de Auschwitz

André Gabriel

## Antítese

A fome alucinante deu-lhe na telha  
ideia impressionante  
e Van Gogh rasurou a própria orelha.  
Mozart, conservou as duas, mas  
inverteu-lhes ordem e sentido  
selecionando internamente o que seria ouvido.  
Literalmente, quando e onde surgiu o velho ditado  
“em terra de cego ...”?  
Quem sabe foi no tempo em que avisaram o rei  
que Luís de Camões, em pessoa, tinha naufragado  
no sal do mar de Portugal.  
Só não duvida que a ideia é mais perfeita que a obra  
quem acredita em santo barroco de pau oco  
e não conhece a perfeição das mãos de pedra-sabão  
dos profetas do mestre Aleijadinho.

# Maurício de Macedo

**M**aurício de Macedo é poeta em Maceió, com livros publicados, sendo os mais recentes *Palavras tortas* (2009), *Lume* (2011), *Sussurro* (2012), *Ossos da palavra* (2014) e *Sombra e luz* (2016).

## De lua

Anunciaram a lua cheia.  
Na beira da praia  
ele aguardaria.

De lua, aluado  
– mais íntimo do que os astrônomos.  
(Os astrônomos não sabiam  
da traição da princesa cativa.)

Aluada  
– cio de luz –,  
a fugitiva rondaria de noite  
na praia.  
E ele aguardaria.

Subindo no céu  
como gata subindo no telhado  
– branca felina  
arrepinando a noite  
com seu miado langoroso  
de silêncio –,  
ela viria.  
E os astrônomos não saberiam  
de nada.

## Esconde-esconde

Brincava de esconde-esconde  
o poema...  
Um sinal aqui,  
outro sinal acolá...  
E desaparecia  
para logo voltar  
– um sinal aqui,  
outro sinal acolá...

Ai, que poema cruel  
que não deixava o poeta  
descansar.

Madrugada,  
dia claro,  
pistas diáfanas  
como bolhas de sabão  
no ar.

Só o poeta sabia  
desse poema o afã  
– ninfa que não quer,  
querendo,  
os beijos de língua  
de Pan.

## O cachorrinho na praia

Semienterrado na areia,  
diante das ondas preguiçosas  
da maré-baixa,  
ele aguarda no dia que nasce  
– arreganhando os dentes para o céu –  
a visita dos urubus.

Virão em breve para brincar  
– saltitando e dando-lhe sustos  
com as asas abertas,  
fazendo-lhe cócegas com os bicos...  
Até que ele, aborrecido da brincadeira,  
se esconda para descansar  
por trás de uma pequenina ossada.  
E os urubus,  
já não tendo com quem brincar,  
se retirem para o sol.

De outra vez,  
quem sabe,  
mais cuidadosa a maré  
há de esconder o cachorrinho  
sob um manto de areia,  
antes que os urubus o vejam  
e desçam  
com suas brincadeiras sem graça.

## Santo Graal

Buscava  
 como quem raspa os palimpsestos  
 da memória,  
 como quem busca  
 nos escombros do próprio ouvido  
 as ruínas da civilização perdida.

Buscava  
 para olhar-se no espelho  
 enferrujado  
 em que se olharam um dia  
 e para vê-los no espelho ainda.

Buscava no silêncio  
 como o cavaleiro no deserto  
 em busca do Santo Graal.  
 Buscava para beber o vinho da palavra  
 na taça sagrada  
 desonrada pelo menosprezo  
 e pelo esquecimento.

### Santo Graal

(Maurício de Macedo)

Buscava  
 como quem raspa os palimpsestos  
 da memória,  
 como quem busca  
 nos escombros do próprio ouvido  
 as ruínas da civilização perdida.

Buscava  
 para olhar-se no espelho  
 enferrujado  
 em que se olharam um dia  
 e para vê-los no espelho ainda.

Buscava no silêncio  
 como o cavaleiro no deserto  
 em busca do Santo Graal.  
 Buscava para beber o vinho da palavra  
 na taça sagrada  
 desonrada pelo menosprezo  
 e pelo esquecimento.

## Burros magros

Disse em poucas palavras  
tudo o que tinha a dizer.  
(Mas havia tantas palavras...  
Ihe disseram...)

As poucas palavras  
estavam acostumadas  
como os burros magros  
a puxar carroças cheias de tralhas.  
Aguentavam  
como os burros magros.

As poucas palavras se bastavam.  
E carregavam,  
ladeira acima, ladeira abaixo,  
o seu espanto  
como burros magros

# Raquel Naveira

**R**aquel Maria Carvalho Naveira nasceu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em 23 de setembro de 1957. Formou-se em Direito e em Letras pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/MS), onde exerceu o magistério superior, desde 1987 até 2006, quando se aposentou e mudou para São Paulo, ali permanecendo por dez anos, regressando a Campo Grande em 2016. Doutora em Língua e Literatura Francesas pela Universidade de Nancy, França. Mestre em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP. Apresentadora do programa literário “Prosa e Verso” pela TV UCDB (2000-2006) e do “Flores e Livros” pela UP TV e pela ORKUT TV (Santo André/SP). Colunista do jornal *Correio do Estado* (Campo Grande/MS). Pertence à Academia Sul-Mato-Grossense de Letras, à Academia Cristã de Letras de São Paulo e ao PEN Clube do Brasil. É palestrante, dá cursos de Pós-Graduação e oficinas literárias. Foi curadora da 32.<sup>a</sup> Feira do Livro de Brasília, em 2016. Escreveu vários livros, entre eles *Abadia* (poemas, editora Imago, 1996) e *Casa de tecla* (poemas, editora Escrituras, 1999), finalistas do Prêmio Jabuti de Poesia, da CBL. Os mais recentes são os livros de crônicas *Caminhos de bicicleta* (São Paulo: Miró, 2010) e *O avião invisível* (Rio de Janeiro: Íbis Libris, 2017); o de poemas, *Sangue português: raízes, formação e lusofonia* (São Paulo: Arte&Ciência, 2012, Prêmio Guavira da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul) e o de ensaios *Quarto de artista* (Rio de Janeiro: Íbis Libris, 2013). No gênero infantil escreveu *Guto e os bichinhos 1 e 2* (Campo Grande/MS:Alvorada, 2012) e *Dora, a menina escritora* (Campo Grande/MS:Alvorada, 2014). Lançou o *Jardim fechado: uma antologia poética* (Porto Alegre: Vidrágua, 2015), painel de sua poesia reunida em mais de três décadas de publicações.

## Cortina de teatro

Cortina de teatro,  
Pesada,  
De veludo vermelho,  
Se tocarmos suas bordas  
Sentiremos, ao mesmo tempo,  
Ardor de brasas  
E frieza de rio que rola,  
Vapores,  
Mistérios de neblina.

No palco,  
A representação do mundo,  
As estrelas imperecíveis,  
As salamandras e os anjos,  
A verdade e o drama,  
O choro e a libertação,  
O crepitar da chama.

Na plateia,  
O espectador se projeta,  
Compartilha sentimentos,  
Acompanha movimentos,  
Expressões de paixão;  
Os atores são seres mutantes,  
Instáveis,  
Enquadrados pela cortina  
Incendiada de ouro e platina.

Vem o alívio,  
Madeiras mortas  
Foram cortadas  
E queimam na alma;  
Fecha-se a cortina,  
Nossos complexos se retorcem  
No fogo da faxina.

## Jardineiro

Amas as borboletas  
 Porque elas te revelam  
 O segredo das lagartas,  
 Dos que se precipitam  
 Em busca de flamas  
 E cometas.

Amas as borboletas  
 Porque batem as asas  
 Como gaitas de fole,  
 Estranhas visitas  
 Saídas de túmulos,  
 Pousando sobre as carretas.

Amas as borboletas  
 Que atravessam mundos,  
 Sóis negros  
 E bebem outono  
 Na taça dos crisântemos  
 E nos lábios das violetas.

Talvez sejamos borboletas  
 Viajando juntas,  
 Tão completas...  
 Vem, jardineiro,  
 Lança tuas setas  
 Entre as folhas do pessegueiro.

### Jardineiro

Amas as borboletas  
 Porque elas te revelam  
 O segredo das lagartas,  
 Dos que se precipitam  
 Em busca de flamas.  
 E cometas.

Amas as borboletas  
 Porque batem as asas  
 Como gaitas de fole,  
 Estranhas visitas  
 Saídas de túmulos,  
 Pousando sobre as carretas.

Amas as borboletas  
 Que atravessam mundos,  
 Sóis negros  
 E bebem outono  
 Na taça dos crisântemos  
 E nos lábios das  
 violetas.

Talvez sejamos borboletas  
 Viajando juntas,  
 Tão completas...  
 Vem, jardineiro,  
 Lança tuas setas  
 Entre as folhas do  
 pessegueiro.

Raquel Naveira  
 17 maio 2017

## Menina dos olhos

Suplico proteção,  
Por toda parte há perigos  
Que machucam,  
Fazem chorar  
E andar às cegas.

Envolve-me em tua túnica,  
Entre pálpebras e cortinas,  
Enquanto lá fora ardem luzeiros,  
Fagulhas e purpurinas.

Há um poder que mata  
E fulmina,  
Mar mutante,  
Estrela pequenina,  
Reflexo das profundezas submarinas  
Nos meus olhos  
Que buscam, entre lágrimas,  
A essência divina.

Na escuridão,  
Perseguida por leões,  
Cercada por flechas e ciscos,  
Correndo tantos riscos,  
Preso a abrolhos,  
A ferros vermelhos  
E véus incandescentes,  
Confio que me guardas  
Como à menina dos olhos.

## Neruda

Neruda,  
Escrevo-te esta carta  
Porque preciso de ajuda,  
Poderias me enviar da Ilha Negra  
Um punhado de peixes cintilantes,  
Um sopro de vento salgado,  
O som dos sinos  
De quem entra  
Em teu jardim?

Neruda,  
Escrevo-te esta carta,  
Acode-me,  
Assim como cantaste  
Os rios da América:  
O Amazonas,  
O Orinoco,  
Artérias nas cordilheiras  
Onde a neve  
Desliza úmida  
E as rosas explodem selvagens,  
Cantei minha terra  
Cheia de pássaros e pantanais,  
Tiritei de frio  
Sob os astros siderais.

Neruda,  
Escrevo-te esta carta  
Porque tudo muda a cada dia,  
Menos o dever do poeta  
De levar sonho,

Luz e noite,  
Razão e desvario  
No meio das revoluções que eclodem  
Em sangue  
E fogo sombrio.

Neruda,  
Escrevo-te esta carta,  
A face sisuda,  
Perdi amigos  
Como também perdeste:  
Federico, o inventor de estrelas,  
Éluard, o camarada francês,  
E Gabriela Mistral,  
A amada filha dos joios,  
Que tremulavam amarelos  
Entre pedras e canais.

Neruda,  
Escrevo-te esta carta  
Porque estou triste  
E posso escrever versos tristes esta noite,  
Não desgruda de mim essa névoa,  
Essa mágoa  
Como a que borrifava  
Tuas carrancas de proa  
Nos oceanos perdidos.

Estou acorrentada  
Na minha Ilha Negra,  
Entre livros,  
Jacarés,  
Cristais partidos,  
Fragmentos de lembranças.

No peito  
Bate o coração  
Como um relógio sufocado na areia;  
Armada até os dentes  
De uma ardente paciência,  
Entrarei nas esplêndidas cidades,  
Assim profetizou Rimbaud  
E sei em que tenho crido:  
No pão que amasso  
Com minhas mãos,  
Meu espírito,  
Minha respiração,  
Pois nada foi esquecido.

Escrevo-te esta carta Neruda,  
Na luta pela felicidade,  
Na fé que se exercita  
Por longos anos  
De amor indelével  
Pelo ofício.

Aguardo resposta,  
Uma letra  
Que venha  
Como um navio numa garrafa,  
Como o fantasma de uma casa,  
O vibrar de uma onda  
Ou o toque de uma asa de gaivota.

Aguardo Neruda,  
Sou devota,  
Inclino-me atenta ao silvo da poesia,  
Sacerdotisa dedicada  
A uma absurda liturgia.



## Bodan (Alberto de Araújo Filho)

**N**asceu no Piauí em 1964. Poeta, prosador, desenhista. Autor do livro de microtextos *Ficções de um minimalista nu sob o amor e a morte* (Rosa Doida, 2016). Seus escritos, em prosa poética e poema em prosa, lembram fábulas, contos, haicais, aforismos. Mora em Caratinga, MG.

O trem deveria ter parado.  
O hipopótamo descansava nos trilhos.

A aranha pausa, escuta o protesto da mosca, que ri.

A uns compete falar; a outros, zurrar.  
Eu falo e zurro.

O que fazer com um asno que sabe recitar poesia?

Outono. Sob os tapumes de vime, frutos de seda.

O céu todo azul, e um pássaro que não intenta voar.

Ela quis contar-lhe, no primeiro encontro, toda a sua vida.  
Não se viram mais.

Tem certa delicadeza de tigre com flor.

Quem anda atrás  
do horizonte,  
caminha sempre.

Quem anda atrás  
do horizonte,  
caminha sempre.  
Bodan

Feliz, traz lírios nos olhos.

Enreda-me em seu silêncio.  
– Para que tanta eloquência?

Pouco antes, pouco depois, longe está.



# Thássio Ferreira

**C**riado em Niterói e radicado no Rio de Janeiro há dez anos, é um cidadão da baía de Guanabara. É formado em Direito pela UERJ.

Poeta e contista, lançou em 2016 o livro de poemas (*DES*) *NU(DO)* e participou das antologias de contos “Entre Amigos” (Editora Sinna), e Prêmio VIP de Literatura 2016 (A.R. Publisher). Também publicou poemas e contos em diversas revistas como *Germina*, *Mallarmargens*, *LiteraLivre*, *Avessa*, *Semeadura* e *Philos – Revista de Literatura da União Latina*.

## A lua de São Paulo

Sob a lua urbana das catástrofes,  
espada de mil lâminas, mil faces  
impávidas, pacientes, a desenhar exatas  
em seus fios os abismos com que, inclemente,  
rasgará a carne das cidades,  
dura carne de concreto e erros,

sob essa lua grávida  
de mil castigos,  
silenciosa e exangue  
como um deus de pranto,  
dorme são paulo, babilônia

sem saber da véspera do desastre.

Eu velo.

## Rio Negro à maneira de Sophia Andresen I

Entre o sol e a proa branca –  
Puro aço afiado feito um grito –  
Que como faca corta a distância  
Vejo do negro as escamas  
De um azul cor de noite que os livros  
Não dizem.

E o vento que corre baixo  
Assoprando com sua voz de mantra  
O corte que a proa insana  
Segue abrindo nos espaços  
Conta-me o significado  
Íntimo, secreto, líquido  
De tudo quanto vos digo.

## Em mim

Em mim  
 – seja “eu” o que for –  
 todo incerto aponta  
 atravessa e cristaliza  
 sem nem mesmo  
 estremecer.

A dúvida  
 em mim  
 é pedra

a sombra  
 cega

e os avessos  
 não desavessam  
 nunca.

Medra em mim,  
 imune a qualquer vento  
 e a toda matemática,  
 sem hesitar  
 sem se importar  
 com qualquer lógica  
 minha ou das leis  
 do mundo como conhecemos,  
 tudo que não pode  
 não deve  
 não tem como  
 e não tem nome.

## Em mim

Em mim  
 – seja “eu” o que for –  
 todo incerto aponta  
 atravessa e cristaliza  
 sem nem mesmo  
 estremecer.

A dúvida  
 em mim  
 é pedra

a sombra  
 cega

e os avessos  
 não desavessam  
 nunca.

Medra em mim,  
 imune a qualquer vento  
 e a toda matemática  
 sem hesitar  
 sem se importar  
 com qualquer lógica  
 minha ou das leis  
 do mundo como conhecemos,  
 tudo que não pode  
 não deve  
 não tem como  
 e não tem nome.

As impossibilidades  
me percorrem e me carregam,  
exatas.

Tenho inexistências  
de estimação  
que me arranham as mãos  
e a alma, com garras de destemor,  
duras, cruéis.

O inexplicável  
— mais do que me cabe —  
anda comigo sem descanso  
ensinando-me poemas.

As impossibilidades  
me percorrem e me carregam  
exatas.

Tenho inexistências  
de estimação  
que me arranham as mãos  
e a alma, com garras de destemor,  
duras, cruéis.

O inexplicável  
— mais do que me cabe —  
anda comigo sem descanso  
ensinando-me poemas.

Thássio Ferreira  


## Revisitação

Certa vez escrevi  
que minha existência era buscar  
em cada grão do existir  
– este sentir, latejar –  
resposta à pergunta  
– rugir da existência em si  
toda inquieta a se queimar –  
o que dá  
t-e-s-ã-o [este explodir!]  
a uma alma?

Hoje, anos daqui  
sigo buscando tentando errando  
sorrindo gozando trombando  
tropeçando enfim poetando  
os tesões vários  
que a mim se dão  
a descobrir...

De todos quanto vivi  
o tesão maior mais fundo  
eu vos digo  
são os instantes mesmo  
– assim, íntimos –  
quando se os vive com cuidar;  
o tempo infindo  
simplesmente existindo  
pelos dentro da alma do mundo.

## Soneto em nove sílabas

Não eram olhos, os de Maria,  
eram dois tanques de combustível!  
Guardavam a força incognoscível  
que é a geradora da própria vida!

Tomaram-na toda para si,  
de cada célula, de su' alma!  
E sob aquela artificial calma,  
estavam sempre quase a explodir!

Como continham tamanho risco,  
como não perdiam seu leve brilho  
que ofuscava os outros olhos todos

ignorantíssimos do valioso  
conteúdo a que não eram abrigo,  
os outros olhos todos, vazios?!



## Yusef Komunyakaa

**Y**usef Komunyakaa nasceu em Bogalusa, Luisiana, em 1947, e durante sua infância vivenciou o início do movimento negro por direitos civis nos Estados Unidos. Entre 1969 e 1970, serviu o exército durante a Guerra do Vietnam, como correspondente e editor-chefe do jornal *Southern Cross*, pelo qual foi condecorado com uma Bronze Star.

Entre seus mais de 20 livros estão: *Pleasure Dome: New & Collected Poems, 1975-1999*; *Talking Dirty to the Gods*; *Thieves of Paradise*, que foi finalista do National Book Critics Award; *Neon Vernacular: New & Selected Poems 1977-1989*, pelo qual recebeu um Pulitzer Prize e o Kingsley Tufts Poetry Award; *Magic City*; *Dien Cai Dau*, que venceu o Dark Room Poetry Prize; *I Apologize for the Eyes in My Head*, vencedor do San Francisco Poetry Center Award; *Copacetic*; e o recente *The Emperor of Water Clocks*. Sua prosa foi reunida em *Blue Notes: Essays, Interviews & Commentaries*.

Em 1999, foi eleito Chanceler da Academy of American Poets. Lecionou em diversas instituições ao longo dos anos, incluindo University of New Orleans, Indiana University e Princeton University. Atualmente ocupa o cargo de Distinguished Senior Poet no programa de pós-graduação em Escrita Criativa da New York University.

## A prayer for workers

Bless the woman, man, & child  
who honor Earth by opening shine  
in the soil – the splayed hour  
between dampness & dust--to plant  
a few seedlings in furrows, & then pray  
for cooling rain. Bless the fields,  
the catch, the hunt, & the wild fruit,  
& let no one go hungry tonight  
or tomorrow. Let the wind & birds  
seed a future ferried into villages  
& towns the other side of mountains  
along nameless rivers. Bless those  
born with hands made to grapple  
hewn timbers & stone raised from earth  
& shaped in circles, who know the geometry  
of corners, & please level the foundation  
& pitch a roof so good work isn't diminished  
by rain. Bless the farmer with clouds  
in his head, who lugs baskets of dung  
so termites can carve their hives  
that hold water long after a downpour  
has gone across the desert & seeds  
sprout into a contiguous greening.  
Bless the iridescent beetle working  
to haul the heavens down, to journey  
from excrement to red moon dust.  
The wage slave two steps from Dickens's  
tenements among a den of thieves,  
blind soothsayers who know shambles  
where migrants feathered the nests  
of straw bosses as the stonecutters  
perfect profiles of robber barons

## Oração para os trabalhadores

Abençoada seja a mulher, homem, & criança  
que honra a Terra cavando um brilho  
no solo – a hora espreitada  
entre umidade e poeira – plantando  
pequenas sementes nos sulcos, & rezando  
por chuva fresca. Abençoados sejam os campos,  
a presa, a caça, & as frutas silvestres,  
& que ninguém passe fome esta noite  
ou amanhã. Que o vento & pássaros  
semeiem um futuro que se adentre pelas vilas  
& pequenas cidades detrás das montanhas  
às margens de rios sem nome. Abençoados sejam  
os que nasceram com mãos feitas para agarrar  
truncos serrados & rochas brotadas da terra  
& em forma de círculos, que conhecem a geometria  
das arestas, & se aprazem em nivelar fundações  
& armar telhados para que estes não desabem  
na chuva. Abençoado seja o lavrador com a cabeça  
nas nuvens, que arrasta caixas de esterco  
para que cupins possam cavar seus ninhos,  
reservando a água muito depois que as torrentes  
cessam no deserto & as sementes  
germinam num verde contíguo. Abençoado seja  
o besouro iridescente que se esforça  
para trazer abaixo os céus, viajando  
do excremento ao pó de lua vermelha.  
O escravo assalariado a dois passos dos prédios  
de Dickens em meio a um covil de ladrões,  
apaziguadores cegos que conhecem as ruínas  
onde migrantes emplumaram os ninhos  
de chefes rígidos como os perfis perfeitos  
de barões corruptos lapidados em granito

in granite & marble in town squares  
along highways paved for Hollywood.  
Bless souls laboring in sweatshops,  
& each calabash dipper of water,  
the major & minor litanies & ganglia  
dangling from promises at the mouth  
of the cave, the catcher of vipers at dawn  
in the canebrake & flowering fields,  
not for love of money but for bread  
& clabber on a thick gray slab table,  
for the simple blessings in a hamlet  
of the storytellers drunk on grog.  
Bless the cobbler, molding leather  
on his oaken lasts, kneading softness  
& give into a red shoe & a work boot,  
never giving more to one than the other,  
& also the weaver with closed eyes,  
whose fingers play the ties & loops  
as if nothing else matters, daybreak  
to sunset, as stories of a people  
grow into an epic stitched down  
through the ages, the outsiders artists  
going from twine & hue, cut & tag,  
an ironmonger's credo of steam rising  
from buckets & metal dust, & the clang  
of a hammer against an anvil,  
& the ragtag ones, the motley crew  
at the end of the line, singing ballads  
& keeping time on a battered tin drum.

& mármore nas praças das pequenas cidades  
ao longo de estradas construídas por Hollywood.  
Abençoadas sejam as almas que suam nas oficinas  
& cada golfada da moringa d'água,  
as grandes & pequenas litanias & gânglios  
pendurados em promessas à boca  
da caverna, o caçador de víboras ao amanhecer  
na plantação de cana & campos de flores,  
não por amor ao dinheiro mas por pão  
& coalhada sobre a mesa de tábuas grossas,  
pelas bênçãos simples numa aldeia  
de contadores de histórias bêbados de rum.  
Abençoado seja o sapateiro, moldando couro  
em formas de carvalho, imprimindo suavidade  
& ajustes num sapato vermelho & bota de trabalho,  
nunca mais num do que no outro,  
& também o tecelão de olhos fechados,  
cujos dedos tateiam fios e laços  
como se nada mais importasse, do nascer  
ao pôr do sol, enquanto as histórias de um povo  
se alastram numa costura épica  
através dos tempos, os artistas dissidentes  
utilizando-se de barbante & cor, corte & rótulo,  
a crença de um ferreiro no vapor que sobe  
da panela & em pó de metal, & o bater  
do martelo contra a bigorna,  
& os marginalizados, o bando desengajado  
ao final da fila, cantando baladas  
& marcando ritmo numa surrada bateria de lata.

## Our side of the creek

We piled planks, sheets of tin,  
& sandbags across the creek  
till the bright water rose  
& splayed both sides,

swelling into our hoorah.  
Our hard work brought July  
thrashers & fat June bugs  
in decades of dead leaves.

Water moccasins hid in holes  
at the brim of the clay bank  
as the creek eased up pelvic  
bones, hips, navel, & chest,

to eyelevel. When the boys  
dove into our swim hole  
we pumped our balled fists  
to fire up their rebel yells.

The Jim Crow birds sang  
of persimmon & mayhaw  
after a 12-gauge shotgun  
sounded in the deep woods.

If we ruled the day an hour  
the boys would call girl cousins  
& sisters, & they came running  
half-naked into a white splash,

but we could outrun the sunset  
through sage & rabbit tobacco,  
born to hide each other's alibis  
beneath the drowned sky.

## Nosso lado do riacho

Empilhamos tábuas, placas de estanho,  
& sacos de areia através do riacho  
até que a água clara subisse  
& separasse os dois lados,

enchendo o nosso hurra.  
Nosso trabalho árduo trouxe as derrotas  
de julho & os gordos insetos de junho  
em décadas de folhas mortas.

Cobras mocassim se escondiam em buracos  
à beira da margem de argila  
enquanto o riacho relaxava os ossos  
da pélvis, quadris, umbigo, & peito,

à altura dos olhos. Quando os garotos  
mergulharam na nossa represa  
fechamos nossos punhos redondos  
contra seus gritos de rebeldia.

Os pássaros de Jim Crow\* cantaram  
persimmon & mayhaw\*\*  
depois que uma rajada de 12 tiros  
ressoou floresta adentro.

Se controlássemos a situação por uma hora  
os garotos chamariam suas primas  
& irmãs, & e elas chegariam correndo  
seminuas num splash branco,

mas poderíamos transpor o pôr do sol  
com tabaco de sálvia e bálsamo branco,  
prontos para esconder os álibis uns dos outros  
sob o céu encoberto.

\* Personagem negro representado de forma grotesca associado a leis de segregação racial nos Estados Unidos.

\*\* Frutas nativas do sul dos Estados Unidos.

## Slingshot

A boy's bicycle inner tube  
red as inside the body,  
a well-chosen forked limb  
sawed from a shrub oak,

& then an hour-long measure  
to get it right. The taut pull  
is everything. There's nothing  
without resistance, & the day

holds. The hard, slow, steady  
honing flips a beetle on its back,  
but the boy refuses to squash it.  
He continues with his work.

Summer rambles into a quiet  
quantum of dogwood & gum –  
a girl he's too shy to tell his name  
stands in damp light nearing dark,

& biting a corner of his lip  
he whittles the true stock,  
knowing wrong from right.  
Though Pythagoras owned

a single truth, the boy  
untangles a triangle of pull  
within a triangle of release,  
the slingshot's tongue a tongue

## Tiro de estilingue

O tubo interno da bicicleta do garoto  
é vermelho como dentro do corpo,  
o braço bifurcado cuidadosamente escolhido  
serrado de um arbusto de carvalho,

& depois medido durante uma hora  
até ficar perfeito. A tração  
é tudo. Não existe nada  
sem resistência, & o dia

se segura. A mira intensa, lenta, firme  
vira um besouro de costas,  
mas o menino se recusa a esmagá-lo.  
Ele continua com seu trabalho.

O verão vagueia num silêncio  
quântico de cerejeira & chiclete –  
a garota a quem por timidez ele não diz o nome  
permanece de pé sob uma luz úmida que beira o escuro,

& e mordendo os cantos dos lábios  
ele assovia recursos verdadeiros,  
sabendo separar o errado do certo.  
Ainda que Pitágoras possuísse

uma verdade única, o garoto  
desenreda um triângulo de tensão  
de um triângulo de relaxamento,  
a língua a língua do estilingue

torn out of an old army boot,  
& Lord, what a perfect fit.  
Feet spread apart, the boy  
straddles an imaginary line,

settling quietly into himself  
as the balance & pull travel  
down through his fingers,  
forearm, elbow, into muscle,

up through his shoulder blades,  
neck, mouth, set of the jaw,  
into the register of the brain,  
saying, Take a breath & exhale

slowly, then let the stone fly  
as if it has swallowed a stone,  
& that is when the boy knows  
his body is a compass, a cross.

arrancada de uma velha bota militar,  
& Senhor, que encaixe perfeito.  
Com os pés afastados, o garoto  
estica uma linha imaginária,

aquietando-se em si mesmo  
enquanto equilíbrio & tração viajam  
através de seus dedos,  
antebraço, cotovelo, músculos,

pelas omoplatas,  
pescoço, boca, ossos da mandíbula,  
até o registro do cérebro,  
dizendo, Respire fundo & exale

devagar, depois deixe a pedra voar  
como se ela tivesse engolido uma pedra,  
& é quando o garoto entende  
que seu corpo é um compasso, uma cruz.

## Snow tiger

Ghost sun half  
hidden, where did you go?

There's always a mother  
of some other creature  
born to fight for her young.

But crawl out of your hide,  
walk upright like a man,  
& you may ask if hunger is the only passion  
as you again lose yourself  
in a white field's point of view.

In this glacial quiet  
nothing moves except –  
then a flash of eyes & nerves.

If cornered in your head by cries from a cave  
in another season, you can't forget  
in this landscape a pretty horse  
translates into a man holding a gun.

## Tigre branco

Sol fantasma meio  
escondido, para onde você foi?

Há sempre uma mãe  
de uma outra criatura  
pronta para lutar pelos filhotes.

Mas se esgueire de seu esconderijo,  
ande ereto como um homem,  
& talvez você se pergunte se fome é a única paixão  
ao desaparecer novamente  
num ponto de vista de um campo branco.

Nesta quietude glacial  
nada se move a não ser —  
então um flash de olhos & nervos.

Acossado em sua cabeça por gritos vindos de uma caverna  
em uma outra estação, você não consegue esquecer  
nesta paisagem que um belo cavalo  
traduz-se num homem segurando uma arma.

## Night of the armadillo

You huddle into a shield or breastplate,  
a whisper in the dark summoning your kin  
one by one along the frontier. In your kingdom,  
errant knight of undergrowth, even in your gut  
fear, you're always on the verge of a new border  
or at the edge before crossing into the interior  
of false prophecies. Desert blooms or berries  
fall into marshy hush. Around a sharp curve  
planetary lights spring out of nothingness.  
How did you go wrong? With only blind faith  
& a dead star left in your eyes, where's North  
America? You've been around eons,  
not knowing when you've left one age  
& entered another, but I found your Olympus  
of foolish odds in the modern world.  
Lovers in cars, delivery trucks make leaves  
tremble along the roadside. If you know this,  
little suitcase of guts & nails,  
you are still alive,  
even with your broken hinges.

## Noite do tatu

Você se aloja numa toca ou armadura,  
um sussurro na noite convocando os seus pares  
um a um ao longo da fronteira. No seu reino,  
cavaleiro errante do mato, até em seu temor  
mais íntimo, você está sempre à beira de um novo limite  
ou prestes a alcançar o interior  
de falsas profecias. O deserto floresce e as amoras  
caem num silêncio lodoso. Em torno de uma curva brusca  
luzes planetárias surgem do nada.  
No que você pecou? Apenas com sua fé cega  
& uma estrela morta nos olhos, onde fica a América  
do Norte? Você vem atravessando eras,  
sem saber quando saiu de uma época  
& entrou em outra, mas eu encontrei o seu Olimpo  
de coisas insignificantes no mundo moderno.  
Amantes nos carros, caminhões de entrega fazem as folhas  
tremorem à beira da estrada. Se você sabe disso,  
pequena mala de entranhas & unhas,  
é porque ainda está vivo,  
mesmo com as suas dobradiças quebradas.



Don't guard  
this house

# Hugo Mujica

**H**ugo Mujica nasceu na Argentina em 1942, estudou Belas Artes, Filosofia, Antropologia Filosófica e Teologia. Publicou mais de 20 livros. Seus últimos ensaios são: *La palabra inicial*, *La mitología del poeta en la obra de Heidegger*, *Poéticas del vacío*, *Lo naciente*, *Pensando el acto creador*, *La pasión según Georg Trakl*, *El saber del no saberse* e *Dioniso, eros creador y mística pagana*. *Solemne y mesurado* e *Bajo toda la lluvia del mundo* são seus livros de história. A Editora Vaso Roto publicou a obra *Del crear y lo creado*, que engloba a sua *Poesía completa – 1983-2011* e outros 2 volumes com quase todos os seus ensaios, além de seus poemas *Y siempre después el viento*, *Cuando todo calla* (XIII Prêmio Casa de de Poesía Americana) e *Barro desnudo*. Tem inúmeras antologias publicadas em mais de 20 países em diversos idiomas.

## En plena noche

También en plena noche  
la nieve  
se derrite blanca

y la lluvia  
cae  
sin perder su transparencia.

Es ella, la noche,  
la que nos libra de los reflejos,

la que nos expande  
las pupilas.

Lo que busca con su bastón  
el ciego es la luz, no el camino.

## Em plena noite

Também em plena noite  
a neve  
se derrete branca

e a chuva  
cai  
sem perder sua transparência.

É ela, a noite,  
a que nos livra dos reflexos,

a que nos expande  
as pupilas.

O que o cego busca com seu bastão  
é a luz, não o caminho.



## Excesso

Quando a alma já é carne,  
quando se vive nu,  
todo o fora é a própria profundidade,  
desde cada outro  
se escuta o próprio pulsar.

## Faz apenas dias

Faz apenas dias morreu meu pai,  
faz apenas tanto.

Caiu sem peso,  
como as pálpebras ao chegar  
a noite ou uma folha  
quando o vento não arranca, nina.

Hoje não é como outras chuvas  
hoje chove pela primeira vez  
sobre o mármore de sua tumba.

Sob cada chuva  
poderia ser eu quem jaz, agora sei,  
agora que morri em outro.

## Amanece y callo

Amanece y  
callo;

callo todo miedo, callo cualquier  
presagio,

busco un alba virgen de mí,  
busco el nacer de la luz,  
no su alumbrarme.

### AMANECE Y CALLO

Amanece y  
callo

callo todo miedo, callo cualquier  
presagio,

busco un alba virgen de mí,  
busco el nacer de la luz,  
no su alumbrarme.

hugo mujica

## Amanhece e calo

Amanhece e  
calo;

calo todo medo, calo qualquer  
presságio,

busco um amanhecer virgem de mim,  
busco o nascer da luz,  
não seu iluminar.

## Sólo al final

Las dos orillas  
son siempre una, pero se sabe sólo al final,  
después, después de naufragar entre ellas.

## Nace el día

Nace el día  
bajo un cielo despejado,  
la claridad en la que todo  
se muestra,  
lo que hacia ella brota  
y lo que su misma luz marchita.

Todo nacer pide desnudez,  
como la pide el amor,  
como la regala la muerte.

## Só ao final

As duas margens  
são sempre uma, mas se sabe só ao final,  
depois, depois de naufragar entre elas.

## Nasce o dia

Nasce o dia  
sob um céu limpo,

a claridade na qual tudo  
se mostra,  
o que para ela brotar  
e o que sua mesma luz espalha.

Todo nascer pede nudez,  
como a pede o amor,  
como a presenteia a morte.

## VII

Hacia lo alto, hacia la luz  
se distancian las ramas,  
  
en lo hondo,  
en la oscura tierra,  
las raíces se encuentran,  
la sed las entrelaza.

## X

Cuando la lejanía  
late adentro  
es que el adentro  
ya es afuera;  
  
es haber llegado al alma,  
a ese hueco de nadie  
que en cada uno se abre todos.

## VII

Para o alto, para a luz  
se distanciam as ramas,  
  
no fundo,  
na escura terra,  
as raízes se encontram,  
a sede as entrelaça.

## X

Quando a distância  
pulsa dentro  
é que o dentro  
já é fora;  
  
é ter chegado à alma,  
a esse vazio de nada  
que em cada um se abre todos.

## XXVIII

El día no es solo día  
también es  
noche encendida,  
sombra trasparenteada.

Es porque no tiene sombras  
que no vemos lo que el vacío enciende,  
que no vislumbramos  
lo que nos queda  
cuando no nos queda nada.

## XXIX

Solo desde  
lo que se arranca del todo  
nace lo que nunca estuvo  
  
(de la semilla que guardamos  
crece apenas  
lo que ya fuimos).

## XXVIII

O dia não é só dia  
também é  
    noite acesa,  
        sombra transparente.

É porque não tem sombras  
    que não vemos o que o vazio acende,  
        que não vislumbramos  
            o que nos fica  
                quando não nos fica nada.

## XXIX

Só desde  
    o que se arranca do todo  
        nasce o que nunca esteve  
            (da semente que guardamos  
                cresce apenas  
                    o que já fomos).

## XLVI

Todo río vuelve  
a su cauce  
y el polvo a la tierra.

No es hacia lo alto  
que se despliegan las alas:  
volar se vuela  
en las honduras  
que las raíces cavaron.

## XLVII

Siempre hay algo  
que no llega a volverse carne:  
no es que nos falte  
es que nos excede.

La vida no cabe en la vida  
por eso siempre,  
en algún lugar, se nos parte.

## XLVI

Todo rio volta  
a seu leito  
e o pó à terra.

Não é para o alto  
que se estendem as asas:  
voar se voa  
nas profundezas  
que as raízes cavaram.

## XLVII

Sempre há algo  
que não chega a voltar a ser carne:  
não é que nos falte  
é que nos excede.

A vida não cabe na vida  
por isso sempre,  
em algum lugar, nos vai embora.

## XLIX

Al final no habrá final  
habrá la entrega:

ese salto  
sin orilla desde donde darlo,  
ese saltar al vacío  
desde el que una vez  
llegamos,

esa entrega  
para la que nos fuimos  
vaciando.

## LII

Alto y lejos,  
apenas perceptibles,  
golondrinas nómadas  
surcan el aire.

La nada que somos  
es el todo que buscamos.

## XLIX

Ao final não haverá final  
haverá a entrega:

esse salto  
sem margem desde onde dá,  
esse saltar ao vazio  
desde o que uma vez  
chegamos,

essa entrega para a qual nos fomos  
esvaziando.

## LII

Alto e longe,  
apenas perceptíveis,  
andorinhas nômade  
atravessam o ar.

O nada que somos  
é o tudo que buscamos.



# Verónica Viola Fisher

**V**erónica Viola Fisher nasceu na Argentina em 1974. Publicou: *Hacer sapito*, *A boca de jarro*, *Arveja negra*, *Notas para un agitador* e *Boomerang*. É transfeminista, bibliotecária e docente.

Había una vez un par de manos. Y también unos dientes de leche. Que se acercaron a las cutículas de los diez dedos y tomaron entre sí (como una bufanda bien apretada) una especie de tallito que surgía, un hilo de piel. Tiraron. Tiraron fuerte. Lentamente fue saliendo la piel de los dedos primero y de las palmas después. Hubo entonces un par de manos en carne viva. No podían tocar nada. Si se unían corría una sensación hilarante, ácida. No hubo guante que las pudiera reinsertar en el mundo de las relaciones. Mientras tanto los dientes de leche caían uno a uno por haber masticado semejante cuero.

Había una vez un par de manos. Y también unos dientes de leche. Que se acercaron a las cutículas de los diez dedos y tomaron entre sí (como una bufanda bien apretada) una especie de tallito que surgía, un hilo de piel. Tiraron. Tiraron fuerte. Lentamente fue saliendo la piel de los dedos primero y de las palmas después. Hubo entonces un par de manos en carne viva. No podían tocar nada. Si se unían corría una sensación hilarante, ácida. No hubo guante que las pudiera reinsertar en el mundo de las relaciones. Mientras tanto los dientes de leche caían uno a uno por haber masticado semejante cuero.

Viola

Era uma vez um par de mãos. E também alguns dentes de leite. Que se aproximaram das cutículas dos dez dedos e pegaram entre si (como um cachecol bem apertado) uma espécie de pequeno caule que surgia, um fio de pele. Tiraram. Tiraram com força. Lentamente foi saindo a pele dos dedos primeiro e das palmas depois. Houve então um par de mãos em carne viva. Não podiam tocar nada. Se uniam-se corria uma sensação hilariante, ácida. Não houve luva que as pudesse reinserir no mundo das relações. Entretanto os dentes de leite caíam um a um por ter mastigado semelhante couro.

Había una vez un vaso con agua. Pero el vaso no sabía si estaba medio vacío o medio lleno. Apoyado en la mesa, meditaba. Si estoy sobre la mesa, es porque todavía no me tomaron, estoy medio lleno. Si estuviera sobre el secaplatos estaría vacío, recién lavado. Pero después pensó que tal vez estaba abandonado, ya vacío, esperando ser trasladado debajo del agua con detergente. Entonces miró a su alrededor y vio otros vasos, y los vio de todos los tipos, llenos, vacíos, casi llenos, casi vacíos, por la mitad. ¡Qué fácil! Era cuestión de preguntarle a otro vaso cómo se veía. Hizo una encuesta. Pero no confió en los resultados por sí solos. Investigó y notó que quienes lo veían casi vacío, estaban ellos mismos casi vacíos. Y quienes lo veían casi lleno estaban ellos mismos casi llenos. Y entonces el vaso miró bien, para verse.

Había una vez un emoticón. Sus signos, es decir, sus huesos, los que lo componían, eran ariales, volátiles, negros, y vivía y moría continuamente, dejando una estela repetida de su imagen una y otra vez en la pantalla. Vivía y moría pero era siempre el mismo. Un día, en un teclado, unos dedos, se equivocaron en uno de los huesos. El emoticón no fue el mismo. Pasó a ser otro, mientras su lugar era ocupado por la corrección de sí mismo, debajo de él. Un signo, otro cuerpo, un hueso, otra imagen.

Era uma vez um copo com água. Mas o copo não sabia se estava meio vazio ou meio cheio. Apoiado na mesa, meditava. Se estou sobre a mesa, é porque ainda não me tomaram, estou meio cheio. Se estivesse sobre o escorredor estaria vazio, recém-lavado. Mas depois pensou que talvez estava abandonado, já vazio, esperando ser levado de baixo da água com detergente. Então olhou para seu redor e viu outros copos, e os viu de todos os tipos, cheios, vazios, quase cheios, quase vazios, pela metade. Que fácil! Era questão de perguntar a outro copo como ele estava. Fez uma pesquisa. Mas não confiou nos resultados por si só. Investigou e notou que aqueles que o viam quase vazio estavam eles mesmos quase vazios. E aqueles que o viam quase cheio estavam eles mesmos quase cheios. E então o copo olhou bem, para se ver.

Era uma vez um emoticon. Seus símbolos, ou seja, seus ossos, os que o compunham, eram ariais, voláteis, pretos, e vivia e morria continuamente, deixando um rastro repetido de sua imagem uma e outra vez na tela. Vivia e morria, mas era sempre o mesmo. Um dia, em um teclado, alguns dedos se equivocaram em um dos ossos. O emoticon não foi o mesmo. Passou a ser outro, enquanto seu lugar era ocupado pela correção de si mesmo, debaixo dele. Um símbolo, outro corpo, um osso, outra imagem.

Había una vez una mancha que antes de desaparecer quería descubrir de qué estaba hecha. Así, para ganar tiempo, se aferraba a la tela, ruda, frente a todos los productos y los refriegues. ¿De qué sería, tan resistente? No supo, pero se enamoró de la tela que la sostenía, y la tela, también enamorada, la apretaba contra sí para que permaneciera con vida. Es cierto que se decoloró, envejeció después de tantas batallas. Pero finalmente la dejaron en paz. Había ganado su vida. Y se encontró de pronto con otras manchas alrededor. Manchas pintadas, que arreglaron la remera en consonancia con la mancha original.

Era uma vez uma mancha que antes de desaparecer queria descobrir do que era feita. Assim, para ganhar tempo, se agarrava ao tecido, dura, frente a todos os produtos e os esfregares. Do que seria, tão resistente? Não soube, mas se apaixonou pelo tecido que a mantinha, e o tecido, também apaixonado, a apertava contra si para que permanecesse com vida. É verdade que se descoloriu e envelheceu depois de tantas batalhas. Mas finalmente o deixaram em paz. Havia ganho sua vida. E de repente se encontrou com outras manchas ao redor. Manchas pintadas, que embelezaram a camiseta em consonância com a mancha original.



## O novo “imortal”: *A recepção de Olegário Mariano, ontem, na Academia Brasileira*

A recepção de Olegário Mariano, ontem, à noite, na Academia Brasileira, revestiu-se de um brilho que raras vezes se terá presenciado naquela casa. Não era só a assistência numerosa que enchia literalmente os salões da Academia. Era a seleção desse auditório, composto de senhoras de intelectuais, de altas individualidades do nosso meio social, em uma significativa consagração ao poeta fulgurante da “Cidade Maravilhosa”.

Olegário pronunciou o seu discurso de posse com uma expressão admirável e uma perfeita harmonia de gestos e de sons, que traía, a cada momento, nas menores coisas, a sua alma vibrátil de artista.

Durante dez minutos as palmas reboaram no recinto, aplaudindo a sua bela oração. Sentia-se que o poeta estava comovido.

Aquelas ovações tocavam-lhe, no fundo, o coração sentimental.

Depois, falou Gustavo Barroso, recebendo Olegário Mariano, estudando-lhe a obra primorosa, num perfil literário completo.

Após a sessão, novas homenagens se prestaram a Olegário Mariano, que foi acompanhado até em sua casa por um

grupo numeroso de amigos e de admiradores seus, do seu talento e da sua arte.

O Presidente da República compareceu, pessoalmente, à sessão da Academia.

## ~ O discurso de Olegário Mariano

O poeta das “Cigarras”, depois de agradecer a sua admissão no seio da imortalidade, ao cabo da terceira tentativa, referiu-se a sua formação literária e disse:

*“... foi meu pai o primeiro poeta com quem privei e que me sensibilizou, poeta da abolição através do exultado visionário, abrindo as portas de sua velha casa e o seu imenso coração ao infortúnio da raça proscrita, sem olhar para trás como aquele Beissot da revolução francesa, para ver se o seguiam e o aplaudiam.”*

Lembrou a sua passagem no Colégio Pio Americano, onde teve por mestre Alberto de Oliveira. Recordou a figura de Guimarães Passos, prefaciador do seu primeiro livro aparecido quando tinha 17 anos, e depois discorreu sobre os nomes que iluminam e assistem a poltrona que ocupa.



De Joaquim Serra, o patrono, jornalista, poeta, comediógrafo, um dos pioneiros da Abolição, disse, recordando a campanha que teve para remate a lei de 13 de maio de 1888.

*“Em meio à luta que foi, afinal, o povo contra o poder, este preso aos interesses dos entusiastas da escravidão, Joaquim Serra, malgrado a saúde frágil, operava prodígios de resistência física, sempre à vanguarda, na trincheira mais exposta à fuzilaria adversa, com uma coragem que parecia crescer cada manhã, através de cada croniqueta. Machado de Assis relembrou em novembro de 88 quando ‘feita a abolição, desabrochada a flor, morria ele’... ‘A cintilação do espírito era a mesma — a frase brotava e corria pela folha abaixo, como a água de um córrego murmurosa e fresca’”*

Mais adiante acentuou o mestre de Quicas Borba:

*“Creio que Joaquim Serra era principalmente um artista. Amava a justiça e a liberdade, pela razão de amar também a arquitrave e a coluna, por uma necessidade de estética social. Onde outros podiam ver artigos de programa intuitos partidários, revolução econômica, Joaquim Serra via uma retificação e um complemento; e porque era bom e punha em tudo a sua alma inteira, pugnou pela correção da ordem pública, cheio daquela tenacidade silenciosa, se assim se pode dizer de um escritor de todos os dias, intrépido e generoso, sem pavor e sem reproche.”*

*“Quem haverá merecido encômio tão alto de pena tão avara? No entanto, isso ainda era pouco. O pelejador indomável era, ao mesmo tempo e com o mesmo vigor, o folhetinista, o comediógrafo, o historiador, o humorista e o poeta. Comprovam-no com eloquência o ‘Sem rumo’, do Jornal do Commercio, com seu costumado traço pessoal: Sessenta anos de jornalismo: a imprensa do Maranhão; ‘O remorso vivo’; ‘Os meios brancos’; ‘O jogo das libras’; ‘Epicédio à morte de Manoel Odorico Mendes’; Um coração de mulher; Quadros e outros trabalhos, muitos outros, de vários gêneros, do mais sisudo ao humorístico. Joaquim Serra não realizava o espírito especialista; ao contrário, o seu cérebro tinha as facetas desses diamantes bem nossos que parecem cegar-nos o olhar fascinado.*

*Não me afastarei da personalidade de Joaquim Serra sem me ater um pouco mais ao poeta para acordar um fato da minha juventude escolar. Dos trechos de literatura da ‘Selecta classica’, de João Baptista Regueira Costa, um, em verso, desde que o li, não me abandonou a memória. Aprendi-o insensivelmente, como aprendemos certas canções populares à força de ouvi-las repetidas a todo instante. Era a famosa ‘Missa do galo’, correnteia composição septissilábica, de feição descritiva, que, lida, ficaria depois a cantar-me no ouvido.*

*Eu disse muitas vezes a mim mesmo esses versos que me encantavam. Esqueci o nome do poeta que, por inconsciência de menino, não sabia ser o de um dos lugares-tenentes da revolução social que determinou um novo ciclo para a história do nosso país. Lendo depois o seu livro Quadros, comecei a descobrir as belezas rústicas que o poeta cantou, da gente e dos costumes de sua terra.”*

E acrescentou, depois de recitar a “Missa do galo” e a “Cantiga à viola”:

*“Não fosse o muito que ainda tenho que dizer, reproduziria cenas de seus trabalhos de teatro para comprovar o que adiantei lá atrás — que o espírito de Joaquim Serra foi arestado e fulgurante como um diamante brasileiro de boa água.”*

A seguir, recordou a figura de Patrocínio, o primeiro ocupante da cadeira de Joaquim Serra, lembrando as diversas etapas da campanha abolicionista e, por último, evocou a lembrança de Mario de Alencar, a quem lhe é dado substituir.

Ouçamo-lo:

*“É dessa figura impressionante e até singular na história da literatura brasileira que venho ocupar-me, ainda aturdido dentro da clareira pela sua morte nesta casa espiritual de Machado de Assis.*

*Recordo — e com que saudade! — uma tarde em que saímos juntos, a passeio, ali em Teresópolis. Éramos três: — Magalhães de Azeredo, Mario e eu. Caía a noite, grande noite constelada, envolvendo na magia do silêncio árvores e montanhas. A cidade virgem, coroada pela Serra dos Órgãos, despira a túnica dourada de Anacreonte para vestir um manto radioso de estrelas. Mario, que geralmente falava pouco, diante do espetáculo formidável da terra meio adormecida, a embalar as colinas nos seus braços de árvores, pôs-se a falar baixinho. As coisas que ele murmurava eram tão belas, tão harmoniosas, tão penetrantes que eu senti, ao prestígio da sua palavra, que aquele homem retraído e pequenino crescia diante de mim como um deus no cenário da paisagem miraculosa. Cada gesto que esquecia no ar era um traço luminoso, cada evocação que fazia em êxtase penetrava-me a alma numa carícia inédita. Magalhães de Azeredo, o grande poeta das ‘Odes e Elegias’, caminhava absorto; eu, maravilhado. A uma curva do caminho, paramos. Ante a cigarra humana que falava manso, uma outra cigarra estridulou num balseado. Mario sorriu e pôs-se a ouvi-la com enternecimento.*

*— ‘Seu Olegário, você é um homem feliz. Ela veio saudar o seu poeta!’*

*Não sei dos três qual o mais poeta. Poeta e santo como aquele sereníssimo Francisco de Assis, Mario de Alencar trazia o espírito do seu tempo na perpetuidade do sangue. Fruto de uma árvore luminosa, voluptuoso do buril, lapidava as criações da inteligência e da alma para tornar-se cada vez mais digno dela. José de Alencar era o Brasil primitivo senão selvagem, atravessado de senhores truculentos e caciques de tribos, roncando no*

# Correio da Manhã

Impressão em papel de primeira e 2.ª classe. — Tintas

PROPRIEDADE DE EDMUNDO BITTENCOURT

REPUBLICA DE 1917. — Fundação do jornal pelo Sr. "Correio da Manhã"

DIRECTOR  
PINHEIRO DA CUNHA

ANNO XXVI — N. 24809  
RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 1917

SARGO DA CARICHA, 15  
Gorssel — V. A. DEARTE FERREIRA

## RIBEIRO DE BARROS ESTA' PROMPTO PARA PARTIR, O QUE DEPENDE APENAS DO ESTADO DO TEMPO

### Rompem-se as barragens do Mississippi em Nova Madr'd, ficando inundadas extensas regiões de Missouri e do Arkansas.

### Pelos seus primeiros actos, parece que o novo governo japonês se vai preoccupar extremamente com o caso da China.

#### O "JAHÚ"

Escho de Barros, praprio para partir, apenas que o tempo permite.

#### Os sports pelo telegrapho

Resultado das ultimas provas de competicoes internacionais de atletismo.

#### ROMPEM-SE AS BARRAGENS DO MISSISSIPPI

Grandes extensões da região ocidental de Arkansas inundadas.

#### O NOVO "IMMORTAL"

### A recepção de Olegario Marianno, honrtem, na Academia Brasileira.

#### DE PARIS A NOVA YORK EM UM SO VOO

Reagor fez sua experico de hoje, mas a sua esperanca.

#### O GRAVE MOMENTO QUE A CHINA ATRAVESSA

Ferrem executados em Tientsin, sem julgamento, quatorze nacionalistas.

#### Santa Francisca Roman, presidente das policias de Roma

Forma de 111.71 — Santa Francisca Roman, presidente das policias de Roma, em uma das suas visitas ao templo de Jano.

#### A FUNDACAO DE ROMA E A FESTA DO TRABALHO

Comemorações na capital e no resto do pais.

#### Está inaugurada a linha aerea Vozes-Grao Vozes

Com o primeiro voo de avião.

#### O SUPLENTE DE SERRANO

Em 1917, o Congresso de Rio de Janeiro.

#### DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Em 1917, o Departamento de Agricultura.

#### PARA ATIVAR A FABRICAÇÃO DE BOMBAZES

Em 1917, o Departamento de Indústria.

#### DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Em 1917, o Departamento de Agricultura.

#### DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Em 1917, o Departamento de Agricultura.

#### DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Em 1917, o Departamento de Agricultura.

#### O NOVO GOVERNO JAPONÊS

Está formado e gabinete do general Tanaka.

#### O TORNAO DO RHODES

Mortuos vinte e cinco pessoas e mais de mil vilas foram destruidas.

#### QUEM REGRARÁ O MAR NA PROXIMA GUERRA

Os submarinos e os navios de guerra.

#### O VOO FRANCÊS PARA A AMERICA DO SUL

Saint Roman se prepara em aparelho terrado.

#### AGENCIA LANCETINA

Em 1917, a Agência Lancetina.

#### DE FIANDE VISTA O PRESIDENTE GAITHER

Em 1917, o Presidente Gaither.

#### O CHARLESTON E O BLAZO DUTTON VICTORIOSOS

Em uma recepção em Elyan, foram saluados os dois jogadores como heróis de sociedade.

#### O VOO PAN-AMERICANO

Foi inaugurado no presidente de Cuba a cargo do presidente Gaither.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.



Olegario Marianno



O gabinete da Republica, em companhia dos ministros

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

#### RECORDE DE VELOCIDADE

Em 1917, o recorde de velocidade.

## &lt;

*estrépito das cachoeiras, no galopar dos ventos, no baque das grandes árvores centenárias. Mario era o Brasil desta hora, apurado pelo influxo de uma civilização renovada e superior e que nos vai, pouco a pouco, distendendo os horizontes para conquistas definitivas. Aí estão os seus livros que valem para todos os que leem e o conhecerem de perto, por um fiel retrato psicológico e mental do poeta e do prosador. Individualidade fascinadora, ele soube cumprir o seu destino na terra e realizar ativamente a obra que havemos sempre de admirar. A faculdade de expressão, expurgada de quaisquer falbas de linguagem e de pensamento ele a possuiu como raros escritores do Brasil.*

*Quando conseguiu desvencilhar-se de sugestões albeias, Mario de Alencar integrou-se na sua individualidade com um pessimismo que tinha um sabor peculiar entre Machado e Anatole. Aí começa a ascensão gloriosa do poeta inconfundível dos 'Versos'. As qualidades essenciais esboçadas naquele volume aludido e em algumas prosas dispersas se foram acentuando, livro a livro, até adquirirem a escorreição celebrada. Ele era o beneditino das letras. A sua frase no conto ou no verso, no romance ou no ensaio, denunciava para logo o cinzelador incontentado. Afora a pureza de linguagem em que ninguém o sobrepassou, havia invariavelmente uma tal harmonia de ideia, uma segurança tal de conceito, que o artista exigente que ele era depressa se traía. Religiosamente devoto à arte como ao seu mestre Machado que tanto o animou, Mario jamais deixou de cultuá-la com estranho fervor, respeitando-a e respeitando-se.*

*A feitura ou a publicação de uma página era bem um ato desse seu culto que cresceu muito mais, certamente, na convivência de uma cidadela de livros de que foi guardador por isso que exerceu irrepreensivelmente, por anos e anos, o cargo de diretor da biblioteca da Câmara dos Deputados. Esse, talvez, o motivo porque, escrevendo tantos livros, tão poucos editou. Os seus filhos, que lhe veneram a memória, vão publicar a novela em verso 'Flor do campo', o romance 'Sombras', a 2.<sup>a</sup> série dos 'Versos', 'Páginas', 'Palavras, palavras...', os ensaios sobre 'Literatura brasileira', 'Pela Academia de Letras', 'Páginas de minha vida', os poemas 'Goethe' e 'Prometheu', além de outros muitos trabalhos que hão de ser reunidos com espírito de unidade. Dessas obras inéditas como das que publicou em vida repontará com o mesmo viço e o mesmo traço de perfeição, a individualidade daquele que foi uma das colunas mestras desta casa pelo que produziu sem ruídos reclamistas e pela sua dedicação inexcedível."*

E Olegário Mariano, calorosamente aplaudido, terminou com esta afirmação o seu lindo discurso:

*“Além do dever que me compete como ocupante da Cadeira que ele tanto dignificou, como seu amigo fiel, irmão de ideal e de sonho, prometo glorificar-lhe a memória, concorrendo com o meu trabalho paciente de operário modesto para alevantar, pedra a pedra, e apontar às gerações vindouras, o monumento do seu nome puro e grande como a sua obra.”*



Petit Trianon – Doado pelo governo francês em 1923.  
Sede da Academia Brasileira de Letras,  
Av. Presidente Wilson, 203  
Castelo – Rio de Janeiro – RJ



## PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

*As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n.º 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.*

CADEIRA	PATRONOS	FUNDADORES	MEMBROS EFETIVOS
01	Adelino Fontoura	Luís Murat	Ana Maria Machado
02	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Tarcísio Padilha
03	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Carlos Heitor Cony
04	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
05	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	José Murilo de Carvalho
06	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Cicero Sandroni
07	Castro Alves	Valentim Magalhães	Nelson Pereira dos Santos
08	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Cleonice Serôa da Motta Berardinelli
09	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Rosiska Darcy de Oliveira
11	Fagundes Varella	Lúcio de Mendonça	Helio Jaguaribe
12	França Júnior	Urbano Duarte	Alfredo Bosi
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Celso Lafer
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Marco Lucchesi
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Lygia Fagundes Telles
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Affonso Arinos de Mello Franco
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Antonio Carlos Secchin
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Murilo Melo Filho
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	João Almino
23	José de Alencar	Machado de Assis	Antônio Torres
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Geraldo Carneiro
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinícios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Antonio Cicero
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Domicio Proença Filho
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Geraldo Holanda Cavalcanti
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Merval Pereira
32	Araújo Porto-Alegre	Carlos de Laet	Zuenir Ventura
33	Raul Pompeia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	Evaldo Cabral de Mello
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Candido Mendes de Almeida
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	Fernando Henrique Cardoso
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Arno Wehling
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	Marco Maciel
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Edmar Lisboa Bacha

COMPOSTO EM MONOTYPE CENTAUR 13/15 PT; CITAÇÕES, 12/15 PT

